

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO
URUGUAI/RS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TRÊS
PALMEIRAS**

Marcelo Antonio Conterato

**Porto Alegre
2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO
URUGUAI/RS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TRÊS
PALMEIRAS**

Marcelo Antonio Conterato

Orientador Prof. Dr. Sergio Schneider

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre Desenvolvimento Rural.

**Série PGDR – Dissertação n.º 038
Porto Alegre
2004**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

A banca examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia *27 de fevereiro de 2004*, a Dissertação de *Marcelo Antonio Conterato* intitulada *A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras* como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sergio Schneider (Orientador, Presidente, Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert (Departamento de Geografia/UFRGS)

Prof. Dr. Flavio Sacco dos Anjos (Departamento de Ciências Sociais Agrárias/UFPeL)

Prof^a. Dr.^a Vera Maria Favila Miorin (Departamento de Geociências/UFSM)

DEDICATÓRIA ESPECIAL

Dedico esta dissertação, de maneira muito especial, à meu pai Roque, à minha mãe Isolda (em memória), à Lucia, à minha irmã Ionara e à minha namorada Neridiana. A estas pessoas, meu amor, carinho e respeito.

AGRADECIMENTOS

Num momento como este, dificilmente fugiremos de cometer algumas injustiças ao não lembrar de alguém que tenha contribuído para a realização deste trabalho. No entanto, prefiro assumir o risco à me eximir de agradecimentos.

À Deus, pela vida e convivência humana;

À minha família, que soube fazer das adversidades uma lição de vida, possibilitando alçar vôos mais altos;

À minha irmã, pela longa e prazerosa convivência em ambiente universitário. Pelo incentivo, amor, carinho, dedicação...;

À Neridiana, minha namorada, pelo apoio e compreensão. Você é especial;

Ao professor e orientador Sergio Schneider, não somente pela oportunidade de fazer parte de uma pesquisa mais ampla, mas pela convivência diária, amizade, sinceridade, simplicidade e incentivo;

Ao Guilherme e ao Igor pela inestimável amizade e trabalho conjunto na coleta e tabulação dos dados;

Aos demais integrantes da pesquisa Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade, em especial ao Prof. Flávio Sacco dos Anjos e Nádia Caldas;

Aos colegas da Turma 2002 do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural;

À UFRGS, especialmente aos professores e funcionários do PGDR;

À CAPES, que através da concessão da bolsa permitiu a realização desta pesquisa;

À Prof. Vera Miorin, pela amizade, respeito e incentivo na pesquisa científica;

À Prefeitura Municipal de Três Palmeiras, através do prefeito e funcionários, pela acolhida, interesse e apoio na realização do trabalho de campo;

Ao escritório municipal da Emater, pelo apoio constante durante a realização desta pesquisa;

Aos agricultores familiares de Três Palmeiras, pela acolhida, respeito e interesse pela pesquisa;

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	iv
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE ANEXOS.....	ix
LISTA DE SIGLAS.....	x
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
INTRODUÇÃO.....	1

CAPÍTULO 1

ELEMENTOS TEÓRICOS AO ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	11
1.1 A institucionalização e o reconhecimento do debate sobre a agricultura familiar.....	16
1.2 A necessidade de uma distinção teórico-metodológica entre colonos e agricultores familiares.....	18
1.3 Fatores internos que afetam a reprodução e a diferenciação da agricultura familiar.....	22
1.4 O ambiente social e econômico e a mercantilização da agricultura familiar: condicionantes para a diferenciação social.....	26
1.5 Diferenciação social, reprodução social e interações territoriais.....	34

CAPÍTULO 2

A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO URUGUAI.....	43
2.1 Breve caracterização físico-geográfica do território do Alto Uruguai e do município de Três Palmeiras.....	46
2.2 Aspectos gerais do povoamento do Alto Uruguai e o início da sua colonização.....	48

2.3	1ª fase: a agricultura e o modo de vida dos colonos – 1900/1935.....	55
2.4	2ª fase: a especialização produtiva e a crise da agricultura colonial (1935-1960)	68

CAPÍTULO 3

	A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	72
3.1	A modernização da agricultura no Alto Uruguai: a territorialização da soja.....	73
3.2	O papel do crédito agrícola: importância com exclusão.....	76
3.3	A mecanização dos processos produtivos agrícolas.....	80
3.4	Principais alterações nos processos produtivos: a “sojicização” da agricultura no Alto Uruguai.....	86
3.5	Mudanças estruturais na agricultura do Alto Uruguai: os impactos técnico-produtivos da modernização.....	94
3.6	A diferenciação social da agricultura familiar e as novas estratégias de reprodução.....	105

CAPÍTULO 4

	REALIDADES E PERSPECTIVAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: um estudo de caso no município de Três Palmeiras/RS.....	112
4.1	Metodologia da pesquisa de campo em Três Palmeiras.....	114
4.2	Caracterização sócio-demográfica da agricultura familiar de Três Palmeiras.....	117
4.3	Os meios de produção: terra, capital e trabalho na agricultura familiar de Três Palmeiras.	121
4.4	A mercantilização da agricultura familiar de Três Palmeiras.....	130
4.5	Diferenciação social e estratégias de reprodução da agricultura familiar em Três Palmeiras.....	142
4.6	Sobre o futuro da agricultura familiar de Três Palmeiras: representações, condições e possibilidades.	152

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	166
ANEXOS.....	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Seções de colonização pública na área original do município de Ronda Alta entre 1924 a 1952.....	54
Tabela 02. Evolução dos estabelecimentos com financiamento, finalidade e origem para os anos de 1970, 1975 e 1980 para o município de Três Palmeiras (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	79
Tabela 03. Evolução do número de tratores de acordo com a potência no município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	80
Tabela 04. Evolução do número de máquinas e instrumentos agrícolas para o município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	82
Tabela 05. Evolução do uso de defensivos, adubação, calagem e práticas de conservação para o município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	84
Tabela 06. Evolução do número de produtores de soja, milho, trigo e feijão no município de Três Palmeiras para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	88
Tabela 07. Evolução da área plantada das principais lavouras temporárias no município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	89
Tabela 08. Evolução do uso do solo no município de Três Palmeiras para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	91
Tabela 09. Produção animal no município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2000 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	92

Tabela 10. Produção animal no Alto Uruguai no período 1996/2000.....	94
Tabela 11. Estrutura fundiária do município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	98
Tabela 12. Evolução da condição do produtor no município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	101
Tabela 13. Número de empregados temporários por mês de serviço na agropecuária para o município de Três Palmeiras para os anos de 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	101
Tabela 14. Evolução do uso da força de trabalho e sua procedência nas atividades agropecuárias no município de Três Palmeiras para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	103
Tabela 15. Aspectos demográficos do município de Três Palmeiras para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).....	106
Tabela 16. Evolução demográfica dos municípios da microrregião denominada Alto Uruguai para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.....	108
Tabela 17. Cálculo da amostragem por comunidade para o município de Três Palmeiras.....	116
Tabela 18. Idade do chefe do estabelecimento no município de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	117
Tabela 19. Número de pessoas residentes por estabelecimento no município de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	118
Tabela 20. Escolaridade do chefe do estabelecimento no município de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	120
Tabela 21. Principal religião entre os membros das famílias de agricultores familiares no município de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	121
Tabela 22. Formas de acesso à terra pelos agricultores familiares de Três Palmeiras...	122

Tabela 23. Estrutura fundiária dos agricultores familiares de Três Palmeiras no na agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	124
Tabela 24. Estratos de SAU (Superfície Agrícola Útil) entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002...	125
Tabela 25. Unidades de Trabalho Homem Agrícola Familiar (UTHagf), Agrícola Total (UTHagt) e Familiar ou Total (UTHf) encontradas entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	127
Tabela 26. Estratos (R\$) de Capital Disponível (CD), área média e SAU médias (ha) e CD médio (R\$) encontrados entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	129
Tabela 27. Principais produtos de origem agropecuária produzidos pelos agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	131
Tabela 28. Venda da produção animal, vegetal e a transformação caseira entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	132
Tabela 29. Estratos de Consumo Intermediário total (CI) entre os agricultores familiares entrevistados do município de Três Palmeiras no ano agrícola de agosto de 2001 a setembro de 2002.....	133
Tabela 30. Número de agricultores que tomaram crédito ou financiamento, número de financiamentos, finalidade e valor médio dos financiamentos entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	135
Tabela 31. Agricultores familiares de Três Palmeiras que tiveram acesso a assistência técnica no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	136
Tabela 32. Superfície Agrícola Útil (SAU) explorada por Unidade Trabalho Homem Agrícola Total (UTHagt) no município de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	137
Tabela 33. Classificação das famílias de agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002, como número de pessoas por família, área média e CD médio dos estabelecimentos.....	139

Tabela 34.	Estratos de Autoconsumo total (AtC) e número médio de pessoas por estabelecimento entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	141
Tabela 35	Formação da Renda Total (RT) entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	143
Tabela 36	Estratos de Renda Agrícola (RA) e Renda Total (RT), gerados pelos agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	144
Tabela 37	Abrangência das políticas públicas e destinação dos recursos entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	146
Tabela 38.	Valor Agregado Bruto (VAB) a preços básicos (R\$), por setores de economia, para os anos de 1996, 1998, 1999, 2000 e 2001 para o município de Três Palmeiras.....	148
Tabela 39.	Estratos de Produtividade Física (R\$) gerados pelos agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	149
Tabela 40.	Estratos de Produtividade do Trabalho (R\$) entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	150
Tabela 41.	Evolução da população do município de Três Palmeiras por faixas etárias entre 1991 e 2000.....	153
Tabela 42	O que o senhor faria diante uma suposta situação de crise na agricultura.....	154
Tabela 43.	Nível de satisfação dos agricultores familiares de Três Palmeiras em relação ao meio rural e a atividade agrícola no ano de setembro de 2001 a agosto de 2002.....	155
Tabela 44.	Perspectivas de futuro entre os agricultores familiares de Três Palmeiras.....	156
Tabela 45	O que seria necessário na opinião dos agricultores familiares de Três Palmeiras para a melhoria nas condições da família.....	158

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização do município de Três Palmeiras no Alto Uruguai (Microrregião de Frederico Westphalen).....	45
Figura 02	A permanência da tração animal.....	82
Figura 03	Persistência da prática de queimada entre os agricultores.....	85
Figura 04	Lavoura de soja (homogeneidade na paisagem rural).....	90
Figura 05	Principal infra-estrutura de armazenagem e comercialização da produção agrícola de Três Palmeiras.....	96
Figura 06	Externalização das atividades produtivas entre os agricultores.....	104
Figura 07	Novas alternativas de inserção mercantil da agricultura familiar.....	151

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01	Questionário semi-estruturado.....	173
ANEXO 02	Roteiro de entrevistas semi-estruturadas.....	187

LISTA DE SIGLAS

CAIs: Complexos Agroindustriais

COTRISAL: Cooperativa Triticola Sarandi Ltda.

DRM: Diagnóstico da Realidade do Município

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FECOTRIGO: Federação Gaúcha das Cooperativas de Trigo

FEE: Fundação de Economia e Estatística

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social

MAB: Ministério da Agricultura e Abastecimento

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

PGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

PPGA: Programa de Pós-Graduação em Agronomia

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UFPeL: Universidade Federal de Pelotas

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM: Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO

Esta dissertação aborda as transformações na forma familiar de produção através da análise das estratégias de reprodução que levaram os “colonos” do Alto Uruguai a se transformarem em “agricultores familiares”. Esta transformação se dá mediante um processo de inserção mercantil que se acentua a partir da década de 1970, levando os agricultores a uma plena mercantilização da vida social e econômica. Embora o estudo abranja o território do Alto Uruguai como referência empírica, os dados foram coletados no município de Três Palmeiras, onde se procura valorizar os processos sociais que envolvem a trajetória histórica de uma forma de trabalho e produção que cada vez mais se insere nos circuitos mercantis e, por isso, passa a ter a sua reprodução cada vez mais mercantilizada. A mercantilização é entendida como um processo de externalização das relações de produção, onde o agricultor se torna dependente das relações com o ambiente social e econômico seja para comprar insumos e produtos, seja para vender a produção após um ano de trabalho. Este processo de mercantilização tem levado os agricultores familiares a estabelecer relações sociais e econômicas que privilegiam a especialização produtiva, a concentração dos meios de produção e a individualização do processo produtivo. Desta maneira, acabam reforçando um padrão agrícola de produção que historicamente tem se demonstrado concentrador e excludente, o que acentua os processos de diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares. Este trabalho pretende dar uma contribuição ao estudo da agricultura familiar inserida num ambiente e sociedade de mercado e compreender a diversidade social e econômica que determina os processos de reprodução e diferenciação social e econômica na agricultura familiar. Da mesma forma, busca-se fornecer subsídios para os formuladores de políticas públicas e administradores locais na medida em que a agricultura familiar é a base social, econômica e cultural da sociedade da região estudada.

ABSTRACT

This dissertation the transformation which took place in the familiar production form, analyzing the reproduction strategies which made the farmhandas from Alto Uruguai become farm family. This transformation happened because of a mercantile process which gets stronger in the 1970 decade leading the agriculture to a complete economical and social mercantile life. This study embraces the Alto uruguai territory as an empirical reference and the basis where collected in Três Palmeiras municipal district where people valorize the social production form which is more and more inserted in the mercantile circuits, that's why it's reproduction has more the merrcantile features. The mercantile process is seen as an externalization of the socil and economical enviromennt, event to buy row-material and products or to sell the production of one year work. This mercantile process is leading the familiar agriculturists to settle social e economical relations which privilege the productive specialization, the means of production concentration and the individualization of the productive process. Doing this they reinforce an agricultural production pattern which historically has been shown as concentrated and excluding, what highlights the social and economical differentiaton process among of the familiar agriculture. This dissertation intends to contribute to the study of familiar agriculture inserted in a commercial societiu and enviroment, and also understand the economical and social diversity which determines the reproduction process and social and economical differentiation in the familiar agriculture. In the same way, it tries to give subsidies to whom formulate the public policy and to the social administrators as long as the familiar agriculture is the socioeconomic and cultural basis of the local society in the region study.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa as estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Três Palmeiras, localizado no Alto Uruguai, estado do Rio Grande do Sul. Neste trabalho de pesquisa busca-se analisar como as estratégias individuais e coletivas dos agricultores familiares foram sendo modificadas pela crescente inserção da forma familiar de trabalho e produção em um ambiente social e econômico mercantilizado. Esta inserção levou a agricultura colonial a se transformar em uma agricultura familiar mercantilizada, onde a forma de produção autônoma foi sendo relativizada e suplantada pela lógica do mercado que modificou também a forma de viver dos agricultores. Neste sentido, buscando valorizar os processos históricos de territorialização, transformação e reprodução da forma familiar de produção, as análises privilegiam as transformações nos processos de trabalho e de inserção mercantil dos indivíduos enquanto agricultores familiares.

Muitas foram as razões que motivaram e oportunizaram a realização de uma pesquisa sobre este tema. Uma é de ordem pessoal, pois sendo filho de pequeno agricultor, nascido no Alto Uruguai, tinha como preocupação entender porque tantas famílias haviam abandonado o meio rural e as que restavam não eram, na maioria, compostas por mais do que quatro membros. Isso remetia, inevitavelmente, a refletir sobre a trajetória da minha família. Desta maneira, as indagações eram a respeito de entender quais processos poderiam explicar a migração de tantas famílias e tantos jovens da minha comunidade. Algumas famílias, como a maioria dos jovens, migraram para a cidade, outras ingressaram em movimentos sociais e muito poucos filhos de agricultores, como eu, puderam estudar e ter a oportunidade de refletir sobre estas questões. No entanto, algumas constatações pareciam evidentes, entre as quais a de que o trator havia substituído a minha força de trabalho mas nem por isso estavam comprometidas as atividades agrícolas. Outra é de ordem acadêmica, onde durante o Curso de Geografia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) já tinha transformado a agricultura familiar em tema de pesquisa. Após a graduação, tive a oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em nível de Mestrado, possibilitando não só encontrar um

referencial teórico ao estudo da agricultura familiar, bem como fazer parte de uma pesquisa que se propunha a identificar e problematizar as atuais estratégias de reprodução social da agricultura familiar em quatro diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Uma dessas regiões era o Alto Uruguai, a partir de um estudo de caso no município de Três Palmeiras, uma zona marcada pela dependência estrita do desempenho de culturas de alto valor comercial, especialmente a soja, realidade que repercute no sentido de determinar um elevado grau de dependência dos sistemas produtivos locais aos aspectos macroeconômicos, especialmente o comportamento dos mercados internacionais de *commodities* agrícolas. Uma realidade produtiva relativamente conhecida por mim mas que requeria um mínimo de distanciamento e recuo, ou seja, sair do empírico ou do senso comum para interpretar de fato as transformações da realidade social, econômica e cultural através do olhar acadêmico e científico.

A realidade empírica da região do Alto Uruguai é de uma agricultura familiar mecanizada e produtora de *commodities* agrícolas, altamente dependente de insumos químicos, desenvolvida em pequenas propriedades (na sua maioria não ultrapassam os 20 ha), cada vez menos demandante de mão-de-obra e completamente inserida nos circuitos mercantis. No entanto, há ainda aqueles agricultores, que por razões diversas, a serem dissecadas no decorrer da dissertação, não conseguiram ingressar neste modelo técnico-produtivo, onde a força de trabalho animal ainda é utilizada. No entanto, são agricultores que contratam serviços de máquinas para realizar o plantio e a colheita, justamente pela falta de mão-de-obra familiar. O universo agrícola familiar é, por assim dizer, contraditório e paradoxal, pois ao mesmo tempo em que consolida alguns agricultores, exclui, expropria os meios de produção de outros. Uma das questões centrais a ser analisada por esta pesquisa é que a mercantilização acentuou a diferenciação social entre os agricultores, sendo que para alguns o limite foi a própria exclusão, tornando as migrações e a mobilização política importantes estratégias, mesmo que fora da região do Alto Uruguai e inclusive fora da atividade agrícola.

As transformações mais significativas das formas territoriais e do próprio território ocorrem à nível da posse da terra e da introdução de novos processos produtivos, conformando o espaço social e transformando o território. A territorialização da agricultura familiar no município de Três Palmeiras, bem como do Alto Uruguai, está ligada ao processo histórico de migração de descendentes de colonos de europeus, que habitavam as colônias velhas gaúchas. Segundo Waibel (1955), avançando a zona pioneira, também chamada de frente de expansão por Martins (1979), os colonos tinham a necessidade de buscar novas terras, já que nas regiões de origem estas haviam se tornado escassas. Ao se instalarem no

Alto Uruguai, estes colonos implantaram um modo de vida semelhante ao que se caracterizava por uma maneira específica de produzir, baseada na rotação de terras, e num modo de viver, que era fortemente influenciado pela vida em comunidades, onde se expressavam as tradições religiosas entre outras formas de sociabilidade.

No entanto, a forma de produzir e a forma de viver e trabalhar dos agricultores familiares inseridos em circuitos mercantis não é a mesma da agricultura colonial. Neste sentido, um dos objetivos é demonstrar como se dá a transformação de uma agricultura colonial em uma agricultura familiar mercantilizada, especialmente a partir da década de 1970, quando emerge uma nova estrutura social e econômica na região, que apesar de preservar o caráter familiar da agricultura acentuará a diferenciação social e econômica entre os agricultores. Ou seja, na medida em que os vínculos mercantis crescem, a economia de excedentes (Martins, 1979) dá lugar a uma economia de mercado, transformando a agricultura colonial em uma agricultura familiar mercantilizada.

Este processo de transformação não é entendido como a superação total de uma forma social de trabalho e produção já existente, mas como uma metamorfose, tal como frisou Abramovay (1992). O novo não é uma nova forma social, o que distingue uma da outra são as estratégias de reprodução. Por exemplo, se na agricultura colonial o acesso à terra se dava através da herança, resultando no parcelamento dos lotes coloniais, na agricultura familiar o acesso se dá quase exclusivamente através da compra. Isso não significa que este tipo de formação social esteja reduzindo ou eliminando o seu caráter familiar, mas servindo-se de outras estratégias de reprodução por conta da mercantilização do ambiente social e econômico. Assim, a categoria social hoje conhecida como agricultura familiar tem demonstrado ser uma forma de organização social e econômica capaz não só de se reproduzir, mas de se fortalecer neste ambiente mercantilizado, seja internalizando o progresso tecnológico, definindo canais de comercialização ou acessando o sistema de crédito.

Portanto, um dos argumentos desta dissertação é que as transformações da agricultura familiar devem ser analisadas e compreendidas a partir do desenvolvimento do próprio capitalismo na agricultura através da mercantilização das relações de produção. É fundamentalmente nos marcos da modernização da agricultura que se operam as principais transformações no modo de produzir e de viver dos agricultores. A partir de então, a agricultura familiar no Alto Uruguai adentra em um processo intenso de especialização produtiva e de dependência externa que a mercantilização será uma de suas principais características. A externalização do processo produtivo leva à diferenciação da agricultura, entendida como as mudanças nos sistemas de cultivo e de criações da agricultura familiar em

relação à agricultura colonial, e a diferenciação social entre os agricultores, entendida como resultado das reais possibilidades de inserção nos circuitos mercantis e da forma de produzir dos agricultores, levando em consideração os fatores de produção disponíveis.

A partir desses processos mais gerais, podemos definir o problema de pesquisa com uma indagação sobre o modo como se dá a interação dos agricultores familiares com o sistema social capitalista a que fazem parte e como estes conseguem se reproduzir nos marcos desta relação social?.

Todavia, as relações sociais, econômicas, culturais entre outras, que os agricultores familiares estabelecem com os processos sociais mais amplos, que lhe são externos, mas não alheios, não são homogêneas. A heterogeneidade varia de acordo com a própria trajetória individual de cada agricultor familiar, que acaba adotando estratégias diferenciadas para viabilizar sua reprodução social num mesmo ambiente mercantilizado. Segundo Ploeg (1992), este processo caracteriza-se pela existência de diferentes graus de mercantilização entre os agricultores, pois há fatores alheios à vontade dos indivíduos que devem ser levados em consideração, como a própria impossibilidade de modernização da sua base tecnológica, persistindo na agricultura familiar o padrão tecnológico da agricultura colonial. Através do estudo da trajetória histórica da forma familiar de organização do trabalho e produção procurar-se-á entender como as famílias foram estabelecendo diferentes estratégias de reprodução social. As análises não se prendem unicamente às atividades agropecuárias, por se entender que tanto as migrações, os movimentos sociais e as atividades não-agrícolas constituem estratégias de reprodução da agricultura familiar do Alto Uruguai

Neste sentido, a reprodução da agricultura familiar é entendida em suas múltiplas dimensões, tais como a social, material e demográfica. Assim, não é possível uma análise que se prenda apenas aos aspectos produtivos, pois é necessário levar em consideração a diversidade dos problemas sociais e culturais que envolvem as decisões individuais e coletivas dos agricultores familiares. Desse modo, o processo de reprodução vai mais além dos fatores internos que caracterizam as famílias, porque também dependem das relações estabelecidas com o ambiente social e econômico. A aparente homogeneidade dá lugar a heterogeneidade, que é percebida e apreendida através da análise da diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares.

Com vistas a observar o funcionamento interno e externo destas unidades, esta pesquisa assume o pressuposto de que as famílias dos agricultores familiares são compostas por uma unidade de produção e uma unidade doméstica que interagem e funcionam de modo indivisível, mesmo em ambiente mercantilizado. Neste sentido, a análise não se prende única

e exclusivamente em problematizar como o ambiente social e econômico influencia no processo de reprodução social da agricultura familiar, mas também a importância da família no processo decisório. Esta perspectiva dá suporte à uma pesquisa mais ampla na qual este estudo está inserido. Esta pesquisa é coordenada pelos professores Sergio Schneider (PGDR/UFRGS) e Flávio Sacco dos Anjos (PGA/UFPeL). Por sua vez, esta busca analisar a dinâmica e as estratégias de reprodução da agricultura familiar em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul.

Para a compreensão das estratégias que dinamizam a reprodução social da agricultura familiar, é importante reforçar que após a década de 1970, a agricultura familiar do Alto Uruguai tem estabelecido suas estratégias de reprodução com base em políticas de incentivo ao padrão agrícola de desenvolvimento sustentado pela especialização produtiva. Esta, por sua vez, explicitou a contradição nas estratégias de reprodução social dos agricultores, pois ao mesmo tempo em que permitiu a internalização do progresso técnico de parcela considerável de agricultores, solapou as condições materiais de reprodução social de outros. A precarização das condições de trabalho, as migrações e a mobilização políticas dos agricultores são algumas das faces mais recentes da subordinação crescente da agricultura à dinâmica capitalista. Acentua-se, com isso, a diferenciação social entre os agricultores familiares, pois a ascensão social de muitos agricultores se dá ao mesmo tempo em que outros vêm a sua reprodução social comprometida.

Assim, a análise das estratégias de reprodução se baseia na perspectiva de que se trata de uma agricultura familiar mercantilizada. Nesta perspectiva, busca-se analisar como as estratégias de reprodução dos agricultores são afetadas pelas transformações que o capitalismo impõe sobre as formações socioeconômicas. No entanto, é a família, através do grupo doméstico, que decide sobre as estratégias de reprodução a serem adotadas a partir dos imperativos a que seus membros estiverem defrontados.

A partir deste marco de referência teórico e conceitual, estabelece-se como objetivo geral da pesquisa a análise de como ocorre o processo de territorialização e transformação da forma familiar de produção no município de Três Palmeiras, localizado no Alto Uruguai gaúcho. Trata-se de uma análise histórica da sua origem e evolução onde as principais transformações ocorrem a partir da modernização tecnológica iniciada na década de 1970. Como objetivos específicos, explicativos das transformações estruturais na agricultura familiar, procurar-se-á analisar os processos sociais e produtivos realizados pelos colonos e pelos agricultores familiares. Além disso, procura-se analisar como se deu a transformação da agricultura colonial em agricultura familiar mercantilizada, especialmente em relação aos

impactos da especialização produtiva sobre a família e a utilização de novas tecnologias. Também se pretende mostrar como e porque a diferenciação social entre os agricultores se acentua na medida em que cresce a mercantilização das relações de produção, passando a existir diferentes graus de inserção mercantil. Finalmente, identificar e analisar as atuais estratégias de reprodução de uma agricultura familiar mercantilizada, no sentido de reconhecer se estas estratégias têm viabilizado a sua reprodução social, material e demográfica.

Em relação aos aspectos metodológicos, a pesquisa se insere na técnica de estudo de caso. Segundo Gil (1994), a técnica de estudo de caso se caracteriza pela análise profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, permitindo que este objeto de estudo seja conhecido e analisado de forma ampla e detalhada. Assim, a superioridade social, econômica e cultural da agricultura familiar sobre as demais formas de trabalho e produção no meio rural do município de Três Palmeiras permite estabelecer uma investigação consistente e problematizadora da sua realidade. De acordo com Gil (1994), o estudo de caso é muito freqüente na pesquisa social, especialmente pela sua relativa simplicidade e economia. No entanto, há restrições no que diz respeito à possibilidade de generalizações dos resultados obtidos. Para tentar superar esta limitação, o autor destaca que uma das técnicas é buscar casos típicos que fossem representativos de um universo mais amplo. Ou seja, casos ou objetos que em função de informações prévias, pessoais ou de outras fontes, pareçam ser a melhor expressão de um tipo ideal dentro de uma categoria.

A escolha do município de Três Palmeiras se deu a partir das exigências metodológicas de um estudo de caso, bem como no escopo das discussões do projeto **Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: A emergência de uma nova ruralidade**. A proposição de comparar as dinâmicas da agricultura familiar em diferentes microrregiões fez com que no Alto Uruguai o caso escolhido fosse Três Palmeiras, levando em consideração aspectos como o tipo de colonização, a estrutura fundiária, o tamanho do município, os sistemas produtivos e o número de estabelecimentos, que não poderia ser nem muito pequeno nem muito grande, mas próximo aos demais estudos de caso propostos pela pesquisa. A partir da escolha do município passou-se à coleta dos dados.

A investigação empírica, sustentada pela técnica de estudo de caso em um único município, foi realizada através da aplicação de 59 questionários semi-estruturados (Anexo 1) junto aos agricultores familiares do município de Três Palmeiras. Os dados dos referidos questionários sustentam as análises apresentadas no capítulo 4, onde se faz uma descrição mais detalhada de como os dados foram obtidos. Além dos questionários semi-estruturados,

foram realizadas, através de um roteiro semi-estruturado, 23 entrevistas (Anexo 2). Além dos diferentes “tipos” de agricultores familiares entrevistados, foram realizadas entrevistas com diversos atores sociais ligados a Emater, Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outros. A escolha dos agricultores entrevistados procurou reconhecer a diversidade social existente no universo agrícola familiar. Foram entrevistados agricultores com variados graus de acesso a recursos tecnológicos, agricultores que tinham uma tradição histórica de mobilização política na “luta pela terra”, agricultores especializados na produção de grãos, de leite e pessoas mais idosas, procurando-se resgatar a sua história de vida e as principais transformações que vivenciaram enquanto agricultores.

A aplicação dos questionários teve como objetivo o estudo das estratégias de reprodução social da agricultura familiar tendo como referência, simultaneamente, as relações que se estabelecem entre a unidade familiar e o ambiente social e econômico em que esta se acha inserida. Entende-se que é do resultado desta interação que resultam iniciativas e ações dos indivíduos e das famílias para fazer frente a processos sociais e econômicos, como a crescente exigência de aperfeiçoamento tecnológico (como máquinas e equipamentos agrícolas, uso de adubos e fertilizantes químicos, de sementes geneticamente melhoradas, etc), a ampliação da escala de produção, etc., que podem ser resumidos na idéia da ampliação da mercantilização e integração dos agricultores em uma sociedade capitalista. Assim, o objeto do estudo define-se pela análise do modo de interação dos agricultores familiares com o sistema social capitalista e de que forma estes conseguem se reproduzir nos marcos desta relação social. A unidade de referência desta pesquisa para a coleta dos dados qualitativos e quantitativos foi a agricultura familiar, formada pelo agricultor e sua família, particularmente através do reconhecimento de que o trabalho, a gestão e a propriedade estão intimamente ligados à família

Além dos dados primários coletados por questionários e entrevistas semi-estruturadas, muitas fontes secundárias foram utilizadas, como o IBGE, através dos censos demográficos e agropecuários, a FEE, através do Anuário Estatístico 2001 (CD) e pelo seu site na Web, o escritório municipal da Emater de Três Palmeiras e o Escritório Regional do INSS, na cidade de Passo Fundo.

A partir da caracterização empírica de onde seria feito o estudo de caso e das técnicas de pesquisa, passou-se à reflexão sobre a formação, evolução e transformações da agricultura familiar. Percebeu-se que essas transformações decorriam da crescente mercantilização das relações de produção a que os agricultores eram submetidos. Neste sentido, a primeira hipótese desta pesquisa foi a de que a mercantilização produtiva estava gerando um processo

de especialização produtiva em que a crise da agricultura colonial dá lugar ao aparecimento de uma agricultura familiar mercantilizada. Esta transformação resultou em crescente processo de diferenciação social entre os agricultores, o que gera diferentes graus de mercantilização entre os agricultores familiares que, de um lado, fortalece os agricultores mais estruturados e, de outro, exclui os mais descapitalizados e fragilizados. Neste sentido, os agricultores se especializam ainda mais, favorecidos pelas políticas de crédito rural e do mercado consumidor que demandava produção, particularmente a soja, já que se tratava de um produto *tipo exportação*.

Como segunda hipótese, acredita-se que a mercantilização afetou tanto o modo de produzir como o modo de viver dos agricultores familiares. Em relação ao modo de produzir, destaca-se a introdução de novas tecnologias que objetivam aumentar a produtividade da terra e do trabalho, fazendo com os agricultores passem a produzir cada vez mais para o mercado, numa espécie de competição. Já em relação ao modo de viver, este foi diretamente afetado pela inserção dos agricultores em um ambiente mercantilizado, incentivando a individualização, enfraquecendo antigas formas de sociabilidade, como os mutirões e as trocas de serviço.

A terceira hipótese é a de que a mercantilização levou ao estabelecimento de um padrão agrícola de produção que não somente tornou a reprodução social da agricultura familiar dependente dos vínculos mercantis e das estratégias agrícolas de reprodução como precarizou as condições de trabalho de muitos agricultores, concentrou a terra e os demais meios de produção, fazendo com que para muitas famílias a migração se tornasse a principal alternativa frente à exclusão social.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se o referencial teórico considerado adequado ao estudo da agricultura familiar na atualidade. São apresentados e discutidos além de alguns conceitos, como mercantilização, reprodução e estratégias de reprodução, noções teóricas fundamentais ao estudo da reprodução social, material e demográfica da agricultura familiar em um ambiente mercantil. Neste capítulo, analisa-se a reprodução como resultado do ajustamento de fatores internos como as formas de herança, a gestão do trabalho e mesmo os obstáculos naturais oferecidos pela natureza. Não obstante, se faz necessário discutir a influência do ambiente social e econômico, que será o próprio responsável pelo processo de mercantilização da agricultura familiar, através do progresso técnico e das políticas públicas. No seu conjunto, são condicionantes que levam à diferenciação e a reprodução da agricultura familiar na sociedade contemporânea. Será a

partir destes conceitos e noções teóricas que analisa-se as transformações da agricultura familiar em suas diferentes fases.

No segundo capítulo descreve-se, além do processo histórico de territorialização da forma social de trabalho e produção no Alto Uruguai, como esta estruturava as suas estratégias de reprodução, a partir de um modo de vida colonial. Busca-se analisar as estratégias até o início do processo de modernização da base tecnológica, por entender que este constituiu uma “ruptura” entre a agricultura colonial e a agricultura familiar no que diz respeito à inserção mercantil. Inicialmente faz-se uma caracterização físico-geográfica regional, passando-se em seguida ao reconhecimento dos marcos iniciais de ocupação e colonização pelo colono, sem, no entanto, esquecer dos índios e caboclos que já habitavam a região. Em seguida, analisa-se a agricultura colonial através das suas fases históricas de evolução e transformação. A definição das fases é uma técnica para identificar como e porque a agricultura colonial foi gradualmente deixando de produzir para o autoconsumo e subsistência e aumentando a produção voltada para o mercado. A primeira fase se refere ao início do processo de colonização do Alto Uruguai, as primeiras atividades e o modo de vida dos colonos. Já a segunda, é aquela onde procuramos demonstrar as primeiras mudanças nos processos produtivos e a intensificação dos vínculos comerciais. São transformações importantes para entender como a agricultura colonial necessitava, cada vez mais, se mercantilizar. Nesta fase, cada vez mais a economia de excedentes dá lugar a uma economia de mercado.

No terceiro capítulo discute-se a reprodução da agricultura familiar no contexto da mudança da base tecnológica. Busca-se demonstrar que a especialização produtiva, agora através da soja, do trigo e do milho, levou a agricultura familiar à uma dependência dos padrões chamados modernos de produção, o que significava o crescente uso de insumos da indústria química, de máquinas e equipamentos e de crédito agrícola. Discute-se também, quais foram os impactos sociais e econômicos para a agricultura familiar deste processo que se iniciou com a mecanização agrícola do final da década de 1960. Por Três Palmeiras ser um município de emancipação político-administrativa recente (1988), os dados secundários foram agregados aos do município de Ronda Alta. Desta maneira, pode-se inferir uma análise microrregional dos impactos do que se convencionou chamar de modernização da agricultura sobre a forma de produzir e de viver dos agricultores familiares.

No quarto e último capítulo faz-se uma análise das atuais estratégias de reprodução da agricultura familiar utilizando-se dados da pesquisa de campo realizada nos meses de março e abril de 2003, considerando-se os dados referentes ao ano agrícola de setembro de 2001 a

agosto de 2002. Neste capítulo busca-se uma síntese da dialética das transformações da agricultura familiar no município de Três Palmeiras. Inicialmente, é apresentada a metodologia utilizada, especificamente para a coleta dos dados primários, como a definição da unidade de análise, do tamanho da amostra, e dos demais procedimentos para a pesquisa de campo. Em seguida, já como resultados da pesquisa, analisam-se os aspectos sócio-demográficos da agricultura familiar. Após, uma caracterização e análise dos meios de produção – terra, capital e trabalho - entre os agricultores, procurando-se demonstrar a mercantilização da terra, a mão-de-obra disponível e a concentração da terra e do capital na agricultura familiar de Três Palmeiras. Na sequência, os principais impactos da mercantilização, como a especialização produtiva, a individualização da produção e a importância do autoconsumo, reforçando o caráter familiar da agricultura. Levando-se em consideração tais processos, faz-se uma análise da diferenciação social e econômica e da dependência das estratégias agrícolas de reprodução entre os agricultores familiares. Finalmente, faz-se uma análise sobre as perspectivas de reprodução social, material e demográfica da agricultura familiar de Três Palmeiras no contexto da sua mercantilização social e econômica.

Desse modo, o esforço de pesquisa apresentado nos diferentes capítulos desta dissertação se articula em torno do estudo e da análise das estratégias de reprodução da agricultura familiar num contexto de mercantilização. Este processo será analisado a partir da inserção da agricultura familiar em um ambiente social e econômico que buscará reforçar dois aspectos da agricultura: a especialização produtiva e sua quase total dependência do padrão agrícola de produção e desenvolvimento. Neste sentido, a interferência do ambiente externo será cada vez maior, pois há uma plena mercantilização das relações de produção, como a necessidade de compra de insumos, de acesso ao crédito, ao progresso técnico e outras demonstrações de mercantilização da vida social e econômica dos agricultores familiares.

CAPÍTULO 1

ELEMENTOS TEÓRICOS AO ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Neste capítulo, busca-se apresentar o referencial teórico-analítico com que se pretende abordar a problemática que envolve a reprodução social da agricultura familiar no capitalismo. São conceitos e noções teóricas que consubstanciam o processo que envolve a territorialização¹, as transformações e a reprodução da forma familiar de produção no Alto Uruguai. Através do referencial teórico, sustentado pela perspectiva dialética da transformação social, buscaremos elementos teórico-analíticos para reconhecer e analisar as estratégias de reprodução social da agricultura familiar num contexto de mudança. Estas, por sua vez, refletem as imposições a que os indivíduos e as famílias se defrontam, seja no ambiente familiar, através das relações de parentesco e herança, seja no ambiente social e econômico, através das relações mercantis. Assim, entende-se a agricultura familiar do Alto Uruguai como uma forma familiar de produção originada por processos de colonização onde seus precursores (colonos) territorializaram um modo de vida colonial, caracterizado por uma forma de produzir e de viver que se foi transformando ao longo do tempo. Mediante a utilização destas referências teóricas e conceituais buscar-se-á demonstrar que cada vez mais a reprodução social da agricultura familiar se dá num contexto de mercantilização.

A apresentação da perspectiva teórica está dividida em seções. Na primeira, pretende-se apresentar a perspectiva teórico-analítica que norteia este trabalho, enaltecendo a necessidade de analisar a agricultura familiar em um contexto de mudança social que torna a sua reprodução cada vez mais dependente da mercantilização. Na segunda seção, procura-se estabelecer um debate com a literatura já existente sobre a agricultura familiar. Nas seções

¹ A utilização da terminologia “espaço” ou “território” não significa que uma exclui a outra. Por espaço podemos compreender a escala de análise mais ampla, que inclui o território, que por sua vez é onde os processos sociais se materializam. Territorializar significa, portanto, estabelecer relações de apropriação e transformação de uma determinada realidade social e econômica já existente em uma outra. Esta nova realidade social e econômica será reflexo de novas relações de trabalho e produção ali instituídas. A título de exemplo, podemos citar que a colonização do Alto Uruguai por descendentes de imigrantes alemães e italianos significou a institucionalização de uma nova forma de produzir e de viver, diferente daquela já existente, desenvolvida por índios e caboclos. Sobre definições de escalas de abordagem, ver Castro (1995) e Santos (1999).

seguintes, terceira e quarta, busca-se apresentar os fatores internos e externos de diferenciação e reprodução social da agricultura familiar no capitalismo. Ou seja, como esta forma social de trabalho e produção tem buscado a sua reprodução em um contexto em que predomina a interação social através das relações mercantis.

Estudar a agricultura familiar significa estudar as estratégias de reprodução que esta adota ao longo de sua trajetória histórica. No Brasil, trabalhos como os de Schneider (1999;2003), Abramovay (1992) e Anjos (1995;2003) procuraram demonstrar que a agricultura familiar tem viabilizado a sua reprodução social e até mesmo se fortalecendo pela sua crescente mercantilização. Para estes autores, a inserção mercantil pode ocorrer através do mercado de trabalho não-agrícola, do mercado de produtos agropecuários, através do sistema financeiro e mesmo através do acesso às políticas públicas. Ou seja, uma agricultura familiar mercantilizada não significa que seja uma agricultura familiar fragilizada. Somente através da análise dos processos históricos de evolução e transformação é possível aferir considerações sobre a reprodução social, material e demográfica da agricultura familiar. Neste sentido, quando se estuda a agricultura familiar opera-se com duas dimensões analíticas que estabelecem as bases materiais da sua própria reprodução. A primeira dimensão é a familiar, seja no aspecto produtivo como no aspecto nas relações de parentesco e consangüinidade. A outra dimensão é a “externa” e refere-se à inserção da agricultura familiar no ambiente social e econômico.

Através da perspectiva teórica busca-se dar suporte à análise dos processos históricos de formação, evolução e transformação da agricultura familiar no Alto Uruguai. Essa síntese dialética será feita a partir da análise das estratégias de reprodução adotadas em cada período da sua trajetória histórica. Assim, as transformações da agricultura colonial em agricultura familiar no Alto Uruguai resultam de processos sociais que se (re)definem, oferecendo elementos à reprodução das relações de produção e das formações sócio-econômicas que nele se estabeleceram historicamente.

Orientado por esta perspectiva teórico-analítica acredita-se ser possível entender como a forma familiar foi capaz de se (re)organizar, transformar e consolidar não como resquício do passado, mas como uma forma social capaz de se reproduzir num ambiente capitalista. Neste ambiente, os processos produtivos podem se fortalecer em diferentes espaços e contextos históricos, como no caso da agricultura familiar que conserva traços do seu passado colonial ou de sua forma original, como a gestão do trabalho e posse dos meios de produção.

Por isso, estudar a reprodução da agricultura familiar é procurar entender as estratégias, as ações práticas que os indivíduos e as famílias tomam em face dos condicionantes externos e mesmo internos, que impõem algum tipo de restrição à sua reprodução social. Isso ocorre, por exemplo, através das variações internas na intensidade de trabalho, pela ampliação ou restrição do consumo, pelos vínculos estabelecidos com o ambiente externo, pela internalização do progresso tecnológico, etc. Neste sentido, a perspectiva de Fortes (1971, apud Almeida, 1986, p. 67) nos parece interessante na medida em que a reprodução social da família rural e da agricultura familiar é entendida como um amplo processo “de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração”, onde a família rural possui uma dinâmica interna que lhe é própria mas se orienta também em função das relações estabelecidas com o campo externo, o mercado, seja de trabalho, de acesso às políticas públicas ou de insumos e produtos. Neste trabalho, não faremos uma microeconomia da agricultura familiar, nem tampouco uma análise estritamente macro das relações que historicamente envolvem o seu processo de produção e reprodução. Com base na teoria social crítica procura-se entender a natureza histórica das transformações da agricultura colonial para a agricultura familiar que conhecemos hoje.

Isso somente é possível se levarmos em consideração a realidade das transformações históricas desta agricultura, procurando analisar as relações que estruturaram o seu processo organizacional, produtivo e reprodutivo interno e externo. Para tanto, parte-se da análise de como novos sistemas produtivos e níveis tecnológicos são introduzidos, incorporados e/ou transformados pelos agricultores, seguindo um movimento dinâmico de renovação, superação e transformação.

O Alto Uruguai será tomado como terreno empírico e base física e geográfica, incorporada e moldada pelas migrações internas de colonos que buscaram ali instalar o seu sistema produtivo originário das colônias velhas gaúchas. Isso passa a ocorrer graças ao avanço da frente de expansão², ou zona pioneira, estabelecida no Rio Grande do Sul ainda no século XIX. O Alto Uruguai foi assim apropriado por relações de trabalho e produção antes estranhas, mas que aos poucos foi transformando não somente a paisagem, mas todas as relações e o modo de produção, passando de uma economia de excedentes (Martins, 1979)

² Martins (1975), procura estabelecer um debate nas implicações de se adotar “zona pioneira” tal como o fez Waibel (1955) ou “frente pioneira” no fenômeno de mobilidade espacial das populações, neste caso, o ocorrido no Rio Grande do Sul no final do século XIX numa perspectiva sociológica. A adoção de uma noção não implica o suprimento da outra, pois consideramos as contribuições de Waibel (1949, 1955) fundamentais à compreensão da dinâmica ocupacional, social e econômica do Rio Grande do Sul. Discutiremos no capítulo 2 como se constituíram as *frentes* no processo de formação e territorialização da agricultura familiar no Alto Uruguai.

para uma economia de mercado. A crescente inserção mercantil será o principal aspecto que diferenciará “colonos” de “agricultores familiares”.

A categoria social denominada agricultores familiares tem recebido diferentes denominações. A terminologia “colono” será utilizada para designar os agricultores familiares do Alto Uruguai do período que vai da sua territorialização até a crise que levaria a agricultura colonial a modernizar a sua base tecnológica. É uma denominação que se restringe a regiões específicas de colonização formadas pelo avanço das zonas pioneiras ou frentes de expansão. Este processo condiz com a existência de uma forma de produzir e de viver específica, denominada por Schneider (1994) de modo de vida colonial. Não obstante, a partir da década de 1960 a agricultura colonial entra em uma crise que vai transformar pouco a pouco a forma de produzir e de viver dos agricultores. Essa transformação se dará pelo grau de mercantilização que cresce entre os agricultores, pois para superar problemas como a perda da fertilidade natural dos solos e o parcelamento dos lotes passam a buscar no mercado um número cada vez maior de insumos e produtos, como adubos, sementes, fertilizantes e principalmente máquinas e equipamentos agrícolas.

Desta maneira, a agricultura familiar no Alto Uruguai será analisada em relação aos seus vínculos com as formas sociais mais antigas, neste caso a agricultura colonial, que não obstante ser herdeira das formas camponesas européias estudadas por Mendras (1978) e Ellis (1988), não pode ser analisada ou assemelhada a tal categoria social. A diferença está em que a agricultura colonial e, mais claramente a agricultura familiar, representam uma forma de trabalho e produção bastante distinta do campesinato. Essa distinção se dá em função da crescente inserção mercantil a que a agricultura colonial é submetida desde o princípio e, mais tardiamente, a agricultura familiar no Alto Uruguai.

Nestes termos, estamos falando de uma atividade produtiva, de uma forma social de trabalho e produção, sustentada por laços de parentesco, consangüinidade e herança inserida num ambiente social e econômico mercantilizado, em que as relações de troca definem sua condição de existência. A sua reprodução se dá, portanto, no contexto de uma economia e sociedade de mercado. Para Abramovay (1992) isso é possível justamente por tratar-se de uma atividade em que trabalho e gestão estruturam-se fortemente em torno de vínculos de parentesco, bem como a participação de mão-de-obra familiar se sobrepõe à contratada.

Estes vínculos, tão bem analisados por Wortmann (1995), serão importantes para entendermos a reprodução da agricultura colonial, mas não podemos esquecer que a sua transformação em agricultura familiar significou uma mercantilização até mesmo do acesso à terra. Conforme veremos no capítulo 4, as formas de acesso à terra na agricultura familiar

mudaram em relação a agricultura colonial, mercantilizando o solo, onde a partilha dos lotes entre os herdeiros foi abandonada quase por completo em face ao crescente processo de mercantilização das relações de produção. Como veremos, a especialização produtiva e a plena inserção nos circuitos mercantis significaram mudanças estruturais importantes na forma familiar de produção.

As transformações na agricultura familiar decorrem, portanto, de um conjunto de estratégias formuladas e reformuladas historicamente pelos agricultores familiares em face às imposições que se apresentavam, como a pressão demográfica, o esgotamento dos solos, o progresso tecnológico, mudanças nas formas de herança, entre outras. Para captar essa diversidade, precisamos levar em consideração a realidade histórica das transformações ocorridas, visto que a reprodução da agricultura familiar é um processo longo, complexo e desigual de região para região.

Conforme Miorin (1988), as transformações ocorridas no espaço são identificáveis pelas formas que aparecem e se incorporam à paisagem. Essas formas simbolizam não só os vários estágios quantitativos e qualitativos do modo de produção, traduzido no conjunto produtivo, como também seus níveis de crescimento, ampliação, recessão e crise. Diante disso, nos apoiaremos na perspectiva da dialética dos processos sociais para entender as transformações, as metamorfoses da agricultura familiar no Alto Uruguai, dado que nesta região as famílias de agricultores vivem num constante estado de tensão, levando ao fortalecimento ou precarização das condições objetivas de reprodução.

Por isso, orientados por alguns elementos da teoria social crítica, esperamos contribuir teórica e analiticamente com os estudos que se propõem à análise da reprodução e transformação da agricultura familiar nas sociedades contemporâneas. Isso porque, entendemos que a reprodução das formas sociais de trabalho e produção no campo se dá num ambiente cada vez mais mercantilizado, exigindo que estas lancem mão de diferentes estratégias de reprodução.

As formas sociais de trabalho e produção estabelecem mecanismos de produção e reprodução com o seu território, determinando as relações sociais e econômicas que ali se estabelecerão. No Alto Uruguai, por exemplo, a incorporação de novos elementos, via alteração da base técnico-produtiva foi gradativamente internalizada pela forma social já existente, a agricultura colonial, estabelecendo-se condições para a sua transformação na agricultura familiar que conhecemos sem, no entanto, transformar-se por completo. Ou seja, as formas sociais não desaparecem, mas se transformam. Neste sentido, concordamos com Lefebvre (1979), quando afirma que “en el mundo rural, más claramente aún que en el

urbano, nada ha desaparecido por entero” (p.64). Assim, entende-se que a agricultura familiar atual é o resultado das transformações da forma social anterior, identificada pela expressão agricultura colonial. Em relação à agricultura colonial do Alto Uruguai, estas metamorfoses ocorrem através da crescente mercantilização das relações de produção, transformando o colono em um agricultor familiar mercantilizado.

1.1 A institucionalização e o reconhecimento do debate sobre a agricultura familiar.

O debate sobre a agricultura familiar no Brasil é relativamente recente. É a partir do início da década de 1990 que as discussões a seu respeito ganham respaldo teórico e político, passando a fazer parte das reflexões estabelecidas nos respectivos campos. Começa-se, então, a definir um novo marco teórico-analítico que busca trazer para a discussão a necessidade da superação de algumas noções atribuídas às formas familiares de trabalho presentes no meio rural tais como “pequena produção”, “produção de subsistência”, “agricultura tradicional”, trabalhadores rurais, entre outras³. O debate estabelecido foi importante não somente por desmistificar a compreensão existente até então sobre as formas familiares de trabalho no campo mas, também, por evidenciar o significado da noção de agricultura familiar para a economia e a sociedade brasileiras. A institucionalização do debate procurou trazer à tona não apenas a importância econômico-produtiva mas questões como as de gênero, organização política, diversidade cultural, mercado de trabalho, entre outras. Isso representou um avanço para as discussões sobre o rural brasileiro, possibilitando inclusive o aparecimento de novas políticas públicas como foi o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

De acordo com Schneider (2003), foi na década de 1990 que se verificou uma renovação importante acerca dos temas que até então norteavam o debate sobre a agricultura brasileira. É principalmente a partir da década 1990 que a expressão agricultura familiar ganha destaque no meio acadêmico e político, configurando-se como um tema gerador de profícuos estudos e pesquisas. Não obstante, constitui-se num debate sem contornos definidos, visto que a diversidade de formas sociais no campo brasileiro, as imposições a que estas se vêem constantemente defrontadas e as diferentes perspectivas teóricas não permitem chegar a um “consenso” em torno da temática. Por isso, a partir de estudos de caso, como o

³ A este respeito, ver PORTO e SIQUEIRA (1994).

que se apresenta nesta dissertação pode-se contribuir com o debate existente sobre a agricultura familiar, possibilitando confrontar diferentes realidades empíricas.

Os estudos e as discussões em torno da agricultura familiar no cenário político nascem, conforme Schneider (2003), ligados aos embates dos movimentos sociais promovidos pelo sindicalismo rural a partir do processo de integração social e econômica do Mercosul. Fazia-se necessário discutir qual era o papel e o espaço dos agricultores familiares no processo de integração, pois estes, como ocorreu durante a modernização da agricultura, corriam o risco de ficarem de fora de questões que lhes diretamente diriam respeito, particularmente em torno da produção agropecuária. A crescente legitimação desta noção junto aos movimentos sociais também pode ser atribuída ao próprio enfraquecimento de outras denominações que eram usadas até então, como a de trabalhador rural e pequenos proprietários. Além disso, os próprios desafios que o sindicalismo rural passa a enfrentar a partir dos anos 1980, seja pelos impactos da abertura comercial, seja pela redução do crédito agrícola ou mesmo pela queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação levam à mobilização e organização política.

O reconhecimento por parte do Estado da importância da agricultura familiar para o Brasil ocorre em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). De acordo com Schneider (2003), sua finalidade era prover de crédito e apoio institucional às categorias de pequenos agricultores desprovidos de crédito a partir de sua retração, consumada nos anos 1980. Este período demonstra o interesse do próprio Estado em legitimar uma forma social que se apresenta num estágio de mudanças qualitativas e quantitativas, numa crescente integração aos mercados e capaz de responder aos próprios interesses do Estado.

Pelo lado acadêmico, o debate também trouxe importante contribuição à consolidação do que se passa a denominar agricultura familiar. De acordo com Schneider (2003) alguns autores foram fundamentais para que o debate ganhasse contorno científico, como Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1994) que demonstraram ser a agricultura familiar uma forma social amplamente reconhecida e legitimada nos países desenvolvidos.

Nesta dissertação, faremos apenas uma breve síntese de como o debate sobre a agricultura familiar surge no Brasil. O objetivo é apenas demonstrar que existe uma literatura que analisa a reprodução da agricultura familiar (também chamada de camponesa) através de sua dinâmica interna (Chayanov, 1974; Woortamnn, 1995), bem como a perspectiva que busca discutir a permanência ou desaparecimento no interior do capitalismo (Kautsky, 1986; Lênin, 1982). Há também, uma outra literatura, na qual nos filiamos, que focaliza o modo de

funcionamento das formas familiares de trabalho e produção pela sua capacidade de se fortalecer no capitalismo levando em consideração tanto os aspectos do ambiente familiar como as relações com o ambiente social e econômico (Abramovay, 1992; Schneider, 2003; Sacco dos Anjos, 2003).

Surge assim a necessidade de uma separação heurística para o estudo da agricultura familiar. Assim, analisaremos a agricultura familiar como uma forma social de trabalho e produção que tem na família a perpetuação das relações de parentesco e herança e busca no mercado a sua reprodução, através do progresso tecnológico, das políticas públicas e das atividades não-agrícolas. Neste sentido, concorda-se com Neves (1995) de que estamos trabalhando com duas esferas de análise, uma interna e outra externa.

1.2 A necessidade de uma distinção teórico-metodológica entre colonos e agricultores familiares.

Nesta seção, o fundamental é delimitar o campo teórico que sustentará o trabalho de pesquisa. Neste sentido, tomaremos de empréstimo algumas contribuições de autores que se debruçaram sobre a problemática desta pesquisa da reprodução social da agricultura familiar. O fundamental dos trabalhos de Abramovay (1992) e Schneider (1999, 2003) foi demonstrar que a agricultura familiar contemporânea é uma forma social de trabalho e produção que se reproduz em um ambiente cada vez mais mercantilizado, lançando estratégias de reprodução para se fortalecer neste ambiente e não de se tornar resquícios de um passado ou em vias de extinção. Uma contribuição importante dos autores é a distinção obrigatória entre campesinato e agricultura familiar, ainda que esta seja oriunda das sociedades camponesas. Para estes autores, é a crescente inserção mercantil que distingue o modo de reprodução camponês da agricultura familiar, que possui a sua reprodução mercantilizada. Conforme veremos no capítulo 2, o modo de vida colonial era identificado por uma forma de produzir e uma forma de viver das regiões coloniais. Ao contrário do campesinato europeu, os colonos desenvolveram uma economia de excedentes e mantinham, mesmo esporadicamente, vínculos mercantis.

Para Abramovay (1992):

O que se escamoteia sob o nome de pequena produção é o *abismo social* que separa camponeses de *agricultores profissionais* – que se vêm mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em vias

mais ou menos de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea. Não se trata aqui, então, de explicar nada que se assemelhe à pequena produção, seja como sobrevivência do passado, seja enquanto setor capaz de realizar o jogo pelo qual o atraso técnico é supostamente compensado pelo fornecimento de trabalho abundante e sub-remunerado (ABRAMOVAY, 1992, 211-13. Grifos no original).

Conforme Abramovay (1992), uma agricultura familiar onde predominam as relações de troca não pode ser comparada ao campesinato ou mesmo a pequena produção. Por isso, mesmo durante as fases da agricultura colonial e, mais claramente no que hoje se denomina agricultura familiar, estaremos sempre fazendo referência a uma forma de organização do trabalho e da produção que se distingue do campesinato em face da natureza de seus vínculos sistemáticos com o mercado. Essa mercantilização já existia na agricultura colonial e foi se intensificando à medida que o progresso técnico, a especialização produtiva, o fechamento da fronteira agrícola e outros condicionantes, tornaram-se vez mais presentes na vida do agricultor e de sua família.

Por isso, há a necessidade de superação da visão que ainda entende a reprodução social das formas familiares de trabalho no campo a partir do seu modo de vida, da sua inserção parcial em mercados imperfeitos ou do seu caráter de produção para subsistência. Como veremos nos capítulos 3 e 4, o nível de individualização e o espírito de competição estabelecido entre os agricultores familiares no Alto Uruguai vai mais ao encontro do que Abramovay (1992) chamou de *profissionalização* dos agricultores do que uma reprodução quase autárquica.

Neste sentido, não faremos analogia entre campesinato e agricultura familiar, nem tampouco focalizaremos o tema a partir da perspectiva da análise das classes sociais, mas como uma forma social originária das transformações ocorridas no que neste trabalho denominaremos de agricultura colonial. Contudo, o que aqui denomina-se agricultura colonial não pode ser tomado como sinônimo de campesinato, ainda que hajam várias características comuns a ambas categorias sociais. O importante é estabelecer claras distinções entre o modo de vida do camponês europeu e do colono brasileiro. Neste sentido, considera-se fundamental levar em consideração uma afirmação do sociólogo Max Weber (1974) que afirma que na América, ao contrário da Europa, o mercado foi anterior ao campesinato. Isso significa reconhecer que, mesmo através de uma economia de excedentes, o colono sempre produziu para o mercado, ao contrário do camponês, cuja característica é a produção para o autoconsumo.

Por tanto, do ponto de vista teórico, este trabalho sustenta-se no pressuposto que busca analisar e compreender a reprodução das formas familiares de trabalho e produção em um ambiente onde marcadamente os vínculos mercantis são cada vez mais intensos. Ainda que esporádicas, os colonos sempre estabeleceram relações mercantis. No capítulo 2, demonstra-se que o relativo isolamento que dificultava as relações com o mercado será quebrado com a melhoria dos meios de comunicação e transporte, aproximando ainda mais colono e mercado. Na agricultura colonial o acesso à terra já se dava mediante compra, onde muitas vezes para saldar suas dívidas os colonos se reuniam para a abertura ou melhoria de estradas. A melhoria dos meios de comunicação e transporte melhorou a própria sociabilidade das famílias e a possibilidade de escoamento do excedente agrícola.

Compreende-se que longe de ser um resquício do passado feudal, a agricultura familiar contemporânea difere do campesinato, pois segundo Abramovay (1992), sempre que se falar em campesinato, “a referência social determinante da sua conduta estará numa pequena comunidade cuja reprodução material responde a um conjunto de regras onde as ligações pessoais são determinantes” (p. 115). Diferente, portanto, do que deve-se entender por agricultura familiar mercantilizada. Isso será importante para a compreensão das mudanças nas relações sociais, onde as trocas de dias de serviço, geralmente estabelecidas nas épocas de plantio e colheita serão substituídas pela contratação de serviços de máquina, o que exige do agricultor familiar o dispêndio de recursos financeiros. Ou seja, os crescentes vínculos mercantis irão operar transformações tanto na forma de produzir como na forma de viver da agricultura de base familiar, significando uma mercantilização social e econômica dos agricultores familiares e de sua família.

Nesta perspectiva, as contribuições de Munton e Marsden (1991, apud Schneider, 1999, p. 109-10) nos parecem fundamentais para estabelecer definitivamente os marcos teórico-metodológicos norteadores deste estudo:

Precisamos enfatizar a contínua transformação da agricultura familiar, e não sua resiliência enquanto uma forma de produção. O esforço de investigação precisa se debruçar sobre oportunidades e limitações com as quais a unidade familiar se vê confrontada, e sobre as concessões que as famílias de agricultores constantemente se vêem expostas. As análises podem, então, incorporar as relações internas a unidade produtiva, principalmente no que se refere às questões geracionais e de gênero, bem como as relações que se estabelecem entre a unidade produtiva e os capitais externos. É este conjunto de interações, que se desenvolve em condições locais e históricas específicas, que deve servir de foco para o estudo da natureza e da dinâmica da agricultura familiar (apud SCHNEIDER, 1999, 109-10).

Por isso, tal como afirma Abramovay (1992, p. 22) esta agricultura “altamente integrada aos mercados, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*”. Esta é a perspectiva analítica de estudo das estratégias de reprodução da agricultura familiar do Alto Uruguai. Uma forma familiar de trabalho e produção que não só incorpora novas tecnologias, estabelece ampla relação com às políticas públicas mas nem por isso deixa de ser assentada sob relações familiares. Isso leva a uma mercantilização da vida social e econômica dos agricultores familiares.

As transformações nas relações sociais e de produção estão intrinsecamente vinculadas ao movimento de mudança e desenvolvimento dos meios de produção existentes. Esta transformação não ocorre unicamente por estímulos diretos, via, por exemplo, internalização de progresso tecnológico, mas lenta e gradualmente por *esgotamento* de uma forma social já existente, a agricultura colonial.

Portanto, a abordagem teórica vai no sentido de tentar compreender como se deu o processo de evolução, afirmação e reprodução social da agricultura familiar em um contexto de uma economia e sociedade de mercado. Concorda-se com Jean (1994), de que a agricultura familiar, longe de ser uma forma social de organização da produção agrícola em perigo, é um produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna. Ou seja, é uma forma social totalmente integrada à economia, capaz não só de se manter, mas de se fortalecer nesse ambiente.

Neste contexto, para a análise da agricultura familiar tomaremos duas dimensões analíticas. A primeira será a dimensão familiar ou interna, levando-se em consideração a sua relação com o território que historicamente lhe ofereceu não somente recursos naturais, mas também uma dimensão territorial de sociabilidade, que antes se restringia à uma comunidade e agora alcança os núcleos urbanos; a gestão do trabalho, orientando a disponibilidade e intensidade laboral da mão-de-obra a partir da crescente mercantilização; e as relações de parentesco e herança, para dar conta da partição fundiária e dos mecanismos recentes de acesso à terra. A segunda dimensão é justamente a externa, que se refere às relações sociais e econômicas dos indivíduos e das famílias com o mercado e as instituições sociais, significando uma reprodução social subordinada e dependente de uma constante interação com o ambiente social e econômico. No seu conjunto, estes condicionantes determinam o próprio grau de mercantilização e como ocorre a diferenciação social entre os agricultores familiares. Tem-se assim, uma compreensão do imbricado processo de reprodução social, material e demográfica da agricultura familiar no Alto Uruguai.

1.3 Fatores internos que afetam a reprodução e a diferenciação da agricultura familiar.

Para uma melhor compreensão da dinâmica da reprodução social de agricultura familiar na sociedade contemporânea julgamos importante estabelecer uma distinção teórico-analítica entre a dimensão intrafamiliar e o ambiente social e econômico. Essa separação heurística vale apenas para demarcar o campo das estratégias de reprodução estabelecidas individual e coletivamente. Busca-se a compreensão de como se dá a reprodução social, material e demográfica de uma forma social de trabalho e produção que é a base econômica, social e cultural do Alto Uruguai.

Acreditamos que os condicionantes internos se constituem também em fatores de diferenciação social na medida em que as estratégias de reprodução resultam de um conjunto de fatores, como o tamanho da família e a idade dos seus membros. Em função disso, a reprodução da família deve ser analisada ao longo do seu ciclo geracional, identificando os momentos em que a disponibilidade de força de trabalho, a idade dos membros e a necessidade de maior ou menor de consumo influenciam no estabelecimento de determinadas estratégias de reprodução. Segundo Chayanov (1974), trata-se da diferenciação demográfica interna das famílias. No entanto, para a análise da agricultura familiar esta perspectiva deve ser relativizada, pois os agricultores se especializaram, se individualizaram e os atuais processos produtivos independem, na maioria das vezes, da disponibilidade de um grande número de membros para execução das atividades produtivas. Atualmente, parcela significativa dos agricultores familiares do Alto Uruguai possuem acesso a equipamentos e mesmo aqueles que não possuem tecnologias recorrem à contratação de serviços (máquinas e equipamento) para fazer frente à falta de mão-de-obra familiar. Isso será fundamental para entender, nos capítulos 3 e 4, o processo de diferenciação social entre os agricultores e entre a agricultura através da introdução de novos sistemas de cultivo voltados exclusivamente para o mercado, que não exigem muita mão-de-obra mas plena inserção mercantil.

Nesta perspectiva, os condicionantes analisados serão tomados como integrantes de um processo mais amplo de reprodução da agricultura familiar no capitalismo, permitindo ao mesmo tempo uma *coesão* desta forma social de trabalho e produção num ambiente onde imperam as relações mercantis de produção. Assim, não serão analisados como condicionantes desconectados do ambiente social e econômico, mas que interagem com este ambiente, ainda que possuam, a nosso ver, uma determinada especificidade que acaba reforçando o caráter familiar desta agricultura. Estes condicionantes são: o uso do trabalho

familiar (a força de trabalho disponível na família) e as relações de parentesco e herança (a estrutura familiar que deverá se perpetuar).

1.3.1 A gestão do trabalho

A gestão do trabalho é um dos principais elementos que identifica e diferencia a agricultura familiar de outras formas de organização e produção no capitalismo. Podemos dizer que em relação à agricultura familiar do Alto Uruguai, a gestão do trabalho, que determina a intensidade laboral das atividades produtivas, está associada ao próprio grau de mercantilização e individualização dos agricultores.

Para um melhor entendimento desta dinâmica, compartilha-se da perspectiva de Friedmann (1978), que analisa a agricultura familiar a partir de relações sociais específicas. Estas relações sociais específicas são reconhecidas através do processo produtivo que é organizado via relações de parentesco. Estas relações, que para Friedmann (1978) diferenciam a agricultura familiar das empresas capitalistas, sustentariam a reprodução das formas familiares no regime capitalista através da “produção simples de mercadorias”, onde tão importante como a atividade agrícola para a inserção mercantil são as relações de parentesco através do trabalho familiar para a reprodução do núcleo familiar.

A perspectiva teórico-analítica de Friedmann (1978) aproxima-se daquela elaborada por Gasson e Errington (1994), que consideram a alocação do trabalho como mais um elemento para caracterizar a agricultura familiar contemporânea, onde esta é definida pela combinação da propriedade comercial, o controle administrativo e a força de trabalho da uma família. A questão crucial, para Gasson e Errington (1994), não é a presença de trabalho assalariado mas a existência e predominância de relações de trabalho familiares no interior da unidade produtiva. Desta forma, a alocação da força de trabalho não vai depender apenas das demandas objetivas das tarefas a serem realizadas no processo produtivo, mas igualmente do ciclo demográfico em que se encontra a família, que será responsável por uma certa flexibilidade que permita a ocorrência de períodos de maior ou menor capacidade de produção (apud SCHNEIDER, 2003 p. 67).

Não obstante, a capacidade de produção da agricultura familiar contemporânea não pode ser mensurada simplesmente pela possibilidade de alocar maior ou menor força de trabalho disponível na família. Como se verá nos capítulos 3 e 4, a agricultura familiar no

Alto Uruguai depende muito mais do nível tecnológico empregado no processo produtivo do que da disponibilidade de braços dentro ou fora da unidade de produção.

No entanto, a variável demográfica chayanoviana pode contribuir para a compreensão da alocação e intensidade da mão-de-obra. Por isso, achamos importante resgatar, mesmo que sucintamente, a noção de diferenciação demográfica de Chayanov (1974) para dar conta das diversas formas de gestão de trabalho e, conseqüentemente, as heterogêneas estratégias de reprodução dos indivíduos e suas famílias no Alto Uruguai. O fundamental é buscar demonstrar, que mesmo sendo uma agricultura familiar mercantilizada, o caráter familiar é extremamente importante na definição das estratégias de reprodução. Assim, a satisfação das necessidades familiares, que neste trabalho denominamos de autoconsumo, representa uma meta fundamental das explorações agrícolas familiares, mesmo que a busca pelo lucro seja também importante.

Deste modo, conforme Chayanov (1974), a insuficiência dos fatores de produção poderia explicitar a existência de uma maior e irregular distribuição do trabalho agrícola, possibilitando, por exemplo, o exercício de ocupações não-agrícolas. No entanto, é importante destacar que devido ao progresso técnico e as relações de produção desenvolvidas por muitos agricultores familiares com terceiros, permite que estes, mesmo com pouca mão-de-obra, viabilizem plenamente as atividades produtivas, tornando-se um agricultor familiar individual e pouco dependente da disponibilidade de mão-de-obra familiar. Isso implica em uma forte transformação nas estratégias de alocação de mão-de-obra, ajudando a compreender como o progresso técnico e a monocultura tornaram o Alto Uruguai uma região de expulsão populacional, gerando uma precarização das condições de trabalho.

1.3.2 A família: relações de parentesco e herança.

Busca-se aqui apresentar a importância das relações de parentesco e herança na definição das estratégias de reprodução da agricultura familiar. Assim, mesmo analisando uma agricultura familiar mercantilizada, tomaremos as contribuições de alguns autores, como Carneiro (1998, 2000), Almeida (1986) e Woortmann (1995) para estudar as estratégias de reprodução da agricultura familiar num contexto de mudança, de transformação social.

Neste sentido, concorda-se com Carneiro (2000) de que as análises sobre a agricultura familiar não devem apreender a família rural tão somente como sinônimo de equipe de trabalho, onde o caráter familiar se reduziria ao trabalho da família. Assim, devemos analisá-

la como uma ‘unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversificadas que não podem ser reduzidas às relações de trabalho’ (pg. 155). Ou seja, as relações produtivas da unidade de produção representam apenas mais uma faceta da inserção da agricultura familiar nas relações de mercado, mas não é a única.

Conforme Carneiro (2000):

A escolha da família como universo de observação nos permite reconhecer as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera do parentesco (...) e da produção (...). Esse recorte (família) permite, num contexto de mudança, no qual nos encontramos, por exemplo, identificar a influência dos valores familiares sobre o comportamento dos indivíduos em suas práticas econômicas dentro e fora da família (CARNEIRO, 2000, pg. 156).

Portanto, as relações de parentesco e herança não sustentam somente o grupo doméstico ou as relações familiares, mas também as relações com o ambiente externo, sejam relações sociais, econômicas, políticas ou culturais. O interno e o externo não se excluem, se complementam e dão dinâmica à reprodução social da agricultura familiar na sociedade contemporânea. Assim, teremos uma melhor compreensão da atual dinâmica da agricultura familiar de Três Palmeiras, que apesar da necessidade de produzir sempre maiores volumes de produção, o autoconsumo assume posição de destaque.

É neste contexto que a idéia de reprodução da família através de seus diferentes ciclos oferecida por Fortes (1981, apud Almeida, 1986, p. 67) torna-se ainda mais importante, pois a reprodução se dá pelo conjunto de relações sociais internas articulando-se com a sociedade capitalista na qual a agricultura está inserida. A noção de reprodução passa a ser, portanto:

Um processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente *uma dinâmica interna* e um “movimento governado por suas relações com o campo externo” (FORTES, 1981, apud ALMEIDA, 1986 p. 67). (grifos no original)

A perspectiva de Wortamnn (1995) também é importante na medida em que a autora procura demonstrar que o parentesco tem várias dimensões, como o casamento, a herança e descendência, o compadrio e a nomeação e até o não-casamento através do celibato. Assim, estas relações revelam as próprias mudanças operadas no interior das formas sociais de trabalho e produção num contexto de mudanças no qual estão inseridas. Isso será importante quando estivermos analisando o capítulo 4 o acesso à terra pelos agricultores familiares, uma vez que a transmissão do patrimônio através dos padrões de herança, tão importante para a agricultura colonial, também mudou. Houve uma mercantilização do acesso à terra.

Neste contexto, concordamos com os autores citados de que não se deve privilegiar somente as questões internas ou externas nos estudos sobre a agricultura familiar. O importante é reconhecer que as questões internas são extremamente pertinentes aos propósitos estabelecidos nesta pesquisa, pois estamos tratando de uma agricultura familiar em que os laços de parentesco e herança sempre foram fundamentais à sua reprodução. Se os tradicionais padrões de acesso à terra mudaram, o fundamental é descobrir por quais razões.

1.4. O ambiente social e econômico e a mercantilização da agricultura familiar: condicionantes para a diferenciação social.

Não obstante apontarmos os condicionantes “internos” fundamentais à reprodução agricultura familiar, precisamos enfatizar que esta forma social de trabalho e produção está inserida em uma economia mercantilizada e, por conta disso, faz-se necessário indicar e compreender alguns mecanismos de interação social e econômica da agricultura familiar de Três Palmeiras com a sociedade envolvente.

Para a compreensão da interação social e econômica da agricultura familiar com o ambiente social e econômico mercantilizado, não podemos esquecer que essa interação resulta em uma constante transformação das formas sociais de trabalho. Essas transformações serão analisadas e problematizadas a partir do papel do Estado através das políticas públicas, pelo progresso tecnológico na agricultura, pela crescente mercantilização das relações de produção e pela diferenciação social e econômica da agricultura familiar. Como resultado, teremos condições de analisar a própria reprodução social da agricultura no capitalismo. Neste sentido, vale destacar que o resultado final, a reprodução social da agricultura familiar, é um processo amplo que resulta da interação de estratégias capitalistas e não-capitalistas de produção.

Por isso, nos apoiamos na hipótese de Martins (1979) de que o capitalismo, na sua expansão, não só define antigas relações, subordinando-as à sua reprodução, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.

O capitalismo, segundo Martins (1979), é capaz de criar, ao mesmo tempo, as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ainda que seja ausente o trabalho assalariado. Para o referido autor, o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da

economia que se vinculam a um modo capitalista de produção através das relações comerciais. Assim, ocorre historicamente com a agricultura de base familiar no Alto Uruguai, que desde a sua origem estabelece relações mercantis, o que não significou até os dias atuais uma transformação total das relações de trabalho e produção.

Para Martins (1979):

A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas. O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si (...) a mercadoria dá o caráter mundial ao capitalismo (p. 21).

Neste sentido, podemos considerar que a agricultura familiar de Três Palmeiras insere-se em uma dinâmica capitalista sem, no entanto, ser uma forma social de trabalho e produção tipicamente capitalista. Assim, trata-se de demonstrar ao longo deste trabalho, através de uma análise dos processos históricos, como a agricultura familiar no Alto Uruguai foi capaz de produzir mercadorias sem que as relações de produção e os processos produtivos fossem de caráter capitalista. E isso, como veremos no capítulo 4, acontece nos dias atuais, pois o grau de inserção mercantil se renova mas não é completo, pois cada vez mais são os membros da família os responsáveis pelo processo produtivo.

Para entender este processo faz-se necessário compreender o papel das políticas públicas, a mercantilização, a diferenciação social e econômica e como resultado a reprodução das formas familiares de trabalho e produção.

1.4.1 A importância das políticas públicas para a agricultura familiar.

O principal objetivo de trazer para discussão o papel das políticas públicas para a agricultura familiar se deve ao fato de que historicamente no Alto Uruguai esta agricultura tem estabelecido vínculos com políticas de crédito e financiamento, principalmente a partir da modernização da base técnico-produtiva ao final de década de 1960. Atualmente, outras políticas públicas também são importantes, como os recursos provenientes da previdência social e também do Pronaf. Busca-se subsídios para demonstrar que as políticas públicas são fundamentais para a agricultura familiar mercantilizada, pois conforme veremos nos capítulos 3 e 4, o acesso sistemático ao crédito agrícola e a abrangência das outras políticas públicas está tão presente entre os agricultores que não pode ser desconsiderada, seja do ponto de vista econômico-produtivo ou social.

O próprio Estado, conforme procuraram demonstrar Abramovay (1992), Oliveira (1988) e Delgado (2001) tem interesse nas formas familiares de trabalho e produção, principalmente através do rebaixamento dos preços dos alimentos. Ele, o Estado, também age por conta das pressões políticas que os Movimentos Sociais fazem para fortalecimento da agricultura familiar, como por exemplo, na criação do Pronaf e na luta pela reforma agrária. Ou seja, os agricultores familiares, através de suas entidades representativas, também buscam exercer seus direitos através da ação política. A mobilização política, como veremos no capítulo 3, faz parte da própria história da agricultura familiar do Alto Uruguai.

Neste sentido, por conta de uma reprodução muitas vezes fragilizada e ameaçada, a agricultura familiar busca, via políticas públicas, se fortalecer frente a processos de exclusão, como os engendrados pela introdução de modernas tecnologias, que por conta do seu caráter excludente e concentrador, inviabilizou parcela significativa dos agricultores familiares do Alto Uruguai. Isso será importante para as análises da reprodução da agricultura familiar na modernização da agricultura discutida no capítulo 3, onde explicitaremos não somente as possibilidades, mas a precarização das condições objetivas de reprodução da agricultura familiar no referido processo.

Para Jean (1994), o papel do Estado na agricultura é múltiplo, pois ele se exerce tanto ao nível da definição de um quadro jurídico em torno do fundiário ou a proteção dos mercados pelas tarifas alfandegárias, quanto pela legitimação de diversos instrumentos de desenvolvimento da profissão, e/ou por mecanismos de alocação de mercados. Para o autor, a existência de um Ministério da Agricultura é uma situação reveladora da importância política e econômica da agricultura numa sociedade⁴. As políticas públicas, para uma agricultura que segue o padrão agrícola de desenvolvimento, como a analisada neste estudo de caso, tornam-se tão importantes que para muitos agricultores familiares seja talvez a única condição para viabilizar as atividades produtivas, uma vez que as rendas, principalmente a agrícola, não possibilitam o *auto-financiamento*.

Assim, busca-se demonstrar neste trabalho que as políticas públicas exercem influência importante na mercantilização da agricultura familiar, tornando-se um instrumento importante no fortalecimento das estratégias de reprodução.

⁴ A este respeito basta lembrar que no Brasil existem dois Ministérios que representam, cada um com suas especificidades, a agricultura. Esses Ministérios são o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAB) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

1.4.2. O progresso técnico na agricultura

O progresso tecnológico na agricultura pode ser identificado pela crescente e constante utilização por parte dos agricultores de novas técnicas de produção que vão gradativamente substituindo as antigas. Vai ocorrendo o que Ploeg (1992) chamou de *cientifização*, que além de modelar o trabalho na agricultura de acordo com os critérios científicos, resulta em uma externalização crescente e uma multiplicação das relações mercantis.

O fundamental para esta pesquisa, será demonstrar que o progresso técnico é essencial para a reprodução da agricultura familiar, num contexto de mercantilização, porque está diretamente relacionado com a redução do trabalho efetivamente necessário para as atividades produtivas e para o aumento da produtividade da terra e das pessoas ocupadas. Isso porque, na agricultura os fatores naturais afetam profundamente a produtividade do trabalho e da terra. Por isso, uma questão crucial é compreender que o progresso técnico foi extremamente importante para solucionar problemas estruturais da agricultura colonial, como a fertilidade natural dos solos.

Na região de estudo, a fertilidade dos solos, antes natural, a partir da década de 1970 foi artificializada graças a adoção de um “pacote tecnológico” incorporado pelos agricultores familiares no bojo da Revolução Verde. Conforme veremos nos capítulos 3 e 4, a adoção de progresso técnico é também fator de diferenciação social, uma vez que nem todos os agricultores familiares conseguiram modernizar sua base técnico-produtiva. Isso porque, com a impossibilidade de incorporação de novas áreas de terra aos processos produtivos, que na região de estudo ocorre nos anos de 1960 e 1970, a única possibilidade é intensificar a produção das terras já existentes. E isso parece de fato ter acontecido, pois os dados que serão analisados no capítulo 3 demonstram justamente que o Alto Uruguai foi uma região onde a modernização teve, do ponto de vista produtivo, pleno êxito.

De acordo com Graziano da Silva (1999), a introdução de novos processos técnicos, como a mecanização e a adubação química, destinadas a incrementar a produtividade na agricultura trazem conseqüências como o aumento do trabalho excedente na agricultura, mas também para rebaixar o valor da força de trabalho na sociedade como um todo. O que de fato nos interessa é buscar subsídios para analisar que se o progresso técnico trouxe um aumento de produtividade na agricultura familiar do Alto Uruguai, também foi o responsável pela precarização das condições de trabalho de um contingente populacional que passou a ter como horizonte migrar para os núcleos urbanos ou mobilizar-se politicamente na luta pela terra.

No Alto Uruguai o progresso técnico dá-se pela substituição da força de trabalho humana e animal pela mecânica, pela melhoria da fertilidade do solo através da utilização dos adubos químicos, pelo controle químico de pragas e doenças, no melhoramento genético de sementes e animais, etc. Essas inovações objetivam, além de diminuir a dependência dos fatores naturais, como clima, perecibilidade dos produtos e dos processos biológicos, aumentar a produtividade. Por isso, conforme se demonstra no capítulo 4, mais produto não necessariamente significa mais mão-de-obra.

O nível tecnológico, a técnica⁵, tornou-se, conforme Graziano da Silva (1999) um dos principais elementos que afetaram diretamente o funcionamento das economias agrícolas familiares, “sendo muitas vezes responsável por transformações profundas tanto em nível interno da unidade produtiva como em nível de suas relações com a sociedade capitalista” (p.137).

O progresso técnico teve papel importante nas transformações na agricultura familiar. Embora não seja possível reduzir drasticamente o ciclo produtivo, a introdução de inovações tecnológicas reduz consideravelmente o tempo de trabalho. Isso ocorre, por exemplo, com a utilização do trator no preparo do solo para o plantio e na utilização de máquinas automotrizes na colheita. Outro exemplo típico é o controle químico de ervas invasoras, substituindo a prática da capina.

No Alto Uruguai, com o processo de modernização da agricultura introduziram-se novos fatores de produção, como sementes selecionadas, em substituição às sementes crioulas, adubos químicos, em substituição ao esterco animal, utilização de agrotóxicos entre outros que quimificaram a agricultura familiar. Ou seja, a agricultura familiar internalizou o progresso tecnológico, constituindo-o como uma importante estratégia de reprodução, apesar da *cientificização* (Ploeg, 1992) a que está constantemente submetida que procura justamente submetê-la ao gosto do capital.

Goodman *et alii*. (1990) deram uma contribuição importante ao entendimento da penetração das relações capitalistas na agricultura através do progresso tecnológico. Para os autores, há elementos do processo de produção agrícola que têm sido conquistados pela indústria. Inicialmente isso se dá pelo que os autores chamaram de apropriação, que é um processo descontínuo, porém persistente, em que o capital vai lentamente apropriando-se

⁵ Em FEE (1978), por técnica entende-se o processo de execução de uma atividade ou de um conjunto de atividades pertinentes à produção. A técnica pode ser entendida, pois, como o produto das descobertas científicas que, postas em prática, inovam continuamente os métodos de produção. De maneira geral, a introdução de novas técnicas gera determinados efeitos já destacados pela economia clássica: efeitos sobre o emprego e salário, sobre a ampliação das oportunidades de investimentos, e o efeito de transformação das relações “atrasadas” em relações capitalistas de produção (p. 51).

de processos naturais da produção agrícola e tornando-os disponíveis para as indústrias, como a introdução de máquinas e implementos agrícolas e a fertilização artificial do solo. Outra forma de penetração das relações capitalistas na agricultura seria a substituição (substitucionismo) dos alimentos agrícolas por produtos industriais, como as margarinas. Segundo Graziano da Silva (1981), é através do progresso tecnológico que o capital consegue desqualificar a Natureza, penetrando em fases do processo produtivo, procurando reduzir o espaço compreendido entre tempo de trabalho e tempo de produção.

No entanto, o fundamental é que embora notórios, os avanços científicos e tecnológicos ainda não conseguiram eliminar a “base natural” (solo, clima) ou subverter os processos produtivos agrícolas a tal ponto de se poder afirmar que agricultura e indústria já não mais se distinguem à luz de seu modo de funcionamento. Malgrado argumentos em contrário, um olhar de conjunto sobre a produção agrícola é suficiente para convencer o observador de que esta é uma atividade ainda muito dependente de fatores naturais como o clima, solos, ou o equilíbrio dos ecossistemas. Ou seja, os *desígnios* da natureza não podem ser totalmente desconsiderados, por mais que os períodos de certos cultivos e criações tenham sido drasticamente reduzidos, como na avicultura, suinocultura e hortifrutigranjeiros.

Desta forma, entendemos que o progresso tecnológico, numa perspectiva de transformação dos processos produtivos, ajuda a explicar as transformações e a reprodução da agricultura familiar no Alto Uruguai. Num primeiro momento operando transformações na agricultura colonial com a introdução de novas e modernas tecnologias, para num segundo momento resultar em uma agricultura familiar a partir da crescente mercantilização e do aumento da produtividade, pois o tamanho reduzido das propriedades colocava em xeque a reprodução social desta agricultura. Assim, foi o progresso técnico que possibilitou que os agricultores familiares pudessem reproduzir-se em pequenas propriedades estruturalmente fragilizadas, uma vez que além dos solos degradados a pressão demográfica era alta.

1.4.3. As relações com os mercados e a mercantilização da agricultura familiar.

A partir da perspectiva teórica da transformação social, entende-se que a submissão da agricultura ao capitalismo dá-se através da mercantilização. Ou seja, o capitalismo, através da mercantilização, exerce uma espécie de dominação em relação à agricultura familiar, mas não consegue expropriar e subordiná-la totalmente. Mas ao contrário, é através da mercantilização que a agricultura familiar do Alto Uruguai tem buscado a sua reprodução social, material e

demográfica. Assim, entendemos que atualmente ocorre uma mercantilização da vida social e econômica da agricultura familiar que não tem significado proletarização, mas um fortalecimento do seu caráter familiar.

O processo de mercantilização se intensifica na região de estudo principalmente a partir da modernização da agricultura. Isso não significa que ela não existia na agricultura colonial. A diferença é que na agricultura familiar o grau de mercantilização é maior.

Na concepção de Ploeg (1992):

La llamada modernización de la agricultura sigue frecuentemente la ruta de la externalización por la cual un número creciente de tareas son separadas del proceso laboral agrícola y son así asignadas a organismos externos (p. 169).

Esta integração é crescente e gradual, pois os agricultores vinculam-se aos mercados para vender e comprar mercadorias, acessar crédito e financiamento, assistência técnica entre outras formas de integração que passam a ser fundamentais para a reprodução social. Isso significa que a aquisição de insumos, como sementes e adubos químicos, passa a ser indispensável aos processos produtivos. Ou seja, a incessante busca de índices de produtividade associado aos riscos inerentes da própria atividade, como clima e mercado mundial de preços, obriga os agricultores à uma individualização e profissionalização, caso contrário não conseguem competir no mesmo nível dos demais. Isso acaba por tornar o agricultor dependente de novas tecnologias, pois sem elas os processos produtivos não poderão ser reproduzidos. Cria-se um “circulo vicioso”, ou como definiu Abramovay (1992) um *treadmill* tecnológico, onde em função da competitividade instalada na agricultura, os agricultores são impelidos à busca contínua de inovações tecnológicas.

Ploeg (1992), afirma que o resultado deste processo de crescente dependência da agricultura, de produção para o mercado, de circulação de mercadorias, de inovação tecnológica resulta em uma constante transformação das atividades produtivas, pois a todo instante, em períodos de tempo cada vez mais curtos, o agricultor necessita, além de se “atualizar” tecnologicamente, “renovar” seus vínculos com o mercado, precisando a cada novo ano agrícola adquirir os insumos necessários – indispensáveis – ao processo produtivo. A reprodução passa a ser cada vez mais externalizada e dependente do mercado.

Es una división creciente del trabajo entre industria y agricultura, así como entre diferentes unidades productivas en el interior del sector agrícola. Pero, en contraste con la industria, donde una parte considerable de la especialización creciente y de la división del trabajo tiene lugar en el interior de la fábrica (y por tanto no implica un aumento importante en el intercambio mercantil), el desarrollo agrícola suele implicar un proceso de externalización que genera una multiplicación de las relaciones mercantiles.

Las tareas que fueron organizadas y coordinadas inicialmente, bajo el mando del mismo agricultor, han de ser coordinadas ahora mediante el intercambio mercantil y por medio del sistema recién establecido de las relaciones técnico-administrativas. Esta externalización creciente no sólo afecta las actividades de producción sino que resulta también en una transformación completa del proceso de reproducción (p. 169-70).

São relações que segundo Ploeg, traduzem-se numa crescente externalização das condições de reprodução da família e do trabalho agrícola:

La producción agrícola presupone una reproducción continua del trabajo, de los objetos de trabajo y de los instrumentos (...). Una vez que tiene lugar la creciente externalización de las tareas y la producción implica una involucración creciente de las relaciones de intercambio, los objetos mismos de trabajo, los instrumentos y, progresivamente, el trabajo también, entran en el proceso de producción en calidad de mercancías y así alcanzan simultáneamente un valor de uso y un valor de cambio. De este modo las relaciones mercantiles penetran hasta el centro del proceso productivo y comienzan a mercantilizar el proceso de trabajo mismo (p. 171-2).

A mercantilização do trabalho agrícola (como a contratação dos serviços de máquina) é mais uma das expressões deste processo e serve como mais um parâmetro para diferenciar camponeses de agricultores familiares modernos. O que diferencia então estas duas formas de agricultura familiar é, ao mesmo tempo, seu fim (reprodução da família e da unidade produtiva por um lado, versus produção intensa e eficiente para mercados agrícolas de outro) e seus meios. Enquanto que na economia camponesa a exploração familiar podia dispor de uma superabundância de mão-de-obra de origem familiar (filhos e esposa do agricultor), a agricultura familiar repousa bem mais sobre o recurso massivo à mecanização do trabalho agrícola (Jean, 1994).

Uma das conseqüências desse processo é a liberação de parte da mão-de-obra utilizada na agricultura. A contribuição do autor será importante para analisarmos, no capítulo 3 e 4, a quase extinção do mercado de trabalho agrícola permanente ou mesmo temporário, desempregando até mesmo boa parte da mão-de-obra familiar, que, ao se tornar ociosa lançou mão de importantes estratégias, como as migrações e inserção nos Movimentos Sociais.

A capacidade de adotar inovações e intensificar a produção é uma das principais características da agricultura familiar contemporânea. Esta capacidade inovadora é conseqüência de sua existência numa economia de mercado. Esse sucesso, conforme Jean (1994) deve-se ao modo como se dá esta inserção numa economia de mercado, ou seja, internaliza progresso técnico, produz mercadorias, acessa políticas públicas, mas continua sendo em torno da família que gira o processo decisório no estabelecimento das estratégias de reprodução.

Ao ingressar no sistema mercantil de produção e circulação de mercadorias, a forma familiar de produção passa a ser influenciada pelas relações que orientam estas práticas. Estas práticas são invariavelmente absorvidas tanto pelas pequenas como pelas grandes unidades de exploração baseadas no trabalho familiar.

A mercantilização pode ser tomada como um processo onde a produção familiar passa a ter a sua reprodução cada vez mais dependente das suas relações com o mercado. A produção e a circulação de mercadorias orientam estas relações, quebrando o isolamento desta produção familiar, passando a vincular-se com o mercado num processo gradual e contínuo.

Em síntese, o processo de mercantilização se sustenta na constante compra de fatores de produção externos. Isso ocorre, segundo Raynaut (1994), porque direta ou indiretamente, a lógica do mercado impõe suas regras ao mundo rural como um todo, tanto no que diz respeito ao seu equilíbrio global, como sob o ponto de vista dos comportamentos individuais. A busca de lucro e rentabilidade é, atualmente, o imperativo ao qual agricultores familiares não podem escapar, ao mesmo tempo em que procuram concilia-lo com outras formas de troca.

Cabe destacar que a agricultura familiar do Alto Uruguai, através de seu processo histórico de transformação social, não só tem aumentado o grau de mercantilização das relações de produção como criado uma dependência da inserção mercantil para lograr êxito no processo de reprodução social. Isso pode ser verificado no decorrer dos capítulos 3 e 4 pela importância que assumiram as políticas de crédito e financiamento, a busca de índices de produtividade, a constante atualização tecnológica, e a competição mesmo junto das pequenas unidades de produção. Neste sentido, concorda-se com Chayanov (1974), onde o autor afirma que para que a agricultura ingresse no sistema capitalista não é necessário a criação de grandes unidades de produção, basta que ela produza mercadorias para venda, pois assim estará participando do mecanismo mais geral de produção e circulação de mercadorias.

1.5. Diferenciação social, reprodução social e interações territoriais.

Nesta seção, busca-se demonstrar que o processo de diferenciação social e econômica na agricultura do Alto Uruguai ocorre historicamente de duas maneiras: uma é a diferenciação da agricultura e outra é a diferenciação social entre os agricultores. A primeira, a da agricultura, ocorre através dos diferentes sistemas de produção praticados na agricultura, diferenciando-a ao longo do tempo por sistemas de produção que surgem para depois serem substituídos por outros. Já a diferenciação social dos agricultores familiares, ocorre pelos

diferentes mecanismos viabilizados por estes para garantir a sua reprodução social e econômica durante os ciclos geracionais, como acesso à terra, ao progresso tecnológico, às políticas públicas, etc.

A diferenciação da agricultura pode ser identificada através do modo pelo qual os sistemas de produção foram sendo introduzidos ao passo que outros foram suprimidos ou reduzidos. A diferenciação da agricultura tem a ver com a passagem da policultura da agricultura colonial para sistemas produtivos monoculturais e especializados segundo tipos de cultivos ou criações. Como exemplo, pode-se citar a introdução de lavouras comerciais, tipicamente monoculturas, como a soja e o milho e mesmo a atividade leiteira e a supressão parcial ou mesmo total de outros, como foi o caso dos cultivos destinados à subsistência ou a formação de uma economia de excedentes, como o feijão e o porco tipo banha.

A diferenciação social dos agricultores no Alto Uruguai acentua-se na medida em que esta especialização segundo tipos de cultivos e criações vai demandar a concentração dos fatores de produção e uma maior inserção nos circuitos mercantis. Isso representou uma mudança significativa na forma de trabalhar a terra, pois a introdução de máquinas e equipamentos, adubos e defensivos além de crédito e financiamento não foi acessada por todos os agricultores. Dentre os fatores desta diferenciada inserção mercantil, pode-se citar o reduzido tamanho de muitas propriedades, resultado do seu parcelamento, a inadequação tecnológica a determinadas parcelas de terra em contraposição a áreas planas e facilmente mecanizadas, disponibilidade e acesso ao crédito, entre outros.

A constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs) passa a influenciar na diferenciação dos agricultores. A integração agroindustrial representa um relacionamento com o mercado diferente do que o agricultor estava acostumado. Caracteriza-se por uma quase total dependência, uma subordinação do agricultor à agroindústria. As integrações viabilizadas na região constituíram-se através das aves, suínos, fumo e, mais recentemente, leite e uva. Graziano da Silva (1999), afirma, que em função das mudanças na base tecnológica da agricultura, os agricultores adentram a uma espécie de corrida tecnológica, onde desse fenômeno resultaria uma diferenciação da unidade familiar em sentido ascendente ou descendente. Portanto, a diferenciação estaria ligada aos meios de produção disponíveis em cada unidade de produção, especialmente ao capital disponível em máquinas, equipamentos e benfeitorias, ou seja, a capacidade instalada.

De fato, a diferenciação na agricultura ocorre também pela posse dos fatores de produção, mas entende-se que isso não leva a uma polarização entre unidades familiares “ricas” ou “pobres” unicamente pelos índices de produtividade diferenciados que isso pode

ocasionar. Há outros condicionantes, como os canais de comercialização, o acesso às políticas públicas e mesmo as características do terreno.

Apesar de entender a diferenciação social e econômica em grande medida como resultado da penetração do capitalismo na agricultura, esta não é a única maneira de interpretá-la. Para fugir da dicotomia pobres ou ricos, burgueses ou proletários, ascendentes ou descendentes, Neves (1985), prefere tomar a diferenciação social e econômica do campesinato como um processo em construção, como uma expressão de ações sociais e não como efeito de fatores externos ao campesinato. Para a autora, “o próprio campesinato em seus vários segmentos deixa de ser um agente passivo para se constituir em agentes de sua diferenciação” (p. 238). É na análise das relações sociais, que segundo a autora, devemos nos pautar nos estudos sobre o processo de diferenciação das formas familiares de trabalho e produção.

Para Neves (1995), a diferenciação social dos camponeses supõe sua participação como agente político e não seu modelamento passivo e aberto a manipulações por agentes externos. Isso reforça uma das proposições apresentadas, de que no Alto Uruguai os movimentos sociais constituíram-se em movimentos reivindicatórios construídos pelos próprios agricultores, tomados assim como agentes ativos no constante processo de diferenciação que os identifica. Na concepção da autora, tal postura permite compreender e construir o jogo de forças sociais em que os produtores agrícolas são agentes, os deslocamentos que criam e devem se adequar, considerando as representações e as práticas sociais. Dessa perspectiva, a conjuntura não é um quadro de forças sociais que se impõe, mas construída a partir dos agentes em suas relações reais e não supostas.

O mérito desta postura, segundo Neves, é a de que levando em conta os projetos sociais, as aspirações, a visão de mundo e seus efeitos sobre as práticas sociais, podemos compreender o uso de alternativas abertas ou sua criação, a absorção de objetivos construídos segundo interesses de outros grupos sociais e que são incorporados pelos agentes sociais como seus.

Não obstante a consistência da proposição de Neves (1985), a diferenciação social e econômica no Alto Uruguai será tomada também como resultado de processos gerais como a transformação da base técnico-produtiva, o papel do Estado através de suas políticas públicas e mesmo condicionantes naturais, como relevo e solo. De forma alguma a proposição de Neves será refutada pois, historicamente, no Alto Uruguai os agricultores têm sido agentes ativos de sua reprodução e diferenciação. Neste sentido, a análise da diferenciação social e econômica será feita a partir de uma concepção teórica onde os atributos dos próprios

agricultores possuem um peso relativo em relação àqueles estabelecidos pelas relações capitalistas na agricultura, que, por sua vez, terão peso importante na reprodução social e econômica da agricultura familiar.

1.5.1. A reprodução social e econômica da agricultura familiar

É a partir da noção de reprodução e estratégias de reprodução que se procura interpretar como a agricultura familiar viabiliza-se social e economicamente. Assim, por conta da mercantilização, as migrações internas, o ingresso nos movimentos sociais, a integração agroindustrial, entre outras, são tomadas como diferentes estratégias de reprodução estabelecidas pela família ou por algum de seus membros para garantir a sobrevivência da família e de seus membros.

O estudo de Fortes (1971, apud Almeida 1986, p. 67), antes referido considera que a reprodução social é um processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração, de fundamental importância para compreendermos o processo de reprodução da agricultura familiar. Este se dá por um conjunto de estratégias articuladas pela família frente aos processos internos e externos que se apresentam.

Neste sentido, este estudo apóia-se na perspectiva de Schneider (2003), onde a reprodução, que pode ser social, econômica, cultural e simbólica das unidades familiares, dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com a natureza e o ambiente em que estão inseridas. Por isso, é fundamental para os indivíduos e as famílias levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia. Assim, a reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre as esferas familiares e o ambiente social e econômico, cabendo à família e a seus membros um papel ativo, onde suas estratégias e ações do dia-a-dia podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à reprodução.

Para Raynaut (1994), para que o conceito de reprodução se torne elemento central de análise dos processos sociais, duas condições devem ser levadas em consideração: a primeira, é a de que a reprodução seja tomada como um processo dinâmico de perpetuação de uma entidade coletiva, realizada às custas de transformações e adaptações; a segunda, é a de que o movimento social se reproduz pela sua diversidade e complexidade, correspondendo também a aspectos particulares do processo global de reprodução.

Na forma como aqui é concebida, a reprodução compreende três dimensões: social, material e demográfica. A reprodução social é o campo onde se ordenam as relações sociais, onde se organizam as instituições e onde se confrontam as estratégias particulares; a reprodução material é o campo onde se combinam os fenômenos que formam a sustentação material do sistema social. Neste campo articulam-se as condições do meio, as técnicas utilizadas, as representações sociais e as formas de organização social; a reprodução demográfica corresponde ao domínio de articulação dos fenômenos de perpetuação de uma dada população. Neste tipo de reprodução convergem os mecanismos das condições ambientais, biológicas, de saúde e até mesmo as migrações (Raynaut, 1994).

Para a análise e entendimento das três dimensões da reprodução da agricultura familiar, considera-se importante a contribuição de Schneider (2003) sobre estratégias de reprodução:

É preciso ponderar, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente as contingências e situações objetivas (p. 109).

Assim, compreende-se que as estratégias de reprodução são estabelecidas em função das condições materiais e objetivas existentes no ambiente familiar e através da inserção da agricultura familiar no ambiente social e econômico. Portanto, em face aos condicionantes que exercem pressão sobre as unidades familiares, as estratégias podem fortalecer como também oferecer algum limite objetivo à sua reprodução. Por isso, conforme Raynaut (1994), a reprodução implica em adaptações e transformações diante de conflitos e crises que caracterizam sua história. Enfim, busca-se compreender que o recurso a determinadas estratégias, como as migrações, a especialização produtiva, entre outras, reflete as transformações na agricultura familiar dada a sua crescente mercantilização. Enfim, a reprodução condiciona-se às mudanças na forma de acesso à terra, nas diferentes formas de organização da produção e do trabalho, etc.

1.5.2 As interações com o território – apropriação e transformação da paisagem.

Nesta seção, busca-se demonstrar que a interação dos colonos com o espaço – a territorialização – é a primeira e mais importante ação das famílias. Assim, o Alto Uruguai é a dimensão espacial concreta e resultado das múltiplas interações da agricultura familiar através das relações de produção estabelecidas ao longo das suas metamorfoses. O território do Alto Uruguai representa o espaço concreto de materialização das relações sociais, econômicas e culturais, imprimindo-lhe as suas características, como o trabalho familiar, as relações mercantis e as manifestações culturais.

Grosso modo, as relações mercantis serão as responsáveis pelas principais formas de apropriação e transformação da paisagem do Alto Uruguai, constituindo-o como um território de agricultura familiar mercantilizada. A mercantilização será a principal responsável pelas metamorfoses no território, pois foi através dela que antigas regiões de mata foram substituídas por cultivos comerciais, como a soja. Cria-se uma nova paisagem tendo os agricultores familiares como os principais protagonistas.

Neste contexto, julgamos importante tomar as contribuições da Geografia para entender a espacialidade dos processos sociais e das formações socioeconômicas, na medida em que permite entender que espaço e formas sociais de trabalho e produção não são categorias excludentes, mas ao contrário, interagem em função das transformações que em ambas ocorrem. No Alto Uruguai, as principais transformações se deram a partir da introdução de novas técnicas que modificaram não só a paisagem, mas o próprio processo de trabalho agrícola, que através da mercantilização torna a reprodução cada vez mais externalizada.

Por isso Santos (1977, apud Corrêa, 1995, p. 26) considera não ser possível conceber uma determinada formação sócio-espacial sem se recorrer ao espaço. Para o autor, o modo de produção, a formação sócio-espacial e o espaço são categorias interdependentes, pois os modos de produção somente se tornam concretos pressupondo a existência de uma base territorial historicamente determinada, transformada. Assim exposto, as formas espaciais constituiriam uma “linguagem” dos modos de produção, já que a partir de um determinado recorte espacial expressariam as suas particularidades. Ou seja, a agricultura colonial e a agricultura familiar se tornaram, em suas épocas, expressões econômicas, sociais, políticas, culturais e territoriais do próprio Alto Uruguai. Essa linguagem se expressa pela própria paisagem, pelas comunidades rurais, pelos sistemas de transporte e circulação, pela

sociabilidade, pelo processo de trabalho, pela mercantilização e mesmo pela diferenciação social.

São relações qualitativas e quantitativas de um determinado território, que, segundo Miorin (1988), seguem escala horizontal e vertical. Portanto, a relação da agricultura como território se dá no uso das técnicas, na artificialização do meio (uso de adubos e defensivos químicos), na mercantilização das relações, nas formas de sociabilidade. Isso será importante para analisarmos, nos capítulos seguintes, o quanto estas relações influenciaram nas metamorfoses da agricultura familiar, pois o Alto Uruguai historicamente se apresentou como um terreno fértil às transformações, econômicas, sociais e políticas.

Isso acaba determinando as relações que se estabelecem no e com o espaço, onde as diferenças entre as formações socioeconômicas, que também são espaciais, se explicam em função de estas não desaparecerem, mas se transformarem. Por isso, entendemos a mercantilização como a expressão contemporânea da sujeição da agricultura familiar à dinâmica capitalista. Isso permitiu que a agricultura colonial fosse pouco a pouco se metamorfoseando em agricultura familiar. Assim, isso reforça a idéia de que realmente o que diferencia uma da outra é a *sujeição* a um processo de mercantilização. Não obstante, foi via mercantilização que a agricultura colonial buscou fugir da crise estrutural que a afetava, através de estratégias de reprodução que passaram a reforçar a sua articulação com os circuitos mercantis.

Conforme Miorin (1988), isso ocorre:

Quando novos mercados se abrem para as mercadorias (...) criam-se os intercâmbios e as possibilidades de reproduzir o processo de produção, traduzindo toda a articulação que se monta e se prepara para realizar, no espaço, um novo nível de relações (...) um novo estágio (...). Esse novo estágio se articulará e se transformará até adaptar-se àquele novo grau de relações que será estabelecido pelas forças produtivas (p. 138).

No Alto Uruguai o mercado de produtos era incipiente no período de formação das Colônias Novas, se restringindo a produtos típicos da “colônia”, como a banha e o feijão. O que ocorreu foi uma mudança instituída pelo mercado, pelo capital, onde a lavoura de subsistência foi sendo reduzida, em favor de uma agricultura comercial de maior escala. Esta substituição, quase total, da agricultura de subsistência pela agricultura comercial, representada principalmente pelo binômio trigo-soja, foi a principal responsável pelas alterações nos padrões das relações econômicas e sociais da organização e produção do espaço (Alto Uruguai) a partir dos anos 60 e 70.

Como veremos no capítulo 2, a agricultura colonial do Alto Uruguai passou por fases distintas⁶ até transformar-se na agricultura familiar que a conhecemos hoje. A primeira fase, que vai por volta de 1900 até 1930, será aquela aonde a agricultura colonial irá se territorializar, definir e ocupar os lotes coloniais e estabelecer pequenas relações de troca, numa espécie de “economia de excedentes”, conforme Martins (1975). A fase seguinte, que vai de 1930 a 1965/70, será aquela onde a melhoria das condições de transporte irá cimentar as relações de troca já existentes, mas trazendo consigo fragilidade nos sistemas de cultivo em função das técnicas, da pressão demográfica e das primeiras divisões dos lotes entre os filhos, estabelecendo-se os primeiros fluxos migratórios para outros estados, como Santa Catarina e Paraná. Nesta fase os mercados consumidores urbanos passam a exigir dos colonos uma especialização produtiva, principalmente através do porco, da banha e do milho. Ainda no início desta fase ocorre o esgotamento da fronteira agrícola estadual. Ao final desta fase, a especialização produtiva passa a privilegiar a produção de grãos, principalmente a soja, o que será fundamental para a crescente mercantilização da agricultura familiar, que será ainda maior nos anos seguintes, com o processo de modernização da agricultura.

Para Miorin (1988), estudando as transformações no espaço agrário gaúcho, as novas exigências produtivas alteraram os rumos dos sistemas produtivos regionais, trazendo possibilidades maiores à geração e continuidade de formação de excedentes comercializáveis, promovidos pela circulação externa das mercadorias. Há uma reprodução quantitativa e qualitativa do território, que não existe sem os elementos qualitativos que interagem no processo, como a família, as formas de sociabilidade e as relações de produção.

Neste contexto, a relação da agricultura familiar com seu território é de ocupação, transformação e reprodução territorial das relações sociais e de produção, que se iniciaram com a ocupação e se estendem até a atualidade. Uma ocupação que vai além da simples apropriação produtiva de um pedaço de terra, mas que a partir dele se estabelecem todas as outras manifestações sociais, econômicas, produtivas, culturais e simbólicas. Isso será importante quando estivermos analisando no capítulo 4 as perspectivas de futuro da agricultura familiar em Três Palmeiras, uma vez que uma das preocupações foi perguntar aos agricultores a sua avaliação sobre a atividade agrícola e o meio rural. Isso nos permitirá fazer considerações sobre o próprio nível de satisfação dos agricultores sobre questões subjetivas.

⁶ Estas fases, ainda que sujeitas a algumas arbitrariedades, procuram refletir os períodos em que a agricultura colonial sofreu suas transformações mais significativas. Essas transformações decorreram principalmente das inovações técnico-produtivas e da sua crescente inserção mercantil, reflexo de situações concretas com pressão demográfica, repartição dos lotes, esgotamento dos solos e a especialização produtiva.

A agricultura colonial no Alto Uruguai não somente garantiu a ocupação de uma fronteira “desabitada” como também possibilitou a formação de uma sociedade urbana, seja pelo abastecimento alimentar, seja pela liberação de mão-de-obra para outros setores da economia e mesmo pela formação dos primeiros núcleos coloniais, que se transformaram em povoados e posteriormente em municípios. Assim, o processo de ocupação desenvolvido inicialmente pelas Companhias Privadas de Colonização e mais tarde pelo próprio Estado através da opção pelo trabalhador familiar livre, foi colaborando com a ocupação do território, na formação de um excedente agrícola, no aparecimento de povoados, nos meios de transporte, na formação de uma malha urbana e de um mercado consumidor para os produtos da colônia.

A pequena propriedade de produção mercantil teve assim um papel fundamental na ocupação de áreas, na organização e produção do espaço, na transformação da paisagem, na formação econômica, social e cultural da sociedade e nas demais formas sociais de trabalho que surgiram no Alto Uruguai. Por isso, a relação da agricultura familiar com o seu território não é somente via produção, mas também via relações sociais, culturais e simbólicas.

CAPÍTULO 2

A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO URUGUAI

Neste capítulo busca-se resgatar as próprias origens da agricultura familiar de Três Palmeiras e do Alto Uruguai. Ainda que se trate de um estudo de caso, a dinâmica dos processos sociais é semelhante a ocorrida em todo o Alto Uruguai, seja na forma de colonização, nas características étnicas dos colonos, nos sistemas produtivos ou na estrutura fundiária. O recorte temporal ao qual corresponde a análise deste capítulo procura apreender as transformações ocorridas na agricultura colonial a partir da sua territorialização, estabelecida nos primeiros anos do século XIX, até a década de 1960/70, quando tem início o processo de modernização da agricultura, analisada no capítulo 3.

Por territorialização entendemos os processos históricos de apropriação (ocupação) de um determinado recorte espacial, sem limites rígidos, onde uma determinada formação socioeconômica passa a impor o seu modo de produzir e de viver. Apesar do Alto Uruguai já estar habitado por indígenas e caboclos, foi a partir da colonização ‘branca’ que se iniciam as grandes transformações na paisagem, quer seja abrindo estradas, transformando áreas de mata fechada em lavouras ou possibilitando o surgimento de povoados que se tornariam comunidades e depois municípios.

O capítulo inicia com uma tentativa de reconhecimento dos condicionantes edafo-climáticos, como localização, relevo, solo, vegetação e clima nos quais se estabeleceram os primeiros colonos. Reconhecidos os aspectos naturais, enfatiza-se o povoamento, inicialmente por outros grupos étnicos, como indígenas e caboclos e posteriormente pelos descendentes de europeus, fundamentalmente alemães e italianos. Em seguida, aborda-se as fases da agricultura colonial, com elementos referentes ao modo de vida e aos sistemas produtivos, ou seja, um modo de produzir e de viver típico das regiões coloniais. Assim, as análises se restringem ao modo de produzir e de viver da agricultura colonial. Neste sentido, procura-se estudar as estratégias de reprodução da forma familiar de produção até o processo de modernização da agricultura.

Para analisar estes processos o estudo se baseia em fontes secundárias referentes ao processo de colonização do Rio Grande do Sul, do Alto Uruguai e de Três Palmeiras. Além da literatura existente, serviram de referências algumas entrevistas realizadas com pessoas idosas do município, que nos relataram preciosas informações sobre a forma de produzir e de viver da agricultura colonial e como foram acontecendo as transformações, as metamorfoses.

Neste sentido, por constituir-se num município emancipado recentemente⁷, a agricultura local e regional tem suas origens no processo mais geral de colonização do Norte gaúcho, mais precisamente do Alto Uruguai, iniciado ainda no final do século XIX por colonos⁸ de ascendência européia, que formaram as chamadas colônias novas ou mistas nas matas do norte gaúcho. Estes colonos, inicialmente desenvolvendo uma *economia de excedentes*⁹, necessitavam de solos férteis e abundância de terras para poder reproduzir o seu modo de vida colonial. Isso somente é possível na medida em que surgem novas áreas a serem ocupadas, o que no Alto Uruguai somente é possível até meados da década de 1940. A partir de então, a agricultura colonial será impactada por problemas estruturais, como a perda da fertilidade do solo, o fechamento da fronteira agrícola, a divisão dos lotes coloniais e mesmo relações comerciais que raramente lhe eram favoráveis.

Nesta perspectiva, o capítulo revela-se como um esforço para resgatar os processos que nortearam a territorialização da forma familiar de produção desenvolvida pelos colonos, e a passagem, a transformação para uma agricultura familiar mercantilizada. A natureza deste capítulo não se limita às análises do estudo de caso proposto, mas procura associá-las aos processos gerais de colonização, apropriação e uso da terra, situando-as no contexto político e econômico em que se deram tais processos, pois entendemos que a abertura das colônias novas reflete condicionantes de natureza micro e macro-econômica.

Portanto, obedecendo a processos regionais de ocupação e transformação, identificaremos as fases da agricultura colonial nos referindo às vezes ao município de Três Palmeiras, Ronda Alta, Sarandi, bem como a outros municípios que foram palco dos processos de colonização do Alto Uruguai. A periodização advém dos processos concretos

⁷ Três Palmeiras tornou-se município, desmembrando-se do seu município mãe, Ronda Alta, pela Lei N° 8.631 de 12 de maio de 1988, assinada pelo então Governador Pedro Simon. In: Histórico do Município de Três Palmeiras (s/ano/data).

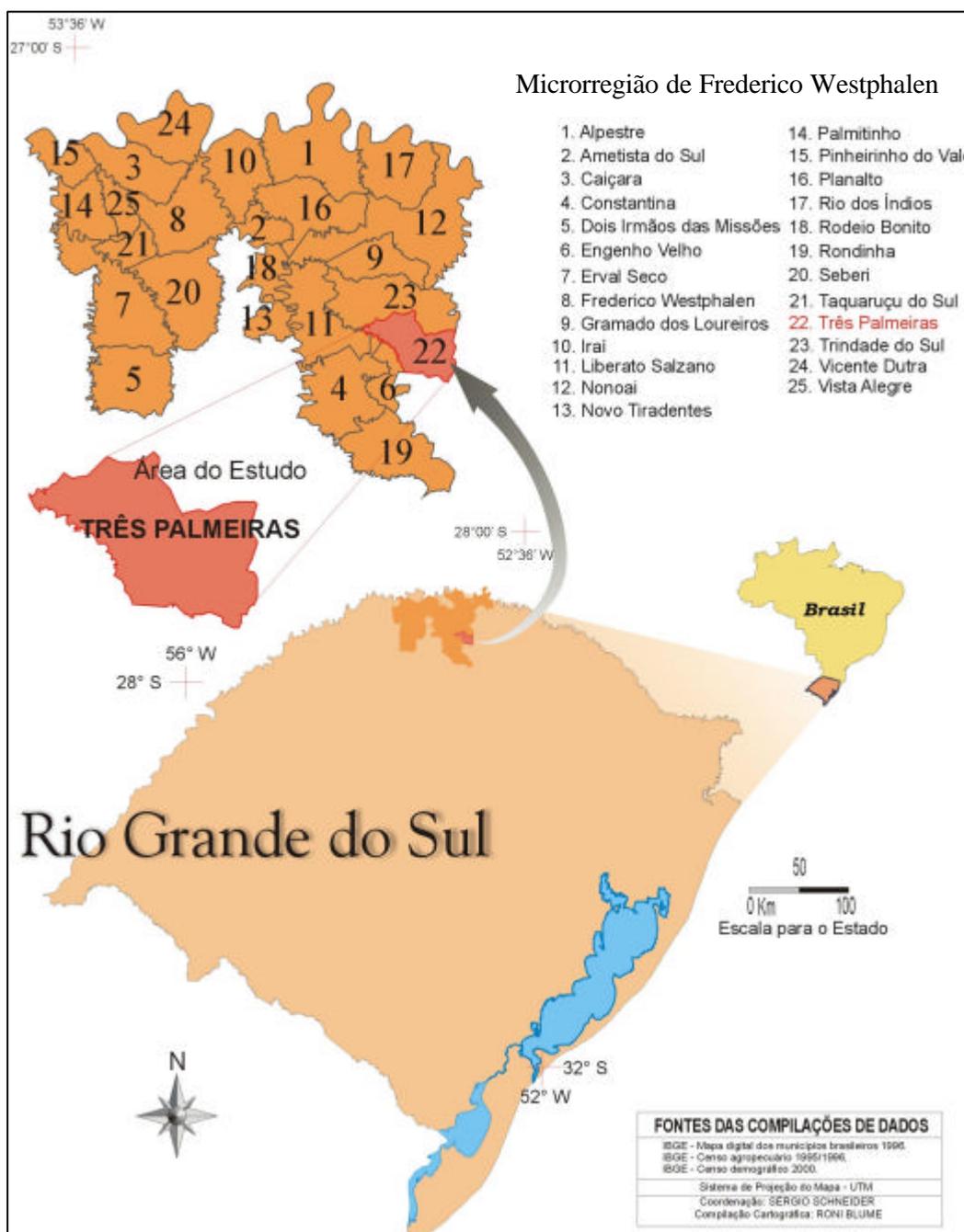
⁸ Segundo Schneider (1999, p.23), colono se refere ao sujeito que vive numa colônia. Paralelamente, o termo colônia é utilizado para indicar o processo de colonização do sul do Brasil, introduzindo habitantes alienígenas num lugar onde eram inexistentes e inseri-los em atividades agrícolas. O sentido do termo vem da palavra Kolonie, em alemão. Por colônia, também se designa uma propriedade de terra padrão, ou seja, aquela destinada pelo governo aos imigrantes, tornando-se sinônimo de camponês, pequeno proprietário ou agricultor.

⁹ Para Martins (1975), a economia de excedentes é aquela em que “os participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca de produtos obtidos que excedem às suas necessidades” (p.45).

estabelecidos na área de estudo a partir da apropriação da base fundiária pela colonização. Trata-se de uma periodização dos processos sociais, privilegiando os marcos históricos regionais e seus desdobramentos espaciais.

Na Figura 01 tem-se a localização do Alto Uruguai e deste no estado do Rio Grande do Sul com destaque ao município de Três Palmeiras.

Figura 01: Localização do município de Três Palmeiras no Alto Uruguai (Microrregião de Frederico Westphalen).



2.1 Breve caracterização físico-geográfica do território do Alto Uruguai e do município de Três Palmeiras.

Localizado geograficamente no norte do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 01), o município de Três Palmeiras possui uma superfície territorial de 175,5 Km², fazendo divisa, ao norte, com o município de Trindade do Sul, ao sul, com Ronda Alta, a leste, com Campinas do Sul, e, a oeste, com Engenho Velho, Constantina e Liberato Salzano. Segundo o IBGE, no ano de 2000, o município de Três Palmeiras possuía uma população total de 4.615 habitantes, sendo 1.716, ou 37,18% do total, residindo na zona urbana e 2.899, ou 62,82% do total, residindo na zona rural.

De acordo com o HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS (s/d/ano), os primeiros desbravadores chegaram ao município por volta do ano 1902, sendo que o povoamento se intensificou a partir de 1920 devido ao interesse pelas terras existentes na região que eram de boa fertilidade. O primeiro nome dado ao local foi Colônia do Pito, passando mais tarde a se chamar Três Palmeiras em função de existir três palmeiras que partiam de um mesmo tronco. De acordo com o documento, juntamente com a chegada dos primeiros colonos instalaram-se as primeiras casas de comércio e pequenas indústrias de cachaça e sapatos, além de moinhos para beneficiamento de produtos coloniais como o milho e o arroz.

Com base no Diagnóstico da Realidade do Município de Três Palmeiras (DRM, 2002), em relação aos aspectos étnicos, predominam no município os descendentes de italianos, representando aproximadamente 50% da população total, seguido pelos luso-brasileiros, alemães e poloneses, com 38%, 10% e 2% da população total, respectivamente. A principal religião é a católica, seguida pela evangélica.

O município se localiza em uma região de transição entre as antigas regiões de mata e as chamadas regiões de campo. Em função disso, segundo o DRM (2002), são encontrados diferentes tipos de solos. Os das classes III, IV e V, são encontrados numa proporção de 50%, 25% e 25% da área do município. Os solos da classe III são do tipo Erechim, caracterizados como latossolo profundos, ácidos, pobres em nutrientes, muito argilosos, dificultando a permeabilidade. Esses solos encontram-se num relevo com grau de declividade que varia entre 6° e 12°. São conhecidos por apresentarem forte erosão laminar e sulcos de

vossorocamento, com pedregosidade entre 1% e 10%¹⁰. Os solos das classes IV e V são chamados Associação Ciríaco-Charrua, caracterizados como brunizem-litólicos, são rasos e de boa *fertilidade natural*, não ácidos, permeáveis, com declividade variando entre 12° e 50°, com forte erosão laminar e por sulcos. Apresentam alta pedregosidade.

O referido estudo, com base na linguagem local, identifica a localização dos solos latossolos na área “plana” do município, sendo atualmente intensamente utilizados para o plantio de soja, trigo, milho e pastagens, recebendo altos investimentos em correção de acidez e fertilidade, através de calcário e adubação química, bem como outras práticas de conservação, como plantio direto e cobertura verde. Já os solos rasos, do tipo brunizem-litólicos, estão localizados na área “dobrada”, onde inicialmente se fixou o colono, em pequenas propriedades, praticando uma agricultura com técnicas simples, uso intensivo do solo, recebendo pouca ou nenhuma correção em relação à fertilidade natural, o que os tornou frágeis e empobrecidos.

Quanto ao relevo da região, este se situa na formação denominado Planalto Meridional Brasileiro, na bacia do Paraná. De acordo com Piran (1995), o Alto Uruguai apresenta superfícies irregulares e cotas altimétricas entre 400 a 800m acima do nível do mar. Em relação ao município de Três Palmeiras, as formas de relevo não permitem uma total mecanização da área agrícola do município. Talvez a área mecanizável não ultrapasse os 50%. A mecanização ocorre principalmente nas propriedades localizadas nas áreas planas. Não obstante, mesmo nas propriedades menores e localizadas em relevo mais acidentado, os agricultores recorrem à mecanização das áreas mais favoráveis, o que somente é possível através da contratação de serviços de máquina.

No tocante à cobertura vegetal do Alto Uruguai, Piran (1995) aponta que esta apresenta dois traços distintos: ao Norte, o predomínio da floresta subtropical entremeada pela Araucária, e ao Sul, uma vegetação campestre, às vezes recortada pela penetração da floresta subtropical. De acordo com Rückert *et. alii.* (1999), a formação vegetal original da floresta subtropical caracterizava-se pela existência de espécies como alecrim (*Holocalyx glaziovii*), cedro (*Cedrela fissilis*), louro (*Cordia trichotoma*), o pinheiro (*Araucaria angustifolia*), entre

¹⁰ Vale lembrar que estes solos encontram-se nas regiões chamadas de campo, abandonadas pela agricultura até a década de 1960. A partir da modernização da agricultura a fertilização natural dos solos permitiu que estes fossem incorporados às práticas agrícolas, basicamente para produção de trigo soja, o que não impediu a continuidade da erosão e o desgaste, proporcionados pelo manejo inadequado. A partir da década de 1980 com a técnica do plantio direto estes solos foram sendo recuperados, e hoje são aqueles onde se alcançam os maiores índices de produtividade. Contrariamente, os solos das antigas regiões de mata, preferidos pelos colonos em função da sua fertilidade natural, foram esgotados, trazendo graves problemas para os colonos. Apenas a partir de meados da década de 1990 os agricultores passaram a utilizar alguma técnica de conservação. Por isso, ainda são solos que apresentam, na sua maioria, baixa produtividade.

outras. No entanto, a vegetação original encontra-se bastante devastada se comparada ao início do processo de colonização, sendo a floresta ciliar a formação mais encontrada. Nos capões é comum a presença do timbó (*Ateleia galziviana*) e nas matas galeria geralmente se encontram resquícios da floresta nativa.

O desaparecimento da flora original se deve a uma ocupação predatória que exauriu, além da mata, a fertilidade do solo. O DRM (2002), aponta a ocorrência de apenas 1,5% de mata natural de porte alto e 10% de capoeiras e matos ralos. As demais áreas são destinadas às atividades produtivas. Entre as principais espécies naturais encontradas citamos o Cedro, Louro, Angico Vermelho, Camboatá, Cambreúva e Grápia.

2.2 Aspectos gerais do povoamento do Alto Uruguai e o início da sua colonização.

Nesta seção, busca-se trazer algumas considerações a respeito dos antecedentes históricos à ocupação do Alto Uruguai pelos colonos, destacando a existência de grupos sociais que já se reproduziam nas matas do norte do Rio Grande do Sul antes que a “colonização branca” se apossasse do território e estabelecesse ali o seu modo de produzir. Não se constitui em objetivo deste trabalho analisar os processos históricos de povoamento da região pelos indígenas e caboclos. No entanto, não se pode desconsiderar a importância destes grupos étnicos na formação da sociedade local e regional. Cabe destacar, que estes grupos foram historicamente desprezados pelas políticas de colonização, pois estas tinham como alvo específico o colono, que seria ao mesmo o agente de ocupação e transformação do território bem como o responsável pela superação das relações produtivas desenvolvidas por caboclos e índios.

A colonização do Rio Grande do Sul por imigrantes de origem européia se insere no fenômeno das migrações transoceânicas entre a Europa e o Brasil do século XIX. Conforme Pesavento (1980), é um processo que se insere na dinâmica do capitalismo em seu desenvolvimento. Assim, formou-se em determinadas nações européias, um excedente populacional que, sem terra e sem trabalho, convertia-se num foco de tensão social que necessitava ser instalado em outros países que oferecessem, além da terra, condições de reprodução social a esta população sobrando. O fenômeno da imigração no Brasil se vincula ao momento fundamental em que se dá, no âmbito nacional, a transição das relações escravistas para as relações assalariadas. De acordo com Pesavento (1980):

A política de colonização surgiu como subordinada à política global de imigração no Brasil. A formação de núcleos de produção agrícola em regime de pequena propriedade era para que contribuísse para a diversificação da estrutura produtiva brasileira e para o abastecimento do mercado interno, não sendo um fenômeno desvinculado do processo mais amplo de internalização do modo capitalista de produção no Brasil (p. 157).

Verifica-se, que a colonização já tinha como propósito inserir os colonos na economia de mercado, uma vez que estes deveriam abastecer os núcleos urbanos com produtos coloniais. A imigração européia para o Brasil Meridional, especificamente para o Rio Grande do Sul, ocorreu quando este Estado, ainda de caráter provincial, já se encontrava relativamente integrado à economia nacional, situação reforçada pelo então processo migratório que teria seu início no primeiro quarto do século XIX¹¹.

Em relação aos caboclos, descendentes de luso-brasileiros, a sua presença no Alto Uruguai está relacionada ao estabelecimento das tropas de gado que ligavam o Rio Grande do Sul ao centro do país. Constituíam-se em mão-de-obra para arrebanhar e tropear o gado. No entanto, com o fim dessa prática, os caboclos permaneceram na região, desenvolvendo uma agricultura de subsistência, explorando a madeira e erva-mate. Ou seja, constituíam-se em verdadeiros caçadores e coletores não proprietários de terras.

De acordo com Rückert *et. alii.* (1999), em relação ao caboclo:

Este se tornou um peregrino, extraindo erva-mate, praticando uma agricultura rudimentar, de sobrevivência, sem paradoro fixo. Foi introduzido nas fazendas da região, constituídas pelo então apossamento livre das terras principalmente nas regiões de campo, como peões, agregados ou posteiros. Passou a morar no fundo das propriedades tendo o *direito* a uma pequena extensão de terra (doada pelo fazendeiro) para erguer o rancho e, com algumas ferramentas (enxadas e foices), passou a trabalhar para o fazendeiro entregando-lhe dias gratuitos de serviço além de produtos agrícolas, como mandioca e milho (p. 22).

A introdução do imigrante europeu teve como um de seus princípios superar a agricultura praticada pelos caboclos, pois a produção de excedentes agropecuários para abastecer os núcleos urbanos era uma situação que obrigava os governos a incentivar a colonização com produção diversificada de excedentes, o que só poderia ser feito pelo colono. A prerrogativa era de que as terras de mata fossem vendidas aos colonos imigrantes que desde 1824 vinham se multiplicando na província.

¹¹ Não faremos neste item uma análise pormenorizada deste processo, apenas a identificação dos grupos sociais que então se instalaram e as causas de ordem *macro* que de alguma maneira legitimavam o processo migratório das populações aqui instaladas no bojo do avanço do modo capitalista de produção. O processo migratório interno destes mesmos grupos será identificado e analisado num segundo momento, atuando conjuntamente fatores macro e micro. Essas particularidades serão enaltecidas quando da análise do avanço da zona pioneira, segundo Waibel (1949), ou da frente de expansão segundo Martins (1979).

Neste sentido, não só os descendentes de luso-brasileiros, também a população indígena que ocupava as matas e os campos da região, como os Guaranis e Kaingang, não poderiam estabelecer culturas comerciais, pois buscavam somente a subsistência, obtida pela coleta, caça e pesca. Conforme Rückert *et. alii.* (1999), o seu extermínio está ligado às atividades da conquista do território pelos portugueses e espanhóis, simbolizada pela expulsão dos jesuítas do Brasil e a destruição dos Sete Povos das Missões, em meados do século XVII. No município de Três Palmeiras e arredores, a destruição, diga-se ocupação, das terras indígenas se completa em meados do século XIX, quando o governo estadual resolve lotear a Reserva Indígena da Serrinha e vender os lotes aos colonos¹². Passadas quase cinco décadas, a Constituição Federal de 1988 garante aos povos indígenas expulsos de suas antigas áreas o direito legal de requere-las. Assim, a década de 1990 é marcada pelo início da retomada das terras da Reserva Indígena da Serrinha pelos índios e retirada das famílias dos agricultores que são, em parte, reassentados em outras terras, outros migram para os núcleos urbanos ou simplesmente ocupam a beira das estradas e passam a reivindicar novamente áreas de terras, como havia ocorrido décadas anteriores.

Portanto, somente a colonização com pequenos agricultores proprietários poderia suprir a demanda por alimento dos centros urbanos, possibilitando a ocupação dos “vazios demográficos” que ainda existiam no Norte do Rio Grande do Sul. A colonização regional obedeceu a critérios bem definidos, pois por não ter inicialmente um caráter de espontaneidade, foi organizada, planejada, dirigida e subvencionada pelos governos central, provincial, municipal e por companhias particulares de colonização interessadas no mercado de terras que então se abria.

No Brasil, a colonização teve maior impulso com a promulgação da Lei de Terras em 1850, que através da proibição do acesso livre às terras devolutas tornou-as uma mercadoria. Se, até 1850, as terras eram obtidas por concessão do Estado, após 1850 o acesso se dava exclusivamente mediante compra, realizada pelo Estado e posteriormente por particulares - Companhias de Colonização – (Giron e Bergamaschi, 1996).

Para o entendimento deste processo, precisa-se reconhecer a formação das colônias velhas gaúchas, pois estas “alimentaram” a formação das colônias novas a partir do final do

¹² Nascimento (2001) traz uma importante contribuição acerca dos interesses políticos e econômicos que tornaram a Reserva Indígena do Toldo da Serrinha em área de colonização. Assim, em meados do século XX, uma área de aproximadamente 12 mil ha foi loteada e vendida aos colonos das regiões circunvizinhas aos atuais municípios de Três Palmeiras, Ronda Alta, Constantina e Engenho Velho. Pode-se considerar que isso foi uma decorrência direta da crise que assolava a agricultura colonial nesta época, pois ao fechamento da fronteira agrícola estadual associava-se a crescente pressão demográfica sobre os lotes coloniais da região. Agindo assim, o governo estadual resolveu, momentaneamente, a demanda por terras estabelecida pelos colonos.

século XIX. O fenômeno da formação das colônias agrícolas no Rio Grande do Sul teve seu início em 1824, quando se fundou a Colônia de São Leopoldo. Neste ano, chegava a São Leopoldo a primeira leva de imigrantes da Alemanha, que ocuparam áreas de terra localizadas a margem direita do rio dos Sinos (Schneider, 1994).

De acordo com Roche (1969), quanto à imigração, registram-se duas fases. A primeira, que vai de 1824 a 1845, ficou a cargo do governo Imperial. Nesta fase se verificou um período de escassez de entrada de imigrantes, tendo como causas a falta de dinheiro para pagamento das despesas de transporte e as crises políticas decorrentes da renúncia de D. Pedro I e da Regência, além da deflagração da Revolução Farroupilha em 1835, que opôs a Província ao governo Imperial. A segunda, que vai de 1845 a 1889, marcou o início da colonização provincial e privada, que não ocorreu antes devido a falta de recursos. É ao final desta segunda fase, na década de 1870 do século XIX, que ocorre a entrada dos primeiros imigrantes de origem italiana, pois até então eram os alemães os formadores das primeiras colônias de imigração européia no território gaúcho.

No Rio Grande do Sul, as primeiras colônias italianas foram Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel nos anos de 1874 e 1875, constituindo-se em uma continuação da área já ocupada pelos alemães ao norte de Porto Alegre. A região escolhida foi a grande secção do Planalto (Encosta Superior) recortada pelos rios Caí e Taquari, recoberta pela mata de araucária.

Para os brasileiros filhos e netos de alemães, o limite de sua expansão tinha sido o encontro da mata de araucária, já nos patamares elevados da encosta. Para os italianos, a fronteira seria a outra borda da floresta de araucária, pois onde começava o campo, eles se detiveram¹³. A partir de então, o norte do Rio Grande do Sul seria palco de um fluxo migratório que iria modificar radicalmente a sua paisagem, transformando-se à luz das novas das relações de produção que ganhavam força a partir de então. Por isso, decorreu espaço de tempo relativamente curto desde a formação inicial das primeiras colônias alemãs e italianas, iniciando-se um primeiro movimento para formação de novos núcleos coloniais, ainda próximos aos primeiros. No caso da colonização alemã, através da expansão de São Leopoldo encosta cima, formaram-se colônias como Mundo Novo, Bom Princípio e Caí. Em relação à colonização italiana, esta viu surgir novos núcleos de colonização como Taquari, Antonio Prado e Guaporé (Bernardes, 1997).

¹³ Orlando Valverde (1985), afirma que a formação da colônia Caxias do Sul foi para a colonização italiana nesse estado o mesmo que a colônia São Leopoldo foi para a colonização alemã: a célula-mater de onde se expandiu o povoamento e, até, hoje, o seu principal centro econômico e cultural de referência de cada etnia.

Portanto, da formação das primeiras colônias, associado à ocupação das amplas áreas de mata ao norte da encosta da serra, estimulada pelo governo provincial, nasceu um movimento migratório que colonizaria o Alto Uruguai.

Conforme Bernardes (1997):

Ainda não se completara a expansão do povoamento ao longo da escarpa, quando, saltando sobre os campos centrais do Planalto, abandonando toda a precaução quanto à distância e o isolamento, fundaram-se as primeiras colônias nas matas do Alto Uruguai: Ijuí (1890) e Guaraní (1891). Tal avanço exagerado só é mesmo justificado por preocupações de ordem estratégica, pois na retaguarda existiam ainda muitos trechos de mata a povoar. A preocupação de povoar as matas do rio Uruguai ainda no final do século é compreensível apenas pelo grande fluxo da imigração espontânea (p. 76-7).

Verifica-se, que partir de então a formação dos núcleos colônias via governo provincial vai obedecer, quase exclusivamente, a um caráter misto, ao contrário da colonização particular, que procurava originar áreas homogêneas, procurando minimizar a possibilidade de fracassos na colonização. O seu sucesso também estava associado à construção da ferrovia que ligaria o centro do estado (Santa Maria) ao centro econômico do país (São Paulo). Esta ferrovia, cruzando o Planalto gaúcho, possibilitou a instalação de redes de comércio e o surgimento de núcleos colonizadores rurais bem como urbanos. A construção da referida ferrovia desempenhou importante papel para o sucesso da colonização.

A proposição de Singer (1987) de explicar as migrações internas a partir dos fatores de estagnação, como baixos índices de produtividade provocados pela pressão demográfica sob pequenos lotes de terra, deve ser combinada com a “fome de terras” junto aos colonos, descrita por Waibel (1949), e os mecanismos de partilha por herança. Esta fome por terras, combinada com os fatores de estagnação e construção da ferrovia ligando o Rio Grande do Sul ao centro do país desencadearam um ritmo acelerado de povoamento do Alto Uruguai. De acordo com Fagundes (1962, apud Rückert, 1997):

O território, assim, só vem a receber influxo maior em número de colonos organizados e dispostos nas zonas de melhores possibilidades naturais a partir de 1895, quando atinge a divisa municipal a linha férrea vinda de Santa Maria, em construção para ligar o Rio Grande do Sul ao Norte do país, o que permite um total aproveitamento colonizador na disseminação das colônias européias (p.119).

A construção da ferrovia possibilitou um esquema simples de expansão da colonização nas matas do Alto Uruguai, onde em um dos extremos da região se estabeleceu a Colônia Erechim em 1908 e no outro a Colônia Santa Rosa em 1915. Essas colônias tiveram a função de abrir enormes clareiras na mata virgem, a partir das quais o movimento de pioneirismo

impulsionou o povoamento em todas as direções, estabelecendo a junção entre os núcleos iniciais (Bernardes, 1997).

O incremento dos núcleos de colonização efetiva-se ao longo da estrada de ferro, tornando Passo Fundo um centro coletor da vida econômica e social não só do Planalto Médio, mas também o Alto Uruguai e parte das Missões. Isso incrementou a economia regional, onde os colonos puderam comercializar os produtos coloniais, inclusive a madeira. A colonização privada no Centro-Norte do Rio Grande do Sul se inicia na última década do século XIX, quando em 1897 é formada a Colônia Alto Jacuhy. Consolida-se a partir de então um amplo mercado de terras, capaz de oportunizar grandes lucros às companhias particulares, que pressionavam o governo a incentivar a colonização, oferecendo a estes terras baratas e mesmo subsídios à compra e posterior venda aos colonos (Rückert, 1997).

Assim, muitas companhias compravam grandes áreas de terras e negociavam-na com os colonos em pequenos lotes. Rückert *et. alii.* (1999), apontam que na época (início do século XX), o potencial de terras que havia para vender aos futuros pequenos proprietários era grande. A colonização particular, que ocorreu na área denominada Região de Ronda Alta, se acentua a partir de 1917 com a venda de lotes da Fazenda Sarandi, constituída pela Colônia Sarandi¹⁴. O loteamento e a venda das terras na região de Ronda Alta foram efetuados pela Firma Gomes, Schering, Sturm e Cia., Empresa Colonizadora Matte, Vargas, entre outras. As colônias privadas que ocuparam extensas áreas geraram posteriormente vários municípios, como Sarandi, Ronda Alta e Rondinha. A abertura das colônias particulares terminava em torno de 1924 e 1925, após a retomada dos trabalhos de medição na Colônia Sarandi. Inicia-se a partir de então a instalação das colônias públicas.

A colonização pública estadual no Alto Uruguai, especificamente na região do município de Ronda Alta, obedeceu esta cronologia, sendo particularmente incrementada a partir da segunda década do século XX, com o loteamento das áreas pertencentes aos índios.

¹⁴ No território da Colônia Sarandi geraram-se posteriormente, os municípios de Sarandi, Rondinha e Ronda Alta, sendo que nas terras em que foram vendidos os lotes coloniais compuseram-se os municípios de Sarandi e Rondinha. O município de Ronda Alta, criado em 1963, incorporou-se às terras de campo da Fazenda Sarandi, onde foi instalado o projeto de reforma agrária do governo Brizola (Gehlen, 1983).

Tabela 01: Seções de colonização pública na área original do município de Ronda Alta entre 1924 a 1952.

Secção	Nº de lotes	Área (ha)	Concessão dos lotes	Localização Atual
7ª Xingu	160	3.104	1924	1º Dist. Ronda Alta
1ª Serrinha	92	1.429,4	1943	Três Palmeiras
2ª Serrinha	427	4.856,7	1952	Progresso (Três Palmeiras)

Fonte: Rückert *et alii* 1999, p. 30.

A instalação das primeiras famílias remonta a década de 1920, quando os primeiros lotes foram concedidos na 7ª Seção Xingu. Nesta Seção a dimensão média dos lotes vendidos aos colonos era de 20 hectares. O segundo conjunto de lotes foi instalado em parte da Reserva Indígena da Serrinha. A dimensão média dos lotes vendidos a partir de então era de 15 hectares na 1ª Seção e 13 hectares na 2ª Seção. Em relação à origem étnica dos agricultores, houve uma colonização mista, com descendentes de italianos e alemães e também com nacionais. Estão evidenciados os primeiros condicionantes da crise da agricultura colonial, principalmente dos padrões de herança, visto que os lotes coloniais eram extremamente pequenos, comprometendo a partilha entre os herdeiros (Rückert *et. alii.*, 1999).

A partir da década de 1960 predominaria a colonização através de assentamentos de reforma agrária. Ou seja, já a partir da década de 1950 a impossibilidade de parcelamento dos lotes constitui um grave entrave à reprodução social da agricultura colonial. Isso será importante para a compreensão dos fatores que levaram à crise da agricultura colonial, levando os agricultores a um processo de especialização dos sistemas de cultivo que possibilitará, juntamente com a modernização da base tecnológica, a sua reprodução num ambiente cada vez mais mercantilizado.

Identificados os marcos históricos da colonização pública e privada do Alto Uruguai, o objetivo agora é analisar as fases da agricultura colonial, ou seja, os processos que antecederam à modernização da agricultura. Procura-se demonstrar que a crise da agricultura colonial é lenta e gradual, possuindo diferentes momentos. Por exemplo, passando do sistema de corte e queimada, praticado na primeira fase da instalação dos colonos para a rotação de culturas e desta para a especialização, que passou a predominar no Alto Uruguai a partir da década de 1970, bem como pela mudança nas formas de acesso à terra. Não obstante a estas transformações nos sistemas de cultivo, a sociabilidade e as relações de reciprocidade também mudam ao longo do tempo, tornando as transformações não somente técnico-produtivas, mas também sociais e culturais.

2.3. 1ª fase: a agricultura e o modo de vida dos colonos – 1900/1935.

Nesta seção, procura-se demonstrar como a agricultura colonial se territorializou, se transformou e se reproduziu no Alto Uruguai em uma fase que vai do início do século XIX até meados da década de 1930. A periodização permite analisar também como esta agricultura encontrou seus limites de reprodução, tendo reflexos nos sistemas produtivos e na sociabilidade dos colonos. Não se trata de uma periodização histórica rígida, pois busca-se apreender os processos inerentes a esta fase, mas não desconectados das demais.

Trataremos de analisar o processo de evolução e transformação do sistema produtivo colonial, entendido como um conjunto de estratégias produtivas e de manejo dos agroecossistemas que os colonos colocaram em prática a partir da ocupação dos lotes. Inicialmente, a análise privilegiará as formas de acesso à terra e as primeiras atividades, constituindo um sistema produtivo próprio das áreas coloniais, que por sua vez se sustenta também por relações sociais através de uma sociabilidade comunitária.

São referências para o entendimento do processo de evolução da agricultura familiar na região. O principal objetivo será demonstrar que no princípio, quando os colonos são assentados, eles operam com base em um sistema produtivo que lhes garante uma reprodução social que pode ser chamada de semi-autônoma. A partir da década de 1970, as transformações na agricultura colonial modificam estas relações, onde o modo de vida colonial passa a ser submetido a um conjunto de pressões sociais e econômicas que resultam em um processo de transformação estrutural, fazendo desaparecer várias de suas características originais. Como resultado deste processo, reduz-se consideravelmente a autonomia das famílias rurais e as estratégias de reprodução social tornam-se cada vez mais subordinadas e dependentes da mercantilização das relações de produção.

2.3.1 A colonização, o acesso à terra e as primeiras atividades.

Esta primeira fase de desenvolvimento da forma familiar de trabalho e produção no Alto Uruguai é aquela que se inicia pelo processo de colonização desta região e o estabelecimento das primeiras atividades produtivas pelos colonos. Ela se dá através da chegada do colono e sua família que se instalam em lotes obtidos pela compra. Em função da hostilidade oferecida pelo ambiente natural, a primeira coisa a fazer era derrubar a mata,

construir as primeiras instalações e desenvolver os primeiros cultivos. Os anos iniciais após a ocupação dos lotes são de adaptação, procurando inicialmente satisfazer as necessidades dos membros da família. Os colonos traziam consigo alguns animais, como vacas, suínos e cavalos para transporte, sementes de milho, batata e abóbora e os instrumentos necessários para devastar a floresta e estabelecer os primeiros cultivos.

A preferência do colono pelas regiões da mata, como as que acolheram os colonos das colônias velhas, somente pode ser entendida levando-se em consideração a reprodução de sistemas de cultivo que exigiam do solo uma boa fertilidade natural. Conforme o relato que segue, mesmo havendo a possibilidade de ocupação de terras planas, no entanto descobertas, os colonos se instalaram em áreas de relevo íngreme mas de abundância de recursos naturais:

Terra tinha à vontade, só que aquela época a mentalidade deles era outra, não tinham conhecimento das coisas, então eles¹⁵ não queriam terra de campo, terra de máquina, eles queriam terra de mato (...) campo não servia para nada (...). Essas áreas de campo tinham só capim, porque não era terra de mato. (Entrevista nº 3).

As regiões de mata possibilitavam além da venda da madeira, uma das primeiras atividades econômicas desenvolvidas pelos colonos, a sua extração para a construção das casas e demais benfeitorias para acolher os animais e o excedente produzido.

A constituição dos primeiros núcleos coloniais se deu via um povoamento rural de caráter disperso¹⁶, que segundo Waibel (1949), cada agricultor era identificado pela sua família e pela sua propriedade, denotando uma certa individualidade no trabalho desenvolvido na propriedade, dificultando os contatos sociais e culturais. Identificamos junto aos agricultores indícios de como havia sido o processo de colonização. Estes relataram que algumas famílias se incumbiam de ocupar as terras e inspirar outras famílias, geralmente familiares, a também se estabelecerem na região, servindo de referência às demais.

A gente foi praticamente os primeiros moradores. Os primeiros moradores que vieram morar aqui foi lá pelo ano de 1920, 1930 e ficaram aqui com 10 ou 15 casas (Entrevista nº 8).

¹⁵ Neste relato, o uso do pronome *eles*, num primeiro momento, se refere aos pais dos agricultores entrevistados e, num segundo momento, aos *donos* das terras de campo, ou seja, os fazendeiros da região interessados em se desfazer de suas terras justamente pela pobreza das mesmas, afinal, a possibilidade de recuperá-las somente apareceu nos anos 1960, com a introdução do calcário e depois da adubação química, marcos da modernização da agricultura nestas áreas.

¹⁶ O que Waibel (1955) chama de habitat natural, George (1982) chama de habitat rural, onde habitat é o modo de distribuição dos lugares habitados no interior de uma determinada região, e onde a noção de lugar se torna inseparável da noção de conteúdo humano, pois pode-se igualmente se escrever que habitat é o modo de distribuição da população no interior de um espaço considerado. O habitat rural aparece, então, como o modo de distribuição e de residência das populações que vivem no campo (p. 123).

Isso exigia a união de esforços entre os colonos, onde o pioneiro (colono) desejava a proximidade de seu semelhante, pois devido à hostilidade da mata, estes sentiam a necessidade de ter à vista os seus vizinhos. A sociabilidade e a vida comunitária somente seriam cimentadas a partir da melhoria dos meios de comunicação, possibilitando a cooperação entre os colonos (Bernardes, 1997). A cooperação a que faz alusão Bernardes se refere a necessidade de ajuda entre os colonos em função da hostilidade que a mata oferecia e das dificuldades para transporte e mesmo acesso aos lotes. Os meios de comunicação, que se restringiam às estradas, tinham de ser construídas pelos próprios colonos para que se pudesse estabelecer uma sociabilidade ao nível de comunidade, possibilitando também escoar o excedente produzido. Conforme se verifica nos relatos abaixo, isso demandava a união de esforços entre os colonos:

As estradas os colonos tinham que se fazer com os bois. Se reuniam em 10 ou 12 e faziam o serviço (Entrevista nº 6).

Só tinha um pedacinho que não era mato e que dava para plantar. A gente derrubava mato com foice e machado. Nós trabalhamos muito para iniciar a vida. Tinha uma estradinha, depois que a gente chegou começaram a fazer a estrada mais larga. Faziam de picareta, de enxada (Entrevista nº 4).

Verifica-se, que no Alto Uruguai, a exploração da madeira bem como a construção e conserto de estradas foram as primeiras atividades desenvolvidas pelos colonos, servindo também como pagamento das dívidas decorrentes da compra do lote colonial. Trata-se de uma comprovação de que a instalação dos colonos no Alto Uruguai ocorreu de forma integrada aos circuitos mercantis existentes, ou então criados em função do próprio processo de colonização e não de instalação de uma economia de total subsistência.

Para Waibel (1949), as linhas abertas pelos pioneiros na mata original serviram desde o princípio como opções de comunicação entre os colonos, originando a abertura de estradas de ligação entre os colonos e entre as linhas. Inicialmente isso era feito através da abertura de linhas ou picadas na mata.

Tal como designa Viana (1987, apud Wortmann, 1995, p.21):

O termo picada ou linha designa uma vizinhança rural, com uma igreja, escola e casa comercial. Originalmente, era uma picada aberta na mata, ao longo da qual se dispunha o lote de cada colono. Estes se distribuía pelas linhas que normalmente seguiam os fundos dos vales fluviais, tendo de cada lado um lote colonial (p.21).

Analisando o povoamento das matas do Rio Grande do Sul com pequenas propriedades coloniais, Bernardes (1997) aponta que neste estado, e talvez nem mesmo em Santa Catarina, se constituiu núcleos coloniais em áreas tão vastas de terras, nada semelhante

com o que tinha ocorrido na marcha da frente pioneira em São Paulo, onde a grande e a pequena propriedade encontraram seus lugares em áreas contíguas, estabelecendo-se uma larga variedade de tipos sociais. Nas terras de mata do Rio Grande do Sul, não importando qual tenha sido o agente colonizador – o império, a província, o estado, o município, ou o particular – nem tão pouco interessando qual tenha sido a natureza étnica do povoamento – alemão, italiano ou misto – a propriedade agrícola é uma só: o lote colonial.

De acordo com Waibel (1979), o lote colonial caracterizava assim o povoamento disperso, que tinha a vantagem de o agricultor viver na sua terra, cercado por suas lavouras, pastos, matas, etc., facilitando a administração da propriedade. A desvantagem ocorria pela distância entre os vizinhos, dificultando os contatos sociais e culturais entre os membros de uma comunidade, reduzindo a sociabilidade. Era uma agricultura que se caracterizava pela intensa utilização dos recursos naturais disponíveis, como o solo, a água, a madeira e mesmo a fauna. Nesta fase, se verifica uma grande produção de produtos para subsistência, como milho, feijão, batata, alguma carne, ovos, banha com algum excedente comercializável.

De acordo com o HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS (s/d/ano), os primeiros colonos que chegaram à região onde hoje é o município dedicavam-se basicamente às atividades agrícolas, plantando feijão, milho, arroz, mandioca, fumo e batata, além da criação de alguns animais, como cavalos, porcos e vacas. A terra era preparada de forma bastante rudimentar, com o uso de instrumentos como foices, arados de pau, enxada, sacho e machados. A colheita era feita basicamente com o auxílio de foicinhas, à mão ou mesmo arrancando a planta. Para malhar os produtos usavam manguá ou cavalo. O armazenamento do excedente era feito em tulhas cavadas na terra, tulhas de madeira bruta, cestos de taquara e em alguns em pequenos paióis de madeira.

Conforme nos relataram os agricultores, era uma vida difícil, que exigia muito esforço físico, sendo que não raro acontecia de perder a produção por acondicionamento inadequado. As primeiras atividades eram desenvolvidas mediante uso de técnicas extremamente simples se comparadas as atuais.

Era só a cavalo, carroça. Não tinha outra coisa. Tudo era braçal. Era só no machado e serrote, não tinha outra alternativa (Entrevista nº 3).

Meu pai tinha um cavalo, um matungo, depois comprou uma carroça, já era melhor (...). Era na base da foice, enxada, arado, junta de bois e carroça. Era assim que se começava a vida (Entrevista nº 4).

A extração da madeira constituiu-se num dos principais excedentes comercializados pelos colonos desde a ocupação dos lotes. De acordo com Tedesco & Sander (2002):

O comércio de terras, a construção de estradas, de picadas, o lugar para fazer a casa e para plantar exigiam o corte da madeira (...). O elemento determinante do processo, ou seja, aquele que tinha correspondência com o espírito do progresso vigente, era a produção de excedentes agrícolas. As serrarias, os colonos, os comerciantes (da madeira e da agricultura) e o mercado, aos poucos, afinavam para dar cabo a este recurso natural, que era a madeira, pelo viés da lógica mercantil (p.194).

Segundo entrevistas realizadas junto aos agricultores, a extração da madeira teve seu auge no município de Três Palmeiras e arredores nas décadas de 1930 e 1940, declinando a partir de então em face da adoção pelos colonos do sistema primitivo de rotação de terras, tornando-se um recurso natural cada vez mais escasso.

Os primeiros anos da colonização eram os que exigiam dos colonos o maior esforço físico, pois para preparar a terra necessitavam derrubar o mato e em seguida produzir os gêneros alimentícios de que ele e sua família necessitavam, vendendo o excedente. Isso era facilitado pela fertilidade natural do solo que ainda estava preservada. No entanto, num curto espaço de tempo, tornar-se-ia a qualidade do solo um dos maiores agravantes da economia colonial do Alto Uruguai.

2.3.2 O modo da vida colonial, a sociabilidade e o sistema de herança.

Para estudar a constituição e o significado do modo de vida dos colonos de Três Palmeiras e do Alto Uruguai, deve-se retroceder nossa análise à organização do modo de vida das colônias velhas, marco do seu surgimento, para posterior expansão e reprodução deste modo de vida colonial nas colônias novas.

Para a compreensão do seu significado nos baseamos em Schneider (1999) onde o autor entende por modo de vida colonial “uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade implementada pelos colonos, configurando uma estrutura social e econômica” (p.21). A forma de produzir se estabelecia através da maneira pela qual os colonos organizavam o trabalho, que por sua vez tinha como objetivo assegurar a subsistência da família. Ou seja, era a maneira pela qual a família do colono organizava seus meios de produção para garantir a sua reprodução. Em função das condições em que se instalavam as famílias a forma de produzir alicerçava-se sobre a propriedade da terra, a produção para subsistência e as trocas econômicas locais. A forma de sociabilidade era as relações sociais estabelecidas pelo colono e sua família com o ambiente externo, dadas pelas relações de

parentesco, pela solidariedade entre os vizinhos, pela religião ou festas comunitárias. Era em torno da comunidade que se estabeleciam as relações sociais.

Conforme Schneider (1999), o modo de vida dos colonos manteve-se socialmente ancorado no processo de expansão da fronteira agrícola. Da mesma forma, o sistema produtivo colonial, conforme Waibel (1955) e Roche (1969), foi um dos principais elementos responsáveis pela perpetuação do caráter relativamente autárquico dessa sociedade que buscava reproduzir-se avançando sobre a zona pioneira.

Neste sentido, a reprodução do modo de vida colonial estava intimamente ligada à expansão e reprodução da agricultura colonial que, por sua vez, se dava pelo seu avanço sobre novas áreas de terras, avançando a fronteira e formando novas colônias. O acesso à terra era a garantia para o estabelecimento das atividades produtivas, principalmente se estas terras eram da mata, garantia de fertilidade natural dos solos. A sua formação se dava a partir do momento que o colono se apropriasse de um lote de terras e nele estabelecesse o processo produtivo.

Naquela época se procurava terra boa porque dava mais produto. A gente roçava, plantava o milho ou feijão preto, o que for, e dava bem. O milho também, não precisava nada (...). O que se plantava dava (Entrevista nº 7).

Para Waibel (1949), depois do tipo de colonização, o fator de maior significado para a colonização é o sistema agrícola adotado. A ocupação inicial das terras precedia o seu manejo, que consistia inicialmente em três etapas: o desmatamento, o arroteamento e a rotação das terras. A utilização do fogo era indispensável para o sucesso inicial da exploração agrícola. No entanto, esse método primitivo adotado pelos índios comprometia o equilíbrio da atividade produtiva. Dos indígenas os colonos incorporaram também plantas, como o milho, o feijão preto, a mandioca, a batata-doce e ferramentas, como a cavadeira e o bastão de plantar (Waibel, 1949).

A adoção do sistema agrícola dos indígenas trouxe conseqüências importantes para a vida dos colonos. Willems (1956, apud Waibel, 1949), afirma que isso trouxe efeitos deteriorantes sobre a cultura e a vida social dos colonos. Isso por que, os colonos pequenos proprietários europeus não poderiam aplicar, por gerações sucessivas, um sistema agrícola extensivo e primitivo sem abrir mão e perder elementos essenciais da sua cultura e tradição.

A maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira; na literatura geográfica é geralmente conhecido como agricultura nômade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais, é chamado sistema de rotação de terras (p. 180).

No trabalho *Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil*, Waibel (1949) expõe claramente como os sistemas agrícolas se ligam teoricamente à evolução do povoamento. Três foram os sistemas agrícolas descritos por Waibel nas regiões florestais de colonização, utilizando como critérios classificatórios os métodos agrícolas empregados, a combinação gado-lavoura e a maneira pela qual os produtos são preparados e processados para o mercado¹⁷.

Nesta fase, o sistema produtivo utilizado pelos colonos era aquele denominado por Waibel (1949) de *sistema de rotação de terras primitivas*. Era baseado na derrubada e queima da floresta, servindo para a produção de milho, feijão preto e mandioca, onde o colono utilizava ferramentas como cavadeira, machado, foice e enxada. Evidenciamos junto aos agricultores o grau de dificuldade enfrentado pelos colonos, pois as técnicas não possibilitavam o cultivo de grandes áreas.

Era tudo no braço. Se derrubava 2,5 hectares de terra a mão, com o machado e o serrote. A madeira que era boa ia para a serraria, e o que não era o fogo comeu. Cedro, louro, angico, grápia, pinheiro de 60, 70 cm de espessura o fogo queimava. Naquela época se colocava fogo quando estava seco para plantar. O fogo durava até uma semana queimando aquela madeira (Entrevista nº 6).

De acordo com Waibel (1949), o excedente produtivo era utilizado na criação de porcos, com venda dos animais vivos ou em forma de banha, trocando-os por produtos de primeira necessidade não produzidos na propriedade, como sal e açúcar. Era o sistema que precedia à compra do lote e a instalação da família.

As dificuldades de ligação com o mundo exterior denotavam o acentuado grau de isolamento das famílias, que viviam em condições de vida extremamente precárias. Em função das condições de isolamento das famílias e mesmo das comunidades que posteriormente se formaram, a sociabilidade dava-se quase que exclusivamente em nível local (comunidade), pois os meios de comunicação impediam uma sociabilidade em escalas maiores. A escolaridade dos filhos era extremamente baixa (um ou dois anos), sendo os pressupostos religiosos a principal orientação educacional, pois a frequência regular à igreja era uma das únicas formas de sociabilidade possível de ser realizada (Waibel, 1949).

A análise dos sistemas agrícolas de produção do sistema colonial demonstra que do sistema mais primitivo, o da rotação de terras, alguns colonos evoluíram para o sistema

¹⁷ Waibel (1949) afirma que os sistemas representam apenas teoricamente os estágios sucessivos do desenvolvimento histórico da paisagem agrícola, apontando que apenas em algumas áreas o desenvolvimento real da paisagem cultural passou pelos três estágios que serão descritos a seguir, pois a maioria das áreas atingiu somente o segundo estágio e muitas ficaram apenas no primeiro estágio.

intensivo de rotação de culturas associado à criação de gado estabulado. Esta evolução, para Bernardes (1997), esteve na necessidade de se romper o isolamento inicial, que afligia a maior parte dos colonos. Na maioria dos casos a persistência das dificuldades de contato com os mercados, contribuiu para dificultar o progresso econômico, causando uma longa permanência no sistema primitivo. Tal situação atingiu por vezes mais de uma geração, determinando uma queda no padrão cultural do imigrante.

A influência de Waibel nas análises de Bernardes é muito forte, onde este, ao analisar as formas de agricultura nas regiões de mata do Rio Grande do Sul aponta, em relação ao sistema de rotação de terras, que apenas em alguns trechos relativamente pequenos os agricultores evoluíram para o sistema mais racional, onde aplicando adubo ao solo, conseguiam tornar mais intensiva a utilização da terra.

Bernardes (1997) associa o nível cultural dos colonos ao sistema produtivo praticado. Analisando dados populacionais secundários e observações empíricas tal autor chega a conclusão de que, em grande parte, o padrão de capacidade populacional das regiões agrícolas do Rio Grande do Sul é condicionado pelo nível cultural do colono, por isso muitas vezes se mantinha na prática de sistemas agrícolas inadequados:

Sucedem que, após longos anos de contínua rotação de terras, o solo já não dá uma produção compensadora. O colono vende o lote ao vizinho, que necessita ampliar o âmbito de seu rodízio, e, juntamente com a família, se retira para as terras novas da zona pioneira. Lamentavelmente é que se chegue a esta situação em regiões onde o povoamento se iniciou há sessenta anos, ou menos. O que nos leva a concluir que, persistindo os processos rotineiros, em três gerações uma família torna-se pioneira na mata virgem por duas vezes: os netos voltam ao mesmo ponto social e econômico de que partiram os avós (p.97).

A preocupação de Bernardes residia no fato de que ainda nas regiões de colonização antiga o sistema de rotação de terras predominava, acarretando numa queda na qualidade de vida dos colonos e numa constante busca por novas terras em face do fracionamento dos lotes coloniais antigos. Obedecendo esta máxima ocorre a colonização do Alto Uruguai.

Como as terras são ainda novas, a produção é a mais elevada do estado, mas nas zonas desbravadas há mais de uma dezena de anos já vão surgindo os retângulos de vegetação secundária, sinal de que a rotação de terras dilata, progressivamente, seu domínio cultural. Uma pequena minoria desses agricultores é constituída por imigrantes; a maior parte (...) descende dos colonos das regiões mais antigas. Persistem, pois, no mesmo hábito, a que foram levados seus antepassados de exaurir lentamente o solo, mas não de adubá-lo (p.98).

Schneider (1999), referindo-se à zona de colonização antiga, aponta que o aumento de produtividade agrícola nas colônias decorre fundamentalmente de dois fatores. O primeiro era

a existência de novas terras a serem ocupadas, o que contribuiu para o avanço da zona pioneira e a reprodução do modo de vida colonial. O segundo foi a melhoria do sistema de transporte, permitindo aos colonos estabelecer relações de troca crescentes.

Ao referir-se à situação socioeconômica dos colonos do Alto Uruguai, Bernardes (1997) retratou que apesar dos agravantes da aplicação do sistema de rotação de terras, o povoamento, encarado em seu conjunto, estava com plena vitalidade, dinamismo e pujança econômica. Para o autor, a circulação intensa entre as linhas de lotes, o intercâmbio comercial que naturalmente florescia em regiões de povoamento denso como o Alto Uruguai, a necessidade de um local em que se fizessem os contatos sociais e a capela exigida pelo espírito religioso dos colonos, eram os principais fatores que determinavam a formação dos numerosos povoados na zona colonial.

No entanto, a pujança do sistema produtivo colonial das colônias velhas e em particular das colônias novas compromete-se logo após a sua instalação. Criam-se condições, que somadas, fazem com que este entre em crise, juntamente com a agricultura colonial, impossibilitando a sua reprodução tal como havia conseguido a geração anterior no mesmo lote de terra. As evidências de desestabilização da estrutura colonial, como a herança com sistema de partilha total e a alta densidade demográfica sob pequenos lotes colocam definitivamente a colônia em crise. Tornam-se evidências concretas de que o estabelecimento de colonos em pequenos lotes, associado aos sistemas de cultivo em curto espaço de tempo comprometeria a reprodução dos colonos. De acordo com Rückert (2003), é a partir dos anos 30, que o êxodo dos colonos para o oeste catarinense e depois para o sudoeste paranaense, torna-se um forte indicador da crise da colônia. Isso porque, a densidade demográfica torna-se muito alta, e o fracionamento dos lotes por herança já é uma realidade que ameaça os colonos.

O funcionamento e a reprodução ampliada do sistema produtivo colonial, baseado em um modelo de agricultura que Mazoyeur e Roudart (1997) chamaram de “sistema de corte e queimada de meios florestais”, foi viável durante o período 1900-1930, pois havia uma fronteira agrícola de novas terras a ser desbravada e ocupada. Este modelo operava no que Waibel (1949) chamou de “expansão da zona pioneira”, que era a forma pela qual os filhos dos colonos iam reproduzindo o modelo agrícola adaptado pelos seus pais. Enquanto houve terras novas a serem compradas e ocupadas, os novos colonos puderam reproduzir este sistema produtivo.

O modo de vida colonial se constituía também pela sociabilidade do colono e de sua família. As relações sociais se davam inicialmente ao nível de comunidade, caracterizando uma forma de sociabilidade local. A sociabilidade reduzida nos primeiros anos da colonização

se explicava pelas dificuldades de estabelecer relações com os vizinhos, pois entre estes existiam, além da mata, outros imperativos, como a distância e a precariedade dos meios de transporte.

Durante as entrevistas com as pessoas mais idosas, era evidente o apego que existia durante a agricultura colonial pelas questões religiosas, pelas trocas de serviço e ajuda mútua entre os vizinhos.

Antigamente se trocava serviço (...). Sempre nós fizemos sociedade. Os vizinhos eram como irmãos. A gente tinha sempre os grupos de mulheres que liam a Bíblia, a gente ia à Igreja. A maioria da comunidade fazia isso. (Entrevista nº 3).

O apego à religiosidade e as crenças religiosas eram marcas da agricultura colonial. Eram manifestações estabelecidas pelas famílias para agradecer ou celebrar a colheita, alguma graça alcançada. Isso possibilitava o encontro entre as famílias e mesmo entre as comunidades, reforçando os laços de sociabilidade.

2.3.3 Os limites à reprodução social da agricultura colonial.

Os limites de reprodução do sistema produtivo colonial foram, em grande medida, os próprios mecanismos que, inicialmente, garantiram a sua implantação e reprodução. Conforme Roche (1969), o regime da pequena propriedade, associado às técnicas agrícolas utilizadas e à alta natalidade, constituíram-se nas principais causas das migrações rurais. Segundo Waibel (1949), esta lógica de sustentação da atividade produtiva, além de não ligar o colono à sua terra, se pautavam mutuamente, apresentando entraves à reprodução do próprio sistema.

É importante destacar que o sistema já nasce com elevado grau de comprometimento reprodutivo, visto que a reduzida quantidade de terra impossibilitava muitas vezes que o colono adotasse outros sistemas produtivos, ou seja, seu sucesso estava garantido por poucos anos, dependendo, pois, da intensidade da exploração, podendo estar totalmente comprometido na segunda ou até mesmo na primeira geração de colonos a explorar o lote. Schneider (1999) destaca que os fatores de ordem interna tiveram peso decisivo no processo de desarticulação do sistema agrícola colonial.

O sistema produtivo adotado pelos colonos continha, na sua própria dinâmica, os limites de sua reprodução. A forma de uso do solo, a falta de tecnologias apropriadas e o sistema de herança por partilha geravam a necessidade constante e sucessiva de expansão da zona pioneira. E isso só

foi possível enquanto havia terras a serem colonizadas e uma fronteira agrícola a ser ocupada (p.87).

A respeito da necessidade constante de novas terras, assim nos relatou um agricultor de Três Palmeiras, deixando implícita a idéia de que a partir de um determinado ponto da trajetória da família, seus descendentes teriam como única saída a migração:

Se os caras¹⁸ vieram de outros países aqui para o Brasil, eles entraram o Porto e vieram vindo, vieram vindo. Foi enchendo e eles continuaram indo. Depois daqui foram para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, uns iam empurrando os outros. **Conforme ia fechando eles iam indo.** Meus pais moravam em Sarandi, meu avô tinha 12 filhos, tinha uma colônia e meia de terra, até tinha dado meia colônia para o pai, mas era ladeira que até hoje esta lá, ninguém planta por que não tem condições de planta. E daí, ficar fazendo o que lá? (Entrevista nº 3).

O uso das expressões “enchendo” e “empurrando” confirmam o indicativo da constante migração pelos colonos na busca de novas terras, em face da pressão demográfica sobre o solo. Nesta perspectiva, a “fome por terra” na qual Léo Waibel faz referência se associa a outra de suas proposições: o tamanho adequado da propriedade como condição vital para qualquer projeto de colonização. Para fazer valer suas idéias, Waibel propunha a colonização a partir de uma quantidade mínima de terras, que na linguagem alemã se denominava de *minimale Ackernahrung*, referência a uma quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente. Esta nova forma de colonização dependia de dois fatores: as características naturais da terra e o sistema agrícola que o lavrador deveria aplicar¹⁹. Isso poderia evitar a constante migração para novas áreas como nos relatou o agricultor acima.

Roche (1969) também faz alusão à busca de novas terras pelos colonos alemães do Rio Grande do Sul à medida que os antigos lotes não ofereciam as condições para que o sistema agrícola pudesse ser reproduzido, o que passava a comprometer a qualidade de vida do colono e de sua família, forçando-o a migrar. Para Roche (1969):

Depois de ter feito recuar a floresta, esgotou o solo, obrigando os colonos das gerações seguintes a emigrar para novas zonas e desbravar (...). Não foi, portanto, porque os agricultores partiram de uma região que a produção nela diminuiu; foi por que os rendimentos baixaram, ou iam baixar, que o excesso dos habitantes a abandonou. Se o esgotamento das terras e o crescimento da população, entre outros fatores, motivaram essas migrações internas, a

¹⁸ A expressão “os caras” significa, num primeiro momento, os antepassados, possivelmente os bisavós que vieram da Europa e depois as gerações mais próximas ao agricultor, como seus pais e avós.

¹⁹ Para Leo Waibel o tamanho médio de 25 a 30 hectares por propriedade era excessivamente pequeno para aplicação do sistema de rotação de terras, o mais utilizado nas áreas de colonização. Em terra boa o tamanho da propriedade ou do lote deveria ser de 55 a 65 hectares e, em terra ruim, entre 80 a 105 hectares por família de cinco a sete pessoas. Para Bernardes (1997), as colônias, particulares ou estaduais, há mais de um século, são constituídas por lotes variando entre 22 a 30 hectares.

natalidade e a técnica incompatíveis com a estrutura agrária é que tornaram fatal o êxodo da população excedente. Para continuarem agricultores, esses agricultores deixavam seu torrão, para encontrarem um novo lote, deixavam o seu, pois não eram rendeiros, mas proprietários ou filhos de proprietários (...). Após explorarem as terras que se lhes concediam ou vendiam, esses imigrantes, felizes por se terem tornado proprietários, esses lavradores, contentes do amanhã do solo, partiam logo para arrotear outras terras (p. 319).

Verifica-se, que a reprodução do sistema em outras regiões dependia de um fluxo migratório constante, numa busca incessante por novas terras que suportassem o grau de exploração exigido pelo sistema agrícola de produção em seu estágio inicial, que se iniciava pela rotação de terras primitivas e passando, quando possível, para os demais.

Para Schneider (1999), a reprodução do modo de vida dos colonos, da família, da pequena propriedade e do sistema produtivo, obedecia a sucessivos estágios de evolução e regressão da produção em face de realidades espaciais e temporais sempre diferentes, mas semelhantes em função da ação dos indivíduos. Nesta perspectiva era difícil para o filho do imigrante-colono imaginar-se em outra profissão que não a de agricultor, sendo poucos os filhos de colonos que puderam estabelecer suas moradias, propriedade e família próximas às dos pais. Era, conforme relato dos agricultores entrevistados, uma prática onde uma mesma família se mudava da moradia mais de uma vez, alimentando o avanço da fronteira agrícola.

Vimos de Veranópolis, depois Sarandi, depois Três Palmeiras (ainda município de Ronda Alta). Meus pais vieram de Veranópolis. A família se criou em Sarandi e depois viemos até Três Palmeiras. Faz mais de quarenta anos que moramos aqui. Faz mais de 65 anos que saíram (os pais) de Veranópolis para mora em Sarandi (Entrevista nº 10).

Na agricultura colonial, em função das técnicas de cultivo e dos sistemas de herança, a cada geração se renovava o fluxo migratório entre os herdeiros, obrigados a avançar a fronteira na busca de terras que pudessem ser ocupadas e cultivadas. Dadas estas condições, a formação de novos lotes pressupunha deixar para trás uma estrutura familiar e procurar estabelecer uma nova família em locais desconhecidos. Restava aos filhos dos agricultores migrar para poder assim constituir suas famílias, sendo prioridade primeira a posse de um lote de terra, preferencialmente em terras férteis. A partir do final do século XIX isso somente seria possível nas regiões de mata ainda não colonizadas como, por exemplo, as do Alto Uruguai. Em função disso assim descreveu Waibel (1949):

Por toda a parte os jovens emigram das propriedades rurais para as cidades ou para novas zonas pioneiras, nas quais procuram adquirir terra e começar o mesmo ciclo econômico (p.196).

Este processo decorre, como já descrevemos, da inadequação do sistema agrícola adotado frente à indisponibilidade de terras oferecidas face o tamanho reduzido da propriedade, acarretando um uso intensivo do solo com conseqüente esgotamento. Assim, a reprodução do sistema produtivo colonial no Alto Uruguai tornou em poucos anos a terra rica em terra pobre. Como cita Waibel (1949):

O transbordamento da frente pioneira do Rio Grande do Sul para as áreas vizinhas de Santa Catarina e do Paraná está também, em grande parte, relacionado com o sistema agrícola. Essa gente emigra não tanto por causa do aumento da população, mas em conseqüência da deterioração da terra (p. 196).

De acordo com Bernardes (1997), o Alto Uruguai em meados do século XX era a região do Rio Grande do Sul onde se verificava o maior aumento populacional. Conforme o referido autor, no agrupamento constituído pelos municípios de Erechim, Marcelino Ramos, Sarandi, Irai, Palmeira das Missões, Três Passos e Santa Rosa verificou-se de 1940 para 1950 um acréscimo total de 201.600 habitantes. É nesta época que se verifica no Alto Uruguai o relativo fechamento da fronteira agrícola ocupacional estadual²⁰, configurando-se, a partir de então, novas estratégias reprodutivas, como o transbordamento da fronteira estadual, a migração rural-urbana e os primeiros indícios de organização dos colonos para conquistar terras na própria região a partir da organização em movimentos sociais para colonização e/ou reforma agrária.

No entanto, nos anos 30 do século XX o Alto Uruguai já apresentava problemas em relação à disponibilidade de novas áreas, situação agravada nas décadas seguintes. Em face desta realidade Rückert (2003) aponta que “a realidade nas colônias dos anos 30 é a do esgotamento dos solos, fracionamento da pequena propriedade familiar e o êxodo para outras frentes pioneiras” (p.134). À crise do sistema produtivo colonial, se associam a do colono e da colônia. Esse processo pode ser entendido pelas afirmações de Roche (1969), quando este chama a atenção para o *envelhecimento* das colônias novas no Planalto e Alto Uruguai. Nestes lugares atingia-se logo o limite do esgotamento das terras dada à intensidade da exploração do solo:

²⁰Nestas condições, inicialmente o equilíbrio econômico e social da agricultura colonial repousava na dimensão da unidade de exploração, que orientava a necessidade de mais ou menos mão-de-obra. Para George (1982), é nesse sentido que se pode considerar que a família numerosa era, em certas épocas e em certas áreas, uma garantia de bom aproveitamento do solo (...). Há uma contradição que não se pode ignorar entre essa vantagem reconhecida à família numerosa, quanto à exploração camponesa e os perigos que ela ocasiona para a manutenção dessa mesma exploração rural nos limites dimensionais de sobrevivência por ocasião da partilha por herança. A otimização da dimensão da exploração familiar depende das técnicas da cultura e da escolha do sistema de cultura (p.91).

Longe de estabilizar a população rural, longe de sustar as migrações internas, o regime de pequena propriedade suscitou-as em grande escala, pois não podia acomodar-se à divisão entre co-herdeiros em razão da alta natalidade, e bem assim à longa fidelidade dos colonos ao gênero de vida agrícola (p. 331).

Neste sentido, a análise da constituição do sistema produtivo colonial acabou revelando as razões de sua própria crise. Seja pela inadequação do sistema agrícola, pelo sistema de herança, pela pressão demográfica entre outras, o colono viu-se frente a novas situações, redefinindo suas estratégias, marcando profundamente sua trajetória, num confronto sempre direto com as adversidades inerentes à atividade produtiva agropecuária. Serão as técnicas, como veremos no próximo capítulo, as responsáveis por profundas alterações no sistema agrícola de produção e na própria dinâmica da agricultura familiar do Alto Uruguai, e no município de Três Palmeiras²¹. Estes processos decorrem, cronologicamente, das fases por que passou a agricultura colonial no recorte normativo deste estudo.

2.4. 2ª fase: a especialização produtiva e a crise da agricultura colonial (1935-1960).

A partir da década de 1930 a agricultura colonial do Alto Uruguai caracteriza-se pelo estabelecimento de um processo de aprofundamento e diferenciação em relação ao período anterior, o que, no entanto, não resultou em grandes alterações no sistema de corte e queimada com comercialização de excedentes já desenvolvido. Esta fase pode ser entendida como aquela onde a especialização produtiva tornou-se uma prática corrente entre colonos, basicamente no caso da suinocultura e produção de milho. A ampliação das áreas cultivadas nas propriedades decorre da necessidade de comercialização de volumes maiores de produção, bem como do aprofundamento das relações mercantis e a expulsão demográfica do excedente populacional que passa a avançar a fronteira para outros estados.

Nesta fase, desenvolve-se o segundo sistema produtivo denominado por Waibel (1949) de *sistema de rotação de terras melhoradas*. A partir da melhoria de algumas condições infraestruturais e tecnológicas, começa a ser introduzida algumas culturas comerciais, como o trigo e o centeio como culturas de inverno e o arroz sequeiro no verão. A utilização total das terras dá-se graças à substituição, ainda que parcial, do trabalho humano pelo animal. Com o aumento da produtividade surgem casas de comércio que compram os

²¹ Como já apontamos anteriormente, de acordo com Rückert *et alii* (1999), o tamanho dos lotes nas seções de colonização pública na área original do município de Ronda Alta entre 1924 a 1952 era de 16 hectares.

excedentes da produção de subsistência. Surgiram condições para criação de gado, possibilitando a aplicação do arado e da grade, mas não a aplicação de estrume na lavoura, visto que o gado era insuficiente para produzir esterco em quantidades suficientes, continuando o colono a utilizar o sistema de rotação de terras. A criação de suínos também se consolida como uma das marcas da agricultura colonial especializada.

De acordo com Rückert (2003), nesta época consolida-se a figura do comerciante capitalista, que explorando os colonos pequenos proprietários, instala-se nas vilas e nas cidades como comprador de mercadorias de origem rural e como vendedor de produtos industrializados. Além disto, torna-se também industrialista transformador de produtos da agricultura e do extrativismo madeireiro. Desta forma, os comerciantes/industrialistas passam a desenvolver uma crescente especulação dos produtos gerados pelos agricultores familiares.

No entanto, a abertura comercial da colônia, ao mesmo que significava a possibilidade de vender o excedente produzido, expunha o colono à demanda por outros produtos. Singer (1987, apud Rückert, 2003, p. 147), aponta que as razões da decadência nas colônias decorrem também de fatores externos, como a perda, desde 1939, dos mercados da banha (produto típico e o mais importante das zonas coloniais) na Europa além dos fatores internos.

Verifica-se desta maneira, que a definição de mercantilização das relações de produção utilizada no capítulo 1 desta dissertação passam a cercar o colono e expor este às leis do mercado. A mercantilização é decorrência direta da melhoria substancial nos meios de comunicação e circulação, do emprego de técnicas mais avançadas, possibilitando colocar no mercado uma quantidade maior de produtos.

Em relação aos comerciantes²², estes vendiam caro os alimentos e os objetos necessários ao colono, mas quando o colono levava aos comerciantes algum produto para venda, os comerciantes ofereciam um preço miserável pelo produto, e ainda só em troca de mercadorias. Os comerciantes, ao contrário dos colonos, “progrediam rapidamente, aumentando suas lojas, suas residências, seus estoques, ao preço do suor do colono, sempre pobre e desprezado”. Weiss (1853, apud Roche 1969, p. 579).

Conforme Roche (1969):

Não só os comerciantes rurais eram de origem camponesa, mas sua ascensão se fez pelo crescimento da produção agrícola. Quando esta declinava numa antiga colônia, aqueles comerciantes que não emigravam para uma zona pioneira com uma parte da população excedente, realizavam uma verdadeira transformação de suas atividades. Foi assim que os comerciantes rurais,

²² A respeito da emergência dos capitalistas da agricultura, proporcionada muitas vezes pela acumulação prévia de capitais pelos comerciantes exploradores do trabalho dos colonos, ver Pebayle (1971).

vivendo no meio dos camponeses, depressa se tornaram mais ricos que eles e mais poderosos (p. 579).

Assim, estes laços comerciais se estabeleciam com os colonos *fortes*, que conseguiram acumular recursos a ponto de se tornarem comerciantes de uma grande variedade de produtos da agropecuária colonial, vinculando-se à redes de comércio regional e nacional, tal como relata um agricultor de Três Palmeiras:

Era fácil! Tinha comércio aqui, tinha o Grando, tinha um monte. Para nós era só avisar que todo o pessoal comercializava. Se não, você levava o produto (...) daí ia de carroça comprar o produto dos colonos, na casa deles e leva para fora. Era milho, trigo, feijão preto, carioca, arroz, todo essas coisa, porco, bastante porco. A gente diz bastante para aquela época, mas todos tinham porco. Eles tratavam com o cara do comércio de Três Palmeiras e levavam para São Paulo. Nós aqui da família levava para Passo Fundo, era porco, milho, feijão (Entrevista nº 3).

O agricultor familiar entrevistado, não por acaso, era um dos agricultores mais capitalizados do município de Três Palmeiras. Além da uma quantidade de terras razoável, tinha uma capacidade instalada em máquinas e equipamentos que permitiam uma total mecanização dos processos de produção. Ao contrário da maioria, na trajetória da família havia sido exercido o ofício do comércio, o que havia possibilitado um acúmulo maior de riqueza e acentuado o processo de diferenciação social em relação aos demais.

Segundo Rückert (2003) a emigração dos denominados excedentes camponeses que povoaram o oeste catarinense e o sudoeste paranaense a partir dos anos 40, era a indicação de que o parcelamento das pequenas propriedades era naquele momento um estrangulamento estrutural da colônia e da estrutura agrária no estado, principalmente no norte do Estado.

A maioria numérica ascendente da pequena propriedade camponesa no planalto frente ao contexto de crise em que a mesma submerge, remete à questão da relação social subjacente à terra, como relações de conflito e movimento. Contraditoriamente, a pequena produção assentada nas pequenas propriedades camponesas no Planalto Médio e Alto Uruguai, ao mesmo tempo em que é sujeitada pelo capital comercial na exportação de produtos alimentares para os grandes centros consumidores, enfrentam a crise estrutural do fracionamento excessivo da pequena propriedade, a pauperização e a emergência duma legião de camponeses sem terra. Todos permanecem delimitados às antigas terras de mata, nos territórios ditos *coloniais* (p. 141. Grifos no original).

Esta é a realidade encontrada nas colônias da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul nos anos 50. Nesta época, as colônias sofrem acelerado processo de parcelamento do solo²³, o

²³ Conforme Roche (1969), com base no Censo de 1940, a estrutura fundiária do município de Sarandi demonstra que os estabelecimentos se concentram nos estratos entre 10 e 50ha. De 1940 a 1950 há um incremento de mais de 100% no número de proprietários, passando de 3.204 para 6.835, ao passo que a área aumenta 44,6% (p.389), indicando um processo de minifundização ainda nos anos 1940.

que redundava em queda da produção, crescente pauperização, onde trabalhando em terras mínimas o colono não assegurava mais a própria subsistência.

Para Küchemann (1980, apud Rückert, 2003, p.135), nos anos 50, a colônia está definitivamente em crise. A queda dos produtos coloniais inicia o esgotamento da fronteira agrícola para a agricultura camponesa. Em 1950 as colônias, com área menor que 20ha, ocupam somente 6% da área agropecuária, mas sua participação no cultivo total do estado ainda é de 25%.

Neste sentido, a segunda fase de desenvolvimento da agricultura colonial caracteriza-se pela crescente inserção mercantil dos colonos. Associa-se a este, outros fatores que levam a uma crise estrutural da agricultura colonial, como a pressão demográfica sob pequenos lotes de terra, o fechamento da fronteira agrícola estadual e a perda da fertilidade natural dos solos, precarizando as condições objetivas de reprodução.

A delimitação desta fase objetivou apontar alguns elementos de ruptura da agricultura colonial e da sua entrada numa nova fase. Esta fase se inicia no município de Três Palmeiras e no Alto Uruguai no início dos anos 1960, intensificando-se nas décadas seguintes por ocasião do processo de modernização da agricultura. Trataremos deste processo num capítulo em separado dadas as profundas transformações porque passou a agricultura de base familiar no recorte espacial deste estudo a partir de então. No capítulo seguinte, busca-se comprovar que para a superação dessa crise a agricultura colonial busca na especialização dos sistemas de cultivo e em uma maior inserção no ambiente externo viabilizar a sua reprodução, levando-a, paulatinamente, a transformar-se em uma agricultura familiar mercantilizada.

A entrada em uma nova fase terá como um dos marcos a introdução da monocultura da soja, símbolo da modernização da agricultura no norte gaúcho e até hoje o principal produto agrícola da região e do município, o aumento no consumo de produtos industrializados, a quase total mercantilização das relações de produção, as mudanças na estrutura fundiária e nos padrões de acesso à terra.

CAPÍTULO 3

A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Buscou-se demonstrar no capítulo anterior que a agricultura familiar do Alto Uruguai é o resultado de um processo histórico de colonização que teve como base a demarcação e venda de pequenos lotes coloniais. Os colonos, principalmente descendentes de imigrantes alemães e italianos, reproduziram na região o seu modo de vida, identificado por uma forma específica de produzir e de viver. No entanto, em relação ao modo de produzir dos colonos, verificou-se que a defasagem das técnicas de cultivo, a crescente pressão demográfica e o parcelamento dos lotes levaram a uma crise da agricultura colonial. A partir da década de 1960, ocorre um processo de transformação nos elementos responsáveis pela reprodução social e econômica dos colonos, onde as estratégias de reprodução convertem a agricultura colonial em uma agricultura familiar mercantilizada.

Neste capítulo buscar-se-á demonstrar que a impossibilidade de reprodução da agricultura colonial através dos chamados fatores internos da crise do sistema produtivo colonial, como o parcelamento dos lotes, o sistema de herança e o esgotamento dos solos serão parcialmente substituídos por outros fatores ligados à integração social e econômica da agricultura à dinâmica capitalista. Não obstante, permanece o caráter familiar da agricultura, mesmo com as transformações nos processos produtivos, econômicos e sociais.

Estas transformações resultarão das mudanças mais gerais do capitalismo na agricultura, através da modernização da base técnico-produtiva. Procuraremos demonstrar que esta metamorfose caracteriza-se pela crescente integração mercantil e especialização produtiva, aumentando o seu grau de mercantilização. Este processo de mercantilização será responsável pela crescente individualização produtiva e pela intensificação do processo de diferenciação social, uma vez que será extremamente exigente em inovações tecnológicas. A adoção destas inovações está intimamente ligada a outros condicionantes, como tamanho das propriedades e qualidade dos solos. Estes fatores serão os principais responsáveis pela emergência de “tipos” de agricultores e de agricultura familiar, uma vez que os impactos das

inovações tecnológicas serão sentidos principalmente na precarização das condições de trabalho, nas migrações, na concentração fundiária e na busca de índices de produtividade.

Neste sentido, buscaremos analisar e entender a nova síntese que emerge deste processo: uma agricultura familiar integrada aos mercados, com estratégias de reprodução vinculadas à mercantilização das relações de produção e com dificuldades estruturais importantes, pois se a modernização da agricultura trouxe impactos positivos, como o aumento da produtividade, também trouxe impactos negativos, como exclusão social, concentração dos meios de produção e solapamento das condições de reprodução para muitas famílias. Portanto, devemos analisar esta nova fase da agricultura familiar do Alto Uruguai como aquela que, de um lado possibilitou a superação da crise na agricultura colonial, mas de outro demonstrou ser concentradora e excludente. Nesta nova fase, acentua-se o processo que Ploeg (1992) denominou de mercantilização, caracterizado pela dependência da agricultura familiar em relação aos mercados, seja na esfera da produção como na esfera da comercialização. Busca-se demonstrar também que de fato ocorre uma transformação de colonos em agricultores familiares modernos, conforme aborda Abramovay (1992).

As análises sobre o processo de mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai resultam da análise dos dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos Censos Agropecuários e Demográficos, pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), pela literatura especializada além de entrevistas semi-estruturadas realizadas junto aos agricultores e suas representações políticas no município de Três Palmeiras. Aos dados secundários referentes ao município de Três Palmeiras somam-se os do município de Ronda Alta, dado que Três Palmeiras emancipou-se de Ronda Alta no ano de 1988, sendo impossível fazer aferições anteriores sem que os dados fossem agrupados.

3.1 A modernização da agricultura no Alto Uruguai: a territorialização da soja.

A partir da década de 1960 no Alto Uruguai passa a ocorrer um processo significativo de mudança na base técnico-produtiva da agricultura, se comparada àquela que vinha sendo utilizada nas atividades produtivas da agricultura colonial. As transformações que se iniciaram a partir de então estão todas relacionadas, em maior ou menor grau, à introdução de novas e modernas tecnologias que vão substituindo, mesmo que não de forma homogênea, a força de trabalho nas propriedades. As transformações ocorrem pela introdução de insumos

industriais, como fertilizantes e defensivos químicos, sementes melhoradas e máquinas e equipamentos, como tratores e colheitadeiras. A forma de produzir será significativamente modificada. No entanto, o que para alguns agricultores significou um salto qualitativo e quantitativo em relação à sua condição original, para outros foi o início de um processo de exclusão que se materializaria em poucos anos, apesar do ambiente externo ser favorável. A precarização das condições de vida dos agricultores impedia que estes tivessem acesso às inovações tecnológicas.

Por não ser o objetivo deste trabalho e pela existência de vasta literatura a respeito, não realizaremos uma discussão aprofundada sobre a modernização da agricultura, direcionando o nosso enfoque sobre as principais transformações na agricultura familiar do Alto Uruguai que são entendidas como efeitos decorrentes deste processo.

A modernização da agricultura aparece associada à internacionalização da economia, à industrialização e à urbanização brasileira. Até os anos 1950 a proposta de desenvolvimento tinha forte influência de um projeto nacionalista, apoiado pela recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), onde a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e a agricultura deveria financiar o esforço de substituição das importações e prover a indústria de matérias-primas além de alimentar a crescente população urbana. Nos anos seguintes, houve uma espécie de re-adequação das atribuições, pois a estagnação da produção agrícola deveria ser superada, deixando de ser, como era vista à época, como um obstáculo ao crescimento econômico brasileiro. A superação desta condição somente poderia ter sucesso se a agricultura se modernizasse (Graziano da Silva, 1999).

Por isso, concordamos com Kageyama *et alii* (1990) que por processo de modernização da agricultura entende-se:

....basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, uma nova maneira de produzir (KAGEYAMA, *et alii*, 1990, p. 113).

Para BRUM (1988), a nova estratégia de expansão da economia brasileira, tendo como carro chefe a indústria de bens duráveis, passa a exigir também da agricultura que esta modernize a sua base técnica produtiva. Esta mudança somente seria possível se a agricultura passasse a incorporar produtos da indústria no processo produtivo. O fundamental, no entanto, é que o conceito de modernização não se esgota somente na modernização dos processos

produtivos. Atribui-se ao processo modificações nas relações sociais de produção, implicando numa maior integração do produtor e da produção no mercado.

Segundo Oliveira (1988), o pano de fundo do processo de modernização foi o desenvolvimento urbano-industrial que o Brasil adentrava. Neste, à agricultura caberia produzir alimentos baratos para abastecer as cidades que cresciam, liberar mão-de-obra para o setor urbano-industrial que se fortalecia, bem como gerar divisas através da exportação de produtos primários.

A agricultura do Alto Uruguai parece ter desempenhado com grande êxito estas *funções* que lhe foram atribuídas, pois a partir da década de 1960, a produção de alimentos, principalmente grãos, como trigo, soja e milho se intensificou na região, sustentada pela utilização de insumos industriais. Além da produção de alimentos baratos, se intensifica um fluxo migratório rural-urbano, caracterizando o êxodo rural, tornando o Alto Uruguai uma região de expulsão demográfica. Isso se explica, em parte, pelo caráter extremamente seletivo da modernização da agricultura, que privilegiou a produção de alimentos exportáveis e de produtores melhor estruturados, tornando a região um celeiro produtivo mas de intensa migração.

Por conta disso, a compreensão do processo de modernização da agricultura, seja pela alteração da base técnica nos processos produtivos seja pelas conseqüências advindas desta, como o solapamento das estratégias de reprodução social de muitos agricultores, é fundamental ao entendimento e análise das transformações na agricultura familiar, pois no Alto Uruguai a agricultura familiar passava a depender das inovações tecnológicas.

As mudanças estruturais na agricultura passaram a afetar diretamente a vida social e econômica dos agricultores. Muitos viram na tecnologia a possibilidade de crescer, de ascender socialmente, de se diferenciar em relação aos demais. É interessante observar nas entrevistas que as inovações tecnológicas possibilitaram produzir mais, uma vez que possibilitava incorporar novas áreas aos processos produtivos e aumentar os índices de produtividade. A diferenciação social no Alto Uruguai está de fato ligada à modernização da base tecnológica, a especialização produtiva e a mercantilização.

Depois que começamos comprar as máquinas a gente começou a crescer. Comprar mais terra, daí já plantava mais, as máquinas sempre ajudaram. A tecnologia sempre foi importante (Entrevista n° 5).

Facilita tudo, Deus me livre. Por que a gente começou com 25 hectares quando casamos, hoje temos 80 hectares. A gente tinha uma parte de um trator e hoje temos dois, metade de uma colheitadeira. A tecnologia ajudou muito a gente (...). A gente trabalhando, cultivando a terra como precisa cada ano rende mais. Se produz mais e sobra mais também (Entrevista n° 7).

Outro aspecto importante a ser considerado em relação às novas tecnologias é que estas possibilitaram a diminuição da penosidade do trabalho. Quando indagados sobre as condições de vida antes da modernização da agricultura muitos não hesitaram em demonstrar que era uma realidade muito difícil, onde se trabalhava muito e se colhia pouco. Muitas vezes ouvimos dos agricultores que naquela época (agricultura colonial), *não tinha futuro, não tinha como crescer*.

As transformações sociais ocorrem, dadas as situações relatadas, pela velocidade de incorporação do progresso tecnológico. A monocultura da soja, como veremos adiante, foi no município de Três Palmeiras e no Alto Uruguai sem dúvida o símbolo da modernização, da especialização e da mercantilização da agricultura familiar.

A partir desse quadro geral de transformações discutiremos, a seguir, alguns indicadores sociais e econômicos responsáveis pelas transformações ocorridas na agricultura familiar no Alto Uruguai. Isso porque, considera-se este processo de alteração da base tecnológica fundamental ao entendimento do processo de mercantilização da agricultura familiar. No entanto, é importante destacar que a partir de então se configura um processo de desenvolvimento regional que evidencia as próprias contradições da modernização, trazendo de um lado, melhoria dos índices de produtividade e, de outro, concentração e exclusão social.

3.2 O papel do crédito agrícola: o aprofundamento do processo de exclusão.

A atuação do Estado no processo de modernização da agricultura brasileira foi fundamental, pois através das políticas agrícolas atuou na abertura de mercado à produção, na concessão de crédito agrícola subsidiado, na pesquisa e extensão, etc. Neste sentido, analisaremos o crédito agrícola como um dos instrumentos responsáveis pelas transformações na agricultura familiar do Alto Uruguai, principalmente a partir da década de 1960, quando o Estado passa a incentivar a agricultura de exportação. Na região deste estudo, para alavancar a produção de grãos exportáveis, os agricultores, principalmente os mais estruturados, tinham à sua disposição recursos para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos. Durante as entrevistas realizadas com os agricultores, estes não hesitaram em enaltecer a importância do Estado, através das agências bancárias responsáveis pela assinatura dos contratos e liberação dos recursos, para a consolidação de uma agricultura mercantilizada.

O Banco do Brasil na época de 70 era um pai para os agricultores. Aquela época eles davam financiamento, juro barato, calcário, financiamento de tratores. Nós financiamos um trator e a última prestação nós pagamos com

22 sacos de soja. Era dinheiro à vontade, pegava a hora que queria e o juro era barato (Entrevista n° 9).

Tal era a importância que o Estado atribuía para a soja, símbolo da modernização da agricultura no Alto Uruguai, que a moeda para pagamento dos recursos financiados era calculada, como ainda é, em sacas de soja, afinal, os recursos deveriam ter como fim modernizar a base tecnológica para a produção desta oleaginosa. O Estado, através do crédito agrícola incentivou os agricultores a modernizar a base tecnológica através da internalização do progresso tecnológico, principalmente via aquisição de máquinas e equipamentos, como tratores e colheitadeiras.

Para que a modernização tivesse êxito era necessário aportar recursos diretos ou indiretos à agropecuária. De acordo com Gonçalves Neto (1999), a questão do financiamento da produção agrícola se tornou a “a pedra de toque da toda a política agrícola brasileira, por meio da qual se procurou orientar e ditar o ritmo das transformações do agro” (p.156). Para Leite (2001) a política do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implantada em meados da década de 1960, tinha como principal função transformar a base técnica dos estabelecimentos agropecuários. Assim, seria possível aumentar a produtividade do setor e consolidar os complexos agroindustriais e as cadeias agroalimentares à órbita da valorização do capital financeiro.

Leite (2001) propõe que o crédito rural seja analisado à luz do ajuste econômico brasileiro, dividindo a política de crédito rural em dois períodos a partir da criação do SNCR:

Um primeiro que abrange o intervalo de 1965 a 1985, e outro de 1986 a 1997. Os vinte anos iniciais da política de crédito rural caracterizaram-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários. Nota-se ainda a presença significativa do Tesouro Nacional como fonte originária dos recursos e atuação do BB como agente intermediário. No segundo período (...) estas facilidades se reduzem, como também é reduzida a participação do Tesouro no financiamento do programa (p. 55).

O acesso ao crédito foi uma condição fundamental para que os agricultores familiares de Três Palmeiras incorporassem modernas tecnologias. Apesar da seletividade em relação aos produtores, regiões e produtos, a política de crédito rural possibilitou que pequenos agricultores, ao apresentarem avalistas, tivessem acesso aos recursos do crédito rural. As novas tecnologias pareciam mesmo fascinar os agricultores familiares, contribuindo para a plena difusão da mercantilização.

O financiamento naquela época era ótimo. O Banco do Brasil ajudou os colonos pequenos demais. Quem tinha 5, 8 alqueires de terra e tivesse um avalista comprava um trator. Quem tinha dez alqueires de terra tinha um trator, financiado, facilitado pelo Banco do Brasil (Entrevista n° 12).

O acesso pelos pequenos agricultores ao sistema financeiro oportunizou que uma parcela maior de agricultores adquirisse modernas tecnologias. No entanto, os reflexos da crise econômica da década de 1980 se fizeram sentir no SNCR, havendo cortes nos subsídios, limitação nos valores aportados e liberação das taxas de juros, representando sérias dificuldades para os agricultores, como o endividamento.

Apesar das dificuldades, o SNCR continuou sendo um importante instrumento de financiamento da atividade agrícola. No entanto, a década de 1980 seria aquela onde a quase paralisia da economia brasileira, como resultado do endividamento externo e da inflação, significou que muitos setores, inclusive o agropecuário, se ressentissem fortemente da oferta de crédito. A partir de então este se tornaria escasso e caro, endividando os agricultores. Muitos agricultores relataram que na década de 1980 era muito mais difícil e caro conseguir financiamento. Nesta época o endividamento era uma das principais causas da expropriação entre os agricultores. Aos excluídos restavam poucas alternativas. A principal foi a migração. Os relatos que seguem são elucidativos de um período de muitas dificuldades, principalmente financeiras.

Foi lá pelo ano 86/87. Foi naqueles anos que deu a explosão do juro. Teve meses que deu até 85% de juro. **Isso foi um abraço, onde muita gente caiu. Foi responsável por muita gente ir embora** (Entrevista n° 1).

Teve época que não dava nem para pagar o Banco (...), foi por causa do juro. Tinha comprado o segundo trator, foi toda a safra de um ano e parte da seguinte para pagar o Banco. Era 70%, até 80% de juro por mês. Naquela época quando chegavam os trinta dias, o juro passava para o capital. **Naquela época se financiava e a colheita ia toda para o Banco** (Entrevista n° 7).

Verifica-se, apesar da importância das políticas de crédito e financiamento à época da modernização da agricultura, que estes mecanismos foram excludentes e responsáveis pelo endividamento e exclusão social. De acordo com o jornal O Interior (06/12/97, apud Rückert, 2003), em 1987 mais de 90% dos produtores nos municípios em torno de Sarandi (Ronda Alta, Rondinha, Constantina, etc.) estavam com sérias dificuldades para saldarem seus débitos bancários, cooperativos e de terceiros.

Neste sentido, parece elucidativo que a modernização da base tecnológica, que se havia apresentado como uma estratégia de reprodução em face à crise na agricultura colonial, havia também chegado a um certo limite, principalmente entre os pequenos agricultores. No entanto, se tornava cada vez mais difícil desenvolver as atividades produtivas sem recorrer ao crédito agrícola. A agricultura familiar estaria aos poucos subordinada ao sistema financeiro,

e isso é evidente nos dados da Tabela 02, onde se percebe a importância que assume o crédito agrícola para os agricultores a partir da década de 1970.

Tabela 02: Evolução dos estabelecimentos com financiamento, finalidade e origem para os anos de 1970, 1975 e 1980 para o município de Três Palmeiras (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Estab.	Financiamentos		Finalidade (Nº)			Origem	
		Informantes	%	Inv.	Custeio	Com.	Governo	Outras
1970	2.420	485	20	159	179	8	431	77
1975	2.337	882	37,7	110	528	26	814	98
1980	2.307	1302	56,4	75	1075	-	1290	12

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1985.

O interessante é que, já no ano de 1970, 20% dos agricultores eram tomadores de crédito. No ano de 1980, este percentual aumenta para 56,4%, demonstrando a importância do sistema financeiro para a agricultura. O aumento gradativo dos agricultores com acesso ao crédito representa uma maior mercantilização financeira da agricultura familiar.

Em paralelo ao aumento do número de financiamentos, verifica-se uma inversão das finalidades, crescendo os recursos destinados para custeio reduzindo os créditos para investimento. O aumento dos recursos para custeio está intimamente associado à cultura da soja, que nesta época já é a cultura predominante na paisagem e na economia rural, e que requer, segundo os próprios agricultores e os dados secundários, um aporte constante de recursos para aquisição de insumos, como adubos, sementes e óleo combustível. O significativo número de contratos para investimento na década de 1970 é revelador do processo de alteração da base tecnológica, onde os agricultores buscavam recursos para comprar máquinas e equipamentos agrícolas, como tratores, colheitadeiras e semeadeiras.

Outro dado interessante é a quase ausência de crédito para comercialização, que está ligada à atuação das cooperativas na região. Ou seja, o agricultor acessava crédito agrícola junto aos bancos e dependia das cooperativas para estabelecer os canais de comercialização. As cooperativas sempre foram incentivadoras da modernização da agricultura no Alto Uruguai. Assim, a dependência ao novo padrão tecnológico se dá principalmente pela via de incremento da necessidade de recursos para custeio através da aquisição de sementes, adubos e defensivos, seguida da necessidade de investimentos, principalmente para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, caracterizando, a era do pacote tecnológico²⁴.

²⁴ Este pacote tecnológico teve suas origens na chamada fase pioneira da Revolução Verde, que consistiu num programa patrocinado pela Fundação Rockefeller e ocorreu entre 1943 a 1965 e que tinha como objetivo

O fundamental é constatar que a atuação do Estado, através das linhas de crédito, foi fundamental para a adoção de novas tecnologias por parte dos agricultores. E isso, como veremos no capítulo 4, é assim até os dias atuais, reforçando o que procuramos demonstrar no capítulo 1, que a partir da modernização ocorre uma mercantilização financeira da agricultura familiar.

3.3 A mecanização dos processos produtivos agrícolas.

A modernização da agricultura no Alto Uruguai foi um processo que significou alterações na base técnica da produção agropecuária. O sucesso desse novo padrão tecnológico deve-se em muito à introdução da força de trabalho mecânica, onde o trator foi um dos seus ícones. O avanço da área agrícola, com hegemonia da soja, requeria o uso de tratores, seja para o preparo do solo, bem como para o plantio. Pelos dados da Tabela 03, verifica-se que a mecanização agrícola já era uma realidade na década de 1970. A partir desta década desencadeou-se uma verdadeira “*tratorização*” na região de estudo.²⁵

Tabela 03: Evolução do número de tratores de acordo com a potência no município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Área agrícola (ha) (A)	Tratores (B)	Estab. (C)	A/B	B/C	Potência (cv)			
						<10	10<50	50<100	>100
1970	60.383	184	2.420	328	0,07	3	47	132	2
1975	57.501	404	2.337	142	0,17	1	83	301	19
1980	59.684	560	2.307	107	0,24	0	50	460	50
1985	58.340	755	2.464	77	0,30	0	41	647	67
1995	50.386	685	1.914	74	0,35	10	59	523	93

Fonte: IBGE, Censos agropecuários de 1975 a 1995.

Em relação ao uso de tratores, verifica-se um significativo aumento no número de tratores a partir de 1975. No entanto, de acordo com a Tabela 03, no ano de 1970 já eram

contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo através de experiências, inclusive no Brasil, no campo da genética através de sementes melhoradas, desenvolvimento e aplicação de técnicas agrícolas modernas aplicáveis à agricultura (Brum, 1988). Por pacote tecnológico, podemos definir como um conjunto de técnicas adotadas no ciclo completo da atividade agropecuária, como correção do solo, controle de pragas e doenças, sementes melhoradas e demais etapas do manejo até a colheita.

²⁵ O Censo Agrícola de 1960 indica para o município de Sarandi, município mãe de Ronda Alta, de onde mais tarde se emanciparia Três Palmeiras, a existência de 140 tratores para um total de 3.296 estabelecimentos, levando-nos a concluir que a modernização da agricultura se iniciou ainda nos anos 1960.

encontrados 184 tratores, demonstrando que a base tecnológica estava em pleno processo de substituição, ou seja, era o primeiro indicativo da amplitude do processo de modernização da agricultura na região. Nota-se também que o aumento no número total de tratores se dá principalmente nas escalas de maior potência. Isso está associado às exigências da própria atividade agrícola, que necessita de tratores com maior potência para desenvolver as práticas de manejo. Segundo os próprios agricultores, para que se desse o avanço da cultura da soja, era necessário o uso de tratores, possibilitando que áreas produtivas até então não utilizadas fossem incorporadas às atividades produtivas. Conforme o relato de um agricultor, o trator era uma possibilidade real de maior produção.

O trator veio para plantar mais, para produzir mais, para preparar mais terra. Tinha o trator de esteira que fazia destocamento, então precisava o trator de pneu para fazer a lavoura, principalmente de soja (Entrevista n° 12).

Não há, pois, como dissociar as transformações na agricultura familiar sem levar em consideração a alteração na base tecnológica, e estas se deram principalmente pelo uso dos tratores. Justifica-se, portanto, a grande diminuição do número de hectares da área agrícola municipal em relação a cada trator existente, que cai de 328 ha em 1970 para 74 ha em 1995, segundo dados do último Censo Agropecuário (Tabela 03).

Importante também é verificar que apesar da diminuição no número total de estabelecimentos e de tratores a partir de 1985, não se reduzia a relação de tratores por estabelecimento, o que significa uma concentração deste recurso junto às propriedades. Essa é mais uma característica da agricultura familiar mercantilizada do Alto Uruguai, demonstrando a concentração dos meios de produção.

A modernização da base tecnológica também pode ser verificada nos dados da Tabela 04. O aumento verificado no número de tratores aparece associado ao aumento no uso de outras tecnologias modernas, como as máquinas para plantio bem como para colheita. De fato, a alteração na base tecnológica da agricultura veio acompanhada por outras tecnologias além do trator. O aumento no número de arados de tração mecânica também é demonstrativo da mecanização da agricultura familiar na região de estudo. Também pela tabela 4 podemos confirmar o processo de concentração dos meios de produção, apesar da diminuição no número total de máquinas para plantio, colheita e arados de tração animal verificado a partir de 1985, acompanhado da redução no número total de estabelecimentos.

Tabela 04: Evolução do número de máquinas e instrumentos agrícolas para o município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Estab. (A)	Máquinas				Arados (tração)			
		Plantio		Colheita		Animal		Mecânica	
		Nº (B)	B/A	Nº (C)	C/A	Nº (D)	D/A	Nº (E)	E/A
1970	2.420	-	-	188*	0,07	3.246	1,34	157	0,06
1975	2.337	-	-	132*	0,05	3.040	1,30	391	0,16
1980	2.307	374	0,16	177	0,07	2.940	1,27	826	0,35
1985	2.464	579	0,23	264	0,10	3.445	1,39	763	0,30
1995	1.914	499	0,26	260	0,13	1.812	0,94	624	0,32

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

* Incluem-se automotrizes e assemelhados

Apesar da modernização da base tecnológica, o número de arados de tração animal indica que a força de trabalho animal (Figura 02) ainda está presente na agricultura familiar de Três Palmeiras, ainda que o número total tenha se reduzido, de 3.246 em 1970 para, 1.812 em 1995. Assim, é comum encontrar agricultores que utilizam a junta de bois, a carroça, o arado, a trilhadeira entre outras tecnologias para desenvolver as atividades produtivas. A Figura abaixo é ilustrativa do processo de diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares. A tração animal, a trilhadeira e o motor estacionário, ainda são utilizados pelos agricultores que não puderam acompanhar o ritmo da modernização tecnológica.



Fonte: Pesquisa de campo 2003

Figura 02: A permanência da tração animal.

Com base no Diagnóstico da Realidade do Município de Três Palmeiras (DRM, 2002) e pelas visitas junto as propriedades, verificamos que a tração animal ocorre quase exclusivamente junto aos agricultores familiares localizados na área dobrada do município, onde predominam as pequenas propriedades. Nestas propriedades, em função do relevo acidentado e da descapitalização dos agricultores, é corrente o emprego de tecnologias como carroça, junta de bois, arado e trilhadeiras (Figura 02). Já a força de trabalho mecânica predomina nas propriedades maiores, localizadas na área plana do município, onde o relevo favorável possibilita o emprego de tecnologias modernas. Nestas propriedades encontra-se a maioria dos tratores e colheitadeiras. São estes agricultores que prestam serviços de máquina nas épocas de plantio e colheita aos demais agricultores.

A Figura 02, no seu conjunto, é o fiel retrato de uma agricultura que não conseguiu se modernizar, seja pela impossibilidade de acesso aos meios de torná-la viável, como linhas de crédito, seja pela rugosidade do relevo que impede a mecanização ou mesmo pelos custos que representam. Não obstante, a contratação de serviços de máquina é um demonstrativo da própria capacidade de reprodução da agricultura familiar, já que a proximidade entre as propriedades e o curto espaço de tempo em que se dão estas relações torna até mesmo desnecessário o acesso a determinadas tecnologias, como tratores e colheitadeiras pela via da aquisição.

O aumento considerável no número de máquinas para plantio também se deve à incorporação da prática do plantio direto entre os agricultores. Até o final da década de 1980 era comum os agricultores atearem fogo nos restos de palha de uma determinada cultura, por exemplo o trigo, para fazer o plantio da soja. No entanto, além de destruir a matéria orgânica, a queimada deixava o solo totalmente exposto à erosão. Por isso, a fertilização artificial do solo, em pouco tempo, estava anulada e as terras cada vez mais pobres. A introdução da técnica do plantio direto, que consiste na semeadura direta dos grãos no solo, dispensando inclusive etapas como o tombamento e a gradagem, significou além da possibilidade de recuperação da fertilidade natural dos solos, uma vez que toda a matéria orgânica era mantida, a redução dos gastos para preparar a lavoura. O relato a seguir é demonstrativo de que o plantio direto trouxe melhorias significativas de fertilidade do solo, uma vez que a erosão era de fato um grave problema.

Hoje nós temos nossas terras mais ou menos conservadas graças ao plantio direto. Se nós continuássemos na base de virar a terra como a gente fazia na época, hoje nós estaríamos com muita dificuldade, sofrendo muito. A gente ficava só com as escrituras. A erosão levava tudo embora (Entrevista n° 3).

Virar a terra, como faz referência o agricultor, era uma das práticas desenvolvidas na agricultura colonial, trazendo graves problemas, como erosão e perda da fertilidade do solo. Essa foi uma das causas da crise na agricultura colonial, fazendo com que a produtividade baixasse por área cultivada. De acordo com alguns agricultores, algumas áreas se tornaram até mesmo inviáveis às práticas agrícolas, pois os sistemas de cultivo esgotaram não só a fertilidade do solo, como a erosão acabou com a camada de solo cultivável.

A Tabela 05 é um excelente demonstrativo da preocupação com a fertilidade do solo entre os agricultores, levando-os a um uso crescente de adubos e defensivos químicos. Merece destaque que a adubação química era utilizada por um percentual de 19,3% dos agricultores em 1970, enquanto em 1995 este percentual sobe para 80,5%. Cresce também o número de agricultores que realizam práticas de conservação do solo, passando de 26,6% em 1975 para 86,5% em 1995. O plantio direto constitui a principal prática de conservação dos solos, uma vez que a adubação orgânica parece mesmo não ser muito difundida entre os agricultores. Essa prática depende muito da existência de fontes de adubação orgânica, como a suinocultura e a avicultura. No entanto, estes sistemas de integração são encontrados em pequeno número na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Tabela 05: Evolução do uso de defensivos, adubação, calagem e práticas de conservação para o município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Estab.	Defensivos		Adubo				Calagem		Conservação do solo	
		Vegetal		Químico		Orgânico		Inf.	%	Inf.	%
		Inf.	%	Inf.	%	Inf.	%				
1970	2.420	-	-	469	19,3	122	5,0	87	3,5	-	-
1975	2.337	1.777	76,0	925	39,5	148	6,3	476	20,3	622	26,6
1980	2.307	999	43,3	1.511	65,4	774	33,5	679	29,4	1.649	71,4
1985	2.464	1.228	49,8	1.465	59,4	1.536	62,3	533	21,6	1.934	78,5
1995	1.914	1.270	66,3	1.542	80,5	452	23,6	998	52,1	1.657	86,5

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1975 a 1995.

Outro aspecto importante do ponto de vista da adoção do pacote tecnológico é o significativo percentual de agricultores que fazem uso de agrotóxicos. Isso significa o controle químico de plantas invasoras, que dispensa a prática da capina. Este tema será importante quando estivermos analisando a precarização das condições de trabalho na região de estudo, onde se procurará demonstrar que a agricultura familiar mercantilizada é extremamente expulsora de mão-de-obra.

A calagem também é indicativo dos problemas de fertilidade natural do solo, decorrentes do sistema de rotação de terras praticado por longo tempo pelos agricultores. Neste sentido, dada a inexistência de novas áreas para plantar a solução é a fertilização natural do solo. A Tabela 05 também é um excelente demonstrativo da mercantilização da agricultura familiar, pois explicita a necessidade dos agricultores de estabelecerem vínculos mercantis para a aquisição de insumos e agrotóxicos.

No entanto, como podemos verificar na Figura 03, a prática da queimada ainda é feita por alguns agricultores familiares, exclusivamente nas antigas regiões de mata. Isso significa que os solos já empobrecidos pelo sistema de rotação de terras continua sendo prejudicados, ficando totalmente expostos à erosão. Na figura abaixo pode-se verificar que existem agricultores que ainda praticam a queimada antes do plantio. De acordo com alguns agricultores, isto é comum em função da precariedade das técnicas de cultivo e mesmo pela falta de mão-de-obra familiar, sendo o fogo uma alternativa às adversidades objetivas de desenvolver as atividades produtivas.



Fonte: Pesquisa de Campo 2003

Figura 03: Persistência da prática de queimada entre os agricultores.

A verificação empírica de que o problema mais grave de fertilidade do solo aparece junto aqueles agricultores menos capitalizados e localizados nas antigas áreas de mata pode ser explicada pela trajetória histórica desta agricultura. Ou seja, o que no início era uma

vantagem, a fertilidade natural dos solos, com pleno desenvolvimento da agricultura colonial, tornou-se ao longo das gerações talvez a principal razão da sua crise. A perda da fertilidade natural do solo levou os colonos à rápida descapitalização, agravando ainda mais a crise na agricultura colonial. Esta, por sua vez, impossibilitava a aquisição de insumos industriais, exigidos para a manutenção do potencial produtivo dos solos. A necessidade de aporte de recursos era, portanto, um imperativo para a recuperação das áreas degradadas, e o colono, descapitalizado, não poderia arcar com o ônus deste processo.

No entanto, a especialização dos sistemas de cultivo²⁶ via produção de grãos, foi incorporada tanto pelos agricultores estruturados e com acesso a linhas de crédito, como pelos agricultores detentores de pequenas áreas de terra. Dessa maneira, a produção de grãos para o mercado leva os agricultores do Alto Uruguai a aumentar o grau de mercantilização das relações de produção, pois exige investimentos para aquisição de insumos químicos, máquinas e equipamentos, além da recorrência constante às linhas de crédito. Por isso, no item a seguir, busca-se demonstrar que as principais transformações nos processos produtivos ocorrem a partir do momento em que a soja torna-se a principal cultura comercial do Alto Uruguai, avançando sobre áreas de outras culturas, mas não as substituindo totalmente. Por isso, a especialização produtiva decorre de um processo em que os agricultores familiares tornam-se, na verdade “produtores de soja”.

3.4 Principais alterações nos processos produtivos: a “sojicização” da agricultura no Alto Uruguai.

As principais alterações nos processos produtivos do Alto Uruguai ocorrem por conta de uma crescente especialização produtiva, que leva a uma plena mercantilização da agricultura familiar. Na região de estudo, a soja se tornou o carro chefe da modernização e da mercantilização da agricultura, pois as possibilidades de lucro garantidas pelos mercados consumidores e os canais de comercialização, como cooperativas e intermediários, serviam

²⁶ Neste trabalho de pesquisa, a especialização dos sistemas de cultivo significa que um número extremamente pequeno de culturas, não mais do que 3 (soja, trigo e milho), passaram a constituir a base econômico-produtiva da agricultura familiar da região de estudo. No entanto, será fundamentalmente a soja a principal cultura comercial adotada pelos agricultores familiares a partir da modernização da base tecnológica. Isso não significa porém que outras culturas, tipicamente de subsistência tenham desaparecido por completo, como a batata, a mandioca, o arroz, o feijão, etc., apenas tiveram suas áreas reduzidas. Assim, o próprio uso da expressão especialização produtiva não significa monocultura absoluta, mas sim predominante em relação à área destinada e o volume produzido.

como atrativo à expansão da atividade. Segundo os próprios agricultores, as “facilidades”, como comercialização e garantia de bons preços, fizeram da soja a “dona do campo”.

O que de fato cabe demonstrar aqui, é que a soja constituiu-se numa possibilidade real para a superação da crise na agricultura colonial. No entanto, como se procurou demonstrar anteriormente, também se tornou uma cultura exigente em inovações tecnológicas, principalmente no uso da força de trabalho mecânica e de insumos e fertilizantes químicos. Conforme podemos verificar entre os agricultores, isso não representou um empecilho ao avanço da cultura da soja, pois era uma possibilidade real de lucros, tão escassos nos anos anteriores. Os relatos que seguem são elucidativos da euforia que se criava em torno da soja, tornando-se uma possibilidade real diante da crise estrutural que acompanhava esta forma social de trabalho e produção, como procuramos evidenciar no capítulo anterior.

De 1970 para cá a soja ficou em primeiro lugar, tomou conta da nossa região. Primeira coisa sobrava mais dinheiro, sobrava mais do que milho. O preço era muito favorável. (...) Sempre se vendeu a soja, **era um dinheiro quente** (...). Até hoje, **o grão é dinheiro vivo**. A hora que quiser vender tem o dinheiro na hora. Por isso que expandiu e vai expandir mais ainda (...). Ela foi se expandindo tanto que virou dona do campo, tomou conta (Entrevista n° 12).

Você tem que acreditar no que dá lucro, tem que botar fé no que te ajuda. E até hoje eu vi gente fazer capital com soja (...). **Nós aqui colocava fé na soja, era verdade e era bom. Em toda a região aqui foi assim** (...). *Era uma lavoura só* (Entrevista n° 7).

Talvez tenha sido de fato a possibilidade de lucro e ascensão social o principal fator de estímulo aos agricultores, pois é esta a conclusão que se tem ao analisar os relatos descritos acima. A partir da década de 1970 a soja se tornou o símbolo da paisagem no município de Três Palmeiras, sendo cultivada independente do tamanho dos estabelecimentos, pois como relata o agricultor, era *dinheiro quente, vivo*, e isto certamente era levado em consideração pelos agricultores familiares.

Na Tabela 06 é apresentada a evolução das principais culturas no atual município de Três Palmeiras. Percebe-se claramente que a soja historicamente constituiu-se na principal cultura comercial, sendo que seu auge parece ter ocorrido entre 1975 e 1985, quando mais de 90% dos agricultores dedicavam-se a produzi-la.

Tabela 06: Evolução do número de produtores de soja, milho, trigo e feijão no município de Três Palmeiras para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Nº Estabelecimentos	Soja		Milho		Trigo		Feijão	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1970	2.420	2.058	85,0	2.038	84,2	1.770	73,1	1.464	60,4
1975	2.337	2.265	96,9	2.233	95,5	1.184	50,6	1.345	57,5
1980	2.307	2.084	90,3	2.153	93,3	454	19,6	1.707	73,9
1985	2.464	2.388	96,9	2.254	91,4	1.278	51,8	1.739	70,5
1995	1.914	1.627	85,0	1.706	89,1	649	33,9	960	50,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

Apesar do milho historicamente representar uma importante cultura para os agricultores familiares, a sua produção tem como destino principal a alimentação dos animais, em que pese a partir de 1975 ser produzido por um percentual cada vez menor de agricultores. Em relação ao trigo e ao feijão, cabe destacar apenas que são culturas pouco atrativas do ponto de vista econômico para os agricultores. Em primeiro lugar, porque são culturas extremamente sensíveis às variações climáticas. Em segundo lugar, particularmente em relação ao feijão, por ser uma cultura em que a colheita só pode ser feita de forma manual e é destinada principalmente à subsistência. Assim, enquanto em 1980 era produzido por 73,9% dos agricultores, em 1995 esse percentual cai para 50%, demonstrando a perda de interesse dos agricultores por essa cultura (Tabela 06).

Outro aspecto interessante é que a partir de 1985 verifica-se uma redução do percentual de produtores em relação a todas as culturas. Isso se deve fundamentalmente à busca de outras alternativas de renda, como a atividade leiteira, que se fortalece no município a partir de então, principalmente junto aos agricultores com pequenas áreas de terra. A possibilidade de uma renda mensal, ao contrário das culturas temporárias que oferecem apenas uma renda anual deve ser levada em consideração, bem como uma espécie de válvula de escape para os pequenos produtores de soja, onde o aumento nos custos de produção e a incapacidade de competir certamente levariam-nos à exclusão social.

Analisando a evolução da área plantada das principais culturas temporárias no município de Três Palmeiras (Tabela 07), verifica-se que de fato a soja tornou-se a cultura hegemônica na agricultura, a tal ponto de representar, em 1975, 84,2% da área destinada às lavouras temporárias. Este percentual cai para 67,9% em 1995, significando não só uma redução do número de agricultores produtores de soja, conforme a Tabela 6, mas uma redução da área destinada a esta cultura. O que se verifica é que de fato a soja teve seu auge entre os

anos de 1975 e 1985, quando se inicia um processo lento e gradual de diminuição da área destinada a esta cultura e do número de produtores.

Em relação ao milho, foi a cultura que mais perdeu espaço no município, pois em 1970 representava 40,6% da área destinada às lavouras temporárias e no ano 1995 apenas 20,9%. O importante é entender que apenas duas culturas, soja e milho, constituem a base da produção agrícola, o que nos leva a considerar que houve um pleno desenvolvimento agrícola no Alto Uruguai, onde culturas de subsistência foram sendo substituídas por culturas comerciais de baixo valor agregado.

Tabela 07: Evolução da área plantada das principais lavouras temporárias no município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Área Total (ha)	Lavouras Temporárias		Soja		Milho		Trigo		Feijão	
		Ha	%*	Ha	%**	Ha	%**	Ha	%**	Ha	%**
1970	60.383	33.216	55,0	17.929	54,0	13.470	40,6	10.549	31,8	1.307	3,9
1975	57.501	41.157	71,5	34.643	84,2	14.868	36,1	9.590	23,3	796	1,9
1980	59.684	45.793	76,7	32.831	71,7	11.130	24,3	4.411	9,6	1.073	2,3
1985	58.340	45.331	77,7	36.813	81,2	8.329	18,4	10.586	23,4	1.043	2,3
1995	50.386	37.779	75,0	25.637	67,9	7.907	20,9	4.383	11,6	612	1,6

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

* Percentagem em relação à área total; ** Percentagem em relação às lavouras temporárias.

Além da redução da área de soja e de milho, também a redução da área destinada ao trigo e ao feijão a partir de 1985 estaria expressando um certo esgotamento do padrão agrícola de produção que vinha se desenvolvendo na região. Neste sentido, enquanto até meados da década de 1980 a produção de grãos era a principal atividade econômica, os dados apontam que a partir de então parece ter início uma mudança no que diz respeito a produção agrícola. No entanto, a paisagem que predomina é aquela que evidencia a supremacia da agricultura produtivista e de um padrão agrícola de desenvolvimento (Figura 04).



Fonte: Pesquisa de campo 2003

Figura 04: Lavoura de soja (homogeneidade na paisagem rural)

Na Tabela 08 podemos verificar transformações importantes referentes ao uso do solo no município de Três Palmeiras nas últimas décadas. Em primeiro lugar vale destacar que já nos 1970 a cobertura com mata natural era de apenas 13,3% e a produtiva não utilizada de 11,1%. Isso vem a confirmar a idéia de que a fronteira agrícola havia se fechado antes dessa época e as propriedades já se encontravam num certo limite de parcelamento, sendo quase impossível incorporar internamente novas áreas ao processo produtivo.

É interessante observar que as lavouras permanentes são quase inexistentes, indo ao encontro dos depoimentos dos agricultores de que a soja *tomou conta, virou dona do campo*. Ou seja, há um processo histórico de diferenciação da agricultura, onde as lavouras temporárias ganham espaço em detrimento das demais formas de uso do solo, particularmente em relação às pastagens e cobertura florestal. A “sojicização” da agricultura pode ser considerada como o principal fator que impulsionou a mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai e por profundas alterações na paisagem rural.

A Tabela 08 permite também verificar uma transformação recente no padrão agrícola de produção. Esta vai justamente na direção do relativo esgotamento da dependência da produção de grãos, como ocorre até 1985. Esta constatação pode ser comprovada quando se analisa o significativo aumento da área destinada às pastagens naturais e plantadas a partir de

1985. Ou seja, é uma evidência de que uma nova atividade produtiva passa a ter importância social e econômica entre os agricultores: a atividade leiteira. Neste sentido, enquanto em 1985 a área de pastagem plantada representava apenas 0,9% da área agrícola, em 1995 esse percentual aumenta para 3,1%. De fato, pode ser considerado um aumento pequeno, mas significou o incremento de mais de um mil ha, o que para um pequeno município é um valor considerável.

Tabela 08: Evolução do uso do solo no município de Três Palmeiras para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Área agrícola (ha)	Lavoura				Pastagem				Mata				Produtiva ã utilizada	
		Perm.		Temp.		Natural		Plantada		Natural		Plantada		Ha	%
		Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%		
1970	60.383	419	0,69	33.216	55,0	6.979	11,5	1.526	2,5	8.069	13,3	202	0,3	6.746	11,1
1975	57.501	496	0,86	41.157	71,5	3.892	6,7	1.827	3,1	5.029	8,7	138	0,2	1.428	2,4
1980	59.684	222	0,37	45.793	76,7	3.641	6,1	1.897	3,1	4.285	7,1	274	0,4	445	0,7
1985	58.340	296	0,46	45.331	77,7	3.982	6,8	548	0,9	4.350	7,4	267	0,4	461	0,7
1995	50.386	173	0,34	37.779	74,9	4.212	8,3	1.609	3,1	3.464	6,8	439	0,8	209	0,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

Levando em consideração os dados até aqui analisados em relação ao que denominamos de sojicização da agricultura do Alto Uruguai, pode-se identificar três fases de desenvolvimento deste processo. A primeira, iniciada ainda na década de 1960 com o agravamento da crise na agricultura colonial que vai até meados da década de 1970, foi sustentada pelo início do processo de modernização da agricultura e avanço da fronteira agrícola interna às propriedades através da incorporação das áreas de mata e outras áreas produtivas não exploradas. A segunda, vai de 1975 até 1985, quando a especialização produtiva parece ter alcançado seu período áureo, desaparecendo quase por completo as áreas produtivas não utilizadas e com sensível redução das áreas de mata e pastagens. A terceira, a partir de 1990, ou mesmo antes, é a fase onde a especialização produtiva através da produção de grãos parece adentrar em crise, cedendo parte das áreas anteriormente incorporadas à produção de grãos às pastagens. É o reflexo da precariedade das condições de reprodução social da agricultura familiar via produção de grãos. Consolida-se a partir de então a atividade leiteira, desenvolvida principalmente pelas pequenas propriedades familiares. A década de 1990 é, portanto, novamente uma década de mudanças nos sistemas produtivos, onde a soja

reduz sua importância junto às pequenas propriedades enquanto a atividade leiteira se consolida como uma importante estratégia de reprodução.

A Tabela 09 é, de fato, uma evidência importante desta nova realidade agrícola que passa a desenhar-se a partir de 1985. É principalmente a partir do referido ano que se verifica um salto quantitativo e qualitativo na atividade leiteira. Em primeiro lugar vale destacar o expressivo aumento na produção total de leite, que salta de 3,7 milhões de litro ano em 1985 para 13,0 milhões de litro ano em 2000. Podemos considerar que isso se deve tanto ao aumento da produtividade como no número de vacas ordenhadas.

Tabela 09: Produção animal no município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2000 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Bovinos				Leite Vendido (1000L)	Suínos (nº cabeças)	Aves (nº cabeças)
	Rebanho (nº cabeças)	Vacas Ord.	Produção (1000L)	Produtividade (L/vaca/ano)			
1970	17.041	2.395	2.586	1.079,7	-	38.168	116.869
1975	13.856	2.693	3.525	1.308,9	803	44.388	142.089
1980	14.737	2.733	3.476	1.271,8	354	47.229	127.848
1985	16.750	3.051	3.765	1.231,0	967	31.319	138.897
1995	22.012	5.418	11.060	2.041,3	8.108	21.793	124.000
2000*	22.290	5.930	13.041	2.199,1	-*	19.110	105.600

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1975 a 1995 e FEE* (2001-CD). * Dado não disponível

De fato a produção de leite se tornou uma atividade comercial. Para isso basta comparar o aumento na quantidade de leite vendida em 1995 em relação a 1985. Apesar da indisponibilidade dos dados referentes à quantidade de leite vendida no ano 2000, podemos considerar que o volume seja ainda maior que de 1995. Neste sentido, o fundamental é que o padrão agrícola de produção com base apenas na produção de grãos tem dado sinais evidentes de mudança, constituindo-se a atividade leiteira como uma alternativa de renda frente ao caráter excludente e concentrador da produção de *commodities* agrícolas.

Fica evidente também a atuação restrita dos Complexos Agroindustriais (CAIs), via produção integrada de suínos e aves. A criação de suínos, atividade típica da agricultura colonial, também parece ter sido afetada pelo avanço da produção de soja. Da mesma forma, a criação de aves parece não ter tido grande incremento nas últimas décadas, mas que, do contrário tem sofrido uma redução no número total de cabeças. Em relação à produção de suínos, no município de Três Palmeiras existem hoje apenas duas “granjas” especializadas que dominam completamente esta atividade. Segundo relatos dos próprios agricultores, além da criação comercial, até mesmo a criação de porcos para subsistência parece estar em crise.

A suinocultura praticamente faliu, tem colono que não tem porco nem para banha (Entrevista n° 15).

O preço nunca é certo, quando a gente tem porco não tem preço e quando não tem porco ele tem preço (...). Esses dias mesmo a gente estava se perguntando quem tinha porco da banha para vender (Entrevista n° 11).

Se na agricultura colonial a criação de porcos para venda do animal vivo ou de seus derivados era uma importante estratégia de reprodução, na agricultura familiar mercantilizada da região de estudo, parece ter se tornado uma atividade secundária que não vai além do suprimento da subsistência. Isso vai de encontro das constatações feitas por Cole (2002) na região do Alto Taquari no estado do Rio Grande do Sul e Plein (2002) no Oeste Catarinense, que identificaram a suinocultura e a avicultura como as principais estratégias de reprodução da agricultura familiar nestas regiões, historicamente constituída pelos processos históricos de colonização, como ocorreu no Alto Uruguai.

Neste sentido, no Alto Uruguai o processo de evolução da agricultura familiar mercantilizada levou a uma crescente especialização na produção de soja, reduzindo o leque de alternativas produtivas dos agricultores familiares. Aquilo que inicialmente era positivo pelo lado da produtividade e mercado para venda gerou uma grande fragilidade em relação às demais estratégias de reprodução. A criação de suínos para venda é um exemplo típico da comparação entre a agricultura colonial e a agricultura familiar mercantilizada no Alto Uruguai.

Nas regiões de estudo de Cole (2002) e Plein (2002) a formação dos CAIs a partir da década de 1970 permitiu a integração entre agricultores e agroindústria, substituindo o porco tipo banha pelo porco tipo carne. No entanto, no Alto Uruguai, a suinocultura perdeu terreno para a produção de soja. Segundo os próprios agricultores, o que antes era uma atividade comercial desenvolvida pela maioria dos agricultores, tornou-se uma atividade especializada, desenvolvida pelos agricultores que conseguem garantir um padrão de qualidade no produto, restringindo ainda mais as estratégias de reprodução social.

Antigamente não interessava que tipo de porco, quanto maior era o porco melhor se vendia. Não se falava em porco branco, era tudo porco de banha, comum. Hoje se a pessoa tem um porco comum, pode até vende, mas é para um vizinho, porque se for para frigorífico não consegue (Entrevista n° 6).

O porco, não dá mais, passou a época que porco dava dinheiro. Hoje precisa de mil, dois mil porco para sobrar alguma coisa, se for meia dúzia dá prejuízo (Entrevista n° 13).

De acordo com a Tabela 10, o crescimento da produção animal do Alto Uruguai, principalmente a partir de meados da década de 1990, parece estar assentado na atividade

leiteira. No entanto, o número total de cabeças de suínos como de aves é um indicativo de que estes sistemas de criação não se constituem como as principais estratégias de reprodução da agricultura desta região. Portanto, a atuação dos CAIs (suínos e aves) é, de certa forma, restrita, indicando que a especialização produtiva no Alto Uruguai seguiu o caminho da produção de grãos, principalmente a soja.

Tabela 10: Produção animal no Alto Uruguai no período 1996/2000.

Anos	Bovinos				Suínos (nº de cabeças)	Aves (nº de cabeças)
	Nº total de cabeças	Vacas Ordenhadas	Produção (mil litros)	Produtividade (L/vaca/ano)		
96	267.248	56.033	92.629	1.653,1	323.618	1.632.662
97	271.502	58.587	97.891	1.670,9	327.709	1.678.003
98	274.120	59.540	97.896	1.644,2	327.526	1.679.867
99	275.710	61.114	98.614	1.613,6	329.460	1.706.130
00	278.012	62.080	101.006	1.627,0	325.915	1.739.356

Fonte: Anuário Estatístico (FEE, 2001-CD).

Esses dados, evidenciam que o processo de especialização produtiva se acentuou a partir da modernização da agricultura. Essa especialização trouxe, inicialmente, a possibilidade de inserção em mercados consumidores capazes de absorver a produção agrícola com a garantia de preços. No entanto, provocou, ao longo dos anos, uma espécie de redução de estratégias de reprodução dos agricultores familiares, visto que somente a partir da década de 1990 a atividade leiteira aparece como uma possibilidade frente à produção de grãos, atraindo um número cada vez maior de produtores, principalmente junto às pequenas propriedades.

3.5 Mudanças estruturais na agricultura do Alto Uruguai: os impactos técnico-produtivos da modernização.

Verificamos até aqui que a modernização da agricultura no Alto Uruguai significou um crescente processo de mercantilização das relações de produção. A mercantilização, conforme Ploeg (1992), é uma crescente inserção da agricultura e dos agricultores nos circuitos mercantis, seja de produção ou consumo. Neste sentido, ela revela um processo de diferenciação entre a agricultura colonial e a agricultura familiar mercantilizada. A integração agroindustrial é uma das formas pelas quais a agricultura familiar acentuou a sua mercantilização.

3.5.1 A formação dos Complexos Agroindustriais e a subordinação da agricultura familiar à dinâmica capitalista.

Aqui busca-se demonstrar que a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) significa uma crescente subordinação da agricultura familiar à dinâmica capitalista. De acordo com Kageyama *et alii.* (1990), a formação dos CAIs a partir da década de 1970 no Brasil está associada à toda uma política de modernização que buscava aproximar um conjunto de atividade econômicas para que estas funcionassem com elevado grau de integração entre si. Nesta nova dinâmica, a agricultura passa a estabelecer fortes vínculos com outros setores econômicos à montante e à jusante. A montante constituiu-se um sistema responsável pelo fornecimento de insumos e produtos industriais, como adubos, defensivos químicos, máquinas, equipamentos, etc. A jusante constituiu-se um sistema responsável pela transformação da produção primária, como indústrias de óleos comestíveis, frigoríficos, moinhos, etc.

Não obstante, conforme Kageyama *et alii.* (1990), embora os movimentos de modernização e industrialização da agricultura tenham sido intensos e dominantes nas últimas décadas, isto não significou a homogeneização das formas de produzir na agricultura e nem uma integração intersetorial completa em todos os tipos de atividades.

De acordo com Brum (1988), com o avanço e consolidação da cultura da soja, a partir de segunda metade da década de 1960, surgem indústrias de esmagamento de soja e produção de óleo comestível. Para o autor, a modernização da agricultura no Planalto Gaúcho marcou o início do processo e criou as condições para a sua expansão e consolidação, desde que se tornasse efetivas as mudanças profundas nos métodos e técnicas de produção.

No Alto Uruguai, como vimos, o processo de modernização da base tecnológica marcou o início da consolidação dos CAIs, onde a agricultura passou a depender da oferta de máquinas e equipamentos agrícolas além de insumos químicos fornecidos pelas indústrias à montante. Da mesma forma, à jusante, formou-se uma estrutura de compra e transformação da produção agrícola. Na região de estudo, forma-se a partir de então um sistema cooperativo que permitirá o rápido escoamento da produção agrícola.

As mudanças mais importantes no campo econômico, decorrentes do processo de modernização da agricultura ou a ela relacionados, operam-se no cooperativismo, na indústria, no comércio e no setor financeiro. A necessidade sentida pelos agricultores, de um lado, e o estímulo dado pelo governo, do outro, levaram a criação no Estado do Rio Grande

do Sul, em 1957, da Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul Ltda. (FECOTRIGO). Estas cooperativas apresentaram rápido crescimento, pressionadas inicialmente pela expansão das lavouras de trigo e mais tarde da soja. As cooperativas criaram importante infra-estrutura de armazenagem, multiplicando armazéns nas áreas produtoras a fim de receber e comercializar a produção agrícola. Assim, foi construída uma infra-estrutura de armazenamento com capacidade suficiente para as crescentes safras agrícolas.

Ainda na década de 1950 se consolidam no município de Três Palmeiras pontos de compra e venda de produtos, reforçando a inserção mercantil dos agricultores e a própria especialização produtiva. A Comercial GRANDO, originada pela ascensão social de antigos colonos, ainda é um dos principais canais de comercialização estabelecidos pelos agricultores familiares. Juntamente com esta, destacamos o papel da Cooperativa Triticola Sarandi Ltda (COTRISAL), com sede no município de Sarandi e infra-estrutura de armazenagem e comercialização em diversos municípios da região. Em Três Palmeiras a infra-estrutura está localizada no próprio núcleo urbano do município (Figura 05) e recebe boa parte da produção agropecuária da Três Palmeiras e até mesmo de outros municípios da região.



Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Figura 05: Principal infra-estrutura de armazenagem e comercialização da produção agrícola de Três Palmeiras.

Segundo o DRM (2002), a COTRISAL recebe em torno de 70% da produção de soja, 20% da produção de milho, enquanto a Comercial GRANDO recebe em torno de 30% da produção de soja e 25% da produção de milho produzidos no município, incluindo-se os demais canais de comercialização e o consumo doméstico e animal.

3.5.2 As alterações na estrutura fundiária: o processo de concentração da terra.

Para o entendimento das alterações na estrutura fundiária inicialmente tomaremos como referência alguns dados extraídos de Rückert (2003). Segundo este autor, regionalmente a regra foi a distribuição de lotes menores que os 24 ha típicos das regiões de colonização mais antigas. Na região de Ronda Alta predominou a distribuição de meia colônia, em torno de 12 ha, ou seja, 50% menores que os lotes das colônias típicas. Assim, os colonos do Alto Uruguai se estabeleciam em lotes ainda menores, o que era uma dificuldade a mais a ser superada.

Na agricultura colonial as mudanças na estrutura fundiária decorriam fundamentalmente do parcelamento dos lotes entre os herdeiros através dos sistemas de herança. Na agricultura familiar mercantilizada do Alto Uruguai as mudanças decorrem de processos de especialização produtiva, que exigentes em escala de produção, não permitem o parcelamento dos lotes entre os herdeiros. As mudanças na estrutura fundiária municipal e regional decorrem, portanto, a partir da década de 1970, principalmente em função do processo de especialização produtiva, que por sua vez leva à concentração fundiária.

É nesta perspectiva que se pretende analisar os dados da Tabela 11. Assim, analisando as colunas do número total de estabelecimentos e do tamanho médio, verifica-se um aumento do tamanho médio dos estabelecimentos, que em 1970 era de 24,9 hectares e em 1995 era de 26,3 hectares. Apesar de relativamente pequeno, o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos evidencia um processo interessante das regiões de agricultura familiar mercantilizada, que é a concentração fundiária.

Tabela 11: Estrutura fundiária do município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Nº estab.	Área total (ha)	Tamanho médio (ha)	Estrato de área (ha)											
				<5		5<10		10<20		20<50		50<100		>100	
				Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1970	2.420	60.383	24,9	432	17,9	472	19,5	913	37,7	492	20,3	43	1,8	68	2,8
1975	2.337	57.501	24,6	369	15,8	531	22,7	835	35,7	476	20,4	52	2,2	74	3,2
1980	2.307	59.684	25,8	259	11,2	543	23,5	917	39,7	450	19,5	59	2,6	79	3,4
1985	2.464	58.340	23,6	334	13,6	617	25,0	921	37,4	443	18,0	78	3,2	71	2,9
1995	1.914	50.386	26,3	209	10,9	412	21,6	806	42,1	342	17,9	78	4,1	67	3,5

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970 a 1995.

Neste sentido, podemos considerar que a especialização produtiva leva a uma concentração fundiária mesmo em regiões típicas de agricultura familiar. Este processo é verificado principalmente pela redução no número de estabelecimentos no estrato de até 5 ha, que se intensificou significativamente a partir de 1975. Neste sentido, o fracionamento dos lotes parece ter ocorrido principalmente antes da década de 1970, já que não se verificam alterações significativas nos estratos menores, principalmente entre 5 e 20 ha. Assim, um aspecto marcante das regiões coloniais, que é o fracionamento ou divisão dos lotes devido aos padrões de herança vigentes, parece ter mudado ainda na década de 1970 ou mesmo anteriormente. De acordo com Rückert (2003), os imóveis pequenos, particularmente com menos de 50 hectares, começam a ser negociados ainda década de 1950, acentuando-se nas décadas seguintes.

Estudos semelhantes, realizados por Cole (2002) e Plein (2002) em regiões típicas de agricultura familiar também originada pelos processos históricos de colonização, demonstraram uma dinâmica distinta na estrutura fundiária, com redução do tamanho médio dos estabelecimentos a partir dos anos 1970, resultado de padrões de herança entre os co-herdeiros²⁷. No entanto, contrariamente ao que se verifica no Alto Uruguai, os autores identificaram em seus estudos a importância das atividades de criação, como a suinocultura e a avicultura e o fumo em sistemas de integração agroindustrial, através dos CAIs, na reprodução da agricultura familiar. Estas atividades possibilitaram que os padrões de heranças levassem ao processo de minifundização da estrutura fundiária nestas regiões, o que não

²⁷ No estudo de Plein (2002), o tamanho médio dos estabelecimentos no município de Mondaí, localizado na Microrregião de São Miguel do Oeste, Santa Catarina era, no ano de 1970 de 17,82 ha, e no ano de 1995 de 14,11 ha. Cole (2002), verificou que no ano de 1975 o tamanho médio dos estabelecimentos no município de David Canabarro, localizado na Microrregião do Alto Taquari, no Rio Grande do Sul, era de 22 ha e no ano de 1995 era de 17 ha.

ocorreu no Alto Uruguai, pois os sistemas de cultivo como a soja e o milho, dependentes de escalas de produção, levaram à concentração e não à pulverização fundiária.

Segundo entrevistas realizadas com os agricultores, a especialização produtiva significou o aumento dos custos de produção, tornando a atividade inviável economicamente para os agricultores com pequenas áreas de terra.

Os mais grandes, os granjeiros, estão tomando conta de toda a área. O pequeno colono, está deixando de plantar soja (...). Está acontecendo e a cada dia mais. **O pequeno colono que tem só 10 ou 12 hectares, não tem como sobreviver, as despesas são maiores do que os ganhos** (Entrevista nº12).

Os dados analisados até o momento demonstram que a agricultura familiar no Alto Uruguai sofreu significativas transformações estruturais. Estas decorrem principalmente porque parcela significativa da agricultura familiar se modernizou tecnologicamente, pois a adoção de um sistema produtivo assentado em grãos – soja+milho+trigo – necessita de índices de produtividade e escalas de produção, que por sua vez demandam a concentração da terra, solapando condições objetivas de sobrevivência de muitos agricultores familiares.

A especificidade da reprodução social da agricultura familiar no Alto Uruguai, em relação aos estudos de Cole (2002) e Plein (2002) reside justamente na “ruptura” entre a agricultura colonial e a agricultura familiar, pois até aproximadamente a década de 1960 a reprodução social da agricultura colonial destas regiões era extremamente dependente dos fatores internos, como a herança e o tamanho das famílias. A principal diferença reside no fato de que a agricultura colonial do Alto Uruguai buscou na especialização produtiva, exigente em progresso tecnológico e concentração de terra, a sustentação para a sua reprodução social. Já em relação à agricultura colonial do Vale do Taquari e do Oeste Catarinense, esta buscou nos sistemas de integração agroindustrial fugir da crise que solapava as condições de viabilizar a reprodução social. Nestas regiões, a minifundização da estrutura fundiária não se tornou um imperativo à reprodução e inserção da agricultura familiar em ambiente competitivo devido à introdução de sistemas produtivos intensivos em uso de mão-de-obra e que necessitam de pouca área de terra, como a criação de aves e suínos, ao contrário do que ocorreu no Alto Uruguai.

Assim, no município de Três Palmeiras, os padrões de herança, norteadores da transmissão do patrimônio na agricultura colonial, foram sendo substituídos pela obtenção de terras através de compra, valorizando-as e formando um verdadeiro mercado de terras, impossibilitando seu acesso aos agricultores familiares mais fragilizados e descapitalizados, obrigando-os até mesmo a se desfazerem das terras ou lançar mão de outras estratégias de reprodução, como o trabalho temporário e as migrações.

3.5.3 As mudanças nas formas de ocupação: a precarização do trabalho.

Nesta seção, busca-se discutir como o progresso tecnológico, inicialmente, aumenta o recurso ao trabalho temporário e precário, como plantio, colheita e capina, para posteriormente excluir esta mão-de-obra, tornando-a dispensável. Ou seja, o recurso ao uso da força de trabalho barata, possibilitada pela modernização da base tecnológica, irá desaparecer quase por completo quando as inovações tecnológicas avançam sobre outras fases do processo produtivo, como a capina.

A internalização do progresso técnico pelos agricultores a partir da mecanização e absorção crescente de insumos químicos tem aumentado a produtividade do trabalho, a produtividade agrícola, o consumo intermediário, incentivado a especialização produtiva. Esse novo ambiente produtivo e competitivo, ao mesmo tempo em que possibilitou uma via alternativa à reprodução social da agricultura familiar, acabou gerando situações de conflito, de fragilidade junto aos agricultores, impossibilitando frações ou grupos de acompanhar a oferta de novas tecnologias.

Para um melhor entendimento do processo que envolve as mudanças nas formas de ocupação é interessante partir da análise da evolução da condição do produtor. Isso porque, historicamente a forma de acesso à terra na região se dava por compra, junto às companhias colonizadoras, ao Estado ou através de herança. Assim analisando os dados da Tabela 12, percebe-se, que historicamente a condição predominante é a de proprietário, sendo pouco expressiva a condição de arrendatário e parceiro. Já em relação à condição de ocupante esta é significativa, principalmente em relação ao ano de 1985, quando representa 18,2% do total de agricultores. Isso pode estar relacionado com os assentamentos de reforma agrária que se formaram na região, principalmente no município de Ronda Alta, que compõem os dados agregados desta pesquisa, particularmente os secundários.

Os dados até aqui analisados demonstraram que os anos de 70 e 80 foram as décadas do auge da monocultura da soja no município de Três Palmeiras e no Alto Uruguai. Na década de 90, o progresso técnico avança sobre outras fases do processo produtivo além do plantio e da colheita: o manejo, particularmente a capina. Isso expropriou muitos trabalhadores temporários que tinham na venda da força de trabalho talvez a única forma de se inserir nos mercados de trabalho rural. Na prática, isso ocorreu pela substituição do plantio e colheita manual pela mecânica, através dos tratores e colheitadeiras, e pelo controle de ervas daninhas, antes manual e agora químico.

Tabela 12: Evolução da condição do produtor no município de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Número de Estabelecimentos	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1970	2.420	1.889	78,05	68	2,80	172	7,10	291	12,02
1975	2.337	1.870	80,01	138	5,90	206	8,81	123	5,26
1980	2.307	1.750	75,85	172	7,45	136	5,89	249	10,79
1985	2.464	1.749	70,98	150	6,08	115	4,66	450	18,26
1995	1.914	1.709	89,28	116	6,06	52	2,71	37	1,93

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

Conforme a Tabela 13, analisando os meses de maior concentração na contratação temporária de empregados, esta acontece justamente nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro, meses que caracterizam, nessa ordem, para a cultura da soja, o preparo do solo, o plantio e a primeira capina. Para todos os anos ocorre uma redução, nos meses de fevereiro e março, com aumento nos meses de abril e maio, meses de colheita, no número de pessoas contratadas. Ou seja, o mais interessante, neste caso, é que a modernização da agricultura foi tão intensa nesta região de agricultura familiar que fez aparecer um mercado de trabalho de trabalhadores temporários. Essa é a face mais clara da transformação de uma região de agricultura colonial para uma de agricultura familiar mercantilizada, que inicialmente contrata a força de trabalho dos excluídos do processo de modernização para em seguida dispensa-la.

Tabela 13: Número de empregados temporários por mês de serviço na agropecuária para o município de Três Palmeiras para os anos de 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Total de Empregados Temporários	Meses do Ano											
		set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
1975	2.577	87	161	277	560	234	115	70	544	391	73	40	25
1980	3.629	162	276	488	755	537	270	139	310	358	128	98	108
1985	4.162	111	262	503	688	806	519	261	487	364	64	51	46
1995	975	45	113	148	244	36	30	74	149	76	26	13	21

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1975 a 1995.

O que mais chama a atenção é justamente a significativa modificação no mercado de trabalho rural no ano de 1995 em relação ao ano de 1985²⁸, resultado da drástica diminuição do número de empregados temporários utilizados nas atividades agropecuárias. A modernização da base tecnológica é, sem dúvida, a causa principal desse processo, pois exclui a força de trabalho humana e animal do processo produtivo.

Evidenciamos junto aos agricultores, particularmente aqueles que tinham na venda da força de trabalho sua principal estratégia de reprodução, como as novas e modernas tecnologias tornaram ociosa uma mão-de-obra que se empregava nas atividades agropecuárias. A modernização impactou negativamente principalmente os agricultores que não puderam acompanhar a oferta de novas tecnologias, pois a crise na agricultura colonial significou o solapamento da reprodução social material do grupo doméstico. Assim, conforme se verifica no relato que segue, enquanto o trator significou para alguns agricultores a possibilidade de incorporar novas áreas de terra aos processos produtivos, fez com que uma parcela importante da mão-de-obra até então utilizada se tornasse sobrando. O relato também se constitui em uma espécie de trajetória de vida do agricultor.

Foi como aquela história do trator do cara de Não-Me-Toque²⁹, para mim foi daquela época pra cá. Por isso que eu me desgostei de trabalhar em cima de dois alqueires de terra com cinco irmãos. Daí que a gente começou a ver as coisas. Porque sempre teve gente que incentivou esse negócio (modernização). Daí em diante que começou, nós miseráveis, que plantava nosso soja lá, era fim de ano a gente estava em 50, 60 peão limpando soja dos outros. A gente estava com um troco no bolso para comprar uma muda de roupa, um sapato e achava que estava bom. Mas quando começou a entrar aquele trator, o homem que tinha 50 hectares de terra já comprou 1, e já o serviço de peão se foi lá na roça. E daí já deu para perceber que quanto mais você ficava mais você se enterrava. Hoje chega gente aqui em casa pedir serviço. Como é que eu vou dar serviço se eu mesmo estou de varde. Não estou de varde porque tem as vacas, mas na roça não tem serviço. A tecnologia desempregou o pessoal e quem não abriu os olhos e não correu atrás de se colocar, hoje ta bem mais difícil. Daquela época mudou bastante. Dos anos 90 para cá ficou ainda mais difícil (Entrevista n° 5).

O depoimento do agricultor é elucidativo de como a especialização produtiva, que necessita intensamente de máquinas, equipamentos e insumos químicos, tornou desnecessário o emprego de mão-de-obra. Podemos tomá-lo como uma referência que envolve boa parte das

²⁸ A redução substancial no número de empregados temporários justifica-se, em parte, porque o Censo Agropecuário de 1995/96 tomou como base o ano civil e não o ano fiscal, como era feito até então. Por isso, a comparação entre os Censos de 1985 e 1995/96 deve levar em consideração esta mudança metodológica adotada pelo IBGE. A este respeito, ver Graziano da Silva e Hoffmann (1999).

²⁹ A *história do trator* a que se refere o agricultor é uma lembrança que este traz como a época em que teve início as principais mudanças nas formas de ocupação e uso da força de trabalho na agricultura. A introdução do trator, segundo o agricultor, deu-se graças as inovações tecnológicas que se iniciaram ainda na década de 1960, quando os agricultores, principalmente de ascendência europeia, tornaram a região palco de contradições nas relações de produção.

questões problematizadas neste trabalho de pesquisa a partir da década de 1970. Isso porque, retrata as principais transformações que ocorreram na agricultura familiar do Alto Uruguai a partir de então. Em primeiro lugar, porque demonstra que a mecanização alterou, de fato, as condições de trabalho na agricultura. Em segundo lugar, e talvez a questão principal, é a constatação de que a mecanização fez surgir um mercado de trabalho temporário, pois o avanço das lavouras necessitava da disponibilidade de mão-de-obra. No entanto, estas mesmas inovações que haviam possibilitado, num primeiro momento, o surgimento deste mercado de trabalho temporário serão as responsáveis por tornar esta mão-de-obra desnecessária, principalmente na década de 1990.

Neste sentido, concordamos com George (1982), de que o progresso técnico, através da introdução de novos fatores de produção, modifica as relações econômicas e sociais, privando de trabalho uma população que não é fácil de “readaptar” imediatamente, contribuindo, também, para a liberação da população rural.

Os dados analisados até aqui e os próprios depoimentos servem como subsídios para considerarmos que o Alto Uruguai foi uma região onde a modernização da base tecnológica foi tão intensa que tornou aquela agricultura extremamente dependente da oferta de novas tecnologias. Por isso, analisando os dados da Tabela 14, percebe-se que a força de trabalho animal, que era utilizada em 86,4% dos estabelecimentos em 1970 se reduz para 68,6% em 1985. Essa redução se dá graças a internalização do progresso técnico, uma vez que a força de trabalho mecânica está mais presente no ano de 1995 junto aos estabelecimentos do que a força de trabalho animal. Dependendo das condições de declividade do terreno e segundo o tipo de atividade desempenhada, há também os agricultores que combinam o uso da força de trabalho animal e mecânica.

Tabela 14: Evolução do uso da força de trabalho e sua procedência nas atividades agropecuárias no município de Três Palmeiras para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	Nº Estab.	Animal		Mecânica		Própria		Alugada	
		Inf.	%	Inf.	%	Inf.	%	Inf.	%
1970	2.420	2.092	86,4	62	2,5	-	-	-	-
1975	2.337	2.064	88,3	1.247	53,3	1.862	79,6	597	25,5
1980	2.307	1.827	79,1	2.256	97,7	1.809	78,4	1.580	68,4
1985	2.464	1.904	77,2	2.040	82,7	1.973	80,0	1.732	70,2
1995	1.914	1.314	68,6	1.325	69,2	1.569	81,9	1.036	54,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1975 a 1995.

No entanto, outro aspecto importante é que não houve uma internalização homogênea das tecnologias. Prova disso é o elevado percentual de agricultores que buscam aluguel de máquinas. Estes agricultores pagam, geralmente pelo valor de mercado do produto, pela prestação de algum tipo de serviço de máquinas, principalmente nas épocas de plantio e colheita. A contratação de serviços de máquina, ou seja, a externalização do processo produtivo (Ploeg, 1992) é uma prática corrente principalmente junto aos agricultores com até 20 ha. Isso porque, o processo de modernização da agricultura, extremamente seletivo do ponto de vista das regiões, produtos e produtores, acentua a diferenciação social e econômica entre os agricultores, excluindo muitos produtores do acesso às inovações tecnológicas, como tratores e colheitadeiras. Estes agricultores, devido ao tamanho reduzido do estabelecimento, não conseguem adquirir tecnologias modernas, buscando na contratação dos serviços de máquinas superar a falta de mão-de-obra na família e mesmo diminuir a penosidade do trabalho (Figura 06).



Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Figura 06: Externalização das atividades produtivas entre os agricultores.

Neste sentido, as mudanças estruturais na agricultura familiar de Três Palmeiras nos levam, irremediavelmente, a discutir os processos de diferenciação social que decorrem justamente desta “seletividade” da modernização da base tecnológica na agricultura, levando

a processos de concentração fundiária e diferentes estratégias de reprodução, como as migrações e os movimentos sociais.

3.6 A diferenciação social da agricultura familiar e as novas estratégias de reprodução.

No Alto Uruguai, os resultados da transformação da base econômico-produtiva estão intimamente relacionados aos processos de diferenciação social, seja em relação à agricultura ou aos próprios agricultores. Essa diferenciação é entendida como um da mercantilização da agricultura familiar, que segundo Graziano da Silva (1999), obriga os agricultores a entrar numa espécie de corrida tecnológica. Na região de estudo, a especialização produtiva levou a processos internos de diferenciação social permitindo o surgimento de “categorias” ou “tipos” sociais diferenciados.

3.6.1 As alterações demográficas e as migrações.

Neste item, procuraremos demonstrar que o Alto Uruguai é uma região importante do ponto de vista demográfico, mas que não consegue reter a sua população, principalmente a rural. As migrações, enquanto processos sociais, caracterizam-se como estratégias de reprodução adotadas por aqueles, neste caso os agricultores familiares de Três Palmeiras, que destituídos dos seus meios de produção passam a ter sua reprodução social comprometida.

A perspectiva de Singer (1987) será importante para as considerações que seguem, pois para o autor os *fatores de mudança* na agricultura decorrem da introdução de relações capitalistas de produção, expropriando agricultores e tendo como principal objetivo aumentar a produtividade da terra e do trabalho e a redução no nível de emprego. Estes fatores fazem parte do próprio processo de modernização da agricultura, na medida em que este a atinge, trazendo mudanças na base técnica. Para Singer (1987), estes fatores provocam um fluxo maciço de emigração que tem como consequência a redução da população rural, sem que isso traga qualquer prejuízo em relação à produção de alimentos.

Neste sentido, enquanto até meados da década de 1960 as migrações eram rurais/rurais, a partir da década de 1970 as migrações passam a ser rurais/urbanas, caracterizando o êxodo rural. Para este novo caráter das migrações, associam-se os fatores de

mudança e o processo de desenvolvimento urbano-industrial do Brasil que demanda mão-de-obra.

A Tabela 15 nos dá um excelente indicativo desta problemática no município de Três Palmeiras. Verifica-se a existência de uma estagnação populacional no período entre 1970 e 1991, crescendo a uma média de 2,7% entre 1970 e 1991. Entre 1991 e 2000, o crescimento foi negativo em 12,25%. Em relação à população urbana, esta cresce ininterruptamente, com destaque nos períodos 1970 a 1980 e entre 1991 a 2000. Na direção oposta avançou a população rural, que diminui significativamente, pois se em 1970 representava 90,7% da população total, em 2000 esse percentual cai para 58,4%. A redução além de percentual é absoluta, evidenciando o esvaziamento populacional do meio rural através de um fluxo migratório constante, pois a população rural cai praticamente pela metade da década de 1970 em comparação ao ano 2000. Neste sentido, podemos considerar que os fatores de mudança na agricultura foram os principais responsáveis pela redução da população total e principalmente rural da região de estudo a partir de 1970.

Tabela 15: Aspectos demográficos do município de Três Palmeiras para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (Dados agregados para os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta).

Ano	População Total	Taxa média crescimento (%)	Urbana		Rural	
			Nº	%	Nº	%
1970	16.028	0	1.497	9,3	14.531	90,7
1980	16.648	3,9	3.369	20,2	13.279	79,8
1991	16.719	0,4	4.848	28,9	11.871	70,1
2000	14.671	-12,2	6.108	41,6	8.563	58,4

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2000.

Através dos dados agregados, verifica-se uma espécie de “déficit populacional”, pois analisando a evolução da população total veremos que esta cresceu apenas em 643 habitantes entre 1970 e 1991. De 1991 para 2000, esta se reduziu em 2.048 habitantes. No entanto, a população rural diminuiu em 5.968 habitantes e a população urbana aumentou em 4.611 habitantes (Tabela 15). Ou seja, nem toda a população rural que migrou se tornou urbana no próprio município. De acordo com os entrevistados, eram principalmente os jovens do meio rural que migravam na busca de outras estratégias de reprodução que não a agrícola, pois literalmente foram substituídos pelas máquinas.

Saíram por que viram a máquina fazer tudo em poucos dias e resolveram buscar alternativas melhores. **Além do que a tecnologia mandou muita gente embora.** Aqui em casa foi assim, quando os piás estavam pequenos, era eu e a mulher que fazia tudo, trilhava 250 sacos de soja, 150 de milho só

nos dois. Quando veio a máquina, a colheitadeira, nem nós não colocava mais a mão no soja. E como a terra era pouca e os piás foram crescendo, eles foram embora. Foram pra Marau, um numa metalúrgica, e o outro na Perdigão (Entrevista n° 5).

Verifica-se pelo relato que a saída dos jovens se deve fundamentalmente à substituição da força de trabalho humana e animal pela mecânica. Ou seja, defrontados com uma realidade social e econômica que não lhes poderia oferecer outras estratégias de reprodução, a população jovem migra para outras regiões em busca de emprego. Essa é a cara da agricultura familiar mercantilizada do Alto Uruguai que torna desnecessária uma parcela da população que se sente obrigada a migrar na busca de outras alternativas ou estratégias de reprodução.

De acordo com o DRM (2002), muitos jovens migram de Três Palmeiras para buscar empregos em outros municípios, regiões e mesmo estados da federação. Os principais destinos são as fábricas de calçado do Vale dos Sinos, os frigoríficos de Chapecó em Santa Catarina e os restaurantes e churrascarias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Pode-se considerar que as migrações desses jovens “sem terra” e sem trabalho revelaria tanto a expropriação direta da propriedade da terra, quanto a expropriação das condições de trabalho de parte da família. A expropriação direta da propriedade da terra seria uma consequência do processo de concentração fundiária a partir da incapacidade dos agricultores de alcançar índices de produtividade, seja pela precariedade dos meios de produção, pelos problemas de fertilidade do solo ou tamanho da propriedade. Já a expropriação das condições de trabalho estaria diretamente ligada à mecanização da agricultura, substituindo a força de trabalho humana e animal pela mecânica.

Analisando o conjunto dos dados para o Alto Uruguai, verifica-se que a sua população rural diminuiu desde os anos 1970, mais acentuadamente no período de 1991 a 2000. Nesse período a redução da população rural foi de 26,3%. De 1970 para 2000, a população rural diminuiu em 56%, enquanto a população urbana aumentou 256,8%. No entanto, a população total por sua vez diminuiu, se analisarmos o período como um todo. Neste sentido, temos também para o Alto Uruguai uma espécie de “déficit populacional”, pois 32.756 pessoas migraram do Alto Uruguai para outras regiões, sem levar em consideração o próprio crescimento vegetativo natural da população exclusivamente urbana, impossível de ser calculada pelos dados da Tabela 16, pois nem todo crescimento populacional urbano decorre do êxodo rural. Ou seja, é a região do Alto Uruguai que expulsa a sua população e não seus municípios individualmente.

Tabela 16: Evolução demográfica dos municípios do Alto Uruguai para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Município	1970	1980	%70/80	1991	%80/91	2000	%91/00	Médias
Alpestre	12.343	13.516	9,5	11.290	-16,5	8.109	-28,2	-11,7
Ametista do Sul	-	-	-	-	-	4.219	-	-
Caiçara	8.123	5.917	-27,2	4.966	-16,1	4.091	-17,6	-20,3
Constantina	14.084	13.403	-4,8	10.072	-24,9	5.865	-41,8	-23,8
Cristal do Sul	-	-	-	-	-	2.430	-	-
Dois Irmãos das Missões	-	-	-	-	-	1.432	-	-
Engenho Velho	-	-	-	-	-	1.677	-	-
Erval Seco	12.422	12.235	-1,5	9.822	-19,7	5.931	-39,6	-20,3
Frederico Westphalen	16.337	15.714	-3,8	10.169	-35,3	6.326	-37,8	-25,6
Gramado dos Loureiros	-	-	-	-	-	2.117	-	-
Iraí	8.045	7.540	-6,3	6.006	-20,3	3.660	-39,1	-21,9
Liberato Salzano	9.624	9.740	1,2	7.325	-24,8	5.508	-24,8	-16,1
Nonoai	26.906	22.753	-15,4	13.301	-41,5	4.028	-69,7	-42,2
Novo Tiradentes	-	-	-	-	-	1.848	-	-
Palmitinho	12.623	12.574	-0,4	9.968	-20,7	4.366	-56,2	-25,8
Pinheirinho do Vale	-	-	-	-	-	3.507	-	-
Planalto	14.848	13.258	-10,7	12.370	-6,7	5.545	-55,2	-24,2
Rio dos Índios	-	-	-	-	-	4.105	-	-
Ronda Alta	14.531	13.279	-8,6	7.663	-42,3	5.661	-26,1	-25,7
Rodeio Bonito	12.498	11.361	-9,1	8.443	-25,7	1.852	-78,1	-37,6
Rondinha	7.589	6.880	-9,3	5.182	-24,7	4.106	-20,8	-18,3
Seberi	12.059	11.533	-4,4	9.175	-20,4	5.917	-35,5	-20,1
Taquaruçu do Sul	-	-	-	2.270	-	1.993	-12,2	-12,2
Três Palmeiras	-	-	-	4.208	-	2.900	-31,1	-31,1
Trindade do Sul	-	-	-	5.424	-	3.781	-30,3	-30,3
Vicente Dutra	8.572	6.893	-19,6	4.684	-32,0	3.821	-18,4	-23,4
Vista Alegre	-	-	-	2.448	-	1.973	-19,4	-19,4
População Rural	190.604	176.596	-7,3	144.786	-18,0	106.770	-26,3	-17,2
População Urbana	32.577	53.682	64,8	62.682	16,8	83.655	33,5	38,3
População Total	223.181	230.278	3,2	207.468	-9,9	190.425	-8,2	-5,0

Fonte: Censos Demográficos 1970 a 2000.

Outro aspecto importante é a demonstração de que as migrações foram mais intensas nos dois últimos períodos, ou seja, de 1980 em relação a 1991, com 18% de redução e de 1991 em relação a 2000, com redução de 23,6% da população rural. Na década de 1990 as migrações continuaram acentuadas, representando 22,1% da população rural total do Alto Uruguai (Tabela 16). Contrariamente, Cole (2002) e Plein (2002) demonstraram que em regiões onde se introduziu a criação de aves e suínos, a população total e principalmente rural cai substancialmente a partir de década de 1980, refletindo exatamente um processo de mercantilização que concentra os meios de produção e expropria as condições objetivas de

reprodução social de uma população que necessita migrar para outras regiões em busca de mercado de trabalho.

Os dados apontam então que o Alto Uruguai tem se constituído como uma região de expulsão de sua população total, pois o crescimento populacional urbano não “compensou” a redução da população rural. Assim, não obstante a população urbana ter crescido substancialmente no período, absorveu apenas parte da população migrante do meio rural. Verifica-se também que a população total cresce apenas 3,2% de 1970 a 1980. A partir de então, o crescimento populacional urbano não consegue “compensar” a redução da população rural, significando uma redução percentual de 9,9% de 1991 em relação a 1980, e de 8,2% de 2000 em relação a 1991.

Na perspectiva de Singer (1987), as áreas de emigração sujeitas aos fatores de mudança, como o Alto Uruguai, perdem população, mas a produtividade aumenta, permitindo, num primeiro momento, a melhoria nas condições de vida da sua população, caracterizando um “desenvolvimento regional”. No entanto, conforme Singer (1987), é comum que o “desenvolvimento regional” facilite a penetração do capitalismo na agricultura, onde os fatores de expulsão e exclusão social, antes originados pela estagnação econômica e produtiva, passam a ter origem nos fatores de mudança, alimentando o fluxo migratório. Para Singer (1987), “a ironia da situação está no fato de que, deste modo, o “desenvolvimento regional”, que é originalmente concebido como o objetivo de reduzir as migrações internas, acaba por intensificá-las” (p. 40).

Assim, os dados até aqui analisados permitem considerar que o Alto Uruguai não foi palco de um “desenvolvimento regional” no seu sentido mais amplo: o de prover a sua população de estratégias de reprodução capazes de melhorar a sua qualidade de vida ao longo das gerações. Se houve nas últimas décadas algum desenvolvimento no Alto Uruguai, este se restringiu à ampliação da produtividade e incorporação de progresso tecnológico. Esta é a face da agricultura familiar mercantilizada desta região. Não seriam outras as conclusões do DRM (2002) do município de Três Palmeiras que apontam como seus principais problemas sociais a falta de empregos, a carência de estabelecimentos industriais e a tradição agrícola municipal e regional. Fatores esses, que a nosso ver não constituem e não sustentam um processo de desenvolvimento regional, mas andam em sentido oposto.

Configurou-se, assim, um processo de concentração fundiária, de esgotamento da fronteira agrícola, de exclusão e diferenciação social, de intenso fluxo migratório em uma região de pleno desenvolvimento agrícola. Isso nos leva a discutir, ainda que superficialmente, por não se tratar do foco deste trabalho de pesquisa, um processo

interessante de resistência e mobilização política dos agricultores frente aos processos de exclusão a que estavam submetidos.

3.6.2 Resistência, protesto e mobilização política dos agricultores familiares.

Nesta seção pretende-se demonstrar, ainda que muito superficialmente, que a mobilização política no Alto Uruguai está relacionada ao solapamento das condições objetivas de reprodução social e econômica dos agricultores familiares, levando-os à “luta pela terra”. A problemática é amplamente discutida pela literatura (Navarro *et alii.*; 1996; Navarro *et alii.*, 1999; Gehlen, 1983). Por isso, não nos aprofundaremos em relação ao assunto, simplesmente demonstraremos que a organização e mobilização política dos agricultores familiares foram fundamentais para a reprodução e fortalecimento da agricultura familiar na região de estudo.

Para Gehlen (1983), estudioso das questões agrárias no Rio Grande do Sul:

Os movimentos sociais pela terra sempre ocorrem em períodos e em lugares onde, quer pela falta, quer pela desigualdade na distribuição da terra para o uso produtivo e garantia de subsistência para reprodução biológica e social, não responde mais às necessidades e demandas da população, gerando tensões e conflitos. O Alto Uruguai é o palco principal de condensação e eclosão desses conflitos. São lutas de conquista para a maioria e de reconquista para outros, foram aqueles que, pauperizados, perderam suas terras (p. 129).

Neste sentido, é importante reforçar que no Alto Uruguai, principalmente a partir da década de 1970, criam-se condições objetivas para a resistência e mobilização dos agricultores frente à iminentes indícios de exclusão e expropriação das condições objetivas de reprodução social, como o fechamento da fronteira agrícola, a mecanização e a sua própria precarização da força de trabalho. Cria-se assim uma tensão social frente à necessidade de melhoria das condições de vida, que para muitos agricultores somente é possível mediante a mobilização política.

A pauperização é, portanto, um reflexo do solapamento das estratégias sociais de reprodução de uma região de pleno desenvolvimento agrícola. Por isso, concordamos com Navarro *et alii.* (1999), de que junto às pequenas propriedades das zonas coloniais, a pressão demográfica e o fechamento da fronteira agrícola no estado, inviabilizaram o acesso a terra pelos filhos dos colonos, particularmente no Alto Uruguai, criando condições precárias de reprodução social.

Durante as entrevistas, constatamos que a precarização das condições sociais e econômicas de reprodução, no que diz respeito à pressão demográfica e o fechamento da fronteira agrícola, também parecem estar associadas às mudanças nas condições de trabalho e ao processo de concentração fundiária. Muitos agricultores relataram que face à iminente exclusão sociais muitas famílias viram na mobilização política, na “luta pela terra”, a possibilidade de resistir à expropriação.

Não tinha onde planta. Moravam nuns cantinhos, numas ladeiras, numas terras acidentadas, não tinha mais como tirar o sustento da família. Era melhor ir pra baixo de um barraco (Entrevista n° 9).

Era devido as necessidade mesmo. Era gente que realmente necessitavam ganhar terra para conseguir terra (...). Tinha famílias aí com 3, 4, 5 filhos e nem terra não tinham (Entrevista n° 1).

De acordo com Rückert *et alii.* (1999) e Navarro *et alii.* (1999), na região de estudo, particularmente nos arredores do município de Ronda Alta, surgiram, entre 1962 e 1992, nada menos que 14 assentamentos de reforma agrária. A maioria deles surgiram nos anos 1980, período das transformações técnico-produtivas mais intensas e onde o acesso à terra pela via da reforma agrária passa a ser uma possibilidade real. Os próprios agricultores nos relataram que inúmeras famílias da Três Palmeiras foram literalmente obrigadas a buscar na mobilização política uma estratégia de acesso à terra.

Esse pessoal de Três Palmeiras fizeram parte dos acampamentos do Natalino, da Anoni, fazenda Brilhante, Macali. Então, a grande maioria saiu daqui, saiu de Três Palmeiras. Moravam na Linha Pinheiro, Linha Cachoeira, Linha Nova, era gente com 2, 5, 8 hectares (Entrevista n° 13).

Nós ingressamos no “movimento” para conseguir terra. Não tinha outro jeito (Entrevista n° 16).

Observa-se pelos relatos que a exclusão que atinge os agricultores a partir da década de 1970, se aprofundando nos anos 1980, faz do Alto Uruguai um território de mobilização política e de “luta pela terra”. Para estes agricultores, a mercantilização trouxe a precarização e o solapamento das condições materiais e objetivas de reprodução, uma vez que o padrão agrícola de desenvolvimento regional demonstrava a sua incapacidade de proporcionar um processo de desenvolvimento capaz de proporcionar a maioria da população plenas condições de reprodução social, material e demográfica.

CAPÍTULO 4

REALIDADES E PERSPECTIVAS DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS-RS.

Após analisar as transformações e as estratégias de reprodução da agricultura familiar no Alto Uruguai a partir da modernização da base tecnológica, que a levou a um processo de crescente mercantilização social e econômica busca-se, neste capítulo, identificar e analisar quais estratégias de reprodução individuais e coletivas estão viabilizando a reprodução social, material e demográfica desta forma social de trabalho e produção. Neste sentido, trata-se de um esforço analítico de identificar que tipo de agricultura familiar resultou após décadas de transformações estruturais, acentuando o processo de diferenciação social e econômica, sustentado pelo desenvolvimento de um padrão agrícola de produção extremamente excludente e concentrador. Não obstante, as transformações estruturais não significaram a superação das formas familiares de trabalho e produção na agricultura do Alto Uruguai. Ao contrário, a mercantilização social e econômica fez da agricultura familiar a principal forma social de trabalho e produção na região de estudo, ainda que tenha ocasionado impactos negativos, como a concentração fundiária, a precarização das condições de trabalho e um intenso processo migração.

Neste sentido, o objetivo é identificar as atuais estratégias de reprodução social da agricultura familiar mercantilizada de Três Palmeiras e como estas estratégias estariam, de fato, viabilizando a reprodução social, material e demográfica dos indivíduos e das famílias. Assim, a análise dos dados empíricos procura privilegiar a materialização dos processos sociais atuais de transformação na agricultura familiar de Três Palmeiras a partir da compreensão dos processos de mercantilização e diferenciação social e econômica.

A identificação e análise das estratégias de reprodução que levam a uma crescente mercantilização e diferenciação social dos e entre os agricultores familiares é de fundamental importância ao entendimento dos condicionantes que envolvem a reprodução da agricultura familiar numa economia e sociedade de mercado. Ou seja, procurar-se-á demonstrar que a agricultura familiar de Três Palmeiras historicamente tem feito do padrão agrícola de

produção a sua via de desenvolvimento. E isso, como se procurou demonstrar no capítulo anterior, torna a agricultura altamente dependente de novas tecnologias, de crédito e escalas de produção.

No estudo das estratégias de reprodução da agricultura familiar analisa-se as características internas, como as sócio-demográficas, a estrutura fundiária, as formas de acesso à terra, a disponibilidade de mão-de-obra, o nível tecnológico, entre outras. No que diz respeito às relações da agricultura familiar com o ambiente social e econômico, busca-se analisar a própria mercantilização, através da especialização produtiva, os vínculos mercantis, a necessidade de crédito, assistência técnica, as políticas públicas, questões relacionadas às rendas, entre outras.

A escolha do município de Três Palmeiras se insere em uma discussão mais ampla que tem como objetivo principal analisar a dinâmica da reprodução social da agricultura familiar em diferentes regiões do Rio Grande do Sul³⁰. Neste sentido, este estudo faz parte de uma discussão teórico-analítica que procura analisar a reprodução social da agricultura familiar num ambiente mercantilizado. A escolha do município se justifica por este ser representativo de um processo histórico de formação e evolução da agricultura familiar num contexto mais amplo, o Alto Uruguai.

No entanto, as análises restringem-se ao reconhecimento e entendimento das estratégias de reprodução da agricultura familiar de Três Palmeiras no período recente. Neste capítulo, inicialmente apresentaremos a metodologia utilizada na coleta dos dados empíricos, fundamental para pesquisas amostrais. Em seguida, faremos uma breve caracterização sócio-demográfica da agricultura familiar de Três Palmeiras, ou seja, reconhecer nossos interlocutores, os agricultores familiares. Após, analisaremos as bases materiais em que se dá a reprodução da agricultura familiar, como, por exemplo, o acesso à terra e capital disponível. Finalmente, busca-se analisar os processos de mercantilização e diferenciação social. À luz destas transformações, analisa-se as perspectivas futuras da agricultura familiar de Três Palmeiras, a partir das possibilidades e restrições a que as famílias se vêem defrontadas, como o nível de satisfação em relação à atividade agrícola, o esvaziamento demográfico entre outras.

Neste sentido, busca-se analisar o imbricado processo que envolve a definição das estratégias que sustentam o processo de reprodução social da agricultura familiar. Procura-se

³⁰ Projeto de pesquisa Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade. Esta pesquisa conta com o apoio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da Chamada para Apresentação de Projetos em C&T em apoio à Agricultura Familiar – 2001.

ir além da simples compreensão de aspectos econômicos e produtivos, analisando-as como resultado de escolhas individuais e coletivas em função das possibilidades e restrições que os indivíduos e as famílias se vêem defrontados.

4.1 Metodologia da pesquisa de campo em Três Palmeiras.

Como já apontamos na introdução deste trabalho, este estudo de caso se insere em uma discussão mais ampla sobre a dinâmica da agricultura familiar gaúcha. Neste sentido, a escolha do município de Três Palmeiras obedeceu a critérios relacionados a características históricas, sociais e econômicas através das dinâmicas locais e territoriais em diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Assim, na região do Alto Uruguai, respeitando as características sociais, econômicas e históricas que marcaram a formação, evolução e desenvolvimento da agricultura familiar naquele território, escolheu-se o município de Três Palmeiras como estudo de caso representativo da dinâmica regional.

A metodologia da pesquisa de campo se constituiu na aplicação de 59 questionários semi-estruturados (Anexo 1) e 23 entrevistas com roteiro pré-definido (Anexo 2). Em relação às entrevistas, o objetivo principal foi, além de buscar informações qualitativas sobre a trajetória de vida dos agricultores familiares, informações recentes sobre questões sociais, econômicas, culturais e políticas que diretamente dizem respeito às atuais estratégias de reprodução da agricultura familiar de Três Palmeiras.

Para reconhecer e diferenciar a agricultura familiar das demais formas de trabalho e produção existentes no meio rural de Três Palmeiras foram utilizadas, de forma resumida, as quatro seguintes características: **1)** unidade de produção: aspecto central e diferenciador desta atividade em relação aos outros setores econômicos; **2)** grupo doméstico (parentesco + consangüinidade): grupo de pessoas que compartilha entre si um mesmo espaço e está ligado por laços de parentesco e consangüinidade; **3)** unidade de residência: característica que faz com que os indivíduos pertencentes a uma mesma família compartilhem entre si o local de residência e; **4)** unidade de consumo: família que produz e trabalha em regime de economia familiar, ou seja, onde todos os membros a ela pertencentes devem trabalhar, nas mais variadas atividades e, com isso, ajudar a viabilizar o sustento material e alimentar do grupo.

Estas definições permitem analisar a dinâmica interna e externa de funcionamento das unidades de produção familiares, compostas por uma unidade doméstica e uma unidade produtiva, que interagem e funcionam de modo indivisível. A separação entre unidade de

produção e unidade doméstica trata-se de um recurso analítico que permite melhor observar determinadas características do ambiente familiar e do ambiente social e econômico de interação da agricultura familiar.

Definida conceitualmente nossa *unidade de análise*, passamos a estabelecer os contatos prévios à aplicação dos questionários. Este estudo exploratório se constituiu por visitas que foram agendadas junto ao escritório municipal da Emater e a Secretaria Municipal de Agricultura para que pudéssemos manter um primeiro contato com a realidade social e econômica local. Nestas visitas fizemos as primeiras tratativas da metodologia que seria utilizada para aplicação dos questionários, sendo de fundamental importância a acolhida e o apoio logístico que nos foi dispensado pela comunidade local como um todo, o que para nós se tratava de uma garantia da fidelidade do processo de amostragem utilizado (Tabela 17)

A partir das definições conceituais e da exposição da proposta metodológica, apresentada a seguir, foi necessário o reconhecimento preciso do número total de estabelecimentos existentes no município de Três Palmeiras a fim de estabelecermos o tamanho da nossa amostra. A opção foi a de privilegiar um número de entrevistas que ficasse em torno de 10% a 15% do total dos estabelecimentos existentes em cada município, significando um número aproximado de 60 entrevistas, pois conforme os dados fornecidos pelo escritório municipal da Emater e Secretaria Municipal da Agricultura, existiam em torno de 580 estabelecimentos rurais em todo o município. Este critério, não aleatório, foi adotado em função de custos e tempo necessário e da impossibilidade de se visitar o universo total de unidades familiares de produção do município.

Tendo definido o tamanho da amostra (60 questionários), adotamos a amostragem aleatória sistemática por comunidade/localidade para definir quem seriam, do conjunto da população, os agricultores familiares entrevistados. A literatura define este processo amostral como uma pesquisa amostral probabilística³¹. Da proposta original de 60 questionários, foram aplicados 59, num percentual de 10,17% do universo.

A vantagem do método de Amostragem Sistemática por comunidade é que a aleatoriedade fica mantida e todas as comunidades acabam entrando na amostra, algo que não seria garantido se a amostragem fosse apenas sistemática para todo o município (poderia acontecer de saltar uma pequena comunidade inteira). Portanto, o sorteio ocorre em todas as comunidades e não somente para toda a amostra. Além disso, o intervalo sistemático válido é o de cada comunidade, que difere dependendo do tamanho desta.

³¹ MATTAR, F. N. Pesquisa de Marketing – Ed. compacta – 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

A Tabela 17 apresenta de forma detalhada a amostragem aleatória sistemática por comunidade³² e quem foram, por comunidade, os agricultores familiares entrevistados.

Tabela 17: Cálculo da amostragem por comunidade para o município de Três Palmeiras.

Comunidades	Nº famílias	% (10,34)	nº	Intervalo	1º sorteado	Famílias por comunidade
Vista alegre	45	4,6	5	9	4	4,13,22,31,40
Cachoeira	72	7,4	7	10	1	1,11,21,31,41,51,61
Pinheiro	95	9,8	10	9	5	5,14,23,32,41,50,59,68,77,86
Progresso vila	90	9,3	9	10	5	5,15,25,35,45,55,65,75,85
Progresso linha	16	1,6	2	8	7	7,15
Nova	49	5,0	5	10	1	1,11,21,31,41
Fortaleza	48	4,9	5	10	8	8,18,28,38,48
Pipiri	37	3,8	4	9	9	9,18,27,36
Caneleira	22	2,2	2	11	11	11,22
Tabuão	36	3,7	4	9	5	5,14,23,32
São João	32	3,3	3	11	4	4,15,26
São Paulo	38	3,9	4	9	2	2,11,20,29
Total	580	59,9	60	-	-	60

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura e Emater.

As informações e dados obtidos através da aplicação dos questionários semi-estruturados referem-se ao ano agrícola compreendido entre setembro de 2001 a agosto de 2002. Os indicadores sócio-econômicos, bem como as frequências, foram obtidas através do software SPSS (Statistical Package for Social Sciencies).

³² Após identificadas as comunidades e o número de famílias em cada uma delas, calculou-se proporcionalmente, quantos questionários seriam feitos em cada comunidade. Para se ter o intervalo, dividiu-se N/n e a partir daí sortear um número dentro deste intervalo. Quanto ao primeiro morador entrevistado, em se tratando de uma amostragem sistemática, o importante foi utilizar um processo de aleatoriedade. O método utilizado foi o sorteio através do comando *aleatórioentre* (x;z) do MS-Excel. O número aleatório foi gerado para cada comunidade e, a partir deste, saltado o intervalo calculado para cada comunidade. Por este procedimento sorteamos todas as famílias do início ao fim de cada comunidade.

4.2 Caracterização sócio-demográfica da agricultura familiar de Três Palmeiras.

A caracterização sócio-demográfica da agricultura familiar de Três Palmeiras tem como objetivo apresentar alguns aspectos importantes relacionados ao ambiente familiar. Busca-se, entre outros aspectos, analisar a dinâmica demográfica, através da idade do chefe do estabelecimento e do número de membros de cada família. A escolaridade e a religião também são aspectos contemplados neste item. Neste sentido, far-se-á uma caracterização sócio-demográfica do público alvo, os agricultores familiares de Três Palmeiras.

No que se refere a idade do chefe das unidades familiares, os dados da Tabela 18 indicam que o percentual mais significativo, 39% do total, situa-se na faixa etária entre 51 e 60 anos de idade. Se tomarmos como referência os chefes de estabelecimento com mais de 51 anos de idade, verifica-se que estes representam 52,5% do total. Portanto, pode-se considerar que em mais de 50% dos estabelecimentos os chefes tinham uma idade relativamente avançada. No capítulo 3 vimos que o padrão agrícola de produção foi o principal responsável pelas intensas migrações, bem como pelas mudanças nas formas de ocupação, resultando na migração principalmente da população jovem. Isso talvez explique porque apenas 15,3% dos chefes das unidades familiares se encontrem no estrato entre 27 e 40 anos de idade. Podemos considerar, portanto, que não são os jovens que estão à frente das unidades familiares de produção no município de Três Palmeiras.

Tabela 18: Idade do chefe do estabelecimento no município de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Estratos	Nº	%	% Acumulado
27 a 40 anos	9	15,3	15,3
41 a 50 anos	19	32,2	47,5
51 a 60 anos	23	39,0	86,4
> 61 anos	8	13,6	100
Total	59	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Num primeiro momento isto indicaria um processo de envelhecimento da população rural, o que corroboraria aos trabalhos de Abramovay *et alii.* (2001) em relação à agricultura familiar de Santa Catarina. Não obstante, conforme verificamos *in loco*, isso não era imperativo ao pleno desenvolvimento das atividades produtivas, uma vez que a mecanização havia avançado substancialmente sobre as fases do processo produtivo, como plantio, controle de pragas e colheita, mesmo entre os agricultores familiares que não conseguiram adquirir

novas tecnologias. Em relação a estes agricultores, era corrente recorrer à contratação de serviços de máquinas como uma forma de compensar a falta de tecnologias e mão-de-obra na própria família. Em alguns casos, o que de fato se verificou em função da idade relativamente avançada dos chefes dos estabelecimentos não foi um comprometimento das atividades produtivas *stricto sensu*, mas problemas relacionados à própria sucessão patrimonial, uma vez que, na maioria dos casos, os filhos mais velhos haviam migrado e os mais novos demonstravam pretensão a estudar.

Não obstante, reconhece-se que não se pode avançar suficientemente em interpretações sobre o trabalho e sucessão patrimonial apenas com informações sobre idade dos chefes dos estabelecimentos. Há outros aspectos que devem ser considerados, como discutir as questões que envolvem a prestação de serviços de máquinas e equipamentos agrícolas entre os agricultores e até mesmo a produção para autoconsumo, que como veremos é elevada. Estes aspectos poderiam estar associados, de um lado, a um menor esforço físico e, de outro, à impossibilidade de obter grandes volumes de produtos, fazendo da satisfação das necessidades familiares o principal objetivo. Isso nos leva a discutir o tamanho das famílias.

Outra informação importante sobre as características sócio-demográficas das unidades familiares de trabalho e produção refere-se ao número total de membros das famílias. Verifica-se, de acordo com a Tabela 19, que a maioria das famílias era composta, no ano agrícola de referência, por 4 ou 5 membros, representando, respectivamente 27,1% e 25,4% do total. No entanto, cabe destacar o percentual de famílias compostas por 2 ou 3 pessoas, que somado representa 30,5% do total. Deste modo, pode-se considerar que na sua maioria eram famílias pequenas, geralmente compostas pelo casal e mais um ou dois filhos. Poucas foram as famílias encontradas com mais de 6 membros, representando apenas 13,6% do total.

Tabela 19: Número de pessoas residentes por estabelecimento no município de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Nº de pessoas por família	Nº famílias	%	% Acumulado
1 pessoa	2	3,4	3,4
2 pessoas	10	16,9	20,3
3 pessoas	8	13,6	33,9
4 pessoas	15	25,4	59,3
5 pessoas	16	27,1	86,4
6 pessoas	7	11,9	98,3
9 pessoas	1	1,7	100
Total	59	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Ao contrário da agricultura colonial, onde eram facilmente encontradas famílias com 8, 10 ou mesmo 12 filhos, na agricultura familiar mercantilizada de Três Palmeiras o número médio de pessoas por família é de 4,02.

No entanto, o que de fato cabe destacar, é que a especialização dos sistemas de cultivo fez com os agricultores estabelecessem uma espécie de “corrida tecnológica”, onde famílias cada vez menores passaram a produzir volumes sempre maiores de produção³³. Esta nova realidade demográfica e produtiva nos foi relatada pelos agricultores através da comparação entre a composição demográfica das famílias na agricultura colonial com a agricultura familiar mercantilizada, conforme se observa no relato abaixo:

A gente usa a tecnologia porque não tem força de trabalho manual. Falta gente, não tem como vencer o serviço. A gente tem bastante lavoura e fica mais fácil. Antigamente tinha menos lavoura e as famílias eram maiores. Tinha família com 7, 8, 10 pessoas. Hoje em dia as famílias são menores, tem menos gente na agricultura. A juventude só gosta da lavoura se for em cima de uma máquina. Aqui, antes de começarem a usar as máquinas, o veneno era a tramontina³⁴. Isso durou pouco tempo e logo acabo. Não deu certo (Entrevista nº 6).

De fato, fica evidente pelo relato do agricultor que o progresso tecnológico representou até mesmo uma mudança na composição demográfica das famílias que não mais precisam de muitos braços para desenvolver as atividades produtivas. Enquanto a agricultura colonial demandava bastante mão-de-obra para o cultivo de áreas relativamente pequenas, na agricultura familiar, famílias pequenas conseguem tornar produtivas grandes áreas de terra.

Neste sentido, parece haver não só uma diferenciação importante na composição demográfica das famílias da agricultura colonial em relação à agricultura familiar bem como nos aspectos produtivos, já que famílias menores e comandadas por chefes com idade relativamente elevadas, particularmente acima de 50 anos, sem que isso repercuta no sentido de comprometer as atividades produtivas. Isso acaba revelando uma transformação importante na forma familiar de trabalho e produção que acentua a própria diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares.

Outro aspecto importante em relação à caracterização sócio-demográfica da agricultura familiar de Três Palmeiras é o grau de escolaridade do chefe do estabelecimento. Conforme os dados da Tabela 20, merece destaque o fato de que 76,3% possuem no máximo a 4ª série incompleta, equivalente ao atual ensino fundamental. De acordo com os próprios agricultores, o fato da maioria deles ter um baixo nível de instrução se deve

³³ Este aspecto será melhor analisado no decorrer do capítulo.

³⁴ Na linguagem dos agricultores, a tramontina significa a enxada, instrumento utilizado para realizar a capina, mas com a utilização de defensivos, foi praticamente abandonada pelos agricultores.

fundamentalmente às questões ligadas a necessidade de mão-de-obra na agricultura colonial, impedindo que freqüentassem as escolas por mais tempo. Por isso, talvez apenas 23,7% dos chefes dos estabelecimentos tinham 5 ou mais anos de instrução e destes, apenas 1,7% tinham o segundo grau ou nível técnico completo, equivalente ao atual ensino médio. Também merece destaque o significativo percentual de chefes de estabelecimentos que eram analfabetos ou apenas sabiam ler e escrever, representando 10,2% do total.

Tabela 20: Escolaridade do chefe do estabelecimento no município de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Escolaridade	Nº	%	% Acumulado
Analfabeto	4	6,8	6,8
Apenas lê e escreve	2	3,4	10,2
1ª a 4ª série completo	17	28,8	39,0
1ª a 4ª série incompleto	22	37,3	76,3
5ª a 8ª série completo	6	10,2	86,4
5ª a 8ª série incompleto	5	8,5	94,9
2º grau completo	1	1,7	96,6
2º grau incompleto	1	1,7	98,3
Nível técnico	1	1,7	100
Total	59	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Não obstante, considera-se que o nível de escolaridade baixo não é sinônimo de uma agricultura familiar fragilizada. O que de fato ocorre, e isso ficou perceptível quando a entrevista envolvia toda a família, é que a busca de estudo é uma condição fundamental para os jovens rurais. Neste sentido, uma vez que a agricultura não mais estaria absorvendo esta mão-de-obra, estes necessitam buscar emprego no meio urbano, que sabidamente tem exigido graus de instrução sempre maiores. Portanto, se na agricultura colonial a principal preocupação era dotar os filhos com terra, na agricultura familiar mercantilizada isso não é mais possível para a maioria dos agricultores, seja pela inexistência de novas áreas seja pelo seu alto valor. Isso tem levado os jovens a buscar estudos nos centros urbanos como forma de garantir a sua reprodução social. Pode-se tomar isso como uma das causas da queda da população rural e crescimento da população urbana dos municípios do Alto Uruguai, conforme se viu na Tabela 15.

Além da escolaridade e idade dos chefes dos estabelecimentos, bem como do número de pessoas por estabelecimento, a pesquisa de campo possibilitou o conhecimento de outro aspecto da vida familiar e social desses indivíduos. Neste sentido, buscou-se agregar informações sobre a religião. Em relação às crenças religiosas praticadas pelas famílias,

verifica-se uma predominância (71,2%) da religião Católica em relação às demais, ainda que a religião Evangélica seja praticada por 23,7% das famílias. As demais crenças religiosas, Pentecostal e Outras, eram praticadas por apenas 5,1% das famílias (Tabela 21).

Tabela 21: Principal religião entre os membros das famílias de agricultores familiares no município de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Religião	Nº	%	% Acumulado
Católica	42	71,2	71,2
Evangélica	14	23,7	23,7
Pentecostal "crentes"	2	3,4	3,4
Outro	1	1,7	1,7
Total	59	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

A relativa homogeneidade religiosa está relacionada ao processo de instalação dos descendentes de imigrantes de origem alemã e italiana que se dirigiam das colônias velhas para formar as colônias novas no Alto Uruguai. Assim, conforme Roche (1969), enquanto nas colônias velhas o processo de instalação dos imigrantes favoreceu a manutenção da homogeneidade religiosa, uma vez que dificilmente católicos e protestantes conviviam em uma mesma área de colonização, nas colônias mistas do Alto Uruguai os colonos assentados, por terem origens étnicas diferentes, também as crenças religiosas não eram as mesmas³⁵.

4.3 Os meios de produção: terra, capital e trabalho na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Quando se analisam as condições de reprodução social e econômica da agricultura familiar é de fundamental importância o reconhecimento dos meios e fatores de produção fundamentais à realização das atividades produtivas. Em relação a isso, o acesso à terra, a mão-de-obra disponível e os equipamentos e instrumentos utilizados nas atividades produtiva, que por sua vez identificam a base tecnológica do empreendimento agropecuário, são condicionantes que envolvem o processo de reprodução da agricultura familiar. Neste sentido,

³⁵ O DRM (2002) do município de Três Palmeiras indica que atualmente entre os moradores do município predominam os de sobrenome de origem italiana, com aproximadamente 50% do total, seguido dos luso-brasileiros com 38%, alemães 10% e poloneses 2%. Ou seja, a diversidade étnica parece acompanhar a diversidade de crenças religiosas existentes entre os agricultores familiares do município.

são elementos fundamentais para se reconhecer e analisar o modo de funcionamento das unidades que operam com base no trabalho familiar.

Um dos aspectos essenciais refere-se à forma de acesso à terra pelos agricultores familiares. Cabe destacar que o acesso à terra através da divisão dos lotes entre os herdeiros, sempre se constituiu uma importante estratégia de reprodução da agricultura colonial. No entanto, isso estava intimamente associado ao próprio avanço da fronteira agrícola. No Alto Uruguai, a partir do momento que as terras passam a se tornar escassas, criam-se algumas das condições para a mudança nas formas de acesso à terra. Conforme demonstramos no capítulo 3, a especialização produtiva e o crescente processo de mercantilização da agricultura familiar estariam condicionando o acesso à terra quase exclusivamente através da compra. Ou seja, o Alto Uruguai passaria a ser palco de um processo de mercantilização do solo agrícola.

Analisando os dados da Tabela 22, percebe-se claramente que os padrões de herança mudaram, uma vez que o acesso à terra pelos atuais agricultores familiares de Três Palmeiras deu-se principalmente através da compra. Ou seja, apenas 8,5% dos agricultores familiares de Três Palmeiras tiveram a cesso à terra exclusivamente por herança. Já a herança mais compra, seja de parentes ou de terceiros, foi a forma de acesso à terra para 32,3% do total de agricultores familiares. A evidência clara de que os padrões de herança mudaram é justamente o elevado percentual (61,0%) dos agricultores cuja forma de acesso deu-se através da compra.

Os dados da Tabela 22 oferecem uma comprovação empírica da mudança substancial na forma de acesso à terra na agricultura familiar de Três Palmeiras. Trata-se de uma dificuldade objetiva, principalmente para os jovens rurais, já que o agricultor necessita de recursos monetários importantes para viabilizá-la, o que nem sempre é possível obter com as rendas obtidas pelas atividades agropecuárias, conforme veremos.

Tabela 22: Formas de acesso à terra pelos agricultores familiares de Três Palmeiras.

Acesso à terra	N	%	% Acumulado
Somente herança	5	8,5	8,5
Herança + compra de parentes	2	3,4	11,9
Herança + compra de terceiros	9	15,3	27,2
Herança + compra de parentes + compra de terceiros	3	5,1	32,3
Total Herança	19	32,3	32,3
Compra de parentes	3	5,1	37,4
Compra de parentes + compra de terceiros	3	5,1	42,5
Compra de terceiros	30	50,8	93,3
Total compra	36	61,0	93,2
Outra	4	6,8	100
Total	59	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Assim, o que antes era uma garantia possibilitada pelo ambiente familiar tornou-se mais um fator diferenciador dos agricultores no ambiente social e econômico. No município de Três Palmeiras o acesso à terra é importante, pois é através deste traço que se estabelecem as condições objetivas de reprodução social, pois possibilita o acesso às novas tecnologias, às políticas de crédito e financiamento e a manutenção dos filhos junto ao grupo doméstico. No entanto, segundo os próprios agricultores, o que estaria acontecendo é um processo que justamente cria ainda mais dificuldades para os agricultores descapitalizados agregarem novas áreas de terra as que já possuem, favorecendo a concentração fundiária. O relato abaixo é esclarecedor deste processo:

Começou a falta terra faz mais de quinze anos. Agora está mais difícil ainda. Tão pagando bastante e os “tubarões” estão tomando conta. Pra um colono comprar meia colônia de terra aqui hoje não é fácil. O que tem os granjeiros tão tomando conta. Eles tão comprando terra, pagando mais do que vale, mas tão comprando. Aqui ao redor não tem terra pra venda. Daí os pequenos vão ficando pra trás. O preço da terra subiu bastante. Vender é fácil, mas pra comprar não é fácil (Entrevista n° 7).

O que se depreende do relato é que os agricultores mais capitalizados estão se valendo de sua melhor condição econômica para comprar as terras daqueles agricultores em processo de exclusão social. Assim, as mudanças nos padrões de herança podem ser compreendidas como um dos reflexos das metamorfoses da agricultura familiar.

O fundamental é o reconhecimento de que a mercantilização do solo agrícola acaba incentivando a concentração fundiária e a diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares.

No município de Três Palmeiras, um aspecto fundamental ao entendimento das condições objetivas de reprodução da agricultura familiar é o reconhecimento da sua estrutura fundiária. Verifica-se através da Tabela 23, que a maioria dos agricultores familiares caracteriza-se pela posse de pequenos estabelecimentos, pois 72,9% das propriedades situam-se na faixa de até 20 ha, sendo que 30,5% possuíam propriedades variando entre 11 a 15 ha e 23,7% abaixo de 10 ha. O trabalho de campo nos permite considerar que estas propriedades além de ter chegado ao seu limite em relação à possibilidade de fracionamento, são justamente aquelas incorporadas às propriedades maiores através da compra.

Tabela 23: Estrutura fundiária dos agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Área (ha)	Nº	%	% Acumulado
< 10	14	23,7	23,7
11 a 15	18	30,5	54,2
16 a 20	11	18,6	72,9
21 a 50	7	11,9	84,7
> 51	9	15,3	100
Total	59	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

A Tabela 23 demonstra ainda que 27,2% das unidades familiares são maiores do que 21 ha, sendo significativo o percentual (15,3%) acima de 51 ha. Justifica-se, portanto, que a média encontrada tenha sido de 22,4 ha. Uma média acima do limite superior da maioria dos estabelecimentos (72,9%) pode ser considerado um indicativo do processo de concentração fundiária e de diferenciação social, pois os estabelecimentos menores, como se demonstrou na Tabela 11, estariam diminuindo consideravelmente em favor dos estabelecimentos maiores, que justamente estariam incorporando as pequenas unidades de produção. Enquanto em 1995 os estabelecimentos com mais de 50 ha representavam 7,6% do total, no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002 representavam 15,3% do total. Já os estabelecimentos de até 10 ha, que em 1995 representavam 32,5% do total, representam agora 23,7%. Trata-se de um indicativo de que a concentração fundiária estaria ocorrendo através da incorporação dos estratos inferiores (de até 10 ha) pelos estratos superiores (particularmente acima de 50 ha).

Outro indicador importante no que se refere à estrutura fundiária é disponibilidade de superfície agrícola útil (SAU), que é a área efetivamente explorada no estabelecimento.

Superfície Agrícola Útil [SAU]

A Superfície Agrícola Útil (SAU) corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola efetivamente explorada com atividades agrícolas, ou seja, a Superfície Total (ST) da unidade de produção agrícola menos as áreas improdutivas ou que não estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola.

Antes de analisarmos a Tabela 24, gostaríamos de destacar que a SAU média entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de referência desta pesquisa era de 19,15 ha. Se a área média dos estabelecimentos era de 22,4 ha, isso significa que praticamente toda a Superfície Total (ST) da unidade de produção estaria sendo explorada pelas atividades

agropecuárias. A possibilidade de avanço sobre novas áreas produtivas é um forte indicativo da necessidade de obter índices crescentes de produtividade da terra e do trabalho, o que torna a agricultura familiar de Três Palmeiras cada vez mais intensiva no uso dos fatores de produção.

De acordo com a Tabela 24, 74,6% dos agricultores familiares de Três Palmeiras exploram uma SAU de até 20 ha, percentual muito próximo aos 72,9% dos estabelecimentos que tinham uma área total de até 20 ha (Tabela 23). Os percentuais também são equivalentes aos estabelecimentos com mais de 21 ha e SAU também acima deste valor.

Tabela 24: Estratos de Superfície Agrícola Útil (SAU) entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

SAU (ha)	Nº	%	% Acumulado
0 a 10	25	42,3	42,3
11 a 20	19	32,2	74,6
21 a 50	8	13,5	88,1
> 50	7	11,9	100
Total	59	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Os dados da Tabela 24 permitem considerar que a agricultura familiar de Três Palmeiras explora a maior área produtiva possível em relação à área total, fazendo desaparecer quase por completo outras formas de uso do solo, como florestas e áreas produtivas não utilizadas. A exploração quase total da área do estabelecimento, como resultado do avanço da soja, trouxe impactos negativos para o meio ambiente, como a quase extinção da cobertura florestal. Não obstante a transformação da cobertura florestal em áreas produtivas, uma das principais preocupações existentes entre os agricultores são justamente os problemas de saúde decorrentes da utilização indiscriminada de defensivos químicos, e isso fica evidente no relato abaixo:

Se não tivesse a tal de soja teria mais mato. Hoje quase só tem lavoura de soja (...) Se derrubou muito mato pra plantar soja. Aqui mesmo era puro mato, colônias e colônias. Aqui do lado, tinha duas colônias que não davam dois hectares sem mato, mas mato fechado, hoje é tudo lavoura. Isso faz uns vinte anos atrás. Naquela época deu a febre de soja, e pra plantar soja se derrubava o mato (...) O que a gente acha hoje em dia que não faz bem é o veneno usado na lavoura. Contamina a água, a saúde. A gente não tem mais a saúde que tinha uma vez (Entrevista número 6).

Nota-se, que o uso indiscriminado de insumos e fertilizantes químicos preocupa os agricultores justamente em função de que estaria comprometendo a saúde dos membros da família. Isso torna-se de fato uma preocupação, uma vez que a média de pessoas por

estabelecimento é de 4,02. Neste sentido, se, de um lado, a utilização de modernas tecnologias tem permitido uma baixa utilização de mão-de-obra, de outro, tem trazido problemas graves, como a contaminação da água e da saúde dos agricultores, uma vez que as nascentes e as residências são próximas das lavouras.

Outra informação importante sobre os meios de produção refere-se à relação entre a superfície da área utilizada (SAU) e o uso da força de trabalho necessária para realizar as atividades, as Unidades de Trabalho Homem (UTH). As UTH são a soma das Unidades de Trabalho Homem Agrícola Total (UTHagt), (quantidade de mão-de-obra utilizada nas atividades agrícolas, seja ela familiar ou contratada), das Unidades de Trabalho Homem Agrícola Familiar (UTHagf), (quantidade de mão-de-obra familiar utilizada nas atividades), e das Unidades de Trabalho Homem Familiar Total (UTHft), (somatório da mão-de-obra familiar, seja ela agrícola ou não-agrícola).

Unidade de Trabalho Homem [UTH]

A Unidade de Trabalho Homem (UTH) corresponde à unidade de medida utilizada para mensurar a quantidade de trabalho. Uma UTH equivale a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias de uma pessoa adulta, ou seja, entre 18 e 59 anos.

A Tabela 25 indica, no que tange as UTHagf, que a maioria dos estabelecimentos (66,1%) utilizava até 3 UTHagf. Essa constatação vai ao encontro da média de pessoas por estabelecimento, que foi de 4,02. Com base nestas informações, pode-se afirmar que a maioria das unidades entrevistadas era composta pelo casal e mais um ou dois membros. Contudo, também se deve registrar que há uma proporção considerável de estabelecimentos com uma disponibilidade maior de força de trabalho, como é o caso, particularmente, dos 20,3% que dispõem entre 3,1 e 4 UTHagf. Pequeno é o percentual (13,6%) dos estabelecimentos que dispõem de mais de 4,1 UTHagf para execução dos trabalhos.

Tabela 25: Unidades de Trabalho Agrícola Familiar (UTHagf), Agrícola Total (UTHagt) e Familiar ou Total (UTHf) encontradas na agricultura familiar de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Estratos	UTH agrícola familiar			UTH agrícola total			UTH familiar/total		
	Nº	%	% Acum.	Nº	%	% Acum.	Nº	%	% Acum.
0 a 1	3	5,1	5,1	2	3,4	3,4	3	5,1	5,1
1,1 a 2	18	30,5	35,6	18	30,5	33,9	14	23,7	28,8
2,1 a 3	18	30,5	66,1	16	27,1	61,0	20	33,9	62,7
3,1 a 4	12	20,3	86,4	14	23,7	84,7	14	23,7	86,4
4,1 a 5	7	11,9	98,3	8	13,6	98,3	7	11,9	98,3
> 5,1	1	1,7	100	1	1,7	100	1	1,7	100
Total	59	100	100	59	100	100	59	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Isso nos leva a considerar que na agricultura familiar mercantilizada de Três Palmeiras as famílias dispõem, na sua maioria, de no máximo 4 UTHagf. Neste sentido, se levarmos em consideração a média de 4,02 por estabelecimento, podemos afirmar que, no geral, as famílias são compostas por pessoas adultas.

No que tange às UTHagt, ou seja, a mão-de-obra familiar mais a contratada, verifica-se que não há mudanças significativas em relação às UTHagf. Isso significa que a agricultura familiar de Três Palmeiras não contrata força de trabalho e opera basicamente com mão-de-obra familiar. O único tipo de estabelecimento que estaria contratando mão-de-obra, permanente ou temporária, seria aquele onde as UTHagf variam entre 2,1 a 3 e 3,1 a 4. Seria um indicativo de que as famílias menores estariam necessitando recorrer à contratação de força de trabalho para as atividades produtivas. Não obstante, a conclusão é simples, pois se os valores de UTHagt são praticamente os mesmos que os da UTHagf, estaria indicando justamente uma baixa presença de trabalhadores contratados, conforme já evidenciávamos no capítulo 3, quando analisávamos as mudanças nas formas de ocupação da mão-de-obra, levando a uma precarização das condições trabalho no meio rural.

No que se refere às UTHf ou UTH totais, que é a mão-de-obra familiar agrícola e não disponível na família, verifica-se que os valores também são praticamente os mesmos em relação às UTHagf. Isso indica que a mão-de-obra familiar tem se ocupado principalmente nas atividades agrícolas. A variação mais significativa ocorre junto aos estabelecimentos que dispõem entre 1,1 a 2 UTHagf, com variações menores entre os estabelecimentos entre 2,1 a 3 e 3,1 a 4 UTHagf. Isso nos leva a fazer duas considerações: a primeira é a de que a pluriatividade estaria ocorrendo nas famílias menores. A segunda é a de que as famílias maiores, que por todas as questões discutidas até aqui não condizem com o perfil da maioria

das famílias de agricultores familiares de Três Palmeiras, talvez estariam privilegiando o autoconsumo que, conforme será visto, é expressivo justamente nas famílias maiores.

Até aqui, evidenciamos que os fatores de produção terra e trabalho estão intimamente ligados à própria mercantilização da agricultura familiar e aos processos de diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares. Dentre as razões podemos destacar o fato do acesso à terra dá-se quase exclusivamente através da compra, dificultando o acesso aos agricultores “pobres” além das mudanças nas formas de ocupação da mão-de-obra agrícola, que levaram à precarização das condições e do mercado de trabalho no meio rural.

Ainda que a agricultura familiar de Três Palmeiras tenha como característica principal os pequenos estabelecimentos e o uso de mão-de-obra quase exclusivamente familiar, não se pode analisá-la sem levar em consideração a base tecnológica do empreendimento agropecuário. Isso se justifica, uma vez que se tem comprovado a necessidade e a dependência desta forma familiar de trabalho e produção em relação à capacidade instalada através de máquinas, equipamentos agrícolas e instalações no desenvolvimento das atividades produtivas. Por isso, o Capital Disponível (CD) é um fator de produção de fundamental importância para a agricultura familiar do Alto Uruguai.

Capital Disponível [CD]

O Capital Disponível (CD) consiste na soma do valor dos recursos produtivos e tecnológicos disponíveis no estabelecimento agrícola, ou seja, a soma do valor das máquinas, equipamentos, construções, benfeitorias e animais (excluindo o valor da terra).

De acordo com a Tabela 26, a ampla maioria dos agricultores familiares, 71,2%, não dispõe de capital superior a 20 mil reais, sendo que para praticamente 50% (49,2%) o CD não era superior a 10 mil reais. Verifica-se que são justamente os agricultores familiares que possuem as menores áreas de terra os que exploram, proporcionalmente, as menores superfícies em relação à área total. Isso nos leva a afirmar que a capacidade de exploração da agricultura familiar de Três Palmeiras está intimamente associada à disponibilidade de máquinas e equipamentos agrícolas. Pode-se considerar também, que o progresso técnico tem permitido que os agricultores explorem mais e mais intensivamente suas terras.

Tabela 26: Estratos (R\$) de Capital Disponível (CD), área média e SAU médias (ha) e CD médio (R\$) encontrados entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Estratos (R\$)	Nº	%	% Acumulado	Área média total (ha) A	SAU média (ha) B	A/B	CD médio (R\$)
0 a 5.000	13	22,0	22,0	12,4	9,5	76,6	3.460
5.001 a 10.000	16	27,1	49,2	14,4	11,3	78,5	7.292
10.001 a 20.000	13	22,0	71,2	15,3	12,2	79,7	12.239
20.001 a 40.000	4	6,8	78,0	18,1	16,5	91,2	27.632
40.001 a 60.000	7	11,8	89,8	44,9	40,0	89,1	50.319
> 60.001	6	10,2	100	58,7	54,4	92,6	87.080
Total	59	100	100	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

É significativo, no entanto, o percentual de agricultores familiares que dispõe de um CD acima de 20 mil reais, particularmente acima de 40 mil reais, o que indica uma diferenciação extrema em relação à capacidade instalada de cada unidade de produção familiar. Ao contrário dos estratos inferiores, uma maior capacidade instalada permite a exploração de áreas maiores, inclusive proporcionalmente em relação à área média total. Assim, enquanto a capacidade instalada de até 20 mil reais permite a estes agricultores explorar proporcionalmente apenas 78,2% em relação à área total, uma capacidade instalada acima de 20 mil reais permite a estes agricultores explorar uma proporção de 90,9% da área total.

Não obstante, a identificação de uma menor capacidade instalada não pode ser tomada como sinônimo de fragilidade ou de comprometimento das atividades produtivas do estabelecimento. O aspecto fundamental, e que acaba sendo a própria “cara” da agricultura familiar de Três Palmeiras, é que ao seguir o padrão agrícola de produção, exigente em inovações tecnológica, acaba acentuando os processos de diferenciação social e econômica entre os agricultores. No limite, isso torna a maioria dos agricultores familiares dependentes não apenas dos vínculos mercantis externos, mas da contratação de serviços de terceiros, que, no fundo, torna-se uma necessidade frente à pequena disponibilidade de mão-de-obra familiar. Neste sentido, conforme Ploeg (1992), o aspecto fundamental é que de fato há um crescente grau de mercantilização da vida social e econômica na agricultura familiar de Três Palmeiras, externalizando o processo de trabalho agrícola. É justamente esse processo que se pretende discutir a seguir.

4.4 A mercantilização da agricultura familiar de Três Palmeiras.

Até o momento, procuramos demonstrar que a disponibilidade e mesmo acesso aos fatores de produção, terra, capital e trabalho, pelos agricultores familiares de Três Palmeiras não são uniformes, expressando a própria diferenciação social e econômica existente. Os aspectos mais relevantes referem-se ao processo de mercantilização do acesso à terra, a baixa presença de mão-de-obra contratada e diferenciação em relação à capacidade instalada nas unidades familiares de produção. Neste sentido, concorda-se com Ploeg (1992) de que o processo de trabalho agrícola através da mercantilização torna a reprodução social da agricultura cada vez mais externalizada e dependente dos vínculos mercantis. Portanto, as tarefas que antes eram organizadas exclusivamente pelo agricultor sofrem a intervenção do intercâmbio mercantil, que não afeta somente as atividades de produção, mas de circulação das mercadorias produzidas, de acesso ao sistema financeiro, assistência técnica, etc.

O que se apreende até o momento é que estamos diante de uma agricultura intensamente mercantilizada, que não contrata mão-de-obra e é fortemente dependente do padrão agro-industrial de produção. Este padrão, como demonstramos nos capítulos anteriores, se sustenta pela complexidade de vínculos mercantis estabelecidos pelos agricultores familiares e pela especialização dos sistemas de cultivo, elevando o grau de integração mercantil dos agricultores com o ambiente social e econômico.

Na Tabela 27 procura-se demonstrar justamente que a agricultura familiar de Três Palmeiras esta inserida nos circuitos mercantis através do padrão agrícola de produção e é este padrão que sustenta todas as relações sociais e econômicas a nível regional, seja pelas cooperativas de crédito e produção, pelos fornecedores de produtos e insumos agroquímicos ou pela assistência técnica.

Os dados recolhidos na Tabela 27 são, portanto, efeitos decorrentes da inserção dos agricultores no modelo agrícola chamado moderno, cujas características principais são os monocultivos vegetais, especialmente grãos como soja e milho. Um aspecto importante é que a soja é produzida com o único intuito da venda, enquanto o milho e o feijão são cultivados também com outros fins. No caso do milho é intensamente utilizado para alimentação do gado, principalmente leiteiro, uma vez que a atividade leiteira tem se consolidado como uma importante atividade produtiva, como bem demonstra o percentual (69,6%) dos que produzem leite para venda, além do consumo próprio. Já o feijão aparece como uma cultura “marginal”

do ponto de vista econômico, principalmente se levarmos em consideração a área média destinada à cultura entre os produtores.

Tabela 27: Principais produtos de origem agropecuária produzidos pelos agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Produtos agropecuários	Nº Produtores		Produção Venda		Médias (área plantada (ha) e quantidade vendida de leite (L))
	Nº	%	Nº	%	
Soja	45	76,3	45	100	10,5 ha
Milho	57	96,6	23	40,3	5,1 ha
Feijão	44	74,6	21	47,7	0,75 ha
Leite	56	95,0	39	69,6	30.918 L

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Em relação às culturas mais tradicionais, como a soja e o milho, é interessante observar que a área média destinada a tais culturas é extremamente pequena. No entanto, se tomarmos como parâmetro a área média dos estabelecimentos, que foi de 22,4 ha, somente as áreas destinadas à soja e ao milho representariam 69,6% da área total, sem levar em consideração a cobertura florestal, a área das benfeitorias, as pastagens e as áreas inaproveitáveis. Neste sentido, podemos considerar que o fortalecimento da atividade leiteira deu-se pelo solapamento das condições materiais para a produção de soja, uma vez que se trata de uma cultura extremamente exigente em escala de produção e de altos custos para o produtor. Para os pequenos produtores é um fator restritivo, pois as pequenas áreas disponíveis exigem uso intenso dos solos, o que nem sempre é possível, já que há a necessidade de destinar áreas a outras culturas e criações.

Entre os indicadores de viabilidade socioeconômica e de mercantilização da agricultura familiar, as formas de comercialização representam fatores importantes para a compreensão do grau de desenvolvimento econômico e interação social. No que diz respeito à estratégia de comercialização da produção animal e vegetal adotada pelos agricultores familiares, verifica-se que a mais freqüente é a venda às cooperativas. Ou seja, as cooperativas, como procuramos demonstrar no capítulo 3, constituem importantes canais de comercialização da produção agropecuária, no contexto dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs), que na agricultura familiar de Três Palmeiras atuam principalmente na produção de *commodities* agrícolas.

Tabela 28: Venda da produção animal, vegetal e a transformação caseira entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Com quem estabelece os vínculos mercantis	Animal		Vegetal		Transf. caseira	
	Nº	%	Nº	%	N	%
Para cooperativa	22	40,7	32	64,0	0	0
Para o intermediário - atravessador	13	24,1	14	28,0	1	5,6
Para agroindústria	4	7,4	1	2,0	0	0
Venda direta porta a porta	15	27,8	3	6,0	17	94,4
Venda direta em feiras	0	0,0	0	0,0	0	0
Para poder público - município, etc.	0	0,0	0	0,0	0	0
Armazém ou venda da localidade	0	0,0	0	0,0	0	0
Outro	0	0,0	0	0,0	0	0
Total	54	100	50	100	18	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

São significativos também os percentuais de agricultores familiares, 24,1% e 28%, que, respectivamente, comercializam a maior parte de produção animal e vegetal através dos intermediários. Já a transformação caseira parece ter como principal canal de comercialização a venda direta porta a porta. No que tange à comercialização através dos sistemas de integração esta é quase inexpressiva, pois apenas 7,4% dos agricultores familiares utilizam estes canais para comercializar a produção animal e 2% a produção vegetal.

Outro aspecto que caracteriza a inserção social e econômica da agricultura familiar de Três Palmeiras no ambiente social e econômico é o Consumo Intermediário (CI).

Consumo Intermediário [CI]

O Consumo Intermediário (CI) é o valor dos insumos (produção animal, vegetal e transformação caseira) e serviços (máquinas, equipamentos, manutenção das instalações, luz, gás e água) adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, através do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas.

No que tange ao CI, cujas informações são apresentadas na Tabela 28, uma constatação importante é que todos os estabelecimentos encontram-se, de alguma maneira, inseridos nos circuitos mercantis, através da absorção de algum tipo de insumo ou produto, demonstrando que não se tratam de agricultores que vivem em regime de economia autárquica. E essa inserção nos circuitos mercantis para aquisição de insumos e produtos não apenas caracteriza a mercantilização como faz dela um fator de sua reprodução, uma vez que

inseridos num ambiente social econômico competitivo e de certa maneira seletivo, os agricultores necessitam constantemente renovar estes vínculos. Não há mais, pois, como se pensar uma agricultura familiar que não estabeleça algum tipo de vínculo mercantil, pois conforme o relato que segue são estes vínculos que definem as condições objetivas de reprodução da agricultura familiar:

Hoje pra você aumenta a produção você tem que aumenta a adubação (...). Os custos de produção são caros, mas tem que fazê produzir, tem que colocar as coisas que precisam na terra pra ela produzir, pois só assim tem produção. O custo de você prepara uma área de terra pra produzir é muito grande, mas tem que adubar se quiser te produção. Tem que fazer produzir com o mesmo trabalho. Se não aduba colhe, mas não compensa. (Entrevista nº 1).

Conforme apontado na Tabela 28, a integração ao ambiente externo através da absorção de produtos e serviços não é homogênea, visto que a maior parte (59,3%) dos estabelecimentos não consome mais do que 5 mil reais ao ano, sendo que destes, 22% consome entre R\$ 2.501,00 e 5 mil reais, e outros 37,3%, que são a maior parcela, consome até R\$ 2.500,00 ano. No entanto, cabe registrar que existe um percentual significativo de estabelecimentos (18,7%) com CI acima de R\$ 20.001,00 anuais. Isso significa um gasto mensal de no mínimo R\$ 1.660,00 para custear as atividades produtivas.

Tabela 29: Estratos de Consumo Intermediário (CI), entre os agricultores familiares do município de Três Palmeiras no ano agrícola de agosto de 2001 a setembro de 2002.

Estratos (R\$)	Nº	%	%	Área total		A/B	CI médio (R\$)
				Acumulada	média (ha)		
0 a 2.500	22	37,3	37,3	11,1	7,9	71,2	1.473,10
2.501 a 5.000	13	22,0	59,3	14,6	12,0	82,2	3.342,80
5.001 a 10.000	6	10,2	69,5	16,4	13,9	84,8	6.814,90
10.001 a 20.000	7	11,9	81,4	26,1	22,9	87,7	14.822,50
20.001 a 30.000	5	8,5	89,8	45,6	42,1	92,3	22.929,20
> 30.001	6	10,2	100,0	61,7	56,0	90,8	38.950,60
Total	59	100,0	100,0	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Outro aspecto importante é que o CI está intimamente ligado ao tamanho médio dos estabelecimentos. Assim, por exemplo, enquanto os estabelecimentos com área média total de 14,6 ha possuem um CI médio de R\$ 3.342,80 anuais, os estabelecimentos com área média total de 45,6 ha possuem um CI médio de R\$ 22.929,20 anuais. Nesta perspectiva, podemos comprovar a tese de Ploeg (1992) dos diferentes graus de mercantilização existentes entre os

agricultores, já que nem todos possuem as mesmas características ou condições sociais e econômicas de inserção nos mercados de compra de insumos.

Outro aspecto importante em relação à mercantilização da agricultura familiar é o reconhecimento da necessidade que os agricultores têm de acessar linhas de crédito e financiamento, demonstrando-se fortemente integrados aos circuitos mercantis. Ao longo desta dissertação evidenciamos que o Estado, através das políticas públicas, tem estabelecido mecanismos para fortalecer a agricultura familiar através do Pronaf, seja como resultado da pressão política que os próprios agricultores fazem, seja pelo seu próprio interesse na reprodução da força de trabalho urbano-industrial.

Portanto, pode-se considerar que o acesso ao sistema financeiro se explica porque dificilmente um agricultor familiar tem como “bancar” sozinho custos de produção que chegam a R\$ 1.660,00 por mês. A este respeito, pode-se considerar que um alto consumo de produtos e serviços impõe aos agricultores a necessidade de recorrer ao financiamento dos custos de produção.

Os dados da Tabela 30 são justamente demonstrativos desta mercantilização financeira da agricultura familiar. De acordo com a referida Tabela, 71,2% dos agricultores familiares acessou o sistema financeiro buscando recursos para financiar as atividades produtivas. Os recursos foram utilizados principalmente para custeio das lavouras, ainda que um percentual significativo de agricultores tenha aplicado os recursos em investimentos. Os dados, de fato, comprovam a dependência financeira dos agricultores familiares em relação ao sistema financeiro para viabilizar as atividades produtivas, como podemos verificar durante as entrevistas principalmente em relação aos Pronaf.

Hoje para construir a lavoura eu faço Pronaf. Eu tinha parado. O juro estava alto, a inflação também, tocava por conta. De uns anos pra cá comecei a usar o Pronaf. Eu todo ano faço Pronafinho. Praticamente é um dinheiro que não se paga juro, quase nada. A gente pega porque sabe que beneficia a gente. É muito bom, principalmente por que você já sabe quanto vai pagar. Esses Pronaf estão ajudando em muito a agricultura (Entrevista n° 6).

Os dados empíricos comprovam justamente que na agricultura familiar mercantilizada, o acesso ao crédito se tornou um dos principais meios para viabilizar a produção, porque através dele o agricultor consegue acompanhar o ritmo do progresso tecnológico, através da aquisição de máquinas e equipamentos e demais investimentos para sustentar as atividades produtivas. Em relação aos valores, os contratos através do Pronaf tiveram um valor médio de R\$ 2.721,66, enquanto os de outras fontes foi de R\$ 6.482,50. Verifica-se que a

mercantilização da agricultura familiar, além de ocorrer através da esfera da produção, também se dá via financiamento, através do acesso sistemático ao crédito.

Tabela 30: Número de agricultores que tomaram crédito ou financiamento, número de financiamentos, finalidade e valor médio dos financiamentos entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Agricultores que tomaram crédito ou financiamento	%	Número e finalidade dos Financiamentos				Valor médio financiamentos Pronaf	Valor médio financiamentos outras fontes	
		Total	Custeio	% Investimento	%			
42	71,2	65	45	69,2	25	30,8	2.721,66	6.482,50

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Em estudo recente, Neuman e Perreira (2002), concluem, que em função dos sistemas de produção praticados pelos agricultores familiares de Três Palmeiras, há a necessidade de escalas de produção e produtividade, o que para os autores é incompatível com o tamanho médio dos estabelecimentos, acabando por não remunerar satisfatoriamente os agricultores. Isso estaria ligado, segundo os autores, justamente ao fato de que os recursos do Pronaf são quase exclusivamente aplicados para financiar atividades estritamente agrícolas. Esta condição estaria se refletindo inclusive na incapacidade dos próprios agricultores em honrar seus compromissos, dada a fragilidade de retorno financeiro obtido. Pode-se considerar que isto forma um “circulo vicioso”, onde somente através do acesso sistemático ao sistema de crédito os agricultores estariam em condições de desenvolver as atividades produtivas.

De fato, o que se verifica é que os recursos do Pronaf são utilizados para custear as atividades agropecuárias, que em Três Palmeiras sabidamente são predominantes. Não obstante, a discussão não pode-se restringir à verificação de que os recursos são aplicados para custear esta ou aquela atividade. É fundamental reconhecer o ambiente social e econômico em que estes agricultores familiares estão inseridos, uma vez que este ambiente tem justamente reforçado o padrão agrícola de produção, resultando em uma plena mercantilização da agricultura familiar.

O que acaba de ser considerado em relação à tomada de crédito também pode ser estendido à utilização da assistência técnica, conforme indicado na Tabela 31. Neste sentido, pode-se considerar que uma agricultura altamente demandante de insumos e crédito e fortemente inserida nos circuitos mercantis também seja “estimulada” a acompanhar o ritmo

do avanço tecnológico também mediante o recurso à assistência técnica, que foi utilizada por 55,9% dos agricultores familiares.

Tabela 31: Agricultores familiares de Três Palmeiras que tiveram acesso a assistência técnica no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Teve acesso?	Nº	%
Sim	33	55,9
Não	26	44,1
Total	59	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Ainda que mais de 50% dos agricultores tenha recorrido à assistência técnica, há que destacar também o percentual significativo de agricultores (44,1%) que não receberam assistência técnica. Durante as entrevistas, os agricultores geralmente faziam menção à necessidade de melhoria na assistência técnica, já que os seus responsáveis estariam quase exclusivamente ocupados com a elaboração de projetos, ou, conforme os próprios agricultores, *“ficam somente dentro do escritório”*. Talvez por isso, a assistência técnica não seja acessada por um percentual maior de agricultores.

As questões até aqui analisadas levam-nos a identificar três efeitos da mercantilização da agricultura familiar de Três Palmeiras: a individualização da produção, a terceirização ou externalização, através da contratação de máquinas e pessoas, e a própria pluriatividade.

A **individualização da produção** significa que as famílias rurais são cada vez menores mas produzem quantidades maiores de produto. Ou seja, o progresso tecnológico tem permitido que na agricultura familiar de Três Palmeiras poucas pessoas sejam suficientes para explorar produtivamente áreas cada vez maiores de terra.

Assim, no tocante a SAU explorada por UTHagt, que é a área realmente explorada nos estabelecimentos pela mão-de-obra familiar mais a contratada, verifica-se que para 57,6% das famílias a SAU/UTHagt não era maior do que 5 ha. Não obstante, é considerável o percentual de famílias (25,5%) onde cada UTHagt explora entre 5,1 e 10 ha. Mas há também um percentual significativo das famílias (16,9%) onde cada UTHagt explora mais de 11 ha (Tabela 32).

No entanto, o fundamental a ser destacado na Tabela 32, é que são as menores famílias que conseguem explorar as maiores áreas de SAU por UTHagt. De acordo com a coluna 5 da Tabela 32, percebe-se que isso está diretamente associado à capacidade instalada de cada unidade familiar de produção. Pode-se considerar que somente através da disponibilidade, ou

externalização do acesso aos serviços de máquinas agrícolas, é possível explorar áreas maiores. São, de fato, as famílias de agricultores mais capitalizadas, e com o menor número de membros, que conseguem explorar as maiores áreas por UTHagf empregada.

Tabela 32: Superfície Agrícola Útil (SAU) explorada por Unidade Trabalho Homem Agrícola Total (UTHagf) no município de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

SAU/UTHagf (ha)	Nº	%	% Acumulado	Média pessoas/estab.	CD médio (R\$)	Produto Bruto Total ³⁶ médio (R\$)
0 a 5	34	57,6	57,6	4,2	8.179,50	7.148,10
5,1 a 10	15	25,5	83,1	3,9	27.069,00	20.737,50
11 a 20	8	13,6	96,6	3,6	63.228,90	53.411,43
> 21	2	3,4	100	3,0	71.247,00	74.393,44
Total	59	100,0	100	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Neste sentido, fica evidente que uma maior disponibilidade de tecnologias significa menor uso de mão-de-obra (familiar ou contratada), maior SAU explorada por UTHagf e maiores volumes de produtos gerados. Isto evidencia que estamos diante uma agricultura cada vez mais produtiva mas não menos familiar, embora a capacidade produtiva da agricultura familiar de Três Palmeiras esteja associada e dependente mais da capacidade instalada do que da disponibilidade de mão-de-obra. Essa perspectiva foi amplamente verificada junto aos agricultores familiares, onde a geração de maiores volumes de produção não necessariamente significa maior utilização de força de trabalho, mas condições diferenciadas de trabalho, conforme se verifica no relato que segue:

Hoje a força de trabalho é somente mecânica. Somente esse tipo de tecnologia. *Não adianta se você tem carro pra ir até Três Palmeiras e você ir a pé. Indo a pé você demora meio dia, indo de carro você demora meia hora.* Daí você volta e sobra tempo para fazer outras coisas. Na lavoura é a mesma coisa. Esquecer de ir na roça com boi ou com cavalo, isso é coisa do passado (...) Antigamente a gente dependia menos, mas também fazia menos, era uma mixaria que a gente fazia (Entrevista nº 3).

Se você olhar hoje em dia, quem tem tecnologia não precisa de mão-de-obra. Se precisar mão-de-obra se consegue barata, sendo assim, por que eu com estudo vou continuar trabalhando aqui? O que eu faço aqui o pai pode pagar um empregado por custo baixo e eu posso fazer outra coisa (Entrevista nº 3, participação de filho do agricultor).

³⁶ O Produto Bruto Total (PBT) corresponde ao valor final dos produtos gerados no decorrer do ano no estabelecimento agrícola. Integram o PBT a produção vendida animal e vegetal, a produção animal e vegetal consumida pela família e a transformação caseira para venda.

Neste sentido, as ligações com o ambiente externo são as mesmas que possibilitam a individualização da produção e a possibilidade de produzir mais produto com menos emprego de mão-de-obra. Esta situação somente é possível através da internalização do progresso técnico. Não obstante, há também agricultores que por questões econômicas não conseguem adquirir tecnologias para todas as fases do ciclo produtivo, o que os obriga a recorrer à contratação de serviços de máquinas e equipamentos agrícolas. Assim, o processo de produção torna-se externalizado tanto pela compra de insumos e produtos e venda da produção, como pela recorrência à serviços de máquinas e equipamentos agrícolas:

Eu tenho o básico, um tratorzinho, uma plantadeira. Essas coisas a gente tem, mas não tenho colheitadeira, mando colher. Uma máquina facilita, mas precisa muito recurso, se torna caríssima (Entrevista n° 1).

A **contratação de serviços de máquina**, por um lado, e a sua oferta, por outro, parecem ser mais um efeito da mercantilização da agricultura familiar acentuando os processos de diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares. A modernização da agricultura, seletiva em relação a regiões, produtos e produtores, não foi, portanto, um processo homogêneo. Assim, podemos considerar a contratação dos serviços de máquinas e mesmo pessoas uma situação típica de *terceirização*, como mais um aspecto da mercantilização da agricultura familiar. Isso configuraria uma situação de pluriatividade onde os membros da família destinariam algum período ao exercício de atividades agrícolas fora do estabelecimento.

Contudo, a pluriatividade que surge neste contexto, em que impera uma dinâmica exclusivamente agrícola, é substancialmente distinta da que Schneider (2003) e Sacco dos Anjos (1995) apontaram em seus trabalhos. Desse modo, a noção de pluriatividade que subsidia esta pesquisa é aquela oferecida por Fuller (1990 apud Schneider, 2003 p. 79):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

No presente caso, há a combinação de duas ou mais atividades (por isso mesmo pluriatividade) mas que são direta ou indiretamente ligadas ao setor agrícola. No geral, são

atividades e serviços como plantio e colheita (manual ou mecânica) ou outros serviços temporários.

Segundo o entendimento aqui perseguido, trata-se de uma *pluriatividade de base agrária*³⁷ verificada junto às famílias onde algum membro estivesse destinado algum período de tempo em serviços como plantio e colheita, ou mesmo emprego temporário em atividades relacionadas à produção ou beneficiamento da produção agropecuária. Ou seja, uma pluriatividade que não se dá pela integração intersetorial entre a agricultura e outro setor da economia. Esta pluriatividade de base agrária é uma decorrência da própria externalização do processo produtivo agrícola, porque se situa em um ambiente social e econômico onde predomina um padrão exclusivamente agrícola de desenvolvimento e ocupação da agricultura familiar.

Assim, respeitando as definições conceituais sobre a ocupação dos membros das famílias, a primeira consideração a ser feita é a de que a grande maioria das famílias da amostra pesquisada (66,1%) era exclusivamente agrícola. Ou seja, em dois terços das famílias os seus membros não desenvolviam qualquer outra atividade remunerada dentro ou fora do estabelecimento senão as agropecuárias. As famílias pluriativas de base agrária representavam 18,6% do total. Isso significa que em menos de 20% das famílias existia algum membro que estivesse desenvolvendo alguma atividade remunerada, basicamente de prestação de serviços de máquinas e equipamentos. Já as famílias pluriativas representavam apenas 15,3% do total (Tabela 33).

Tabela 33: Classificação das famílias de agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002, como número de pessoas por família, área média e CD médio dos estabelecimentos.

Atividade	Nº	%	Nº pessoas famílias	Área média dos estabelecimentos	CD médio
Exclusivamente agrícolas	39	66,1	4,1	20,7	19.246,05
Pluriativos de base agrária	11	18,6	4,0	27,3	36.514,90
Pluriativos	9	15,3	4,0	15,1	12.312,70
Total	59	100	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

³⁷ Estas definições conceituais, principalmente sobre a pluriatividade de base agrária, foram fruto de inúmeras discussões entre os componentes da pesquisa mais ampla em que se insere este estudo de caso. Assim, ainda que sujeitas a críticas, as definições se sustentam teoricamente em literatura que se tem debruçado sobre as transformações no meio rural, e empiricamente pela realidade na qual nos deparamos, exigindo uma reflexão mais aprofundada sobre a maneira correta de se estabelecer análises sobre nosso objeto de estudo.

Dois aspectos merecem destaque em relação às famílias pluriativas, quer sejam de base agrária ou não. Primeiro, que a pluriatividade de base agrária ocorre junto às famílias de agricultores familiares com maior capacidade instalada em máquinas e equipamentos agrícolas, o que lhes permite prestar serviços remunerados aos demais agricultores. Segundo, que a pluriatividade é uma condição das famílias que possuem a menor capacidade instalada além dos menores estabelecimentos em relação às demais. Assim, pode-se considerar que a pluriatividade apresenta-se como um recurso para as famílias de agricultores excluídas do processo de modernização da agricultura, enquanto a pluriatividade de base agrária, ao contrário, é um recurso disponível apenas aos agricultores que tiveram a possibilidade de acessar tecnologias e equipamentos. Portanto, pode-se considerar que a pluriatividade precisa de um ambiente externo favorável para ocorrer, o que não acontece no Alto Uruguai, onde este ambiente tem, ao contrário, favorecido as estratégias agrícolas de reprodução.

Não obstante, o fato da forma familiar se mercantilizar não implica que ela enfraqueça suas bases familiares. Há outros condicionantes que indicam a importância da unidade de consumo na reprodução social, material e demográfica da agricultura familiar. O Autoconsumo (AtC) é um importante indicador desta dinâmica.

Autoconsumo [AtC]

O Autoconsumo (AtC) corresponde à parte do Produto Bruto animal e vegetal consumida pela família durante o ano agrícola correspondente.

Nas análises sobre o Autoconsumo nos estabelecimentos cabe chamar a atenção para o fato de que este tipo de informação pode representar condições socioeconômicas distintas, pois tanto pode-se estar na presença de um estabelecimento muito pequeno, pobre e com poucas pessoas ou, ao contrário, estar se referindo a um estabelecimento altamente modernizado tecnologicamente, que é especializado na produção de poucos produtos para venda e produz muito pouco do que consome dentro da própria propriedade.

Tabela 34: Estratos de Autoconsumo total (AtC) e número médio de pessoas por estabelecimento entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Estratos (R\$)	Nº	%	% Acumulada	Média pessoas/estabel.
0 a 2.000	15	25,4	25,4	3,7
2.001 a 3.000	17	28,8	54,2	4,0
3.001 a 4.000	15	25,4	79,7	4,3
4.001 a 5.000	7	11,9	91,5	4,9
> 5.001	5	8,5	100	5,0
Total	59	100	100	-

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

De acordo com a Tabela 34, a maioria dos estabelecimentos, (54,2%) apresenta um AtC de até 3 mil reais anuais. Deste, o maior percentual, 28,8%, apresenta um AtC entre R\$ 2.001,00 e 3 mil reais anuais. Isso significa dizer que o consumo mensal do que é produzido dentro do estabelecimento fica num valor médio de R\$ 208,33 mensais, ou R\$ 52,00 pessoa/mês.

Outro aspecto importante é o de que na medida em que aumenta os valores de AtC também é maior o número médio de pessoas por estabelecimento. Uma vez que as famílias menores seriam aquelas, que através da individualização produtiva, estariam produzindo os maiores volumes de produção, isso nos leva a considerar que o AtC é uma condição fundamental para a reprodução, principalmente demográfica, de uma percentual de agricultores significativo, particularmente acima de 4 mil reais. Assim, a impossibilidade de aumentar a área da propriedade, já diminuta, ou de adquirir novos equipamentos, associada a um maior número de membros estaria condicionando certas famílias a colocar o AtC em um patamar acima da importância dada pela maioria das famílias.

Na seguinte seção, privilegamos a análise das relações que estão da porteira para fora através de um conjunto de condicionantes que definem a própria mercantilização da agricultura familiar através da sua interação econômica com este ambiente. Neste sentido, deve-se valorizar a necessidade do agricultor dominar a organização dos fatores de produção e lançar estratégias levando em consideração os recursos disponíveis na propriedade. Não obstante, é fundamental reconhecer que os agricultores familiares de Três Palmeiras não vivem e não produzem de forma isolada da sociedade, pois buscam justamente nela estabelecer a sua inserção mercantil.

4.5 Diferenciação social e estratégias de reprodução da agricultura familiar em Três Palmeiras.

Até aqui procuramos demonstrar que a agricultura familiar de Três Palmeiras é uma forma familiar de trabalho e produção intensamente inserida nos circuitos mercantis, concentradora do ponto de vista dos meios de produção e dependente do padrão agrícola de produção. São algumas das principais características da agricultura familiar mercantilizada do Alto Uruguai, que por sua vez definem como acontece o processo de diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares. O importante é reconhecer que a agricultura familiar de Três Palmeiras é fortemente dependente da sua inserção agrícola. Isso é facilmente percebido quando se analisa a composição da Renda entre os agricultores familiares, conforme a Tabela 35.

Renda Agrícola (RA)

A Renda Agrícola (RA) corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento agrícola e que serve para remunerar o trabalho familiar e realizar investimentos, ou seja, o Valor Agregado Líquido descontado os impostos, arrendamento, empregados permanentes, e outros encargos sociais, como contribuição sindical.

Renda Total [RT]

A Renda Total (RT) corresponde a soma das rendas auferidas pelo chefe e pelos demais membros da família residentes na unidade de produção, ou seja, o somatório da Renda Agrícola (RA), Renda de Aposentadorias (RAp), Rendas de Outras Fontes (ROF), Outras Rendas do Trabalho (ORT) e das Rendas Não-Agrícolas (RñA).

De acordo com a Tabela 35, a Renda Agrícola (RA), que corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento agrícola e serve para remunerar o trabalho familiar e realizar investimentos, representa em média 72,95% da Renda Total (RT). Os dados da Tabela 34 oferecem a comprovação empírica da dependência à um padrão de produção que historicamente tem levado muitos agricultores à exclusão social, justamente por ser concentrador e seletivo. Em segundo lugar, na ordem de importância na composição da RT, aparecem os recursos das aposentadorias e pensões, com uma participação média de 15,32% demonstrando a abrangência das políticas públicas na agricultura familiar.

Tabela 35: Formação da Renda Total (RT) entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Renda Agrícola	Renda de aposentadorias e pensões	Rendas de outras fontes	Outras rendas do trabalho	Rendas de atividades não-agrícolas	Renda Total
72,95%	15,32%	0,78%	4,33%	6,62%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

No que tange à participação das rendas de atividades não-agrícolas (pluriatividade), esta é bastante restrita, significando, em média, não mais do que 6,62% da RT. Assim, a pluriatividade na agricultura familiar de Três Palmeiras, além de ser restrita, não estaria remunerando seus trabalhadores com elevados salários. Em relação às outras rendas do trabalho, onde foram incluídas as rendas das famílias pluriativas de base agrária, estas contribuíram, em média, com apenas 4,33% do RT. Apesar da pluriatividade de base agrária ser um pouco mais expressiva do que a pluriatividade, muito pouco contribuiu com a RT das famílias. Isso é facilmente explicado, pois são atividades sazonais, correspondentes aos períodos de plantio e colheita, o que na maioria das vezes não ultrapassa o período de trinta dias. Em relação à participação das rendas de outras fontes na formação da RT, constituídas pelas rendas obtidas pelo arrendamento, juros, aluguéis e doações, sua participação foi quase insignificante, representando, em média, apenas 0,78% da RT.

A dependência da agricultura familiar de Três Palmeiras ao padrão agrícola de desenvolvimento pode ser comprovada quando se analisa as informações constantes na Tabela 36, onde se encontram os estratos de Renda Agrícola (RA) e Renda Total (RT) gerados pelos agricultores familiares de Três Palmeiras.

No tocante à RA, merece destaque o fato de para 81,4% das famílias a RA não foi superior a 10 mil reais, incluindo-se o percentual de 6,8% de RA negativa, sendo poucos (18,6%) a ultrapassar este valor. Assim, levando-se em consideração o número médio de pessoas por estabelecimento, que é de 4,02, uma família com RA anual de 10 mil reais permite uma renda mensal de no máximo R\$ 833,33 ou R\$ 207,21 para cada um de seus membros. Um aspecto extremamente importante é reconhecer que a maior parcela dos estabelecimentos, 49,2% do total, situa-se na faixa de zero a 5 mil reais anuais, o que possibilita uma remuneração máxima de R\$ 416,66 ou R\$ 34,72 pessoa mês³⁸.

³⁸ Isso significa que estas pessoas encontrar-se-iam próximas à linha da pobreza ao perceberem cerca de US\$1 ao dia.

No que se refere à RT dos estabelecimentos pesquisados, a principal consideração a ser feita é a de que enquanto na RA a maior concentração (48,2%) ocorre no estrato de zero a 5 mil reais, na RT a maior concentração (52,5%) ocorre no estrato imediatamente superior, que significa um remuneração entre R\$ 5.001,00 e 10 mil reais anuais. Verifica-se também uma mudança significativa em relação ao estrato entre R\$ 10.001,00 e 20 mil reais. Enquanto estes eram os limites de RA para 11,9% dos estabelecimentos, na RT este percentual sobe para 20,3%. São poucos os estabelecimentos que ultrapassam a casa dos 20 mil reais, seja em relação a RA ou a RT. Podemos considerar que as outras fontes de renda, principalmente os benefícios previdenciários, são mais significativas para os agricultores familiares mais pobres.

Tabela 36: Estratos de Renda Agrícola (RA) e Renda Total (RT), gerados pelos agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Estratos	Renda Agrícola			Renda Total		
	Nº	%	% Acumulada	Nº	%	% Acumulada.
Negativa	4	6,8	6,8	2	3,4	3,4
0 a 5.000	29	49,2	55,9	9	13,6	18,6
5.001 a 10.000	15	25,4	81,4	31	52,5	71,2
10.001 a 20.000	7	11,9	93,2	12	20,3	91,5
20.001 a 30.000	2	3,4	96,6	2	3,4	94,9
> 30.001	2	3,4	100,0	3	5,1	100,0
Total	59	100,0	100	59	100,0	100

Fonte Pesquisa de campo 2003.

A RA média encontrada foi de R\$ 7.959,79, enquanto a RT média foi de R\$ 10.911,53. Portanto, a principal consideração a ser feita a partir da análise das Tabelas 34 e 35 é a de que a RA se constituiu na principal fonte de recursos monetários entre os agricultores familiares de Três Palmeiras. As demais fontes de renda, particularmente as aposentadorias e pensões são recursos ainda mais importantes para as famílias que obtiveram uma RA baixa. Isso porque, a RA média das famílias com algum beneficiário da previdência foi de R\$ 4.918,38, ou seja, muito inferior a RA média de todas as famílias, que foi de quase 8 mil reais. Estes dados de renda são reflexos do padrão agrícola da região, o que torna a agricultura frágil e dependente da dinâmica agrícola.

Outro aspecto importante a ser considerado em relação à inserção mercantil e a diferenciação social na agricultura familiar de Três Palmeiras diz respeito às diferenças da RT média entre as famílias exclusivamente agrícolas, pluriativas de base agrária e pluriativas. Enquanto que para as famílias exclusivamente agrícolas a RT média foi de R\$ 7.478,34,

anuais, para as famílias pluriativas de base agrária foi de R\$ 20.390,90 anuais e para as famílias pluriativas, foi de R\$ 9.935,70 anuais. Isso demonstra que as famílias exclusivamente agrícolas foram as que obtiveram uma menor RT, já as pluriativas de base agrária foram as que obtiveram a maior RT média. Aqui a conclusão é simples. A condição de pluriativo de base agrária no município de Três Palmeiras é quase uma exclusividade dos agricultores familiares que possuem uma capacidade instalada em máquinas e equipamentos que permitem, além de cultivar áreas maiores e alcançar índices de produtividade, prestar serviços remunerados aos demais agricultores nas épocas de plantio e colheita.

A partir desses dados, não fica difícil imaginar porque o Alto Uruguai como um todo tem se constituído em uma região de expulsão de sua população, principalmente a força de trabalho jovem do meio rural. A agricultura familiar do Alto Uruguai está inserida em um contexto social e econômico que acirra cada vez mais a competição entre os agricultores, fazendo com que a reprodução social se dê basicamente pelas estratégias agrícolas. No entanto, este processo é desigual e perverso, porque acaba asseverando as diferenças sociais e econômicas, tornando uma pequena parcela cada vez mais “rica” e um conjunto grande de agricultores familiares “descapitalizados” e socialmente vulneráveis. Assim, a dependência quase exclusiva de uma RA leva a agricultura familiar de Três Palmeiras a uma espécie de engessamento quanto à sua inserção no ambiente social e econômico por outras estratégias de reprodução. Isso nos leva a discutir outro importante elemento na reprodução da agricultura familiar atual, que são os recursos da Previdência Rural.

4.5.1 Os impactos da previdência social sobre a agricultura familiar.

Além de ser uma das principais políticas públicas no meio rural, os recursos da previdência rural têm sido debatidos também em função da sua aplicação. Para alguns autores, como Delgado e Schwarzer (2000) e Delgado e Cardoso Jr (2001) a previdência social no meio rural estaria também se transformando numa espécie de seguro agrícola. Para Delgado e Cardoso Jr (2001), essa conversão do seguro previdenciário em uma espécie de seguro agrícola seria um resultado inesperado, pois introduziria um elemento novo na política previdenciária, ou seja, o seu impacto sobre a produção agrícola de um setor significativamente importante do universo da agricultura familiar brasileira. No caso da região Sul, onde o peso dos benefícios previdenciários representaria mais de 40% na composição do orçamento familiar isso seria ainda mais evidente.

Não obstante, Biolchi (2002), num estudo comparativo sobre os efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais em dois municípios gaúchos, concluiu que poucos agricultores utilizam a renda das aposentadorias e pensões para manutenção das atividades produtivas. De acordo com a autora, “a renda das aposentadorias nesses municípios é destinada, principalmente para os gastos em saúde e alimentação” (BIOLCHI, 2002, p. 136).

No que tange a abrangência dos benefícios da previdência rural, mais de 42% (Tabela 37) das famílias de agricultores familiares de Três Palmeiras possuía, no ano agrícola de referência, ao menos um membro da família que recebia algum tipo de benefício. Conforme evidenciamos *in loco*, para muitas famílias as aposentadorias representavam a maior fonte de renda anual, uma vez que a RA, conforme já evidenciamos, é extremamente baixa para um percentual significativo de agricultores, e é justamente para este universo que as aposentadorias são ainda mais importantes, conforme se verifica no relato que segue:

Aqui a gente deve ter uns 200 casais que não viveriam se não fossem as aposentadorias. Chegou a um ponto em que não dava mais para trabalhar na agricultura e estão vivendo única e exclusivamente da aposentadoria. Se não existissem as aposentadorias seria uma calamidade (Entrevista n° 8).

Tabela 37: Abrangência das políticas públicas e destinação dos recursos entre os agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Resposta	Há aposentados ou pensionistas na família		Os recursos previdenciários de alguma maneira custearam a atividade produtiva	
	Nº	%	Nº	%/casos válidos
Sim	25	42,4	10	40,0
Não	34	57,6	15	60,0
Total	59	100	25	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Em relação ao debate sobre a transferência direta de recursos previdenciários para o financiamento das atividades agrícolas, quer-se chamar a atenção para o percentual significativo (40%) de agricultores familiares que disseram utilizar os recursos, de alguma maneira, para custear as atividades produtivas. Assim, contrariamente ao que concluiu Biolchi (2002) a partir de seu estudo comparativo, as aposentadorias estariam sim, de alguma maneira, financiando as atividades agrícolas, como concluíram Delgado e Cardoso Jr (2001) em relação ao Rio Grande do Sul, significando uma espécie de “seguro agrícola”.

Os recursos da Previdência Social não são importantes somente para os agricultores familiares, mas também para o município de Três Palmeiras. De acordo com a FEE, levando

em consideração o Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB pm) para o ano de 2001, ou seja, a riqueza gerada no município, esta totalizou o montante de R\$ 33.405.701. Já o montante de recursos da Previdência Social diretamente transferidos para o município, segundo informações obtidas junto ao escritório regional do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Passo Fundo, foi de R\$ 2.161.233,31. Isso significou, naquele ano, a injeção direta de mais de 160 mil reais mensais na economia do município. Para o ano de 2002 os recursos foram ainda maiores, totalizando R\$ 2.560.463,46, anuais, ou quase 200 mil reais mensais. Por isso, conforme nos relataram os agricultores e as autoridades municipais, as aposentadorias representam uma garantia de renda não só para os beneficiados, mas também para todo o comércio, uma vez que as pessoas utilizam os recursos para comprar alimentos, remédios ou mesmo insumos e produtos para as atividades agrícolas.

Até aqui, a diferenciação social e econômica da agricultura familiar de Três Palmeiras foi identificada e analisada através da renda. No entanto, é fundamental discutir os aspectos relacionados à produção, ou seja, o próprio padrão agrícola de produção e desenvolvimento no qual está inserida esta agricultura. Portanto, o fundamental em Três Palmeiras é discutir as estratégias agrícolas de reprodução da agricultura familiar, pois são estas estratégias que fazem de Três Palmeiras um município dependente da riqueza gerada pela agricultura familiar. E isso é facilmente percebido quando se analisa a composição do Valor Agregado Bruto (VAB) municipal entre 1996 e 2001. O VAB é o valor, em reais, gerado pelas atividades econômicas no município.

4.5.2 A preponderância econômica da agropecuária e os índices de produtividade.

As considerações feitas até o presente indicam a predominância e dependência da agricultura familiar em relação ao padrão agrícola de produção e desenvolvimento regional. Neste sentido, analisando a Tabela 38, a principal constatação é a de que a agropecuária não só é importante para a economia do município como nos últimos anos tem aumentando a sua participação total da riqueza gerada, passando de 44,6% em 1996 para 51,5% no ano de 2001 do VAB total.

Tabela 38: Valor Agregado Bruto (VAB) a preços básicos (R\$), por setores de economia, para o período de 1996 a 2001 para o município de Três Palmeiras.

Ano	Agropecuária	% VAB	Indústria	% VAB	Serviços	% VAB	VAB Total	Varição %
1996	9.109.004	44,6	47.651	0,2	11.287.076	55,2	20.443.730	0
1997	8.452.555	42,3	65.913	0,3	11.471.861	57,3	19.990.329	-2,2
1998	8.923.513	42,4	85.701	0,4	12.047.862	57,2	21.057.077	+3,0
1999	9.302.938	42,2	55.283	0,3	12.662.529	57,5	22.020.749	+4,6
2000	11.393.587	45,9	40.536	0,2	13.365.617	53,9	24.799.741	+12,6
2001	16.130.009	51,5	122.509	0,4	15.045.961	48,1	31.298.479	+26,2
Média	10.971.810	44,9	70.336	0,2	12.881.809	54,9	23.923.955	9,3

Fonte: www.fee.tche.br (acesso em 30/10/2003).

Uma das principais características da agricultura familiar de Três Palmeiras é a sua plena inserção mercantil e a importância do ambiente social e econômico na definição das estratégias de reprodução. Não obstante, essa inserção acaba tornando o agricultor “refém” das oscilações dos produtos adquiridos e vendidos no mercado. Quer-se dizer com isso, que o substancial aumento do VAB agropecuário, principalmente nos últimos dois anos, se deve às condições favoráveis de preço dos *commodities* internacionais, principalmente a soja. Durante o ano 2000, o preço médio pago ao produtor pela saca de soja de 60 Kg foi de R\$ 17,49. No ano 2001 esse valor passou para R\$ 21,41, ou seja, um aumento de 22,41% sobre o preço médio do ano anterior. No ano 2002, o preço médio pago ao produtor pela mesma saca de soja foi de R\$ 30,83, e até setembro de 2003 este atinge R\$ 37,88³⁹. Portanto, o preço médio pago ao produtor até setembro de 2003 era 22,86% maior do que no ano de 2002, 76,9% maior em relação à 2001 e 116,5% em relação à 2000. Não se pode desconsiderar que isto seja um incentivo ao agricultor, pois uma vez que o ambiente social e econômico esteja favorável, este não irá hesitar em reforçar ainda mais o padrão já hegemônico regional.

No entanto, é notório que ao estabelecer tais vínculos, os agricultores vêm-se obrigados a elevar cada vez mais seus índices de produtividade, tendo que “*produzir mais com o mesmo trabalho*”. Esta é a expressão máxima de uma agricultura mercantilizada onde impera o espírito de competição, de individualidade. Os estratos de produtividade da terra encontram-se, respectivamente, nas Tabelas 39 e 40. No que tange à produtividade da terra, ou física, que é a riqueza gerada a partir da exploração de uma determinada área, ou seja, a riqueza gerada por hectare (ha) explorado, verifica-se que para 67,8% dos estabelecimentos, incluindo-se o percentual negativo, a produtividade da terra não foi superior a 500 reais por ha efetivamente explorado. A maior concentração (37,3%) é aquela onde a riqueza gerada por ha

³⁹ Fontes: www.emater.tche.br/custosdeproducao.htm e www.conab.gov.br.

explorado ficou entre 251 a 500 reais. Pode-se considerar baixo o percentual (32,2%) de estabelecimentos em que a produtividade da terra foi superior a 500 reais por ha explorado (Tabela 39).

Tabela 39: Estratos de Produtividade Física (R\$) gerados pelos agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Produtividade física (R\$)	Nº	%	% Acumulada
Negativo	4	6,8	6,8
0 a 250	14	23,7	30,5
251 a 500	22	37,3	67,8
501 a 1.000	15	25,4	93,2
> 1.001	4	6,8	100
Total	59	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

O fundamental da Tabela 39 é o demonstrativo de que apesar dos agricultores reforçarem cada vez mais as estratégias agrícolas de reprodução, utilizando inclusive recursos da previdência rural, os resultados econômicos em termos de renda e produtividade podem ser considerados baixos. Isto nos leva a fazer duas considerações. A primeira é a de que a produção agropecuária não sofre nenhum processo de beneficiamento ou agregação de valor até chegar ao mercado, ou seja, a venda é exclusivamente *in natura*. A segunda, e talvez a mais importante é a de que o mercado não define somente o preço final das mercadorias, mas os próprios canais de comercialização e a qualidade dos vínculos mercantis. E esta situação de “engessamento” é de fato reconhecida pelos agricultores familiares.

Nós não temos como buscar outras alternativas porque nós não temos comércio. **Nós temos que trabalhar de acordo com o mercado.** Por exemplo, a soja é fácil de entregar, o milho também. Agora, você vai produzir verdura, é difícil de entregar (Entrevista nº 3).

Neste sentido, o ambiente social e econômico favorece a especialização produtiva e reforça a mercantilização social e econômica da agricultura familiar, pois parece definir não somente o que produzir, mas como isso será feito. O “*produzir mais com o mesmo trabalho*” e “*trabalhar de acordo com o mercado*” são situações concretas de uma plena mercantilização da agricultura familiar, onde o processo de trabalho agrícola, via mercantilização, torna a reprodução social cada vez mais dependente do mercado, conforme definiu Ploeg (1992).

A externalização significa que o agricultor não é mais senhor absoluto das decisões que envolvem o processo de produção, resultando também em uma transformação completa

do processo de reprodução. Cada vez mais a agricultura familiar passa a receber a influência da situação do mercado no processo decisório que envolve o estabelecimento das estratégias de reprodução. A produtividade do trabalho agrícola também pode ser entendida como uma condição fundamental à diferenciação social e inserção mercantil em mercados cada vez mais competitivos. É na esfera de circulação de dinheiro e mercadorias que cresce o interesse por maior quantidade de produtos com o mesmo trabalho.

No que se refere à produtividade do trabalho (Tabela 40), que é riqueza gerada pela mão-de-obra familiar e contratada aplicada nas atividades agropecuárias, percebe-se que a maioria dos estabelecimentos, 59,3%, obtém uma produtividade do trabalho que não ultrapassa os 2 mil reais. É no estrato entre R\$ 1.001,00 e 2 mil reais que se concentra o percentual mais significativo de estabelecimentos, 35,6%. É significativo também o percentual de estabelecimentos (30,6%) onde a produtividade do trabalho ficou entre R\$ 2.001,00 e 5 mil reais.

Tabela 40: Estratos de Produtividade do Trabalho (R\$) gerados pelos agricultores familiares de Três Palmeiras no ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Produtividade do trabalho (R\$)	Nº	%	% Acumulado
Negativo	4	6,8	6,8
0 a 1.000	10	16,9	23,7
1.001 a 2.000	21	35,6	59,3
2.001 a 5.000	18	30,6	89,9
> 5.001	6	10,1	100
Total	59	100	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Os reflexos da mercantilização e da diferenciação social e econômica traduzem-se também na produtividade do trabalho. De acordo com a Tabela 40, é pequeno o percentual (10,1%) de estabelecimentos onde este índice de produtividade é maior do que 5 mil reais. Isso ocorre graças ao uso intensivo dos fatores de produção, que é diferente para cada estabelecimento, seja em função de uma ampla capacidade instalada ou mesmo pela sua precariedade. No entanto, o que verificamos *in loco*, é que de fato os agricultores vêm-se obrigados a renovar os vínculos mercantis constantemente, buscando internalizar constantemente o progresso tecnológico.

Em relação à tecnologia, a gente procura sempre o melhor, mas sabendo que nunca está correndo junto. Tenta-se acompanhar, mas não é fácil. Sempre correndo atrás, mas na medida do possível a gente tenta fazer o melhor que é possível, o melhor que devia ser feito (Entrevista nº 1).

O relato do agricultor é o retrato fiel de uma agricultura familiar mercantilizada que necessita acompanhar o próprio ritmo das inovações tecnológicas para que possa manter-se competitiva. Segundo Abramovay (1992), isso vai tornando o agricultor familiar em um profissional que tem a clara noção dos riscos inerentes à atividade produtiva e a necessidade de uma otimização dos meios de produção.

Com isso, a diferenciação social que decorre desta base produtiva agrícola estabelece uma espécie de polarização entre os agricultores familiares “ricos”, consolidados, concentradores das melhores terras, altamente especializados, ou seja, plenamente integrados ao esquema mercantil de produção, e outros “pobres”, fragilizados, com pouca tecnologia, dependentes de outras rendas, como as aposentadorias. Este segundo perfil de agricultor familiar estaria buscando, por conta de todas as questões até aqui analisadas, diversificar a produção, principalmente através da produção de frutas, como a uva (Figura 07). A figura a seguir ilustra o interesse de alguns agricultores em buscar outras formas de inserção mercantil, buscando colocar no mercado um produto diferenciado⁴⁰.



Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Figura 07: Novas alternativas de inserção mercantil da agricultura familiar

⁴⁰ Segundo o Escritório Municipal da Emater, o relativo sucesso desta iniciativa deve-se principalmente a três fatores. O primeiro é justamente a precarização das condições objetivas de reprodução através da produção de grãos, principalmente soja, dando-se início a uma espécie de migração para outras atividades. O segundo são as condições climáticas regionais, que segundo alguns técnicos seriam ideais para a produção de uva. O terceiro e último é a garantia de escoamento da produção dada pelas vinícolas da região da Serra Gaúcha a partir de sistemas de integração produtor/indústria, o que de certa forma serve como um incentivo aos agricultores, já que uma das maiores dificuldades em diversificar a produção é justamente a falta de mercado consumidor local e regional.

Ao levar em consideração a produtividade da terra e do trabalho para o estudo das estratégias de reprodução da agricultura familiar tem-se a clara noção de que se tratam de noções limitadas até mesmo do ponto de vista econômico-produtivo. Há também outros fatores que devem ser considerados e que acabam influenciando nos índices de produtividade, como as variações climáticas e de preço, as oportunidades de comercialização entre outros.

No entanto, quando estamos analisando as estratégias sociais e econômicas de reprodução da agricultura familiar não podemos nos deter unicamente às questões associadas à renda e à produção geradas após um ano de trabalho. Há aspectos que vão além das questões puramente econômico-produtivas. Deve-se priorizar também aspectos relacionados às migrações, ao nível de satisfação dos agricultores em relação à atividade que lhes garante a reprodução social, as perspectivas de futuro para a família, entre outros aspectos.

4.6 Sobre o futuro da agricultura familiar de Três Palmeiras: representações, condições e possibilidades.

Nesta seção, buscar-se-á apresentar e analisar qual o resultado dessa mercantilização social e econômica da agricultura familiar para as famílias dos agricultores. Que conseqüências objetivas trazem para as famílias um processo de especialização produtiva e inserção mercantil desigual? Será que somente a análise das rendas permite chegar a conclusões realmente fidedignas do processo que envolve a reprodução social da agricultura familiar? Considera-se que apenas o resultado econômico de relações produtivas não consegue dar conta do imbricado processo de reprodução social, material e demográfica da agricultura familiar, havendo muitos outros aspectos que devem ser considerados como, por exemplo, o nível de satisfação dos agricultores em relação à sua atividade, as possibilidades de sucessão patrimonial, a propensão a migrar entre outros.

A observação acerca da evolução recente da população total do município de Três Palmeiras permite-nos fazer algumas considerações sobre os resultados objetivos que decorrem das transformações na agricultura familiar. No capítulo 3, evidenciamos que o Alto Uruguai é uma região de intenso fluxo migratório, resultado das mudanças nas formas de ocupação da mão-de-obra proporcionadas principalmente pela mudança na base tecnológica. Criou-se um excedente populacional, formado fundamentalmente por jovens, que tinha como principal destino o meio urbano.

Tabela 41: Evolução da população do município de Três Palmeiras por faixas etárias entre 1991 e 2000.

Faixas etárias (anos)	1991	%	2000	%
0 a 9 anos	1.223	24,3	799	17,3
10 a 19 anos	1.063	21,1	1.029	22,3
20 a 29 anos	769	15,3	540	11,7
30 a 39 anos	682	13,6	600	13,0
40 a 49 anos	517	10,3	630	13,6
50 a 59 anos	352	7,0	473	10,2
60 anos ou mais	424	8,4	549	11,9
Total	5.030	100	4.620	100

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Neste sentido, a análise da Tabela 41 permite-nos considerar que é justamente a população jovem, na faixa do 20 aos 29 anos, aquela que continua migrando. Enquanto em 1991 a população desta faixa etária representava 15,3% da população total, em 2000 esta proporção cai para 11,7%. Não obstante, não foi apenas a população jovem que diminuiu, mas a população total como um todo, diminuiu de 5.030 em 1991 para 4.620 habitantes em 2000

Percebe-se claramente, que ao contrário da população jovem, que diminuiu em números absolutos e percentuais, é significativo o aumento da população com 40 anos de idade ou mais. Isso porque, enquanto em 1996 esta população representava 25,7% da população total, em 2002 esse percentual sobe para 35,7%. Assim, apesar da população total ter diminuído, a população com mais de 40 anos aumentou significativamente no mesmo período. Pode-se considerar a partir da Tabela 41, que a população rural de Três Palmeiras está em processo de envelhecimento, uma vez que são as faixas etárias acima de 40 anos as que tiveram os aumentos mais significativos, seja em valores absolutos e percentuais. Enquanto a população adulta cresce, a população jovem diminuiu. Trata-se de um processo que explicita a fragilidade do mercado de trabalho, seja ele urbano ou rural. À maioria dos jovens de Três Palmeiras resta migrar para outras regiões na busca de novas estratégias de reprodução.

O DRM (2002) aponta justamente a falta de emprego como a principal causa da fuga dos jovens, trazendo como principal causa vocação estritamente agrícola da região. Diante disso, pode-se considerar que justamente o que viabiliza a economia do município estaria expulsando a sua população, principalmente a jovem, que se vê obrigada a migrar para outras regiões para buscar outros mercados de trabalho. O pleno desenvolvimento de um padrão agrícola de produção faz, de um lado, aumentar os índices de produtividade e de mercantilização da agricultura familiar e, de outro, não sustar os fluxos migratórios, mas ao contrário, parece justamente intensificá-los.

Parece de fato que o fundamental em Três Palmeiras é discutir as estratégias agrícolas de reprodução. Não obstante, isso acaba obrigando os agricultores a constantemente renovarem os vínculos mercantis, o que não raro acaba em exclusão social em função do caráter concentrador e seletivo do padrão agrícola adotado. O mais impressionante no entanto, é que quando perguntados sobre a estratégia adotada frente a uma suposta situação de crise na agricultura, a maioria dos agricultores (50,8%) responderam que buscariam aperfeiçoamento tecnológico para a produção agrícola (Tabela 42). Ou seja, aquilo que solapa as condições objetivas de reprodução social de muitos agricultores é justamente o que acaba sendo reforçado após uma situação de crise: a “corrida tecnológica”. O fundamental é entender o papel exercido pelo ambiente social e econômico na definição das estratégias de reprodução na agricultura familiar mercantilizada. Aqui, reforça-se a perspectiva expressa no capítulo 1, que devemos nos debruçar sobre as condições objetivas de reprodução social da agricultura familiar inserida em uma economia e sociedade de mercado. Na agricultura familiar do Alto Uruguai o ambiente social e econômico não só é importante para esta forma social de trabalho e produção permitindo que ela estabeleça os vínculos mercantis, como também torna o processo de trabalho agrícola altamente externalizado.

Tabela 42: O que o senhor faria diante uma suposta situação de crise na agricultura?

Estratégia	N	%
Continuar a fazer o mesmo e esperar que a crise passe	21	35,6
Deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra	1	1,7
Buscar aperfeiçoamento tecnológico para melhorar a produção	30	50,8
Procurar emprego em uma atividade não-agrícola, sem vender a terra	6	10,2
Não sabe/sem resposta	1	1,7
Total	59	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Analisando a Tabela 42 pode-se considerar que há o que se pode chamar de um “engessamento” da agricultura familiar em relação às outras estratégias de reprodução que não as agrícolas, pois além do aperfeiçoamento tecnológico, 35,6% dos agricultores responderam que continuariam e fazer o mesmo e esperariam a crise passar. Em síntese, parece não haver outras estratégias de reprodução senão as agrícolas. Outro aspecto importante diz respeito justamente ao que já evidenciamos neste capítulo, de que a pluriatividade necessita de um ambiente externo favorável para se expressar. Em relação ao município de Três Palmeiras são raras as oportunidades de inserção em outros mercados de trabalho, dada a fragilidade dos demais setores da economia local, como os serviços, a

indústria e o comércio. Por isso, a busca de emprego em uma atividade não-agrícola seria a estratégia para apenas 10,2% dos agricultores. Verifica-se que deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra está fora de cogitação para os agricultores, pois além do apego à terra, ao território, são frágeis as demais estratégias de inserção em outros mercados de trabalho.

Na Tabela 43 apresenta-se o nível de satisfação dos agricultores familiares em relação à atividade agrícola e ao meio rural. Pode-se considerar que é uma importante informação a respeito do que já havíamos apontado, de que as análises sobre a reprodução da agricultura familiar não devem levar em consideração única e exclusivamente os aspectos econômico-produtivos, pois são justamente estes, que levam ao solapamento das condições objetivas de reprodução de uma parcela significativa de agricultores familiares. Apesar das questões amplamente debatidas nesta dissertação, 72,9% dos agricultores responderam estar satisfeitos e 15,3% muito satisfeitos em relação à atividade agrícola. Isto pode estar associado a alguns aspectos, como a importância e abrangência das atuais políticas públicas entre os agricultores familiares, seja através das aposentadorias e pensões ou do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para a maioria dos agricultores familiares, é o acesso sistemático ao crédito que acaba viabilizando as atividades exclusivamente comerciais, pois os altos custos de produção impossibilitam que a maioria destes arque com estes ônus sem recorrer ao sistema financeiro.

Tabela 43: Nível de satisfação dos agricultores familiares de Três Palmeiras em relação ao meio rural e a atividade agrícola no ano de setembro de 2001 a agosto de 2002.

Respostas	Em relação à atividade agrícola		Em relação ao meio rural	
	Nº	%	Nº	%
Muito satisfeito	9	15,3	17	28,8
Satisfeito	43	72,9	41	69,5
Insatisfeito	7	11,8	1	1,7
Não sabe	0	0	0	0
Total	59	100	59	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

No que tange ao nível de satisfação dos agricultores familiares em relação ao meio rural, a grande maioria, 69,5%, demonstrou estar satisfeita e 28,8% muito satisfeita (Tabela 43). De fato, há entre os agricultores um nível de satisfação muito grande em relação ao ambiente, ao lugar, à comunidade a que pertencem. Durante as entrevistas, inúmeros agricultores referiam-se à tranquilidade, o contato diário com a natureza e mesmo a

importância de produzir alimentos como aspectos extremamente importantes da vida comunitária. Outra questão a ser levada em consideração é o fato da maioria das famílias terem acesso à água encanada, energia elétrica, os filhos ao transporte escolar, permitindo-lhes uma determinada qualidade de vida. Neste sentido, a relação da agricultura familiar com o seu território, como procuramos demonstrar no capítulo 1, não é somente de caráter econômico-produtivo, mas envolve questões que não são fáceis de serem apreendidas, pois é impossível acompanhar o dia-a-dia dos agricultores e reconhecer objetivamente o que ele de forma subjetiva valoriza no território onde vive. O importante é reconhecer que as questões sociológicas, como a sociabilidade comunitária, e as geográficas, como os processos de apropriação e conformação de uma territorialidade, são importantes e devem ser levadas em consideração quando se analisa uma forma social de trabalho e produção tão complexa como a agricultura familiar. Isso permite relativizar e entender as rendas como aspectos importantes mas não únicos deste processo.

Na Tabela 44 encontram-se outros aspectos importantes a respeito das perspectivas de futuro da agricultura familiar. Um primeiro aspecto a ser destacado refere-se ao percentual de dos agricultores que responderam gostariam que os filhos seguissem a profissão de agricultor (61%). Neste contexto, apenas 23,7% responderam não gostariam que os filhos seguissem a profissão de agricultor. Destaca-se também o elevado percentual de agricultores (72,9%) que respondeu ter expectativas de futuro para a família na atividade agrícola, mesmo que isso represente, conforme vimos na Tabela 42, recorrer ao progresso tecnológico ou simplesmente esperar a crise passar.

Tabela 44: Perspectivas de futuro entre os agricultores familiares de Três Palmeiras.

Resposta	Gostaria que os filhos seguissem a profissão		Perspectiva de futuro da família na atividade		Algum membro continuará na agricultura		Alguém gostaria de mudar para cidade	
	N	%	N	%	N	%	N°	%
Sim	36	61,0	43	72,9	34	57,6	23	39,0
Não	14	23,7	16	27,1	15	25,4	35	59,3
Não sabe	9	15,3	0	0,0	10	16,9	1	1,7
Total	59	100,0	59	100,0	59	100,0	59	100,0

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

Já em relação às condições concretas e objetivas de sucessão patrimonial, a maioria dos agricultores (57,6%) respondeu haver ao menos um membro da família em condições de assumir a exploração familiar. Neste sentido, concorda-se com Carneiro (1998), de que mesmo após a modernização o uso da força de trabalho familiar e a prevalência do valor da

família podem ser tomados com indicadores da capacidade de adaptação ou de resistência dos pequenos estabelecimentos agrícolas frente ao solapamento das condições materiais de reprodução. Não obstante, há que considerar o percentual de agricultores (25,4%) que disseram não haver nenhum membro em condições de sucessão. Somando-se ao percentual que não souberam responder (16,9%) teríamos, teoricamente, 42,3% dos estabelecimentos com problemas de sucessão patrimonial num espaço de tempo relativamente curto, pois a maioria dos atuais chefes dos estabelecimentos tem idade acima de 50 anos (Tabela 18).

Outro aspecto que merece destaque em relação às perspectivas de futuro da agricultura familiar é, novamente, as questões que envolvem a migração dos membros ou mesmo de toda a família. De acordo com a Tabela 43, em 39% das famílias havia ao menos um membro disposto a migrar. Estes geralmente eram jovens que necessitavam sair para buscar estudo ou trabalho fora da agricultura, dada a fragilidade dos mercados de trabalho não-agrícolas. Entre as principais razões apontadas pelos jovens estava a RA baixa e a busca de oportunidades de emprego e estudo. Mesmo assim, na maioria das famílias, 59,3%, não haviam membros dispostos a migrar, o que também pode ser explicado pelo pequeno número médio de pessoas por estabelecimento (4,02). Para os jovens migrantes, estes têm como principais destinos o Vale dos Sinos e a Serra Gaúcha no Rio Grande do Sul e as grandes capitais nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A aplicação dos questionários semi-estruturados se finalizava perguntando-se aos agricultores o que seria necessário para a melhoria das condições de vida da família. Conforme se observa na Tabela 45, parece haver mesmo uma mercantilização da vida social e econômica dos agricultores familiares, uma vez que para 16,9% das famílias (a maior concentração) a melhoria das condições de vida viria mediante o acesso a mais crédito e financiamento para custear as atividades produtivas. Isso demonstra não só a mercantilização financeira mas a importância que assumem as políticas públicas na sua reprodução social e econômica. A segunda resposta mais obtida junto aos agricultores foi a melhoria dos preços dos produtos agrícolas, seguida da necessidade de mais e melhor assistência técnica. Para os agricultores familiares de Três Palmeiras, a melhoria das condições de vida da família está diretamente associada ao fortalecimento das estratégias agrícolas de reprodução.

Tabela 45: O que seria necessário na opinião dos agricultores familiares de Três Palmeiras para a melhoria nas condições da família.

Respostas (por ordem de importância)	Nº	%
Mais crédito e financiamento	10	16,9
Melhoria dos preços dos produtos agrícolas	9	15,3
Mais e melhor assistência técnica	8	13,6
Melhoria da infra-estrutura da propriedade	5	8,5
Mais terra	4	6,8
Aumentar e diversificar a produção	3	5,1
Melhoria da saúde dos membros da família	3	5,1
Outras	17	28,8
Total	59	100

Fonte: Pesquisa de campo 2003.

O aspecto central da Tabela 42 é justamente a explicitação da dependência dos agricultores familiares em relação ao ambiente social e econômico em que estão inseridos. Isso porque, não serão os condicionantes internos que tornarão possível o acesso a mais crédito, mais assistência técnica ou melhoria dos preços dos produtos agrícolas. Estas decisões são tomadas da “porteira para fora” e não no ambiente familiar. Comprova-se que o processo decisório, conforme procurou demonstrar Ploeg (1992) foi externalizado pela crescente inserção da agricultura familiar nos circuitos mercantis.

Portanto, busca-se compreender que as atuais estratégias de reprodução da agricultura familiar de Três Palmeiras estão intimamente associadas à própria mercantilização desta forma social de trabalho e produção, que se dá pelo acesso à terra via compra, pela importância que assumem as políticas públicas de crédito e previdência social, pelo progresso tecnológico, entre outras formas de mercantilização da própria vida social e econômica do agricultor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta dissertação, que teve como tema o estudo as transformações na agricultura familiar a partir da análise de suas estratégias de reprodução parece importante retomar, antes de adentrar definitivamente nas considerações finais, um pouco da sua trajetória. Ou seja, como as motivações iniciais foram sendo traduzidas em ações objetivas, o que o trabalho empírico significava para uma pesquisa desta natureza, que ferramentas a perspectiva teórica oferecia na compreensão dos processos sociais, de que resultava um processo tão eloqüente de diferenciação social e econômica entre os agricultores e até mesmo de quais seriam as reais contribuições deste trabalho de pesquisa para a melhoria das condições de vida daquela população.

Ao iniciar esta pesquisa havia uma grande preocupação em definir qual era realmente nosso objeto de estudo e como estudar a agricultura familiar de Três Palmeiras sem perder de vista a heterogeneidade de condicionantes que envolvem a sua reprodução social e a realidade com a qual nos defrontamos. Ou seja, uma agricultura que fazia do padrão agrícola de produção o seu padrão de desenvolvimento e de reprodução. No entanto, este padrão de desenvolvimento, que se restringia quase exclusivamente à busca de índices de produtividade, havia resultado num processo de concentração dos meios de produção que, de um lado, consolidava uma parcela de agricultores e, de outro, externalizava ainda mais as relações de produção ou mesmo expropriava uma outra parcela de agricultores de seus meios de produção. Esta preocupação nos foi inúmeras vezes relatada, não só pelos agricultores, mas também pelas instituições que diariamente mantinham contatos com estes, particularmente através do escritório Municipal da Emater e da Secretaria Municipal da Agricultura. E não era uma preocupação aparente, reflexo da estiagem que havia atingido a região no ano agrícola de referência desta pesquisa. O que realmente havia era uma preocupação com as condições objetivas de reprodução de uma forma social de trabalho e produção que era a base econômica, social e cultural daquele município e da região do Alto Uruguai como um todo.

De fato, desenhava-se um quadro que apontava para a continuidade do processo de exclusão social, pois os dados empíricos apenas confirmavam a realidade social e econômica

em que os agricultores estavam inseridos. Esta realidade apontava para um processo de concentração dos meios de produção, de intensa mercantilização, inclusive da terra, e de dependência das estratégias agrícolas de reprodução social. Portanto, eram diversas as motivações para fazer desta dissertação uma pesquisa que trouxesse para a discussão acadêmica as condições objetivas de reprodução da agricultura familiar de uma importante região do estado do Rio Grande do Sul, quer seja do ponto de vista social, econômico, cultural e político.

O trabalho empírico realizado desvelava não só um processo notável de diferenciação social, mas também que a especialização produtiva continuava sendo, após décadas, o eixo norteador da reprodução da agricultura familiar, aprofundando o processo de mercantilização social e econômica da agricultura familiar. Para alguns agricultores, em face às exigências de escalas e altos custos de produção, haviam diversificado as alternativas de renda para além da produção de grãos. Dentre as novas atividades destaca-se a atividade leiteira, que já alguns anos vem se apresentando como uma importante fonte de renda aos agricultores, e a produção de frutas, basicamente uva. Esta última ainda “tímida” e em fase experimental, vem gerando expectativas entre os agricultores.

Pode-se verificar que a diferenciação social é de fato um processo histórico que influenciada por inúmeros fatores, como o acesso à terra, às políticas públicas e ao progresso técnico. Neste sentido, as transformações na agricultura colonial haviam sido tão significativas que fez surgir uma agricultura familiar mercantilizada que acentuava a diferenciação social entre os agricultores. A aparente homogeneidade produtiva dava lugar à heterogeneidade social e econômica, onde dois produtores de grãos poderiam apresentar condições sociais e econômicas distintas, principalmente em função da posse dos meios de produção. Portanto, a perspectiva teórica não poderia ser outra senão aquela que oferecesse ferramentas analíticas ao entendimento de processos que haviam tornado a reprodução social da forma familiar de trabalho e produção de um caráter que poderíamos chamar de semi-autônomo ou autárquico para uma reprodução subordinada e dependente do mercado. Esta nova orientação passou a privilegiar e fortalecer a individualização e especialização produtiva, a inserção em um regime concorrencial e a concentração fundiária, trazendo uma plena integração mercantil.

Não obstante, os aspectos produtivos não são os únicos condicionantes que entram no imbricado processo de reprodução social da agricultura familiar. Se o ambiente social e econômico parece ter cada vez mais influência sobre os processos produtivos e as famílias, isso não quer dizer que seja o único a determinar as bases materiais de reprodução social da

agricultura familiar. Neste sentido, a agricultura familiar compreende uma forma social de produção que, apesar de estar plenamente inserida na sociedade capitalista, mantém determinadas especificidades. Entre elas pode-se destacar a não separação entre a posse dos meios de produção e a força de trabalho, a não acumulação nos moldes capitalistas, a organização do trabalho tende a obedecer critérios familiares (questões de gênero), a terra ainda é acessada pela herança, etc. Isso faz com que a agricultura familiar deva ser compreendida como uma unidade em que a produção e o consumo não estão separados da unidade doméstica a que pertencem os indivíduos.

Destaca-se com isso, que não se pode reduzir a análise da agricultura familiar exclusivamente como uma unidade de produção através da forma de uso e interação dos fatores de produção – terra, capital e trabalho – durante o processo de produção. Existem relações tão ou mais importantes que as primeiras, como as relações de parentesco e consangüinidade, pois são elas que fazem um grupo de pessoas existir enquanto família. Desse modo, vimos que as transformações, as metamorfoses da agricultura familiar não resultaram em uma forma social de trabalho e produção totalmente nova. Isso porque, tais processos não modificaram o seu caráter familiar, mas ao contrário, reforçaram-no. As mudanças referem-se à sua reprodução, que fica cada vez mais dependente dos vínculos estabelecidos com o ambiente externo.

Assim, pode-se comprovar a hipótese de que a reprodução da agricultura colonial estava intimamente vinculada e dependente de um modo de produzir e de viver, onde o acesso à terra se dava pelo avanço da fronteira agrícola ou mesmo pelos mecanismos de herança por partilha. Também, as relações com o mercado eram estabelecidas apenas através da venda de excedentes agrícolas para aquisição de gêneros não produzidos na propriedade. Comprovou-se também que a agricultura familiar mercantilizada possui a sua reprodução social, material e mesmo demográfica dependente dos vínculos mercantis, estabelecidos através do acesso ao progresso técnico, às políticas públicas, à propriedade da terra por compra entre outras estratégias, incentivando, no caso de Três Palmeiras, a individualização e a economia de escala.

Portanto, o que diferencia a agricultura familiar da agricultura colonial, sua forma original, no Alto Uruguai, é a sua inserção mercantil, ou conforme definiu Ploeg (1992), a externalização das relações de produção que se dá através das suas estratégias de reprodução. A mercantilização será a principal responsável pelas transformações sociais, produtivas, tecnológicas e mesmo na sociabilidade dos indivíduos e das famílias. A crise na agricultura colonial verificada por volta do final de década de 1950 significou, de fato, mudanças

importantes na forma de produzir e de viver dos agricultores. Neste sentido, pode-se comprovar a hipótese de que a mercantilização cimenta a integração mercantil dos agricultores, que se dá através da aquisição dos insumos para produção, pela crescente dependência do acesso ao crédito rural, pela mecanização agrícola, pela busca de maior produtividade da terra e do trabalho e pela individualização das relações de produção.

Considera-se que foi por conta de uma plena inserção mercantil de sua agricultura, que o Alto Uruguai apresenta, desde a década de 1970, um intenso fluxo migratório, notadamente da sua população rural. Os dados secundários refletem justamente o solapamento das estratégias de reprodução social de uma população rural de uma região que optou pelo padrão agrícola de desenvolvimento. A precarização das condições de trabalho levava inevitavelmente à migração de uma população sobrando para outras regiões. Desta maneira, apesar de importante do ponto de vista demográfico, o Alto Uruguai é historicamente uma região que expulsa a sua população, em que pese sua destacada condição enquanto espaço de produção. Assim, a partir da década de 1970 a agricultura familiar do Alto Uruguai adentra em um “novo” modelo de desenvolvimento que fará dela uma agricultura altamente mercantilizada e de baixa absorção de mão-de-obra. Comprovou-se, portanto, a hipótese de que a mercantilização além de precarizar as formas de ocupação e trabalho na agricultura familiar levou à concentração dos meios de produção e à dependência de um padrão agrícola de produção e desenvolvimento regional.

Cabe destacar que mais mercantil não significa menos familiar. Ou seja, ao longo desta dissertação buscou-se demonstrar que não é o grau de mercantilização que define a agricultura ser familiar ou não, mas sim que trabalhador e dono dos meios de produção são a mesma pessoa, podendo ser o chefe do estabelecimento ou outro membro do grupo familiar. Em Três Palmeiras, maior mercantilização pode ser considerado sinônimo de diferenciação social e econômica, mas não de superação do caráter familiar por outro como, por exemplo, patronal. Por isso, este estudo permite afirmar que o fundamental reside no reconhecimento dos aspectos econômico-produtivos de cada família, dados principalmente pelo tamanho de área, pelo grau de progresso técnico e pela necessidade de competitividade, onde é cada vez maior a necessidade de se “*produzir mais com o mesmo trabalho*”. No entanto, isso não significa resignar os condicionantes internos de reprodução da agricultura familiar, mas sim, reconhecer os seus limites frente à crescente mercantilização desta forma social de trabalho e produção.

Ao longo deste trabalho também procuramos demonstrar que há uma excessiva dependência e subordinação ao padrão agrícola de produção. Isso ficou claro quando

analisamos a formação da renda entre os agricultores familiares. Verificamos que a renda agrícola é a principal fonte de renda entre os agricultores. Podemos considerar que isso torna a reprodução social da agricultura familiar de Três Palmeiras dependente de um padrão de desenvolvimento que historicamente tem demonstrado ser concentrador e excludente.

Outro aspecto importante refere-se à relativa importância da pluriatividade na agricultura familiar de Três Palmeiras. De um lado, a pluriatividade de base agrária, apesar de ter alguma expressão, apresentando-se quase exclusivamente através da prestação de serviços de máquinas e por outros serviços temporários diretamente ligados às atividades agropecuárias, tem pequena importância na formação da renda familiar. De outro, a pluriatividade, entendida como a integração intersetorial entre a agricultura e outro setor da economia, também tem importância relativa na formação da renda. Neste sentido, ao contrário dos estudos de Schneider (2003) e Sacco dos Anjos (1995), que demonstraram a importância da pluriatividade para a agricultura familiar, no município de Três Palmeiras, e mesmo no Alto Uruguai, esta estratégia de reprodução parece estar dependente do ambiente social e econômico de inserção da agricultura familiar. Em Três Palmeiras, este ambiente social e econômico, ao reforçar o padrão agrícola de produção, tem possibilitado o surgimento da pluriatividade de base agrária, demonstrando ser uma realidade de regiões onde predomina o agrícola *stricto sensu*.

Ainda a respeito das rendas, não se pode esquecer da importância dos benefícios previdenciários, tanto para as famílias rurais, como para a economia dos municípios. Em relação às famílias, verifica-se que é entre as com renda agrícola mais baixa que se concentra o maior percentual de beneficiários. Isso torna as aposentadorias um recurso de fundamental importância para a agricultura familiar, até porque os agricultores estariam utilizando os recursos, de alguma maneira, para custear as atividades agrícolas. No entanto, ao mesmo tempo isso demonstra a precariedade dos meios de produção e a dependência quase exclusiva da renda agrícola. Portanto, pode-se afirmar que os recursos previdenciários têm servido como uma espécie de “seguro agrícola” para os agricultores familiares de Três Palmeiras.

Além dos recursos previdenciários, há outras políticas públicas extremamente importantes para a agricultura familiar, como o Pronaf. Em Três Palmeiras, esta política pública de fortalecimento da agricultura familiar tem grande relevância para os agricultores familiares. A sua importância não se resume exclusivamente à sua abrangência, mas pelo fato de ser uma política pública que tem desempenhado um importante papel na reprodução social da agricultura familiar. A crítica talvez resida ao fato de os recursos serem utilizados para

reforçar a dependência dos agricultores a um padrão de desenvolvimento que historicamente tem se mostrado concentrador e excludente.

Outra consideração importante diz respeito à premente necessidade de diversificação da economia local. Ao adentrar em um processo de especialização produtiva, a agricultura familiar de Três Palmeiras moldou sua estrutura quase exclusivamente dependente da produção de grãos, reforçando a sua inserção no ambiente social e econômico regional. No entanto, talvez a dificuldade maior em diversificar as economias locais resida exatamente no ambiente social e econômico, uma vez que este historicamente tem fortalecido a especialização produtiva. Algumas iniciativas, ainda em fase de experimentação, estão surgindo como alternativa à excessiva dependência da produção de *commodities* agrícolas, com destaque para a instalação de pomares de uva. A principal restrição em diversificar a economia seria a falta de mercado consumidor local e regional para produtos perecíveis como os de pomar ou de horta. O que acaba acontecendo é que os mercados locais são abastecidos com frutas e verduras de outras regiões do Estado. Não é raro encontrar os próprios agricultores comprando produtos de horta ou pomar junto aos estabelecimentos comerciais. Isso é uma evidência do grau de mercantilização em que a agricultura familiar chegou na região deste estudo. Ou seja, muitos agricultores passaram de produtores a consumidores de gêneros alimentícios básicos, como frutas e verduras.

Por outro lado, da análise deste processo pode-se extrair como aprendizado fundamental que o fator renda não pode ser o único indicador da qualidade de vida das famílias de agricultores familiares ou ser utilizado como parâmetro para qualificar o desenvolvimento rural de um determinado território. De fato, a renda é um importante elemento no processo de reprodução social da agricultura familiar mas, conforme apontado no capítulo 4, existem outros critérios definidores da qualidade de vida das populações rurais, como a tranqüilidade do meio rural, o contato com a natureza, a vida comunitária, o acesso a direitos antes exclusivos da população urbana, como as aposentadorias integrais, aos meios de comunicação, entre outros.

Ao encerrar este estudo, é bem provável permaneçam em aberto muitas das dúvidas que cercavam o seu autor no seu início. Além disso, muitos questionamentos surgiram ao longo da pesquisa que não puderam ser resolvidos, o que muitas vezes levou-nos a apenas indicá-los. A complexidade do meio rural, em particular da agricultura familiar, parece mesmo estar distante de ser elucidada, pois as transformações nesta forma social revelam sua inesgotável capacidade de estabelecer diferentes estratégias de reprodução na sociedade capitalista. Isso significa que não devemos restringir nossas análises a situações conjunturais,

mas privilegiar o estudo de processos longos e duradouros, analisando a família através do seu ciclo geracional, da sua trajetória histórica. Isso abre uma agenda de novas pesquisas e estudos sobre este tema que pretendo aprofundar no doutorado através de estudos comparativos sobre as diferentes dinâmicas da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2 ed. São Paulo-Campinas: Editora HUCITEC-UNICAMP, 1992.
- _____, R. et alii. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. **Anais XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**: competitividade e globalização: impactos regionais e locais. Recife, 2001. (CD-ROM).
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 1, v. 1, p. 66-83, 1986.
- ANJOS, F. S. dos. **A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos Colonos-Operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPEL/Editora Universitária, 1995.
- _____. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- BELIK, W. e PAULILO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p. 95-120.
- BERNARDES, N. **Bases Geográficas do Povoamento de Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora UNIJUÍ/AGB, 1997. (Coleção Ciências Sociais).
- BIOLCHI, M. A. **Agricultura familiar e previdência social rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/PGDR, 2002. Dissertação de Mestrado.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000**. Rio de Janeiro, Brasil.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1995**. Rio de Janeiro, Brasil.
- BRUN, A. J. **Modernização da Agricultura trigo e soja**. Petrópolis: Vozes/FIDENE, 1988.

CARNEIRO, M. J. **Em que consiste o familiar da agricultura familiar?** Anais... Oficina de Atualização Temática. Ocupações Rurais Não-Agrícolas. Londrina, Paraná, 2000.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COLE, D. M. **Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS.** Porto Alegre, UFRGS/FCE/PGDR, 2003. Dissertação de Mestrado.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: Castro, I. E; Corrêa, R. L; Costa Gomes, P. C. da (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DELGADO, G. C.; Schwarzer, H. Evolução Histórico-Legal e Formas de Financiamento da Previdência Rural no Brasil. In: Delgado, G.; Cardoso JR. (orgs.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90.** Brasília: IPEA, 2000. p. 187-210.

DELGADO, N. G.; Política Econômica, Ajuste Externo e Agricultura. In: Leite, S. (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 15-52, 2001.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS. Três Palmeiras, dezembro, 2002.

ELLIS, F. **Peasants Economics – Farm Households and Agrarian Development.** Cambridge University, 1988.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER). www.emater.tche.br. (Acesso em 30/10/91).

ETXEZARRETA, M.; CRUZ, J.; GARCÍA MORILLA, M.; VILADOMIU, L. La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrárias comunitarias. Madrid: MAPA, 1995.

FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. **Journal of Peasant Studies.** London, v.6, n.1, p. 71-100, 1978.

FONSECA, P. D. **RS: Economia e conflitos políticos na República Velha.** Porto Alegre: Mercado Aberto, Série Documente, 18, 1983.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Anuário estatístico do Rio Grande do Sul 2001**. Porto Alegre: FEE, 2001 (CD).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). A agricultura no Rio Grande do Sul. **25 anos de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). www.fee.tche.br. (Acesso em 30/10/2003).

GEHLEN, I. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi**. Porto Alegre: UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia, 1983. Dissertação de Mestrado.

GEORGE, P. **Geografia Rural**. São Paulo: DIFEL, 1982.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIRON, L. S; BERGAMASCHI, H. E. **Colônia: um conceito controverso**. EDUCS, 1996.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITC, 1997.

GOODMAN, D. et. alii. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1981.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J; HOFMANN, R. O Censo Agropecuário de 1995-1996 e a distribuição da posse da terra no Brasil. **XXXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 1999, Foz de Iguaçu-PR.

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS. Prefeitura Municipal de Três Palmeiras. (Documento sem data e ano).

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, IFCH/PPGS. V. 6, p. 51-75, 1994.

KAGEYAMA, A. *et alii*. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. et. al. (orgs). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: Série IPEA, nº 127, 1990.

- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar comparação internacional: uma realidade multiforme**. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- LEITE, S. P. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. (org). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 53-93.
- LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano. Historia, ciência, sociedade**. Barcelona: Ediciones Península, 1979.
- LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultura, 1982. (Série Os Economistas)
- MANN, S. A; DICKINSON, J. M. **Obstáculos naturais ao desenvolvimento da agricultura capitalista**. Literatura Econômica, São Paulo, v. 9, n.1, p. 7-26, 1987.
- MARTINS, J. de. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histoire des agricultures du monde: du néolitique à la crise contemporaine**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MIORIN, V. M. F. **Modo de Produção e Organização do Espaço Agrário: uma abordagem teórico-metodológica**. Rio Claro: UNESP/IGCE, 1988. Tese de Doutorado.
- NASCIMENTO, J. A. M. **“Muita terra para pouco índio”. ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha**. Porto Alegre. PUCRS/IFCH. 2001. (Dissertação de Mestrado).
- NAVARRO, Z. *et alii*. **Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- NAVARRO, Z. *et alii*. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: Medeiros, L. S, de; Leite, S. (orgs.). **A formação dos**

assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999. (p. 19-68).

NEUMAN, P. S.; PEREIRA, P. E. R. Análise do Pronaf como política pública de promoção e desenvolvimento da agricultura familiar – o caso do município de Três Palmeiras – RS. In: **VI Congresso da ALASRU. Sustentabilidade e Democratização das Sociedades Rurais da América Latina.** Porto Alegre, 2002.

NEVES, D. P. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Ciências Sociais Hoje.** ANPOCS. São Paulo: CORTEZ EDITORA, p. 220-241, 1985.

_____. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária.** Campinas, v. 25, p. 21-37, 1995.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

PEBAYLE, R. **Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul.** Lille: Université de Lille III, 1974.

PESAVENTO, S. J. **Agropecuária colonial e industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PIRAN, N. **Perspectivas do camponês no Alto Uruguai.** Rio Claro:UNESP, 1995 (Tese Doutorado).

PLEIN, C. **As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina.** Porto Alegre: UFRGS/FCE/PGDR, 2003. Dissertação de Mestrado.

PLOEG, J. D. van der. El processo de trabajo agricola y la mercantilizacion. Guzman, E. S. **Ecología, campesinato y historia.** Las Ediciones de la Piqueta, p. 135-195, 1992.

PORTO, M. S. G. e SIQUEIRA, D. E. A Pequena Produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias analíticas. Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários. **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, IFCH/PPGS, v. 6, p. 76-88, 1994.

RAYNAUT, C. O desenvolvimento e as lógicas de mudança: a necessidade de uma abordagem holística. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.** n. 1, p. 81-104, 1994.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.

RÜCKERT, A. A. **A Trajetória da Terra Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827 – 1931**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

_____. **As Metamorfoses do Território: A Agricultura de Trigo-Soja no Planalto Médio Riograndense, 1930/1990**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2003.

RÜCKERT A. A. *et alii*. **A construção do território na região de Ronda Alta: ocupação e colonização: 1831-1996**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ronda Alta, 1999.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Campinas, São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UNICAMP, 1994 (Dissertação de Mestrado).

_____. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre: UFRGS/PPGS, 1999. Tese de Doutorado.

_____. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 11.ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros. Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)**. Passo Fundo: EDIUPF, 2002.

VALVERDE, O. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Rio de Janeiro: Petrópolis/Vozes, 1985.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

WAIBEL, L. Princípios de colonização européia no sul do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 11 n. 2. IBGE, Rio de Janeiro, 1949. p. 159-222.

_____. WAIBEL, L. As zonas pioneiras do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 17, n 4. IBGE, Rio de Janeiro, 1955. p. 389-422.

WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: **Ensaio de Sociologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 413-37.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. São Paulo-Brasília: Editora HUCITEC-EdUnB, 1995.

ANEXO 01

AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLURIATIVIDADE: A emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul

QUESTIONÁRIO

Entrevistador:..... Data:.....

Município	Localidade	Nº Questionário

Estrutura Fundiária, Capital e Produção

1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

1.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

1.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

1.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

1.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

2) Como o Senhor obteve suas terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em Hectares)

- | | Quantidade de área |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> através de herança | |
| <input type="checkbox"/> compra de parentes | |
| <input type="checkbox"/> compra de terceiros | |
| <input type="checkbox"/> através de doação | |
| <input type="checkbox"/> as terras são de posse provisória | |
| <input type="checkbox"/> por atribuição (colonização, etc) | |
| <input type="checkbox"/> outra _____ | |

3) **SE HOUVE HERANÇA** (parcial ou total da propriedade), assinalar quem foram os herdeiros:

- o marido herdou a terra de sua família
- a esposa herdou a terra de sua família
- ambos, o marido e a esposa, herdaram partes que compõem a propriedade atual
- outra _____

4) Como o pai do Senhor procedeu na distribuição de sua propriedade aos seus filhos (no caso a ele próprio e eventuais irmãos)?

- Todos os herdeiros, homens e mulheres, receberam uma parte igual da herança (IGUALITÁRIA PARA TODOS)
- Apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (IGUALITÁRIA PARA HOMENS)
- Apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (IGUALITÁRIA PARA HOMENS COMPENSADA)
- A partilha não foi igualitária e não houve compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA)
- A partilha não foi igualitária mas houve um sistema de compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL COMPENSADA)
- Um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os outros demais herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA COM SUCESSÃO)
- Não houve herança
- Outra forma _____

6) Aquisição de insumos para produção vegetal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade
Sementes		
Mudas		
Adubos		
Adubo químico (NPK, etc.)		
Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)		
Uréia		
Calcário		
Óleo diesel		
Agrotóxicos (fungicida, inseticida, herbicida, formicida).		

7) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção vegetal? (assinalar apenas uma alternativa)

- venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado não vende
 outro _____

8) Possui HORTA? Sim () Não ()

8.1) A Horta é suficiente para atender as necessidades da família? Sim () Não ()

8.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R\$?.....

8.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui na horta

- alface cenoura repolho radite pimentão ()
 beterraba couve tomate rúcula moranga ()
 cebola salsa alho couve-flor brócoli ()

9) Possui POMAR? Sim () Não ()

9.1) O pomar é suficiente para atender as necessidades da família? Sim () Não ()

9.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados do pomar (por semana ou mês) em R\$?.....

9.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui no pomar

- uva laranja pêra figo () ()
 pêssego bergamota goiaba limão () ()
 maçã abacate caqui tangerina () ()

10) Efetivos animais disponíveis [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Valor/ Unidade	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos					
Touros					
Vacas					
Novilhas					
Terneiros					
Bois para trabalho					
Aves					
Frango de corte					
Galinha caipira					
Suínos					
Ovinos					
Equinos / Muas					

11) Produção de origem animal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002] [Usar produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Unid.	Quant. Prod.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					

12) Insumos das atividades de produção animal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade
Sal mineral			
Rações (para suínos, bovinos, aves)			
Componentes para rações (milho/sorgo, vitaminas, farelos, etc.)			
Produtos veterinários (antibióticos, vacinas, carrapaticidas, vermífugos, desinfetantes, etc.)			
Outros insumos animais (especificar)			

13) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção animal? (assinalar apenas uma alternativa)

- venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado não vende
 outro _____

14) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Schmier					
Conservas					

15) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	Observações sobre quantidades, etc
Açúcar				
Coalho				
Tripas				

16) Para quem o Senhor vende a maior parte dos produtos da transformação caseira (beneficiamento e/ou processamento no estabelecimento) ou da agroindústria doméstica? (assinalar apenas uma alternativa)

- venda direta para consumidores – nas casa ou em feiras livres para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 para agroindústria e/ou empresa privada não vende se estiver integrado
 Outro _____

17) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em m ²
Açudes				
Aviários				
Casas de empregados				
Estábulo				
Estufa plástica				
Estufa fumo				
Galinheiro				
Galpões/armazéns/paiol				
Pocilgas/chiqueiro				
Poços artesianos				
Secadores leito fixo				
Silo				
Outros (especificar)				

* Para efeito de depreciação considerar
 Alvenaria com menos de 50 anos – 1952
 Madeira com menos de 30 anos – 1972
 Mista com menos de 40 anos – 1962

18) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]
(levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)

Especificação	Quantidade	Idade
Caminhão/Veículo utilitário (com menos de 20 anos-1982)		
Mercedes 608		
Caminhonete Ford F1000 até F4000		
Tração Animal em Juntas (Bois, Cavalos e Mulas)		
Trator (com menos de 20 anos-1982) [indicar a marca e a potência em HP]		
Trator > 80 Hp		
Trator < 80 Hp		
Microtrator		
Equipamentos (com menos de 15 anos-1987)		
Arado de tração animal		
Arado de tração mecânica		
Capinadeira de tração animal		
Grade aradora de tração animal		
Grade de tração mecânica		
Semeadora de tração mecânica		
Semeadora de tração animal		
Ensiladeira		
Roçadeira		
Carreta agrícola		
Pulverizador tracionado		
Pulverizador costal motorizado		
Pulverizador costal manual		
Ordenhadeira		
Resfriador de leite		
Motor elétrico		
Bomba de água		
Engenho de cana		
Triturador de cereais		
Carroça		
Picador de pasto (forrageiras)		
Máquina de costurar fumo		
Outros (especificar)**		

(**) **Saber quantidade e valor de:** ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá.

DESPESAS
19) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Formas de contratação	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano ou mês	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário (**)			
03 Empreitada agrícola (**)			
04 Contratação de Serviços de Máquinas (trator, etc) para plantio, colheita, etc			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

[somente preencher para membros que têm atividades não-agrícolas]

23) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP **[Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)		Em atividades NAO-AGRÍCOLAS (***)			Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês]
		Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	

(*) **Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(**) **Atividades Para-Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.

(***) **Atividades Não-Agrícolas:** considera-se as demais atividades.

(A) Local de exercício das atividades para- agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros

24) Os membros de sua família que trabalham em atividades não-agrícolas (fora ou dentro da propriedade) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade?

Sim Não Não sabe/não respondeu

24.1) Se sim, indique com que frequência:

regularmente às vezes
 quando sobra tempo quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc)
 outra situação _____

25) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

.....

.....

.....

26) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da UP?

() Sim () Não () Não sabe/ não respondeu

27) Se sim, em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas. Assinale apenas 1 alternativa:

() para investimentos na propriedade () tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico
 () para o sustento (subsistência) da família () nas despesas pessoais de todo tipo
 () para aumentar o conforto da casa () não sabe/não respondeu
 () outra _____

28) SE HOUVE, assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Tipos de investimentos	Valor total gasto em R\$
() Aquisição de terras	
() Aquisição de veículos (utilitários)	
() Aquisição de equipamentos ou máquinas	
() Aquisição de terreno na cidade	
() Construção e reforma da casa	
() Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
() Outros investimentos (especificar)	

29) SE HOUVE, assinale e informe com quais outras fontes de renda sua família contou no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002).

Tipos de rendas	Valor (R\$) total recebido
() Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
() Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
() Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
() Pensões judiciais	
() Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
() Juros de aplicações financeiras ou poupança	
() Outras rendas (especificar)	

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

30) Assinale de quem recebeu assistência técnica (assinalar todos) [Ano agrícola setembro 2001 a agosto 2002]

() Não recebeu assistência técnica () ONGs
 () Cooperativa de produção () Empresas integradoras
 () Sindicato () Assistência técnica particular (liberais)
 () Secretaria Estadual de Agricultura () EMATER
 () Secretaria Municipal de Agricultura

31) [SOMENTE para assistidos da EMATER] Qual o grau de satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER:

() muito satisfeito
 () satisfeito
 () insatisfeito
 () não sabe/não respondeu

32) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas Sim () Não ()
 Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo Sim () Não ()
 Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias Sim () Não ()
 Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários Sim () Não ()
 Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais Sim () Não ()

33) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Sim () Não () () Não sabe/não respondeu

33.1) Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se é por mês ou ano]

(A)	(B)		
1 Custeio	1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf
2 Comercialização	2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural
3 Investimento	3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

34) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

34.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$) (*)

Códigos

(A)
1 Aposentadoria 2 Pensão

35) No último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto de 2002) o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

35.1) Se sim, indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

- () Custeio da atividade produtiva da família
 () Compra de máquinas e/ou equipamentos
 () Outro. Especificar qual? _____

36) Qual sua religião?

- () Católica
 () Protestante/evangélica - IECLB
 () Pentecostal – “Crentes”
 () outro _____

INFRAESTRUTURA BÁSICA**37) Composição da moradia**

Especificação	Número de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

37.1) Instalações sanitárias (Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Banheiro completo (*)	()
Banheiro incompleto (**)	()
Casinha ou latrina	()
Nenhuma	()

(*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

(**) Incompleto: Vaso ou chuveiro

37.2) Tipo de piso predominante**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Concreto	()
Chão batido	()
Madeira	()
Outro	()

37.3) Tipo de cobertura predominante**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Telha de barro	()
Telha de amianto (Brasilit)	()
Capim ou palha	()
Zinco ou outro metal	()
Outra	()

37.4) Tipo de parede externa predominante (Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Tijolo com revestimento	()
Tijolo sem revestimento	()
Tábuas	()
Tapumes ou chapas de madeira	()
Folha de zinco	()
Barro ou adobe	()
Outra	

38) Abastecimento de água**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Poço artesiano	()
Nascente ou vertente com poço	()
Córrego/Açude	()
Cacimba	()
Água do vizinho	()
Rede geral	()
Outro tipo	()

39) Destino dos dejetos humanos**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Fossa simples (seca)	()
Fossa séptica/poço absorvente	()
Direto no solo	()
Direto nos cursos d'água	()
Não tem	()
Outro destino	()

40) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

- () rede geral
 () gerador próprio
 () não possui
 () outro _____

41) Bens de Consumo que existem no domicílio [assinalar a quantidade]

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som			
02 Automóvel		12 Máquina de lavar roupa	
03 Batedeira		13 Moto	
04 Bicicleta		14 Parabólica	
05 Ferro elétrico		15 Rádio	
06 Fogão a gás		16 Televisor	
07 Fogão à lenha		17 Vídeo cassete	
08 Forno elétrico/microondas		18 Linha de Telefone fixo	
09 Freezer		19 Celular	
10 Geladeira			
11 Liquidificador			

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO**42) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]**

Especificação	Participa
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim () Não ()
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim () Não ()
03 Sindicato de trabalhadores	Sim () Não ()
04 Associação de mulheres/clube de mães	Sim () Não ()
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim () Não ()
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim () Não ()
99 Outros tipos de entidade (especificar)	
	Sim () Não ()
	Sim () Não ()

43) Em que LOCAL o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [não importa a fonte deste dinheiro]:

- () na própria comunidade onde residem
 () no centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito onde residem
 () na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)
 () outra localidade _____

44) Em quem o Senhor deposita MAIS CONFIANÇA E CREDIBILIDADE [assinalar apenas uma alternativa]:

- () nos técnicos da Emater
 () no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
 () nos Vereadores do município
 () nos dirigentes do seu sindicato
 () no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
 () nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
 () nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
 () nos vizinhos
 () Não sabe/não respondeu

45) Em quem o Senhor NÃO TEM CONFIANÇA E NENHUMA CREDIBILIDADE (assinalar apenas uma alternativa):

- nos técnicos da Emater
 no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
 nos Vereadores do município
 nos dirigentes do seu sindicato
 no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
 nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
 nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
 nos vizinhos
 Não sabe/ não respondeu

46) Qual é seu nível de satisfação em relação à educação e as escolas de seu município e/ou comunidade:

- Muito satisfeito Insatisfeito
 Satisfeito Não sabe/não respondeu

47) Na sua opinião, qual deveria ser o ensino e a educação fornecido as crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores (assinalar apenas uma alternativa):

- uma educação especializada e voltada para as atividades agrícolas
 uma educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura
 uma educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral
 Não sabe/ não respondeu

REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO

48) Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual (assinalar apenas uma alternativa):

- melhorou muito, em todos os aspectos está pior do que antes, nada melhorou
 melhorou, em algumas coisas não se aplica (os pais não eram agricultores)
 não sabe/ não respondeu

49) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

50) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

51) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

52) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê (assinalar apenas uma alternativa):

- continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
 deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;
 buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
 procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
 Não sabe/ não respondeu

53) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA (explorar aspectos do trabalho e produção)?

- () Muito satisfeito
 () Satisfeito
 () Insatisfeito
 () Não sabe/não respondeu

54) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

- () Muito satisfeito
 () Satisfeito
 () Insatisfeito
 () Não sabe/não respondeu

55) Quando o Senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa **(assinalar apenas uma alternativa)**?

- () a paisagem () o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos
 () os animais e as plantas () a tranquilidade
 () os vizinhos e a comunidade em que vive () Não sabe/não respondeu

56) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

- () Sim () Não () Não sabe/ não respondeu

56.1) Se sim, apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:

.....

57) Em época de eleição, o Senhor costuma votar em candidatos que defendem e/ou apresentam propostas para agricultura e o meio rural?

- () Sim () Não () Não sabe/ não respondeu

58) Qual destas propostas o senhor normalmente (em todas as eleições de que participa) leva em consideração na escolha do candidato ou partido? **(assinalar apenas uma alternativa)**

- () melhoria de acesso ao crédito e financiamento () melhoria da assistência técnica
 () melhoria das estradas, da água e da luz () melhoria da segurança, saúde e educação
 () não sabe/ não respondeu

59) Na hora de votar, o Senhor atribui maior importância:

- () ao partido () as propostas apresentadas
 () ao perfil do candidato () não sabe/ não respondeu

60) O que seria preciso acontecer para melhorar a qualidade de vida de sua família? (pedir para destacar o aspecto mais importante)

.....

ANEXO 02

Roteiro para entrevistas

Público alvo: Agricultores familiares.

1. Qual a origem de seus pais, de onde eles vieram a por que se instalaram aqui?
2. Na trajetória da sua família, como foi o acesso a terra, quais eram as condições iniciais de instalação na propriedade, de trabalho, de comunicação, comercialização dos produtos agrícolas?
3. Quais eram as atividades realizadas pelo senhor e sua família antes da introdução da soja? Qual o destino dado a produção agropecuária? O que vendiam e o que vendem? O que compravam e o que compram hoje?
4. Como eram desenvolvidas as atividades “antigamente” em relação aos insumos, como sementes, adubos, defensivos? E como é hoje? (os custos de produção).
5. Houve mudanças? Se houve, como o senhor percebe as mudanças na forma de produzir, ou seja, a necessidade de comprar insumos e sementes a cada safra? Esta “modernização” trouxe algum benefício para o senhor? Destacar os aspectos positivos e negativos? (Verificar, caso a caso, se a modernização se aplica).
6. Como é a relação com os seus vizinhos? Existe troca de serviço, ajuda mútua? Como o Senhor avalia esta ajuda entre os vizinhos? Por que ela é praticada?
7. Qual a força de trabalho utilizada na propriedade? Quais as razões que a justificam?
8. O senhor teve/tem acesso à tecnologia e crédito? De que forma?
9. Se o Senhor fosse indicar um “divisor de águas” entre a agricultura colonial e a agricultura familiar “moderna” atual qual seria o ANO ou a ÉPOCA em houve estas mudanças se iniciaram?
10. Explorar, junto aos agricultores, a idéia de que na região do Alto Uruguai se gerou uma “cultura da soja”.
11. Em que período e por que o senhor iniciou o cultivo da soja? Existiu algum fator determinante (incentivo ou facilidade) para produção em escala comercial?
12. Quais as principais atividades desenvolvidas atualmente pela família? Na avaliação do Senhor, alas são suficientes para garantir a reprodução da família?

13. O Senhor tem buscado diversificar a produção? Se sim, que tipo de atividade e quais as razões que o estimularam?
14. Quais são as perspectivas que o Senhor tem em relação a agricultura familiar? O senhor vê perspectivas para o agricultor continuar no campo? O que o senhor acha que deveria melhorar?
15. Qual a avaliação que o Senhor faz em relação a sua trajetória de agricultor, ou seja, as mudanças que o senhor vivenciou desde o sistema produtivo colonial até atualidade? Explorar aspectos de sociabilidade e “autonomia” e “dependência”.
16. Existiram membros da família que tiveram que abandonar a roça? Quais as razões e qual o destino que tiveram bem como o ramo de atividade que se empregaram?
17. Qual o envolvimento da família com os movimentos sociais? Existiram membros que necessitaram buscar terra através da mobilização política? Houve pessoas da comunidade, de Três Palmeiras ou da região que ingressou nos Movimentos Sociais?
18. Quais foram os períodos de maior crise enfrentada pelo senhor na agricultura? O que o senhor fez para superar a crise?
19. Existe algum membro da família disposto a migrar? Porque razão?
20. O que deveria ser feito para manter os jovens no meio rural?
21. Como é a relação do senhor com as Cooperativas (crédito ou produção) e as agroindústrias? Elas são importantes para a agricultura familiar?
22. Qual a avaliação que o Senhor faz das políticas públicas de hoje: o RS-Rural, Pronaf, etc? O senhor tem acesso à elas?

Público alvo: Pessoas Idosas (identificar as pessoas que melhor relatem os processos sociais ocorridos na região em função da sua trajetória pessoal)

1. Qual a origem do senhor e da sua família? De onde seus pais vieram? Se migraram, por quê? Quais os principais problemas enfrentados quando se instalaram em Três Palmeiras?
2. Como o senhor e seus irmãos tiveram acesso a terra?
3. Como se estabeleciam as relações comerciais quando da chegada dos agricultores na região? Que tipo de produto comercializavam? Em que quantidade?
4. Que tipo de ferramentas (tecnologia) o senhor utilizava para trabalhar na lavoura?
5. Como era a convivência com os parentes e vizinhos na comunidade nos primeiros anos de ocupação das terras? Existia ajuda entre os vizinhos, como troca de serviços, mutirão? E hoje, como o senhor percebe ou como é a relação com os vizinhos?
6. Qual era e qual é o envolvimento da família com a comunidade, seja através das crenças religiosas, das festas de comunidade?

7. Existem aposentados na família? Qual a importância das aposentadorias para as famílias que vivem no meio rural?

Público alvo: Autoridades Municipais (Prefeito, Responsável pela Emater, Secretário da Agricultura, Presidente da Cooperativa local – Cotrisal, enfim, pessoas e entidades que tenham algum envolvimento direto com os agricultores).

1. A economia de Três Palmeiras é tributária de que centro econômico regional?
2. Como a entidade percebe a situação da agricultura familiar no município nos dias de hoje?
3. Qual a importância social e econômica da agricultura familiar para o município?
4. Quais são as políticas (ações) desenvolvidas junto aos agricultores familiares para melhorar sua condição de vida (cursos, palestras, reuniões, novas práticas, introdução de novos cultivos, agregação de valor, etc.) Qual o envolvimento por parte dos agricultores para difusão de novas idéias ou práticas?
5. A entidade tem estimulado novas atividades econômicas junto aos agricultores? Existe engajamento dos atores locais para que estas ações sejam desenvolvidas em sua plenitude?
6. Como a entidade vê as novas formas de gestão das políticas públicas locais, ou seja, a participação social e a descentralização política-administrativa na tomada de decisões (Ex.: CMDR, entre outros que houverem)?
7. Como a entidade vê a possibilidade de atividades conjuntas com outros municípios (Ex: COREDES) Isso tem resultado em ações práticas?
8. Quais os principais problemas enfrentados pela agricultura familiar hoje no município?
9. Quais os entraves que se apresentam para que a entidade possa desenvolver atividades para melhorar a condição de vida dos agricultores?
10. A especialização da produção, especialmente representada pela lavoura de grãos, é vista como um fator propulsor ou restritivo ao desenvolvimento local/regional?
11. Existe mercado local/regional para outros produtos que venham a ser produzidos no município? O ambiente local/regional é propício para inovações ou mesmo, há condicionantes para propor novas estratégias de desenvolvimento local?
12. Qual a importância das aposentadorias para as famílias dos agricultores e para a economia do município?
13. Quais elementos (políticos, culturais, econômicos, naturais) poderiam ser impulsionadores do desenvolvimento local/regional?
14. Como a entidade analisa a questão envolvendo a retomada das terras pelos indígenas e quais os impactos que isto tem gerado para o município?

SÉRIE DE DISSERTAÇÕES PUBLICADAS

- 001 - MARIN, Solange Regina.** Política Cambial nas Décadas de 1980 e 1990: impactos sobre o setor de grãos no Rio Grande do Sul. 2001. 193f.
- 002 - PEDROSO, Glaucilene Dias.** Setor Leiteiro: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. 2001. 122f.
- 003 - SIQUEIRA, Oscar Graeff.** A Crise das Grandes Cooperativas: um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS). 2001. 217f.
- 004 - PASE, Hemerson Luiz** Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis. 2001. 171f.
- 005 - LOPES, Saulo Barbosa.** Arranjos Institucionais e a Sustentabilidade de Sistemas Agroflorestais: uma proposição metodológica. 2001. 187f.
- 006 - MACHADO, Roberto Tormes.** Análise sócio-econômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal - RS. 2001. 155f.
- 007 - SARTOR, Juliane.** Cadeia de flores e plantas ornamentais de jardim em Pareci Novo - Rio Grande do Sul. 2001. 117f.
- 008 - COELHO, Vanessa Pfeifer.** Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico. 2002. 129f
- 009 - TRENTIN, Iran Carlos Lovis.** O Pró-Rural 2000 como política pública de combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul. 2002. 145f.
- 010 - VILLABERDE, Maria Sérgia.** Agricultura Familiar e Meio Ambiente: posições sociais e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental. 2002. 119.
- 011 - SILVA, Paulo Roberto Nunes da -** Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período 1970-80. 2002. 200f.
- 012 - JANSEN, Suzel Lisiane.** Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: uma comparação com indicadores sócio-econômicos. 2002. 138f.
- 013 - CASTILHOS, Dino Sandro Borges de.** Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2002. 174f.
- 014 - BIOLCHI, Marilza Aparecida.** Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 168f
- 015 - RICOTTO, Alcides Juvenal.** Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das Feiras Livres de Misiones, Argentina. 2002. 152f.
- 016 - SABABÉS, Leandro.** Manejo Sócio Ambiental de Recursos Naturais e Políticas Públicas: um estudo comparativo dos projetos "Paraná Rural" e "Microbacias". 2002. 186f.
- 017 - PETTER, Rudimar Luis.** As Múltiplas Expressões da Sustentabilidade: a realidade regional do COREDE da produção no estado do Rio Grande do Sul. 2002. 161f.

- 018 – MOURA, Lino Geraldo Vargas.** Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo/RS. 2002. 251f.
- 019 – FERRAZ, Osni Giani.** A Sustentabilidade dos Agricultores Familiares de Leite Associados à CLAF nas Dimensões Ambiental, Sociocultural e Institucional. 2002. 155f.
- 020 – GERHARDT, Cleyton Henrique.** Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: a construção da ‘problemática ambiental’ em agro-eco-sistemas. 2002. 539f.
- 021 – COLE, Dorlei Marcos.** Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS. 2003. 226f.
- 022 – ROHENKOHL, Júlio Eduardo.** Os Sistemas de Terminação de Suínos: uma análise econômica e ambiental a partir da teoria dos conjuntos *fuzzy*. 2003. 184f.
- 023 – PLEIN, Clério.** As Metamorfoses da Agricultura Familiar: o caso do município de Iporã d’Oeste, Santa Catarina. 2003. 158f.
- 024 – ALVES, Juliete Miranda.** A Obra de José de Souza Martins e a Reforma Agrária no Brasil: uma leitura sociológica. 2003. 112f.
- 025 – ANDREATTA, Tanice.** Febre Aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia. 2003. 266f.
- 026 – BASSO, Dirceu** A Produção e a Gestão das Políticas de Desenvolvimento Rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos-PR. 2003. 197f.
- 027 – ROS, Carlos Javier Cowan.** Capital Social e Luta Simbólica – O Caso da RED PUNA: uma experiência territorial de articulação social na Província de Jujuy, Argentina. 2003. 279f.
- 028 – BRUSTOLIN, Cíndia.** Lutas pela Definição de Concepções de Justiça na Construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS/SC. 2003. 198f.
- 029 – RYAN, Sílvia Laura.** Lógicas de Engajamento de Produtores Familiares em Propostas de Desenvolvimento: a implementação do Programa Social Agropecuário em Pampa de Achala, Córdoba - AR. 2003. 136f.
- 030 – COTRIM, Marcelo Souza.** ‘Pecuária Familiar’ na região da ‘Serra do Sudeste’ do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioeconômica do ‘pecuarista familiar’ no município de Canguçu/RS. 2003. 142f.
- 031 – SILVEIRA, Cleci Behling da.** Organizações e a “Lei de Ferro das Oligarquias”: um estudo sobre os assentamentos rurais de reforma agrária. 2003. 190f.
- 032 – CARMO, Luiz Eduardo Abbady do.** Impacto de Políticas Públicas na Sustentabilidade Socioambiental: o caso do Pró-Guaíba no município de Segredo/RS. 2003. 218f.
- 033 – FINCO, Marcus Vinícius Alves.** Pobreza Rural e Degradação Ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso no Rio Grande do Sul. 2003. 111f.
- 034 – KUHN, Daniela Dias.** O Microcrédito como Instrumento de Desenvolvimento Rural no Município de Constantina/RS: a abordagem seniana de desenvolvimento. 2004. 182f.

035 – CHAVEZ, Fátima Elizabeth Almada. A Questão Ambiental na Esfera Pública e a Democracia no Paraguai. 2004. 171f.

036 – PREMEBIDA, Adriano. Desenvolvimento Rural e o Campo Tecnocientífico: A construção de um discurso. 2004.156f.

037 – BLUME, Roni. Território e Ruralidade: a desmistificação do final rural. 2004. 182f.